



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

---

**MARCUS WAGNER ANTUNES LOUREIRO**

**O REGULAMENTO Nº 7 E O MÉTODO FRANCÊS DE GINÁSTICA: UM PROJETO  
DE EDUCAÇÃO FÍSICA NACIONAL (1928-1934)**

**DOURADOS-MS**

**2019**

**MARCUS WAGNER ANTUNES LOUREIRO**

**O REGULAMENTO Nº 7 E O MÉTODO FRANCÊS DE GINÁSTICA: UM PROJETO  
DE EDUCAÇÃO FÍSICA NACIONAL (1928-1934)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de mestre junto ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Kênia Hilda Moreira

**DOURADOS-MS**

**2019**

**MARCUS WAGNER ANTUNES LOUREIRO**

**O REGULAMENTO Nº 7 E O MÉTODO FRANCÊS DE GINÁSTICA: UM PROJETO  
DE EDUCAÇÃO FÍSICA NACIONAL (1928-1934)**

BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE  
MESTRE EM EDUCAÇÃO

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Kênia Hilda Moreira – UFGD  
Presidente da comissão e orientadora

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Eurize Caldas Pessanha – UFGD  
1<sup>ª</sup> Examinadora

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Alexandra Lima da Silva – UERJ  
2<sup>ª</sup> Examinadora

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

L892r Loureiro, Marcus Wagner Antunes  
O REGULAMENTO Nº 7 E O MÉTODO FRANCÊS DE GINÁSTICA: UM PROJETO DE  
EDUCAÇÃO FÍSICA NACIONAL (1928-1934) [recurso eletrônico] / Marcus Wagner Antunes  
Loureiro. -- 2019.  
Arquivo em formato pdf.

Orientador: Kênia Hilda Moreira.  
Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.  
Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:  
<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Ginástica. 2. Método Francês. 3. Educação Física. 4. Militar. I. Moreira, Kênia Hilda. II.  
Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

## RESUMO

Objetivou-se analisar o Regulamento Geral de Educação Física - Regulamento nº 7 (RGEF-R7) na busca de indícios que sustentem a afirmação de que ele foi elaborado com a finalidade de treinar o soldado para guerra. Utilizou-se análise de conteúdo para codificarmos os dados, comparando-os com outros manuais militares. O RGEF-R7 foi a tradução do Método Francês de ginástica, realizada por membros do Centro Militar de Educação Física, sob supervisão da Missão Militar Francesa, entre os anos de 1928 e 1934. Foi introduzido no Brasil pela Missão Militar Francesa, contratada para “modernizar” o Exército nacional. Em comparação ao original francês, o RGEF-R7 não pode ser tratado como “tradução integral”, expressão tão disseminada no campo, pois há algumas diferenças nos conteúdos, algumas sutis, e outras evidentes, como a planta baixa de modelo de ginásio adotado. Identificou-se uma sistematização de conteúdos utilitários, dispostos basicamente em sete famílias: marchar, trepar, saltar, levantar e transportar, correr, lançar, atacar e defender, e mesmo não sendo hegemônicos no RGEF-R7, há alguns elementos semelhantes aos conteúdos do treinamento militar, como transporte de feridos, técnicas de progressão em combate, transporte de sacos de areia, vigas, troncos de árvore, transposição de muros, palanques e cercas, bem como jogos lúdicos com temáticas militarizadas, como fuzilamento e lançamento de granadas, além de exercícios de ordem e evoluções militares. Identificou-se uma relação entre o Método Francês e o Anteprojeto de Educação Física Nacional, na tentativa de expandir o Método Francês para todo o país, e tensões entre a Associação Brasileira de Educação e este Anteprojeto. O RGEF-R7 constituiu-se como um manual didático do professor, destinado principalmente ao ensino de alunos de quatro a 18 anos, e foi utilizado na formação docente. Apesar de algumas semelhanças com o treinamento militar, no Brasil o seu ensino não teve traços de militarização, adotando um caráter de intervenção política e social no contexto do projeto varguista de desenvolvimento nacional nas décadas de 1930 e 1940. Nestas duas décadas, por motivos da aproximação entre a instituição militar e o poder central, o Método Francês foi prescrito oficialmente para o ensino escolar, mas não foi hegemônico, concorrendo com outros métodos, principalmente com o fenômeno dos esportes. Foi proposto para intervenção pedagógica e política na busca de um modelo almejado de cidadão, forte, resistente, saudável, disciplinado e obediente.

**Palavras-chave:** Ginástica; Método Francês; Educação Física; Militar.

## ABSTRACT

The objective was to analyze the *Regulamento Geral de Educação Física - Regulamento n° 7* (RGEF-R7) in the search for evidence to support the claim that it was designed for the training of the soldier for war. We use content analysis to encode the data, comparing it with other military manuals. The RGEF-R7 was the translation of the French Gymnastic Method, carried out by members of the Military Physical Education Center under the supervision of the French Military Mission between 1928 and 1934, the year in which it was published. It was introduced in Brazil by the French Military Mission, contracted to "modernize" the national army. In comparison to the french original, RGEF-R7 can not be treated as a "full translation", an expression so widespread in the field, because there are some differences in content, some subtle, and others evident, such as the low-floor gymnasium model adopted. A systematization of utilitarian contents, basically arranged in seven families: marching, climbing, jumping, lifting and transporting, running, launching, attacking and defending, and even being not hegemonic in RGEF-R7, there are some elements similar to the contents of military training, such as transportation of wounded, techniques of progression in combat, transport of sandbags, beams, tree trunks, transposition of walls, palanques and fences, as well as games with militarized themes such as firing and grenade launching , besides exercises of order and military evolutions. A relationship between the French Method and the National Physical Education Draft was identified, in an attempt to expand the French Method to the whole country, and tensions between the Brazilian Education Association and this Preliminary Draft. The RGEF-R7 was a teacher's didactic manual, mainly aimed at teaching students aged four to 18 years, and was used in teacher training. In spite of some similarities with military training, in Brazil its teaching had no trace of militarization, adopting a character of political and social intervention in the context of the Vargas national development project in the 1930s and 1940s, between the military institution and the central power, the French Method was officially prescribed for school education, but it was not hegemonic, competing with other methods, mainly with the phenomenon of sports. It was proposed for pedagogical and political intervention in the search for a desired model of citizen, strong, resistant, healthy, disciplined and obedient.

**Keywords:** Gymnastics; French Method; Physical Education; Military.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Espirômetro .....	61
Figura 2: Planta Baixa de Estádio .....	63
Figura 3: <i>Gymnase</i> .....	102
Figura 4: Ginásio para Educação Física .....	103
Figura 5: Croqui inserido nos Exercícios de Ordem .....	104
Figura 6: Primeira capa do Regulamento Geral de Educação Física (1ª Parte) .....	106
Figura 7: Segunda capa do Regulamento Geral de Educação Física (1ª Parte) .....	107
Figura 8: Comparação dos traços das imagens.....	108
Figura 9: <i>Franchir la barre supérieure</i> .....	109
Figura 10: Transpor a barra superior .....	109
Figura 11: Transpor a barra superior com última imagem invertida.....	110
Figura 12: Afastamento lateral correto e incorreto.....	113
Figura 13: Foto do CMEF com short e calçados brancos.....	117
Figura 14: Manoel Tôrres Junior recebendo medalha de Frederico Figner .....	123
Figura 15: Posição fundamental .....	150
Figura 16: Flexionamentos em marcha .....	151
Figura 17: Comparação entre elevação dos braços .....	152
Figura 18: Diferença de tradução de circundação dos braços .....	153
Figura 19: Diferença de tradução de flexão de tronco.....	154
Figura 20: O Desenhista Maneta, O João Grande, O Caranguejo e O Carrinho de Mão.....	156
Figura 21: Suspensão inclinada com e sem barras .....	156
Figura 22: Suspensão alongada com elevação de joelhos e perna estendida .....	157
Figura 23: Apoio de frente ou Flexão dos braços.....	157
Figura 24: Alunos da EsEFEx em aula de ginástica em 1936.....	158
Figura 25: Escalar muro com auxílio de vara.....	159
Figura 26: Escalar muro com auxílio de corda.....	159
Figura 27: Escalar um palanque individualmente .....	160
Figura 28: Escalar com dois auxiliares sobre o muro.....	161
Figura 29: Escalar muro com um auxiliar .....	161
Figura 30: Escalar um muro com dois auxiliares .....	162
Figura 31: Escalar um muro com dois auxiliares e varas .....	162
Figura 32: Escalar um muro com dois auxiliares e corda.....	163
Figura 33: Corda inclinada - cabo aéreo.....	164

Figura 34: Escalar uma cerca com auxílio.....	165
Figura 35: Luta do quadrado .....	170
Figura 36: Resistência á abdução do punho e do antebraço .....	170
Figura 37: Resistência à flexão da cabeça .....	171
Figura 38: Resistência à abertura e à aproximação dos joelhos .....	171
Figura 39: Luta de costas e empurrar pelas costas um camarada que resiste.....	171
Figura 40: Luta de resistência pelo punho.....	172
Figura 41: Transporte de saco pesado sobre uma espádua.....	174
Figura 42: Transporte nas costas .....	176
Figura 43: Transporte nos braços por um homem.....	177
Figura 44: Transporte nos braços por dois homens.....	178
Figura 45: Técnica das mãos entrelaçadas .....	179
Figura 46: Porter um camarade a deux (chaise à porteurs) .....	179
Figura 47: Transporte por dois homens do mesmo lado .....	180
Figura 48: Transporte por dois homens nas extremidades .....	181
Figura 49: Transportar um camarada sobre a nuca e as espáduas.....	182
Figura 50: Transporte simples .....	182
Figura 51: Passar em uma escada objetos pesados.....	183
Figura 52: Trincheira da Primeira Guerra Mundial.....	184
Figura 53: Por grupos, levantar e transportar, uma trave, um trilho, uma árvore, etc.....	185
Figura 54: O Polichinelo .....	186
Figura 55: Salto de obstáculo de frente .....	187
Figura 56: Salto de obstáculo de lado.....	188
Figura 57: Salto de baixo para cima em barranco .....	188
Figura 58: Salto em profundidade .....	188
Figura 59: Salto em profundidade estando em suspensão em um pórtico.....	189
Figura 60: Salto em profundidade estando em suspensão em um muro .....	189
Figura 61: Lançar para o alto o " <i>medicine-ball</i> " .....	191
Figura 62: Uso do " <i>medicine-ball</i> " em aula de Educação Física Feminina .....	191
Figura 63: O anão e o gigante.....	194
Figura 64: Marcha na ponta dos pés e marcha com elevação dos joelhos .....	195
Figura 65: Marcha com o tronco flexionado .....	196
Figura 66: Marcha de quatro pés .....	197
Figura 67: Marcha rastejante - 1º processo .....	197

Figura 68: Marcha rastejante - 2º processo .....	197
Figura 69: A pêndula .....	198
Figura 70: Corrida com esquiwa .....	199
Figura 71: Passagem de “coluna por um” para “coluna por dois” e de “coluna por dois” para “coluna por quatro” .....	202
Figura 72: Formações em círculo, serpentina, caracol e oito .....	203
Figura 73: Marcha dos ginastas, círculos interiores, em estrela e asas do moinho .....	203
Figura 74: Estudo do nado <i>la brasse</i> fora d'água .....	207
Figura 75: Soldados rebocando uma metralhadora <i>Maxim</i> - agosto de 1914.....	212
Figura 76: Soldados ingleses deslocando-se em bicicletas - agosto de 1914.....	212
Figura 77: Soldados italianos na Primeira Guerra Mundial - novembro de 1915.....	213
Figura 78: turma feminina do ciclo elementar (3º grau).....	219
Figura 79: Comparação entre o nado de um animal e um humano .....	231
Figura 80: Cronofotografia de Marey.....	231
Figura 81: Primeiro fuzil fotográfico com um único tiro .....	232

#### **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1: Diferenças entre o manual original e a tradução .....	97
Quadro 2: Histórico da elaboração do RGEF-R7 .....	121
Quadro 3: Processo de construção do Método Francês.....	130
Quadro 4: Classificação dos Pequenos Jogos.....	166
Quadro 5: Comparação entre os conteúdos do RGEF-R7 e o Método Natural.....	228

#### **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: Disposição dos conteúdos.....	112
Tabela 2: Relação entre conteúdos e idade.....	114
Tabela 3: Percentual de exercícios por subgrupos.....	115
Tabela 4: Representações de corpo .....	115
Tabela 5: Representação de corpo por posições anatômicas.....	116
Tabela 6: Vestimentas .....	117
Tabela 7: Total dos professores de Educação Física no Espírito Santo (1932 - 1935) .....	124
Tabela 8: Alcance da Educação Física por estabelecimentos no Espírito Santo (1935).....	124
Tabela 9: Percentual de conteúdos .....	148

Tabela 10: Distribuição dos flexionamentos por faixa etária .....	151
Tabela 11: Distribuição dos exercícios “Tregar” por faixa etária .....	155
Tabela 12: Distribuição de exercícios por partes do corpo .....	166
Tabela 13: Distribuição de Atacar e defender-se por faixa etária .....	169
Tabela 14: Partes do corpo que visam os exercícios de atacar e defender-se .....	172
Tabela 15: Distribuição de Saltar por faixa etária .....	187
Tabela 16: Distribuição de Lançar por faixa etária .....	190
Tabela 17: Partes do corpo mobilizadas pelos exercícios da família Lançar .....	193
Tabela 18: Distribuição de Marchar por faixa etária.....	194
Tabela 19: Distribuição de Correr por faixa etária .....	198
Tabela 20: Evoluções e Rodas e Formação e Exercícios de Ordem por faixa etária .....	201
Tabela 21: Distribuição de Nadar por faixa etária.....	206
Tabela 22: Distribuição de Grandes Jogos e Jogos Desportivos por faixa etária.....	209

## **LISTA DE SIGLAS**

ACF - Associação Cristã Feminina

ACM - Associação Cristã de Moços

AEFN - Anteprojeto de Educação Física Nacional

CMEF - Centro Militar de Educação Física

CPII - Colégio Pedro II

DEF - Divisão de Educação Física

EsEFEx - Escola de Educação Física do Exército

ESI - Escola de Sargentos de Infantaria

INS - Institut National des Sports

RGEF-R7 - Regulamento Geral de Educação Física - Regulamento nº 7

RGEF-R7-1ª parte - Regulamento Geral de Educação Física - Regulamento nº 7 - 1ª parte

RIFM - Regulamento de Instrução Física Militar

MMBIP - Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai

VMNI - Ventilação Mecânica Não Invasiva

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>1 A MISSÃO MILITAR FRANCESA E O MÉTODO FRANCÊS COMO PROPOSTA PARA O AMBIENTE ESCOLAR.....</b>	<b>26</b>
1.1 A INSERÇÃO DA GINÁSTICA NO BRASIL NO EXÉRCITO E NA ESCOLA .....	28
1.2 A MISSÃO MILITAR FRANCESA E A INTRODUÇÃO DO MÉTODO FRANCÊS DE GINÁSTICA NO BRASIL .....	35
1.3 A ESCOLHA DO MÉTODO GINÁSTICO NA DÉCADA DE 1920 NO BRASIL E A INFLUÊNCIA DA MISSÃO MILITAR FRANCESA .....	41
1.4 O ANTEPROJETO DE EDUCAÇÃO FÍSICA NACIONAL .....	50
1.5 O MÉTODO NACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA: SONHO NÃO CONCRETIZADO .....	63
1.6 ESPAÇOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA: DISPUTAS ENTRE ABE E SEFH .....	70
1.7 FORÇAS ARMADAS E SOCIEDADE: APROXIMAÇÕES NECESSÁRIAS.....	78
1.8 EDUCAÇÃO FÍSICA E FORÇAS ARMADAS: EDUCAÇÃO DO CORPO PARA A GUERRA .....	82
1.9 A GINÁSTICA E A FORMAÇÃO MILITAR: QUEM ERAM OS SOLDADOS? .....	87
<b>2 O REGULAMENTO GERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA: O SUPORTE DO MÉTODO.....</b>	<b>97</b>
2.1 DO SUPORTE E DA MATERIALIDADE: APRESENTAÇÃO, TRADUÇÃO, PUBLICAÇÃO E CIRCULAÇÃO .....	99
2.2 O <i>RÈGLEMENT GÉNÉRAL D'ÉDUCATION PHYSIQUE - MÉTHODE FRANÇAISE</i> : PRODUTO DA ESCOLA FRANCESA DE GINÁSTICA.....	126
2.3 DOS CONTEÚDOS DO REGULAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA - PRESSUPOSTOS .....	132
2.4 REGULAMENTO Nº 7 - O ANTECESSOR DO REGULAMENTO GERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA.....	144
<b>3 OS EXERCÍCIOS DO REGULAMENTO GERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA: O EIXO DO MÉTODO.....</b>	<b>148</b>
3.1 FLEXIONAMENTOS .....	149
3.2 TREPAR.....	154
3.3 PEQUENOS JOGOS .....	166
3.4 ATACAR E DEFENDER-SE.....	168
3.5 LEVANTAR E TRANSPORTAR.....	173
3.6 SALTAR .....	186
3.7 LANÇAR.....	190
3.8 MARCHAR .....	194
3.9 CORRER.....	198
3.10 EVOLUÇÕES E RODAS E FORMAÇÃO E EXERCÍCIOS DE ORDEM.....	201
3.11 NADAR .....	206
3.12 GRANDES JOGOS E JOGOS DESPORTIVOS .....	209
3.13 GINÁSTICA E CIÊNCIA: AS BASES FISIOLÓGICAS .....	213
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>234</b>
<b>FONTES .....</b>	<b>240</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>243</b>
<b>APÊNDICE A: Primeiras escolas superiores de Educação Física no Brasil.....</b>	<b>257</b>

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar o Regulamento Geral de Educação Física - Regulamento nº 7 (RGEF-R7)<sup>1</sup>, nome que recebeu a tradução do *Règlement Général D'Éducation Physique - Méthode Française*, elaborado na década de 1920 na Escola de Joinville-le-Pont, na França, como manual didático para o ensino do Método Francês, nome como ficou conhecido o sistema ginástico utilizado naquele país no início do século XIX, tanto para formação militar dos soldados quanto para o ensino nas escolas francesas. O RGEF-R7 foi traduzido pelo Centro Militar de Educação Física (atual Escola de Educação Física do Exército) no fim da década de 1920 e início da década de 1930, e serviu como suporte didático para o ensino do Método Francês no Brasil.

O Método Francês foi adotado oficialmente no Brasil como sistema ginástico, primeiramente no Exército, por meio do Decreto nº 14.784, de 27 de abril de 1921, e na escolarização, por meio da Portaria nº 70<sup>2</sup>, de 30 de junho de 1931, do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Em 1932, foi aprovado o Regulamento de Educação Física (1ª e 3ª partes), publicado em 1934 com o nome de Regulamento Geral de Educação Física - Regulamento nº 7, sendo utilizado como um manual didático pelo professor/instrutor de Educação Física, pois continha o Plano de Educação Física, que incluía exercícios, procedimentos, jogos, brincadeiras e esportes que deveriam ser adotados nas aulas, motivo pelo qual nos referimos a ele como manual. O original francês continha três partes, a primeira voltada para escolarização, a segunda para treinamento desportivo e a terceira para treinamento militar, mas no Brasil foram traduzidas para o português somente a primeira e terceira.

Souza Júnior et al (2015, p. 486) afirmam que o RGEF-R7 foi “utilizado em todas as escolas do território nacional”, e por este motivo elegemos a primeira parte<sup>3</sup>, a que trata de educação física na escola, como nosso objeto e fonte de pesquisa para melhor compreender o Método Francês como parte integrante de um projeto nacional de Educação Física. Neste contexto de introdução do Método Francês no ambiente escolar, conteúdo não produzido no interior da escola e sim nas propostas da fisiologia moderna em atenção às demandas da modernidade e do pós Primeira Guerra Mundial, é que procuramos compreender melhor suas

---

<sup>1</sup> Devido ao número de referências que fizemos ao Regulamento, o tratamos pela sigla RGEF-R7.

<sup>2</sup> Goellner (1992) aponta que a portaria foi emitida pelo Ministério da Guerra, e Castro (1997) e Chicon (2008) apontam que a portaria foi de Francisco Campos, ministro da Educação e Saúde Pública.

<sup>3</sup> No decorrer da pesquisa, nos referenciaremos a ela como RGEF-R7-1ª parte.

finalidades imersas no momento histórico em que foi difundido. A ginástica, como manifestação da cultura física na modernidade, foi a responsável pela introdução dos exercícios físicos nos currículos escolares com a finalidade de desenvolvimento das capacidades físicas e por vezes morais, perpassando correções posturais e de hábitos. Posteriormente, a ginástica cede espaço aos esportes e um surto desportivo passaria a balizar esta disciplina por décadas. A ginástica foi o “embrião” da Educação Física escolar.

Havíamos realizado anteriormente pesquisa sobre livros didáticos de Educação Física, na qual identificamos 49 títulos publicados entre os anos de 1828 e 2014 (LOUREIRO, 2017). O fato de estas obras terem sido pouco observadas no campo da História da Educação Física, somado à afirmação acima, de que o RGEF-R7 foi amplamente utilizado nas escolas do país, nos levou a optar por explorá-lo. Naquela mesma pesquisa havíamos constatado pelo volume de produção que a professora Suraya Darido<sup>4</sup> é referência em pesquisas de livros didáticos de Educação Física, e como ela é coautora em Souza Júnior et al (2015), nos fez salientar a relevância da afirmação sobre o uso do Regulamento nas escolas.

Cantarino Filho (1982) observa pesquisa realizada pela Divisão de Educação Física, na qual levantamento apontava o uso do Método Francês nos estabelecimentos de ensino secundário. Em 1939, 61,6% dos estabelecimentos o utilizavam, em 1939, o percentual sobe para 81,3% e em 1940 para 90,6%, tendo a adoção do Método atingido a integralidade dos estabelecimentos de ensino secundário em 1941. Estes dados são oficiais e devem ser relativizados, mas nos permitem perceber a necessidade de afirmação por parte da Divisão em divulgar o “sucesso” do Método Francês.

Choppin (1980), discutindo a história dos manuais escolares, afirma que são raros os estudos históricos que deram importância em definir o Livro Didático, como se sua aparência tão familiar determinasse uma realidade indiscutível e delimitações precisas, como se fosse de senso comum sua definição, sem defini-lo, mas ressalta que a questão deveria ser levantada. Cita uma crônica de setembro de 1968 do jornal francês *Bibliographie de la France*<sup>5</sup>:

livros didáticos são todos os livros produzidos com a intenção de servir à educação. Como tal, são dirigidos a todos os estudantes de todas as classes

---

<sup>4</sup> A pesquisadora orientou duas teses, quatro dissertações, quatro monografias de conclusão de curso de graduação e é autora/coautora de dez artigos, todos estes com temática em livros didáticos de Educação Física. Coordenou juntamente com Fernando Jaime González e Amauri Aparecido Bassioli de Oliveira, os quatro livros que compõem os conteúdos do Programa Forças no Esporte, publicados em 2014 com 2ª edição em 2018. Este programa é desenvolvido pelo Ministério da Defesa, com o apoio da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, e em parceria com os Ministérios do Esporte, da Educação e do Desenvolvimento Social e da Secretaria Nacional de Juventude.

<sup>5</sup> *Bibliographie de la France. Chronique*, 25 set. 1968.

de todas as seções, para todos os exames e certificados e diplomas. Eles também são dirigidos aos professores: eles são destinados também aos mestres, indiretamente através do livro do aluno e, especialmente, em seguida, pelo livro do professor (Bibliographie de la France, 1968 apud CHOPPIN, 1980, p. 5).

Quando Alain Choppin (1980) indicou que a questão do livro didático deveria ser considerada, havia poucas pesquisas com esta temática, mas posteriormente o panorama avançou. Podemos encontrar algumas propostas expressivas com relação a conceitos e definições acerca da questão. Apesar das variações, perceberemos que há certos pontos de intersecção nos diversos entendimentos. A seguir, apresentamos a definição de livros didáticos para alguns autores:

didático, então, é o livro que vai ser utilizado em aulas e cursos, que provavelmente foi escrito, editado, vendido e comprado, tendo em vista essa utilização escolar e sistemática (LAJOLO, 1996, p. 2);

[...]

“material impresso, estruturado, destinado ou adequado a ser utilizado num processo de aprendizagem ou formação”; materiais “caracterizados pela seriação dos conteúdos”; “mercadoria”; “depositário de conteúdos educacionais”; “instrumento pedagógico”; “portador de um sistema de valores”; “suportes na formulação de uma História Nacional”; “fontes de registros de experiências e de relações pedagógicas ligados a políticas pedagógicas da época”; e ainda materiais “reveladores de ângulos do cotidiano escolar e do fazer-se da cultura nacional” (GATTI JÚNIOR, 1997, p. 2);

[...]

um instrumento impresso, intencionalmente estruturado para se inscrever num processo de aprendizagem, com o fim de lhe melhorar a eficácia (GÉRARD; ROEGIERS, 1998, p. 19);

[...]

aquele constituído de um conjunto extenso de conteúdos curriculares, com progressão em unidades e favorecendo usos coletivos e individuais. E também como instrumento pedagógico inscrito em uma longa tradição, inseparável tanto na sua elaboração como na sua utilização das estruturas, métodos e condições do ensino de seu tempo (MOREIRA, 2011, p. 16);

[...]

Quanto à definição do livro didático, a sua fluidez, ao que parece, está relacionada ao lugar que esse dispositivo ocupa exatamente na cultura escolar, como se verá adiante. Uma definição provisória, adotada por muitos pesquisadores, enuncia que o livro didático é qualquer livro, em qualquer suporte - impresso em papel, gravado em mídia eletrônica etc. -, produzido explicitamente para ser utilizado na escola, com fins didáticos (MUNAKATA, 2016, p. 3).

Como podemos perceber em diversos conceitos trazidos pelos autores, há pelo menos seis pontos em comum: a) literatura impressa; b) sistematizados e estruturados; c) intencionalidade na elaboração; d) instrumento, ferramenta, suporte; e) destinado ao processo

ensino e aprendizagem; e f) mercadoria, produto. Face a estes elementos comuns nas definições, consideramos que o RGEF-R7-1ª parte foi concebido como um livro didático para o professor, e por isso se enquadra no conceito. Foi impresso, distribuído e vendido, possui conteúdos sistematizados e estruturados, chamados de “sete famílias” de aplicações, e foi elaborado com intenção de servir para o processo de ensino e aprendizagem do Método Francês de ginástica no processo de escolarização. Por motivo de o RGEF-R7-1ª parte apresentar todas estas características, o trataremos como manual didático, pois foi direcionado ao professor/instrutor, mesmo que suas características não permitissem a interação entre professor e aluno como nos livros didáticos atuais.

Para não sermos traídos ao analisar o conteúdo da obra, há que se considerar a diferença entre “o trabalho da escrita e a fabricação do livro” (CHARTIER, 1990, p. 126). Para o pesquisador, texto e impresso são elementos distintos, mas sempre indissociáveis, pois existem em uma espécie de simbiose, sem a qual deixam de existir. Neste processo de criação, o “objeto-livro” (CHARTIER, 1996, p. 251), é composto por dois dispositivos, os que resultam “do estabelecimento do texto, das estratégias de escrita, das intenções do autor” e os que decorrem da “passagem a livro ou a impresso, produzidos pela decisão editorial ou pelo trabalho de oficina” (CHARTIER, 1990, p. 127). Ao analisar estas dimensões do objeto-livro chamado Regulamento Geral de Educação Física, faz-se necessário considerar aspectos da materialidade, pois foi esta que chegou até o leitor. Neste caso específico, a tradução brasileira perdeu muito em propriedades gráficas para o original francês, prejudicando até mesmo o *status* científico que caracterizava o *Règlement*. Se a produção textual original do manual ocorreu na Escola de *Joinville-le-Pont*, estabelecimento militar, esse objeto cultural trilhou caminhos diversos, com múltiplos aspectos de circulação e recepção.

Quando recapitulamos elementos exteriores à escola para a compreensão da cultura escolar, não se trata de menosprezar a educação formal nem menoscar a escolarização, mas de “identificar outras vias, menos estudadas e reconhecidas, que têm um importante papel na aquisição de saberes ao longo da vida, evidenciando-se como fundamentais no processo formativo das pessoas” (CAVACO, 2003, p. 126). Trata-se também de perceber outros sujeitos e outras conjeturas que, em determinado momento histórico, olharam para a escola e a viram como disseminadora ideal de conteúdos formativos, como vetor de propagação de saberes, que atendesse a interesses sociais e políticos mais diversos, e não apenas como uma instituição isolada. No caso específico do Método Francês, ocorreu a tentativa de reproduzir no Brasil a experiência francesa de utilizar a escola como construtora de corpos saudáveis e

fortes, formadora de nacionalidade e ambiente ideal para a construção de sujeitos nos moldes de perfil desejado, tanto físico, quanto moral e técnico.

Este Método foi trazido para o Brasil pela Missão Militar Francesa, que atuou junto ao Exército nacional de 1920 a 1940, no contexto do projeto de modernização<sup>6</sup> da doutrina militar brasileira. Em 1921 difundiu o Método Francês nos quartéis, representado naquele momento pelo Regulamento de Instrução Física Militar, antecessor do RGEF-R7. Em 1922, sob a influência desta Missão, foi inaugurado o Centro Militar de Educação Física (CMEF), anexo à Escola de Sargentos de Infantaria (ESI). Em 1928, com a chegada do major francês Pierre Segur, instrutor na Escola de *Joinville-le-Pont* e membro da Missão Militar Francesa, foi iniciado a tradução da 1ª e 3ª parte do *Règlement Général D'Éducation Physique – Méthode Française*, completada no fim de 1932. Em 1933, o CMEF foi reorganizado e renomeado para Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), na tentativa de reproduzir no Brasil o modelo de *Joinville-le-Pont*, intensificando a divulgação do Método Francês para todo o Brasil, por meio de cursos, revista científica e convênios entre escolas e a EsEFEx.

Segundo Soeiro e Tubino (2003), o Centro Militar de Educação Física foi criado em 1922 por Pandiá Calógeras, ministro da guerra, mas, segundo Ferreira Neto (1999), o centro só iniciou seu funcionamento efetivo no governo de Washington Luís, em 1927, pois ficara desativado devido às revoltas tenentistas, ocorridas entre 1922 a 1927. Em 1929<sup>7</sup>, durante uma visita de Washington Luís à Escola, acompanhado do general Nestor Sezefredo dos Passos, então ministro da Guerra, este determinou que ocorresse o primeiro curso provisório de Educação Física.

O curso foi realizado no mesmo ano e foi diplomada a primeira turma, constituída de 10 oficiais, 60 sargentos e 20 professores do então Distrito Federal (hoje município do Rio de Janeiro), que foram matriculados por solicitação do Doutor Fernando de Azevedo<sup>8</sup>, diretor da Instrução Pública do Distrito Federal, totalizando 90 diplomados. A condução do curso provisório foi entregue ao tenente Ignácio de Freitas Rolim e ao médico Virgílio Alves Bastos, instrutores da ESI, sob a supervisão técnica de Pierre Segur. Segundo Melo (1996), a

---

<sup>6</sup> No Brasil Colônia e Império, o Exército organizava-se com base no Exército português, e era sistematizado em três linhas: 1ª linha correspondia às tropas pagas, 2ª linha às tropas auxiliares ou milícias e 3ª linha às Ordenanças (WEHLING; WEHLING, 1994). Quando citamos a modernização do Exército Nacional estamos nos referindo ao processo de profissionalização da instituição e, conseqüentemente, ao fim da organização em três linhas. A Missão Militar Francesa foi contratada para contribuir neste processo.

<sup>7</sup> Ferreira Neto (1999) e Soeiro e Tubino (2003) afirmam que esta visita ocorreu em 1929, já o histórico da Escola de Educação Física do Exército menciona em seu sítio digital que a visita foi em 1928. Disponível em: <<http://www.esefex.eb.mil.br/historico>>. Acesso em: 17 fev. 2019.

<sup>8</sup> Redator do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, proposto em de 1932.

dupla havia sido preparada por Segur, e Rolim estava envolvido com a Educação Física desde 1925 na Escola de Sargentos de Infantaria.

Em 1931, a Reforma Francisco Campos previa “exercícios de educação física” obrigatórios para todas as classes do ensino secundário. Esta obrigatoriedade formal constitui um marco histórico, mas a ginástica já era praticada na escolarização desde meados do século XIX. Puchta (2015, p. 72) analisa 15 programas de ensino para os grupos escolares de São Paulo, Paraná e Minas Gerais, e para as escolas primárias do Rio de Janeiro, entre os anos de 1883 a 1925. Codifica os tipos de exercícios físicos mais comuns e delimita o que chama de “base comum da ginástica”. Os conteúdos com mais incidência de prescrição são exercícios de braços, pernas, tronco, cabeça e marchas. Corrida, saltos, jogos infantis e evoluções e exercícios militares têm menor incidência que os exercícios da “base”, mas bastante praticados. Ginástica sueca e exercícios calistênicos, mesmo que amplamente discutidos no campo teórico do período, aparecem nos programas de forma tímida. A ginástica alemã e a francesa não constam nos programas.

A ginástica não estava em pauta somente nos currículos escolares, segundo Carvalho (1994), ainda em 1932, no dia 16 de maio, foi ao ar pela primeira vez, na Rádio Educadora Paulista, o programa Hora da Ginástica, apresentado por Oswaldo Diniz Magalhães (1904 - 1998), que tinha como pauta transmitir ensinamentos de saúde, moral e civismo. Inicialmente uma aula diária de ginástica rítmica às 07h30min, posteriormente estendida para duas aulas diárias, pois “é fácil começar bem; é preciso, porém, força de vontade para prosseguir até o fim” (CARVALHO, 1994, não paginada). De maneira ininterrupta, o programa foi ao ar até 1983 e era veiculado em inúmeras rádios privadas e governamentais do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, como por exemplo, a rádio do Ministério da Cultura, Rádio Mayrink Veiga e Rádio Globo, ambas do Rio de Janeiro, e Rádio Difusora, de Minas Gerais.

Em 1937, o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, criado em 1930, teve sua designação alterada para Ministério da Educação e Saúde Pública. Como órgão de administração especial, este foi dividido em Departamento Nacional de Educação e Departamento Nacional de Saúde. O primeiro foi constituído em oito divisões, nas quais a oitava era a Divisão de Educação Física<sup>9</sup>. Com esta divisão percebemos que, em tese, a Educação Física foi alocada na área da educação e não na da saúde. Ainda em 1937, a nova Constituição Federal previa em seu artigo nº 131 “a educação física, o ensino cívico e o de trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias”.

---

<sup>9</sup> Por ocasião de sua criação no texto da lei em 1937 sua nomenclatura ainda possuía a grafia “Divisão de Educação Physica”.

Estes três elementos nos remetem aos valores individuais do combatente, citados no Regulamento de Instrução Física Militar de 1921, o físico, o técnico e o moral (BRASIL, 1921). O próprio texto da lei é bastante claro quanto aos objetivos do Estado quanto ao modelo de juventude desejado, e a este cabe “promover-lhe a disciplina moral e o adestramento físico, de maneira a prepará-la ao cumprimento, dos seus deveres para com a economia e a defesa da Nação” (BRASIL, 1937, Art. 132). Naquele período pós Primeira Guerra Mundial, economia e defesa formavam uma espécie de binômio indissociável. Países saíram da guerra em situações tão distintas, uns derrotados, com sua economia e sentimentos abalados, e outros vitoriosos, firmando tratados de vantagens econômicas com sentimento nacionalista exacerbado.

Em 1939, foi criada a Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD) na Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro. Seu primeiro curso de nível superior em Educação Física foi iniciado no mesmo ano, com duração de dois anos, tendo como diretor o major Ignácio Freitas Rolim, diretor do curso provisório de 1929 no CMEF, o que contribuiu para a presença do Método Francês na ENEFD. Antes deste curso superior, diversos outros ocorreram. Melo (1996) diz que o primeiro curso de Educação Física em instituição “civil”, ou seja, não militar, foi o Curso Especial de Educação Física, que ocorreu no estado do Espírito Santo, em 1931. Apesar do termo “civil”, o curso foi dirigido por Laurentino Bonorino<sup>10</sup>, tenente do Exército formado no curso provisório de 1929, fator este que explica porque o curso tinha o Método Francês como conteúdo principal. Ainda em 1931, o estado de São Paulo criou a Escola de Educação Física de São Paulo, também alicerçada no Método Francês<sup>11</sup>. Esta Escola posteriormente seria incorporada pela Universidade de São Paulo.

Para melhor visualizar a criação de escolas de Educação Física na Era Vargas e o posterior reconhecimento federal como escola superior, formulamos o quadro abaixo para ressaltar que as escolas e cursos foram criados por iniciativa regionais para atender a demanda de professores e, posteriormente, foram reconhecidos por meio de decretos pelo governo federal, exceção feita à ENEFD que foi inaugurada e reconhecida simultaneamente. Não

---

<sup>10</sup> Ingressou na Escola Militar em 1920, foi professor da cadeira de História da Educação Física de 1930 a 1933 no Centro Militar de Educação Física e um dos editores de Revista de Educação Física, 1932 a 1934, na qual publicou em quase todos os números da revista com o tema principal “unidade de doutrina” do Exército. Compôs a Liga de Sports do Exército. Foi Diretor Técnico do CMEF (1931) e publicou juntamente com os tenentes Antonio de Mendonça Molina e Carlos Marciano de Medeiros *Histórico da Educação Física*, em 1931. Um dos tradutores do RGEF (primeira e terceira parte). Foi um dos dez tenentes formados no Curso Provisório de Educação Física em 1929 (FIGUEREDO, 2015).

<sup>11</sup> O currículo era dividido em duas partes: prática (prática do método francês, grandes jogos, natação e danças) e teórica (pedagogia, anatomia, fisiologia, psicologia e história).

mencionamos o Centro Militar de Educação Física, pois não se constituiu como escola superior, nem mesmo em 1933 quando foi reformulado para Escola de Educação Física do Exército, apesar de ser esta a intenção da Missão Militar Francesa ao tentar reproduzir o exemplo da Escola de *Joinville-le-Pont*, que em 1925 tornou-se Escola Superior de Educação Física (LEVET-LABRY, 2007). Transpomos nosso recorte temporal para poder perceber as ações em relação à Educação Física do governo Vargas. A disseminação do Método Francês no Brasil coincidiu com as primeiras escolas especializadas, ou seja, os defensores deste Método aproveitaram o contexto de efervescência da vulgarização da cultura física (ver Apêndice 1).

Em 1941, por meio do Decreto nº 3.199, de 14 de abril, o Governo Vargas estabelece as bases de organização dos desportos no país e cria o Conselho Nacional de Desportos e os conselhos regionais de desportos. Estabelecia normas, responsabilidades, diretrizes referentes ao desenvolvimento dos desportos no Brasil, e para isso criava seis confederações brasileiras: de Desportos, de *Basket-ball*, de Pugilismo, de Vela e Motor, de Esgrima e de Xadrez. A primeira englobava o “foot-ball, o tenis, o atletismo, o remo, a natação, os saltos, o water-polo, o volley-ball o hand-ball”. Tal medida teve por finalidade, segundo Pimentel (2007), centralizar o controle das diversas iniciativas desportivas no país. Diversos clubes e associações esportivas já estavam em funcionamento e o esporte tomava dimensões geométricas. Assim como ocorreu com o reconhecimento e institucionalização das escolas de Educação Física, ocorreu com os esportes e as diversas manifestações da cultura corporal de movimento, no tocante a iniciativas do Estado para centralizar a gerência da Educação Física no Brasil.

As ações do CMEF em um momento de efervescência da cultura física, somadas ao contexto de aproximações políticas entre a instituição militar e Getúlio Vargas, possibilitaram a inserção do Método Francês nos currículos, mesmo com as disputas de tendências no campo. Aproveitando este momento bastante dinâmico e a aproximação do poder político, o “novo método” pôde irradiar suas proposições.

O RGEF-R7 foi o principal suporte do Método Francês de ginástica no Brasil, e serviu de fonte de pesquisa em Goellner (1992), Bruschi (2015; et al 2017) em décadas distintas. Goellner (1992) discute a transposição do Método Francês dos quartéis para as escolas, em um processo chamado por ela “da caserna a escola”. Sua pesquisa pioneira sobre o Método Francês observou documentos oficiais, livros dos personagens marcantes na construção do Método na França e o próprio Regulamento Geral de Educação Física, tanto na sua versão original quanto sua tradução. Conclui que apesar das diferenças de entendimentos entre o

escolanovismo e militarismo, na qual a primeira tinha caráter mais pedagógico, ambos pautavam-se em uma Educação Física de cunho biologicista, balizada pela fisiologia e o higienismo, ou seja, promotora da saúde e desenvolvimento físico e moral. Nesse sentido Fernando de Azevedo a entendia como

uma arte que consiste no exercício sistemático e harmônico de todos os órgãos do corpo, executado de acordo com certas regras e escudado nas leis anatômicas e fisiológicas e que tem por fim desenvolver, de um lado, certas faculdades morais, e de outro, favorecer a energia vital e sua redistribuição proporcional em todos os sistemas e por todos os recessos do organismo (AZEVEDO, 1960 apud GOELLNER, 1992, p. 160).

Goellner (1992) afirma que na escola foi implantada uma Educação Física militarizada, disciplinadora, voltada quase que exclusivamente para o físico, com baixo nível de reflexão teórica, utilizando meios (Método Francês) que dificilmente atingiriam os objetivos educacionais propostos pelos escolanovistas. Observamos que a pesquisadora não analisou documentos internos da Escola, se atendo apenas a fontes exteriores e ao próprio manual, o que contrastará com Marcela Bruschi.

Bruschi (2015; et al 2017) buscaram compreender a trajetória de 23 professoras normalistas formadas no Curso de Educação Física do Espírito Santo na década de 1930, na escolarização da disciplina, e, para isso, utilizou fontes internas do Curso, como as monografias das docentes, constatando o uso do RGEF-R7, pois o curso era orientado pelo CMEF. Conclui que apesar da presença militar, o curso não apresentava viés de militarização. Face esta divergência entre as duas pesquisas, entre as análises que observaram documentos externos e internos à escola, mesmo que ambas considerassem o RGEF-R7, nos propomos a investigar as representações contidas no manual e os possíveis usos de que foi objeto, com ênfase em identificar elementos que justificassem a afirmação de que o Método Francês foi elaborado para o treinamento do soldado, como ambas as pesquisas apontaram. Como nenhuma apresentou elementos que justificasse tal afirmação, buscamos identificar na primeira parte do RGEF-R7 representações que se aproximassem de exercícios para a formação militar. Analisando as edições de Revista de Educação Física na década de 1930, publicado pelo CMEF, percebemos que o periódico serviu como importante veículo de divulgação do Método Francês, pois foi o periódico científico especializado em Educação Física publicado pelo Centro Militar de Educação Física, e por isso incluímos suas publicações como fonte secundária de pesquisa.

Em 1942, a Reforma Capanema fixou a idade de 21 anos como limite para a obrigatoriedade da Educação Física no Ensino Secundário. Além disso, previa a Educação Militar para alunos do sexo masculino nas escolas de ensino secundário. Os menores de 16 anos receberiam instrução preliminar e os que tivessem completado esta idade, instrução militar propriamente dita, preparando os jovens para o serviço militar. Na França, o Método Francês resultou de longo processo de construção e teve início nas propostas de Francisco de Amoros em 1852, sendo reformulado de maneira mais enfática após a Guerra Franco-Prússia (1870-1871), e após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Sua última atualização significativa ocorreu em 1925, quando a Escola de *Joinville-le-Pont* foi transformada em Escola Superior de Educação Física, e foi esta última que serviu de base para a tradução brasileira.

Apesar de nossa pesquisa não estar situada no campo da história das disciplinas escolares, o contexto de elaboração e tradução do RGEF-R7 também constitui a teia que teceu o processo de disciplinarização da Educação Física. Em consonância com o francês André Chervel (1990), consideramos a história da disciplina Educação Física integrante da cultura escolar e da própria cultura social e, mesmo ao se tornar obrigatória para o ensino secundário em 1931, pelo Decreto nº 19.890<sup>12</sup>, de 18 de abril, e constitucionalmente no Brasil em 1937<sup>13</sup>, já era ensinada sob a forma de ginástica no Colégio Pedro II em 1841.

As disciplinas escolares intervêm igualmente na história cultural da sociedade. Seu aspecto funcional é o de preparar a aculturação dos alunos em conformidade com *certas finalidades*: é isso que explica sua gênese e constitui sua razão social. Mas se se as consideram em si mesmas, tornam-se entidades culturais como outras, que transpõem os muros da escola, penetram na sociedade, e se inscrevem então na dinâmica de uma outra natureza. (CHERVEL, 1990, p. 220, grifo nosso).

No caso específico da introdução do Método Francês na escola, estas “certas finalidades” mencionadas por André Chervel tinham objetivos para além de simples exercícios físicos, perpassando representações de defesa da pátria, nacionalidade, produção de riquezas, educação do corpo e educação moral. Considerando aquele contexto histórico de desenvolvimento econômico e defesa nacional no período pós Primeira Guerra Mundial, tomamos por hipótese que o Método Francês foi uma forma de levar o treinamento físico

---

<sup>12</sup> “Art. 9º Durante o ano letivo haverá ainda, nos estabelecimentos de ensino secundário exercícios de educação física obrigatórios para todas as classes”.

<sup>13</sup> “Art 131 - A educação física, o ensino cívico e o de trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência”.

militar para dentro da escola, e nos propomos a identificar elementos do treinamento do soldado em seus conteúdos. No período entreguerras a vulgarização da Educação Física na escola foi peculiar. Na década de 1930 ocorreu a sua obrigatoriedade e, segundo Betti (1991), dos 613 estabelecimentos de ensino secundário pesquisados pelo Departamento de Educação Física em 1940, 611 praticavam a Educação Física.

A necessidade de analisar a materialidade do RGEF-R7-1ª parte nos remete à teoria do suporte na qual “não existe nenhum texto fora do suporte que o dá a ler” (CHARTIER, 1996, p. 127), pois “a significação, ou melhor, as significações, histórica e socialmente diferenciadas de um texto, qualquer que ele seja, não podem separar-se das modalidades materiais que o dão a ler aos seus leitores” (CHARTIER, 1998, p. 105). “Cada forma, cada suporte, cada estrutura de transmissão e da recepção da escrita afeta profundamente os seus possíveis usos e interpretações” (CHARTIER, 1999, p. 105). O RGEF-R7-1ª parte foi o suporte de disseminação do Método Francês na escolarização, juntamente com os saberes difundidos nos cursos ofertados pelo CMEF e pela Revista de Educação Física, e de forma mais sutil, na revista *A Defesa Nacional*.

Muito além de investigar essa literatura, esses conceitos possibilitam superar os paradigmas da História Tradicional e adentrar na chamada História Cultural, que observa e considera não apenas os fatos históricos em trajetória linear, mas as representações produzidas pelos diversos sujeitos. Quem elabora, redige, traduz ou edita o livro produz cultura, mas quem lê, estuda e reflete, também produz cultura. “Cada forma, cada suporte, cada estrutura de transmissão e da recepção da escrita afeta profundamente os seus possíveis usos e interpretações” (CHARTIER, 1999, p. 105). A análise de nossa fonte, o RGEF-R7, nos possibilitou identificar algumas representações elaboradas pelos autores do manual, bem como, por parte dos tradutores, por meio dos tipos de exercícios propostos, com suas periodicidades, intensidades e público alvo, imersos numa sistematização elaborada na Escola de *Joinville-le-Pont*, e apropriada pelo Centro Militar de Educação Física.

Após identificar algumas representações contidas no RGEF-R7-1ª parte, foi possível perceber que o manual apresenta alguns indícios de aproximação com exercícios militares, mas isso não se verificou no ensino do Método Francês nas escolas, que foi mais pautado no desenvolvimento das capacidades físicas do que no treinamento militar propriamente dito. A afirmação de que o RGEF-R7 foi proposto como forma de treinamento militar, baseia-se mais no histórico do original francês do que nos usos que foram feitos da tradução dele no Brasil. Nas pesquisas que tomaram o Método Francês por objeto/fonte há uma tendência em reproduzir a ideia de que ele foi proposto para a formação do soldado, esquecendo-se dos usos

e desusos de que ele foi objeto. Propusemo-nos a analisar os conteúdos do manual sem esquecer as representações atinentes ao seu ensino e possíveis apropriações.

Um projeto de lei, conhecido no campo como Anteprojeto de Educação Física Nacional<sup>14</sup>, apresentado em 1929 no Congresso Nacional pelo general Sezefredo, ministro da guerra, tinha por finalidade expandir a Educação Física para toda a nação, e mesmo que não tenha sido aprovado, o Método Francês foi prescrito de maneira oficial e o RGEF-R7 serviu como suporte de estratégia na execução parcial daquele projeto. Consideramos estratégias o conceito proposto por Certeau (1998, p. 99), ou seja, “o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado”. O pesquisador traz o conceito de estratégia atrelado ao de tática, onde aquela “é organizado pelo postulado de um poder”, e esta “é determinada pela ‘ausência’ de um poder” (CERTEAU, 1998, p. 101). Ou ainda:

As estratégias são portanto ações que, graças ao postulado de um lugar de poder (a propriedade de um próprio), elaboram lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes), capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem (CERTEAU, 1998, p. 102).

Consideramos que apenas pela análise dos conteúdos do RGEF-R7 não foi possível perceber as táticas e apropriações feitas por parte dos sujeitos que o utilizaram como manual, mas conectado às pesquisas que observaram o Regulamento e outras fontes, foi possível perceber que houve diferenças entre o prescrito e o ensinado. Um manual é permeado do como fazer e o que fazer, e estes elementos indicaram as representações de ginástica naquele contexto, com seus objetivos, metodologia, público alvo e visão de mundo. Os conteúdos do RGEF-R7 esclarecem acerca de como o Anteprojeto pretendeu se operacionalizar, ou seja, como a Educação Física seria praticada por todos os residentes no país, como ela seria ensinada para ambos os sexos a partir de seis anos (quatro anos para o RGEF-R7), e como era essa divisão da Educação Física em escolar e post-escolar, em suma, os três elementos principais do anteprojeto.

Em face deste contexto de disputas da gerência do ensino de Educação Física no Brasil, onde concepções de uma Educação Física militarizada atritavam com ideais de uma

---

<sup>14</sup> Para acessar o Anteprojeto de Educação Física Nacional entramos em contato com a professora Meily Assbú Linhales, da Universidade Federal de Minas Gerais, que gentilmente nos enviou o extrato digital do anteprojeto, juntamente com a crítica elaborada pela Associação Brasileira de Educação, publicada em 1930. Ambas as transcrições estão contidas em Marinho (1952). A Revista de Educação Física (jan. 1933) utilizou o termo “anteprojeto da educação física nacional”.

Educação Física pedagógica, entendemos que compreender melhor os elementos contidos neste manual, tendo em vista que o Método Francês prevaleceu na formação superior de Educação Física de 1940 a 1956, segundo Begossi (2017), nos permitiu um novo olhar para a construção da Educação Física enquanto disciplina escolar, como sugere André Chervel (1990), mesmo que em seu contexto inicial o Método Francês não almejasse ocupar somente o espaço escolar.

O Anteprojeto Militar indicava o Método Francês como sistema oficial de Educação Física no Brasil, até que se criasse um método nacional. Apesar desta pesquisa não ter por objetivo delinear as relações entre o RGEF-R7 e o AEFN, não identificamos pesquisas que buscassem as relações entre ambos, e percebemos neste ponto uma grande lacuna, pois os dois documentos estão alinhados em uma mesma direção, ou seja, um projeto nacional de Educação Física. Abordar o RGEF-R7-1ª parte nos permitiu compreender um pouco mais o Método Francês e suas concepções e, em consequência disso, a Educação Física na Era Vargas, permeada da cultura do desenvolvimento econômico e defesa nacional, elementos norteadores de um projeto nacional para a economia e a defesa do país.

O original francês foi publicado em três partes, mas o RGEF-R7 foi publicado somente em duas partes, ambas em 1934, não havendo indícios da segunda parte. A primeira parte, nosso objeto/fonte de pesquisa, versa sobre educação física escolar, e por este motivo a elegemos para nossas investigações, pois entendemos que foi esta parte a utilizada na formação do professor de Educação Física, já que previa exercícios para crianças acima dos quatro anos até a idade adulta, com ênfase até 18 anos.

Para localizarmos nossa fonte, recorremos à Escola de Educação Física do Exército, localizada na Urca, Rio de Janeiro, instituição em que o RGEF-R7 foi traduzido e proposto. A Escola possui um museu e nele há apenas um exemplar original, e para acessá-lo teríamos que nos deslocar até a biblioteca do museu. Como alternativa fomos informados que uma pesquisadora havia procurado pelo Regulamento há pouco tempo e obtivemos o contato eletrônico dela<sup>15</sup>. Marcela Bruschi nos informou que a tradução da primeira parte estava disponível em formato digital na internet<sup>16</sup>, e nos enviou gentilmente as outras duas partes que compõem o Regulamento, disposto em dois volumes digitais, a segunda parte em francês, e a

---

<sup>15</sup> Trata-se da pesquisadora Marcela Bruschi, membro do Instituto de Pesquisa em Educação e Educação Física (PROTEORIA) da Universidade Federal do Espírito Santo, e orientanda de doutorado do Prof. Dr. Omar Schneider. O projeto de doutorado por ora intitulado: *Produzindo uma nova cultura para a Educação Física escolar: circulação e apropriação do Método Francês no Espírito Santo (1931-1961)*, com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, está sendo desenvolvido desde 2015, junto ao programa de pós-graduação em Educação Física, na Universidade Federal do Espírito Santo.

<sup>16</sup> Disponível em: < <http://virtuallivros.com.br/livros/Regulamento/>>. Acesso em: 02 out. 2017.

terceira parte em português. A primeira parte do original francês acessamos no portal digital da *Bibliothèque Nationale de France*<sup>17</sup>.

O roteiro para esta pesquisa foi acessar a fonte (RGEF-R7-1ª parte), analisá-la, codificá-la e tratar os dados coletados. A análise de conteúdo observou a proposta de Bardin (1977, p. 38), como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Dois problemas, em tese, podem ser respondidos por esse conjunto de técnicas: o que é que conduz a um determinado enunciado e quais as consequências que um determinado enunciado vai provavelmente provocar. O primeiro refere-se às causas ou antecedentes da mensagem, e o segundo aos possíveis efeitos da mensagem.

A intenção da análise de conteúdo é a inferência [dedução lógica] de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores, quantitativos ou não (BARDIN, 1977, p. 38).

Propomos inferências relativas às condições de produção, recepção e conteúdos. Alguns critérios de análise foram observados, como homogeneidade, exaustividade, exclusividade, objetividade e adequação ou pertinência. Primeiramente consideramos as condições de produção, como superfície do texto, descrita e analisada, e os fatores que determinaram estas características, deduzidas logicamente. As inferências foram norteadas no intuito de identificar representações de uma formação militar presentes no manual, e nos ajudaram a contornar o que Bauer (2002) chamou de “leitura verdadeira” do texto, no tocante ao alerta de que há uma tendência a se buscar os aspectos manifestos da leitura.

O grande desafio foi o diálogo entre as duas faces da realidade. No dizer de Certeau (2000, p. 45), o real conhecido e o real implicado são indissociáveis. O primeiro, aquilo que o historiador “estuda, compreende ou ressuscita de uma sociedade passada”, e o segundo “a sociedade presente a qual se refere à problemática do historiador, seus procedimentos, seus modos de compreensão e, finalmente, uma prática do sentido”. Estabelecer conexões entre os conteúdos do RGEF-R7-1ª parte e os diversos contextos do fim da década de 1920 e início da década de 1930 nos levam ao campo do “pensável”, mas há uma dimensão difícil de penetrar, a do vivido, ou seja, como os atores envolvidos experimentaram o Método Francês, o que estaria mais para uma pesquisa na perspectiva da história das sensibilidades. Por estas

---

<sup>17</sup> Disponível em: < <https://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb33975484z>>. Acesso em: 13 maio 2019.

dificuldades optamos por análise de conteúdo da primeira parte do manual, pois esta era destinada ao ensino escolar.

Para alcançar nossos objetivos conectamos outras fontes, percebendo outros elementos da teia de relações na qual estava imerso o Método Francês e sua adoção no Brasil: A revista técnica *A Defesa Nacional*, publicada a partir de 1913 por um grupo de militares que estagiaram no Exército alemão, chamados “Jovens Turcos”, possibilitou nos aproximar da ideia de “modernização do Exército”, na qual fez parte a criação de amplo sistema de Educação Física militar no Brasil, incluindo a criação do Centro Militar de Educação Física; o periódico científico *Revista de Educação Física*, publicado pelo CMEF a partir de 1932, com finalidade de divulgação e discussão científica sobre a questão da Educação Física no Brasil, o qual identificamos como importante suporte técnico de irradiação do Método Francês; *Boletim do Exército*, documento de publicação oficial do Exército, no qual reunimos informações importantes sobre alguns atores envolvidos na vulgarização do Método Francês; *Relatórios do estado-maior do Exército para o ministro da guerra*; jornais em circulação naquele momento histórico, que guardados os devidos cuidados quanto à orientação política de cada um, nos possibilitaram perceber a ampla exposição jornalística em relação ao “Novo Método”, como era chamado comumente o Método Francês; o *Anteprojeto de Educação Física Nacional*, elaborado em 1929 por intelectuais de diversas áreas e militares, que propunha amplo sistema para que a Educação Física fosse praticada por todos os brasileiros a partir da idade de seis anos, norteado pelo Método Francês enquanto não fosse criado um método genuinamente nacional; e alguns manuais militares, franceses e brasileiros, que nos permitiram identificar algumas técnicas de combate no RGEF-R7-1ª parte.

A escrita da história não é equivalente à história em si, não pretendemos ser sacerdotes da verdade, pois já consideramos que o “resgate da verdade” já está superado, pelo menos no fazer do historiador da educação enquanto ciência. Nosso intento é fazer aproximações entre os sujeitos e os objetos produzidos por eles, e não temos a ilusão de dar voz a nenhum deles, pois toda tentativa de se realizar isto seria imprecisa, parcial, particularizada, e até mesmo equivocada, pois não somos porta-vozes de ninguém e muito menos da verdade. Nosso compromisso aqui é com os “desafios do tempo presente” e com “a importância do conhecimento para as sociedades contemporâneas” (NÓVOA, 2015, p. 32).

Entendemos que o RGEF-R7 e o Método Francês não são sinônimos. Este último foi um movimento ginástico que foi sendo aperfeiçoado devido às demandas francesas, e o RGEF-R7 é um suporte material no qual o Método Francês foi representado na língua portuguesa por linguagem escrita e iconográfica. Mesmo não sendo sinônimos, pensamos ser

o registro que mais se aproxima da sistematização de ginástica francesa proposta em *Joinville-le-Pont*. Os desdobramentos do Método Francês envolvem espectros maiores de realidade, como intenções, objetivos, experiências, obstáculos, interesses, representações, apropriações, sensibilidades dos sujeitos envolvidos, tanto dos professores quanto dos alunos, como também dos fisiologistas e militares que construíram o Método. Considerando todas essas faces, temos a consciência de que o Regulamento é uma representação do Método Francês, e não o Método em si.

Para alcançarmos nossos objetivos em relação ao RGEF-R7 no Brasil, na busca de identificar elementos da formação do soldado nos conteúdos do manual, nossa narrativa está disposta em três capítulos. No capítulo 1 dispomos alguns elementos relativos à ginástica no Brasil e à ação da Missão Militar Francesa, alguns ambientes de propostas, como o Anteprojeto de Educação Física Nacional e a criação de um método nacional de ginástica, bem como de disputas, travadas no âmbito da Associação Brasileira de Educação; no capítulo 2 tratamos de aspectos referentes ao manual original francês e à tradução brasileira, buscando elementos quanto à materialidade de nosso objeto de pesquisa, bem como os aspectos da fisiologia presentes nele; no capítulo 3 mergulhamos nos exercícios propostos pelo RGEF-R7, analisando as atividades propostas, buscando identificar elementos que justifiquem a afirmação de que o RGEF-R7 foi elaborado para formação do soldado e adaptado para o ensino escolar, tão reproduzido no campo.

## 1 A MISSÃO MILITAR FRANCESA E O MÉTODO FRANCÊS COMO PROPOSTA PARA O AMBIENTE ESCOLAR

O recorte temporal da pesquisa situa-se entre 1928 a 1934, período que corresponde ao início da tradução do Regulamento Geral de Educação Física (RGEF-R7) e à sua publicação. O Método Francês de ginástica foi adotado nos “corpos de tropa” em 1921 e prescrito oficialmente para o ambiente escolar no início da Era Vargas. Neste capítulo abordaremos alguns elementos que serviram de suporte para a intervenção militar no contexto da Educação Física por meio do Método Francês.

A busca por uma orientação técnica de um exército estrangeiro para reorganizar o Exército Nacional, as relações entre as forças armadas e a instrução física no treinamento do soldado, as formas pelas quais a instituição Exército relacionou-se com a sociedade, o conceito de “nação em armas<sup>18</sup>” que balizou os ideais de sociedade militarizada no período pós Primeira Guerra Mundial, no qual rumores de guerra eram constantes, até a introdução da Educação Física na escola com fins pré-militares, para formação preliminar do futuro “cidadão-soldado<sup>19</sup>”, são questões deste capítulo que tem por finalidade compreender melhor o contexto militar da adoção do Método Francês no ambiente escolar.

Em 1852, na França, foi fundada a *École Normale de Gymnastique* em Joinville-le-Pont, conhecida no Brasil como Escola de Joinville-le-Pont<sup>20</sup>. Dom Francisco de Amoros y Ordeano (1770-1848), precursor do método de Joinville-le-Pont, militar espanhol, ingressou nas fileiras militares aos nove anos de idade. Transferiu-se para França de 1814 e, em 1816, naturalizou-se. A ginástica amorosiana propunha quatro divisões: civil e industrial, militar, médica e cênica ou funambulesca (LEVET-LABRY, 2007).

Em 1871, com a derrota para Prússia, a França reascendeu o espírito de defesa nacional e atribuiu a derrota, de certa forma, ao vigor físico de seus soldados em comparação ao

---

<sup>18</sup> Com a vitória da Prússia contra a França em 1871, o modelo militar adotado pelo Exército prussiano, baseado no serviço militar obrigatório, foi considerado pelos exércitos como o fator primordial para vitória nos combates modernos. Surge então o conceito de "nação em armas", no qual as Forças Armadas seriam responsáveis tanto pela defesa nacional quanto pela "escola de nacionalidade", recrutando indivíduos de todos os setores sociais e construindo o sentimento de unidade nacional. (CASTRO, 2012).

<sup>19</sup> “A proposta do cidadão-soldado era amplamente defendida pela juventude militar ligada a Benjamin Constant. A tese defendida por esse grupo baseava-se na ideia de que a caserna era o único lugar possível para a criação do espírito de solidariedade necessária para o bem geral da nação, e que a educação escolar deveria usar o quartel como exemplo”. (SEPULVEDA, 2014, p. 167).

<sup>20</sup> Em 1872 ela anexou a seção de esgrima e passou a se chamar *l'école normale de gymnastique et d'escrime*, e treinava militares da marinha e do exército. Em 1901 com a criação do laboratório de fisiologia liderado por Georges Demeny assume um perfil mais científico. Alterou suas atividades durante a Primeira Guerra Mundial, atuando como centro de recuperação de feridos em combate e, em 1925, tornou-se Escola Superior de Educação Física (LEVET-LABRY, 2007).

Exército prussiano, já adestrados pela ginástica de Jahn, o que provocou a criação dos batalhões escola na França<sup>21</sup>, nos quais predominavam exercícios militares e os alunos eram preparados para a defesa da Pátria. Somente nesta guerra, a França perdeu 150 mil homens, grande parte jovens em idade militar, e isso afetaria sobremaneira o crescimento da população, o que contextualiza a necessidade daquele país de começar a formar soldados já dentro das escolas, se precavendo para futuros combates, como de fato ocorreu com o início da Primeira Guerra Mundial. Na Prússia a ginástica foi introduzida nas escolas durante a regência de Frederico II, entre 1740 e 1786. Esta deu origem ao Método Alemão, que dentre os métodos ginásticos europeus era o que mais tinha finalidade militar, pois “visava criar disciplina coletiva do corpo para fins militares evidentes” (HOLT; VIGARELLO, 2008, p. 421).

Tal responsabilização pela derrota da França também foi reproduzida por Augusto Filipe Simões no livro *Erros e preconceitos de Educação Física*, publicação lusitana de 1872, no qual em um dos tópicos, chamado exercícios militares, o autor atribui a superioridade militar da Prússia ao ensino de ginástica, pois naquele país havia um sistema ginástico disseminado nas escolas, nos quartéis e nos clubes, e este exemplo deveria ser seguido por Portugal no seu entender (NASCIMENTO, 2009).

Este contexto de formação pré-militar ocorrido na França, não era totalmente estranho ao Brasil. Puchta (2015) analisando manuais de ginástica entre os anos de 1882 e 1926 observa que, de modo geral, as aulas de ginástica nas escolas eram divididas em dois níveis de dificuldade. Para os “primeiros anos” incluíam:

- Formaturas em filas e em fileiras.
- Posições Fundamentais.
- Marchas simples e cadenciadas.
- Exercícios simples dos membros superiores e inferiores, do tronco e do pescoço.
- Corridas e saltos (pulos) diversos.
- Brinquedos, brincadeiras e jogos ginásticos.
- Exercícios coletivos com halteres ou com os punhos cerrados.
- Exercícios militares sem armas. (PUCHTA, 2015, p. 83).

Já para os “últimos anos” os conteúdos avançavam:

---

<sup>21</sup> Na França os exercícios militares e as linhas de tiro foram introduzidos nos planos de estudos das escolas normais e primárias no início da década de 1880. Uma lei de 1882 instituiu os Batalhões Escolares, considerados organizações necessárias para a República e armados com fuzis de fabricação específica para esse fim. *Nouveau dictionnaire de pédagogie et d'instruction primaire*, 1911.

- Formaturas em cadeia, em círculo e em espiral.
- Marchas combinadas e contramarchas.
- Combinação de exercícios dos membros superiores e inferiores, do tronco e do pescoço.
- Evoluções ginásticas em passo ordinário e acelerado.
- Corridas com obstáculos e de velocidade (em distâncias maiores).
- Saltos (pulos) em profundidade, em altura e com vara.
- Exercícios coletivos com bastões e maças.
- Exercícios nos aparelhos (corda, escada, barra de equilíbrio, prancha de assalto).
- Exercícios militares com o manejo de armas. (PUCHTA, 2015, p. 83).

Percebe-se que para o ensino aos mais novos, a prescrição não mencionava exercícios com armas, mas indicava formaturas e marchas mais simples. Já para os mais velhos o manejo de armas era adicionado e as marchas atingiam níveis mais complexos. Esta militarização nas aulas de ginástica era comuns no final do século XIX e início do século XX. O Método Francês não continha exercícios de manejo de armas, mas continha exercícios militares de forma velada.

Estes elementos integraram no Brasil um projeto militar de uma educação física nacional, que deveria ser praticada por toda a população, tendo como conteúdo principal o Método Francês de ginástica, enquanto não se construísse um sistema genuinamente brasileiro para atender as características na população local. O contexto do pós-guerra mundial na década de 1920 constitui o cenário ideal para que esta intenção de adestrar fisicamente o país fosse proposta e parcialmente operacionalizada, tendo como foco irradiador o Centro Militar de Educação Física e como conteúdo o “novo método”.

### **1.1 A Inserção da ginástica no Brasil no Exército e na Escola**

A ginástica foi introduzida no Brasil pelo Exército Imperial, na primeira metade do século XIX, na forma de treinamento físico da guarda pessoal da imperatriz. Posteriormente integrou os estabelecimentos de ensino militar juntamente com equitação, natação, marchas, esgrima de espada e baioneta.

Filha das fileiras militares, guiada por preceitos médicos, os nossos primeiros professores de gymnastica foram os soldados de D. Leopoldina, esposa do Imperador Dom Pedro I e Imperatriz do Brasil de 1822 a 1826, ano de sua morte. Trouxe consigo um grupo pequeno, porém, muito importante formado por cientistas e pela sua guarda pessoal. Esta guarda pessoal praticava exercícios que foram adotados pelos nossos soldados (ARANTES, 2008, p. 2).

Na Escola Militar da Praia Vermelha - com esta denominação desde 1840 - a ginástica já era praticada, assim como esgrima de baioneta, de sabre, florete e espada, canoagem, pesca, além de escaladas em elevações como o Pão de Açúcar e Morro da Urca (MARINHO, 1952 apud ALMEIDA, 2010, p. 7).

Trazida pelos militares portugueses e disseminada na formação dos soldados brasileiros, a ginástica não tardou a permear os muros escolares juntamente com os exercícios militares, constituindo uma prática de educação do corpo por metodologia militarizada. Ferreira Neto (1999, p. 105) comenta que "os exercícios militares equivalem à ginástica militar, que pode ser entendida como tendo origem pedagógica e objetivos guerreiros, assim, justifica-se a presença da esgrima e do tiro como conteúdos".

As primeiras menções relativas às práticas de exercícios físicos em ambiente escolar são do Imperial Colégio de Pedro II (CPII), fundado em 02 de dezembro 1837, mesmo dia que o futuro Imperador completava 12 anos de idade. Em 31 de janeiro de 1838, seu primeiro regulamento, o de Nº 8, que continha "Estatutos para o Collegio de Pedro Segundo", em seu Art. 54 estavam previstas lições de "dansa" para os dias de feriados, e no Art. 55º constava que, nas quintas-feiras e domingos de manhã, os alunos poderiam nadar nos lugares que o Reitor, de acordo com os professores de saúde, houvesse escolhido. Cabe lembrar que todas as quintas-feiras da semana eram consideradas feriado (REGULAMENTO Nº 8, 1838, art. 85), e por esse motivo Penna (2008, p. 113) afirma que estas duas atividades eram vistas como "recreio", pois a elas eram destinados os mesmos dias que para a "instrução religiosa, recreio e passeio", ou seja, quintas-feiras e feriados, mas também defende que isto não significava um entendimento de menor valor, pois pleitearam um prédio exclusivo para as atividades físicas. O RGEF-R7 também previa a construção de prédios para a prática do Método Francês. Em discurso no dia 10 de outubro de 1838, o Ministro Bernardo Pereira de Vasconcellos<sup>22</sup> elogia os estatutos do CPII e faz menção à tentativa de se adquirir um prédio exclusivo para a prática de ginástica no Colégio:

Os estatutos são notáveis pela muita regularidade que estabelecem; o seu fim é fortalecer o corpo e as faculdades dos meninos; eles determinam que aprendam a nadar, a dançar, a música vocal e ordenam outros recreios. Tinha eu ordenado ao vice-reitor do colégio que comprasse um prédio, onde pretendia estabelecer a ginástica, segundo as ideias do Coronel Amaros<sup>23</sup>.

---

<sup>22</sup> Fundador do Colégio D. Pedro II. Idealizador do primeiro estatuto que continham 239 artigos que descreviam todos os pormenores sobre o funcionamento do Colégio. Foi Ministro dos Negócios do Império e da Justiça, de 1837 a 1839.

<sup>23</sup> Não foi possível identificar se "Amaros" se refere a Dom Francisco de Amoros y Ordeano (1770-1848), precursor do método de *Joinville-le-Pont*, mas pela data do discurso, em 1838, é possível que se trate da mesma pessoa.

*Fizeram-se esforços para se adquirir esse prédio; mas havia dificuldade, porque os proprietários exigiam alto preço, e não se pôde levar a efeito este plano de um estabelecimento em que fizessem exercícios, que, segundo ideias modernas, muito convêm à mocidade para o seu completo desenvolvimento físico (VASCONCELLOS, 1838 apud PENNA, 2008, p. 112, grifo nosso).*

Esta intenção de construir um prédio para estabelecer a ginástica vem a somar com entendimentos de que a ginástica era praticada no CPII desde 1838, mesmo sem prescrição formal no regulamento. Doria (1997) diz que a ginástica está presente desde 1838 no Colégio, pois se refere a um ofício que Antônio de Arrábida, primeiro e então reitor do colégio, teria emitido para o Ministro do Império, em 27 de maio de 1838, tratando de algumas irregularidades ocorridas no início das aulas, principalmente por ocasião da "aula de Ginástica, e na de Latim". Cunha Junior (2001) não reconhece que este ofício seja suficiente para afirmar que a prática de ginástica tenha iniciado no CPII em 1838, e considera que tal inserção só ocorreu de fato em 1941. Ambos reconhecem que a ginástica haveria sido inserida nas práticas do colégio antes mesmo da sua regulamentação em 1855, e Cunha Junior cita uma carta que faz referência à contratação do primeiro mestre de ginástica do CPII, o ex-capitão do Exército Imperial, Guilherme Luis de Taube, em 1841:

*Aos pés do Throno Imperial de V.M. vêm submissasse o cidadão Brasileiro, ex-Capitão do Exercito Imperial por Decreto de 24 de Novembro de 1830, suplicar uma graça [...] vêm elle offerecer-se V.M.I. p.<sup>a</sup> para introduzir e ensinar no Collegio, que tomou o glorioso nome de V.M., exercicio gymnastico aos estudantes. Estes exercicios são reccommendados pela Revista Medica como meios de utilidade para mocidade: estes exercicios são adoptados em todos os Collegios e Lyceos da Europa, como meios de desenvolver as forças do corpo, e tambem as d'alma (TAUBE, 1841 apud CUNHA JUNIOR, 2003, p. 2).*

Esta carta é de autoria do próprio Taube e foi encontrada junto ao ofício enviado ao ministro do Império em 1841 pelo reitor Joaquim Silva, médico formado em Paris, que por sua vez após avaliar os documentos do pretendente, contratou-o sem mais delongas, pois na Europa era comum a prática de ginástica nas principais escolas. A introdução da prática no Colégio foi bem vista aos olhos dos dirigentes imperiais, mas faltava acertar carga horária vencimento e titulação. As aulas seriam ministradas no pátio do Colégio em seis dias por semana, exceção feita ao domingo, e cada aula teria duração de uma hora, com exceção às quintas-feiras, que seriam duas horas, carga horária esta que lhe rendia a importância de 400 mil reis anuais, o mais baixo pago aos mestres e professores do CPII. Quanto à titulação foi-

lhe concedido o título de mestre de ginástica<sup>24</sup>, pois o de professor só era conferido aos que de posse de conhecimento acadêmico detinham o saber necessário para avaliação dos alunos nos “Exames Gerais”, e como o seu saber era eminentemente prático, considerava-se que ele não teria preparo para julgar os alunos nas diversas matérias ofertadas (CUNHA JUNIOR, 2003, p. 71-72).

A carta citava a Revista Médica como amparo a favor da ginástica, pois a medicina era o campo acadêmico que lhe concedia o caráter científico. Sobre a ginástica na primeira metade do século XIX, Dr. Mello explicou em 1846 (apud PAIVA, 2003, p. 361) sobre as vantagens “que traz ao corpo o exercício, regularmente feito”, e complementou que “ninguém pode duvidar por consequência, quanto influiria sobre o vigor, e robustez dos meninos a criação d’um gymnasio, onde a mocidade fosse entregar-se a diversos gêneros de exercício”. Esse ativismo médico foi fundamental para a inclusão da ginástica nos currículos escolares.

Mesmo que a dança e a natação estivessem presentes desde 1838 no CPII, em 1854 seria determinado pelo Decreto Nº 1.331, de 17 de fevereiro, que tratava sobre reformas do ensino do Município da Corte, conhecida como Reforma Couto Ferraz, a prática de exercícios *gymnasticos*. Em consonância com tais reformas, exatamente um ano depois, o estatuto foi alterado e já acrescentava a ginástica em seus currículos. Tais alterações foram incorporadas ao estatuto da instituição por meio do Decreto Nº 1.556, de 17 de fevereiro de 1855, no qual previa em seu Artigo 1º o ensino de dança e exercícios ginásticos para a primeira classe, e logo após, no Artigo 7º, continuava destinando para as duas práticas as horas de recreação. Apesar da alteração no Estatuto em 1855, em Vechia e Lorenz (1998, p. 90) a ginástica não consta no Programa de Ensino para o ano de 1856, sendo prescrita somente no programa para o ano de 1879, mas os mesmos pesquisadores afirmam que ela foi incluída no currículo em 1855, juntamente com as matérias de Desenho e Música, todas em caráter facultativo, não sendo exigidas para obtenção do certificado de conclusão dos estudos de primeira classe ou do título de Bacharel.

Percebe-se que os exercícios ginásticos não adentraram ao CPII por determinação legislativa, pois houve a iniciativa dos mestres de ginástica em oferecer seus préstimos à instituição. O primeiro deles foi Taube, conforme citamos acima, que endereçou uma carta ao reitor do colégio. O segundo mestre de ginástica foi o coronel Frederico Hoppe, ex-militar do exército espanhol, que ofereceu seus conhecimentos em esgrima por meio de requerimento ao estabelecimento em 1846. Em 1848, para assumir o cargo deixado vago por Hoppe, o reitor

---

<sup>24</sup> Título concedido aos profissionais sem titulação acadêmica que detinham saber notório no ensino de saberes técnicos, a exemplo dos mestres de ginástica e mestres de esgrima.

indicou Bernardo Urbano de Bidegorry, discípulo do coronel Amoros, diretor do Ginásio Normal de Paris, mas este não chegou a ser contratado por motivos de declarações consideradas desrespeitosas ao CPII. Hoppe solicitou mais uma vez ser reintegrado ao cargo e obteve êxito, sendo contratado em 1848, mas por motivos disciplinares e diversas faltas sem justificativas, foi demitido em 1849, e em seu lugar contratado Antônio Francisco Gama, mestre de esgrima da Escola Militar do Rio de Janeiro, instituição responsável por formar os oficiais do Exército Imperial.

Em 1855, inicia-se a construção do ginásio, prédio específico para a prática de ginástica, obra concluída em 1858, mesmo ano da criação do internato. Gama ausentou-se por motivo de saúde, e em seu lugar foi contratado em 1858 o alferes Pedro Guilherme Meyer. Em 1859, o externato recebeu um pórtico ginástico, onde Meyer ministrava aulas de acordo com o sistema de Napoleon Laisné, discípulo de Amoros. Meyer foi convocado em 1867 para a campanha de guerra que envolveu Brasil e Paraguai e foi substituído por Valeriano Ramos da Fonseca. Meyer retornaria para o CPII, onde ficaria até 1870 (DORIA, 1997; CUNHA JUNIOR, 2004, 2008; ROMÃO, 2016).

Não pretendemos aqui realizar um breve histórico dos mestres de ginástica do CPII, e sim enfatizar que a ginástica adentrou na escola por iniciativa de militares e ex-militares, que solicitaram contrato junto ao colégio. Não se sabe exatamente quais os interesses destes militares ao se oferecerem para ministrar a ginástica, mas é possível que muitos deles buscassem sustento fora do Exército, pois muitos eram dispensados do serviço militar, que ainda não estava profissionalizado, a exemplo do ex-capitão Taube e de Hoppe, também ex-militar do Exército espanhol. O que enfatizamos é que não foram ordenamentos legais que determinaram a inserção da ginástica no CPII, e sim por iniciativas internas da escola em deferir as requisições dos profissionais da área, pelo menos até 1848, quando a indicação partia do reitor. Os dispositivos legais vieram por regular algo que já ocorria no cotidiano escolar. Cunha Junior (2003) discorda de Ricardo Lucena (1994) e de Ademir Gebara (1992), que afirmaram que a ginástica foi instituída no CPII por meio de leis, e sustenta por meio dos ofícios de entrada e saída do CPII que a introdução da ginástica nas práticas do colégio se deu por decisões internas.

Em contraste com esta hegemonia de militares como mestres de ginástica no CPII, uma figura bastante emblemática surge, a do professor Arthur Higgins, que não era militar. Nascido no Rio de Janeiro, tomou posse do cargo de mestre de ginástica no Colégio D. Pedro II em 2 de janeiro de 1891. Trabalhou ainda na Escola Normal da Corte, no Asilo de Meninos

Desvalidos (Instituto Profissional João Alfredo) e nos Colégios Alfredo Gomes, Mairink e São José. Marques (2011) menciona a professora Mariza Lira:

A Professora recorda que Higgins passa a tratar do físico, por meio de exercícios ginásticos, após conselho do Dr. Tôres Homem, percebendo rápidas melhoras em seu corpo enfraquecido, matriculando-se, então, na aula de ginástica do Capitão Ataliba Fernandes - professor da Escola Normal. Segundo ela, Higgins possuía grande popularidade e seria o - professor da moda, além de não esconder seus ideais republicanos. Nas palavras de Mariza, “da prática de seus longos anos de labor, resultaram obras de grande valor na época para a completa orientação do ensino de educação física no Brasil” (MARQUES, 2011, p. 98).

A respeito do legado de Higgins para a ginástica brasileira, Souza (2011) menciona os três compêndios de autoria do professor: O *Compendio de Gimnastica e Jogos Escolares* (1896), destinado principalmente aos professores; o *Manual de gymnastica hygienica* (1902), visava dar autonomia aos praticantes sem necessidade de um professor; e o *Compendio de Gymnastica Escolar Methodo Sueco-Belga* (1909), edição aperfeiçoada e ilustrada de seu primeiro trabalho e atualizada em 1934 com o nome de *Gymnastica Escolar Methodo Sueco-Belga-Brasileiro*.

Segundo Marques (2011), Higgins se acentuava por sua personalidade e por seu currículo público, já que foi repórter em *O Cruzeiro* (1880), e fundou os jornais *O Século XIX* (1881), *A Lente* (1882) e *A Lanterna de Diógenes* (1883), mas além dele, outros mestres se destacaram na inserção da ginástica na escola. Junto a Higgins havia Pedro Manuel Borges no Rio de Janeiro, Antonio Martiniano Ferreira em Ouro Preto e o mais eminente, o português Paulo Lauret, defensor da escola sueca de ginástica desde que lecionou em seu país natal. Conforme menciona Moreno (2015), o *Manual Theorico Pratico de Gymnastica*, publicado em 1881, por Lauret, foi utilizado na Escola Normal de Sabará.

Percebe-se que a inserção da ginástica no Brasil ocorre primeiramente na formação do soldado e não tarda a adentrar na escolarização. Tutelada pelo saber médico e pelo fazer militar, é inserida nos programas de ensino à margem das demais disciplinas escolares, e gradativamente vai adquirindo status pedagógico até que passa a ser chamada de Educação Física, o que não exclui de imediato seu caráter higienista e militarizado. Com maior ou menor ênfase, dependendo do contexto histórico, absorve uma dualidade de intenções, ora promotora da saúde e de hábitos e posturas “adequadas”, ora detentora de saber pedagógico de uma educação do corpo. Saúde ou Educação? A resposta a esta pergunta oscila com o tempo e de acordo com os sujeitos que a respondem. Especificamente para nossa pesquisa, há

um terceiro elemento que perpassou estes dois na transição entre os séculos XIX e XX, os fins utilitários para a guerra. Nesse sentido propõe um modelo de saúde apropriado para o soldado e um modelo pedagógico de escola de soldado.

Em janeiro de 1894, durante o governo de Floriano Peixoto, o internato do CPII votaria a adquirir tons de militarização e são criadas quatro companhias que formavam um batalhão<sup>25</sup> escolar. Os alunos tinham graduações militares e eram instruídos por tenentes (MARQUES, 2011). Consultando novamente os Programas de Ensino para o ano de 1895, identificamos a presença da disciplina “Ginástica, evoluções militares e esgrima”. Os conteúdos desta disciplina não eram apenas exercícios de ordem com intuito de disciplinar, havia também tiro ao alvo (posições do corpo para o tiro, pontaria, tiro ao alvo fixo e em movimento), instrução individual com arma (posições de tiro e manejo do armamento), escola de soldado (formação de esquadra de infantaria), além de esgrima com florete e espada.

Em 1925, o externato do CPII ministrava instrução militar para uma média entre 80 a 100 alunos, desta vez utilizando regulamentos de Tiros de Guerra. Ao término do ano de instrução, 66 alunos receberam a Carteira de Reservista de 2ª classe, após terem comprovado aptidão física em duas marchas, uma de 12 e outra de 24 quilômetros e, em 1932, foram todos os alunos considerados reservistas sem a necessidade de exame final (DORIA, 1997).

Diogo Puchta (2015), ao analisar os manuais de ginástica entre os anos de 1882 e 1926, atribui importância primordial aos manuais de ginástica. Segundo ele, o ensino da ginástica nas escolas, inicialmente, ficou a cargo dos próprios professores, “salvo raras exceções”. Para ser um professor de grupo escolar, preferencialmente deveria ter frequentado Escolas Normais, mas a maioria dos professores que lecionavam nas demais escolas primárias não eram normalistas. Mesmo os normalistas, não tinham uma formação específica em Educação Física, “o que só irá acontecer, no Brasil, a partir da década de 1930” (PUCHTA, 2015, p. 84). O pesquisador propõe que é bem provável que o ensino da ginástica tenha sido bastante confuso no início, devido à falta de formação específica, o que gerava um entendimento de que conhecer o maior número de exercícios e ampliar o repertório era necessário para não tornar as aulas demasiadamente monótonas. Neste sentido, os manuais de ginástica “subsidiaram a prática e complementaram a formação dos professores, estimulando sua criatividade [...] Alguns professores, após um acúmulo de experiência no ensino da ginástica, resolveram publicar seus próprios manuais” (PUCHTA, 2015, p. 85).

---

<sup>25</sup> Batalhão é uma organização militar composta por quatro companhias, e estas por três pelotões cada. Pelotão é a unidade básica de organização militar. Este batalhão escolar teria aproximadamente 12 pelotões.

Resquícios de uma dualidade saúde e educação, perspectivas que nortearam o seu entendimento colocaram sua identidade em litígio, ora entendida como promotora da saúde, ora como saber pedagógico. Somados a estes dois elementos, de tempos em tempos, de maneira pontual e transversal, a cultura bélica se fez presente no modelo de educação do corpo, e a ginástica, juntamente com exercícios militares, integrou propostas de formação voltada para a guerra. O RGEF-R7-1ª parte, de forma mais sutil, contém elementos de treinamento do soldado francês e mescla elementos ginásticos com técnicas de instrução do soldado. A presença destes elementos no Regulamento ocorre por motivos de tradução do original francês, mas não necessariamente porque se desejava reproduzir um modelo de treinamento para guerra no Brasil.

## **1.2 A Missão Militar Francesa e a introdução do Método Francês de ginástica no Brasil**

Goellner (1992) afirma que o método de *Joinville-le-Pont*, proposto inicialmente por Amoros, foi reestruturado por estudos do fisiologista George Demeny (1850-1917), Esteban Marey (1830-1904), Ferdinand Lagrange (1845-1909) e Philippe Tissié (1852-1935). Verificou-se uma discordância de direção entre Demeny e Tissié, pois o segundo era simpático à ginástica de Ling (sueca) e o primeiro defendia um método que mobilizasse simultaneamente diversos grupos musculares e sistemas, observando o princípio do menor dispêndio de energia. Era a chamada “ginástica racional”, que propunha um sistema de exercícios e movimentos compreendidos racionalmente e aplicados observando-se a economia de energia. Um pouco mais tarde Georges Hébert (1875-1957), tenente da Marinha Francesa, apresentou a sua Ginástica Natural, baseada em movimentos funcionais naturais, que por sua vez foi influenciado pela ginástica amorosiana. Dessa miscelânea de propostas e experiências surge o chamado Método Francês, publicado em sua versão final em 1925 na França.

O Método Francês aportaria no Brasil somente em 1921, ainda sob sua forma preliminar, trazido pela Missão Militar Francesa, contratada pelo Exército brasileiro em 1919 com fins de reestruturar a doutrina militar do país. Esta Missão Militar Francesa começaria sua atuação em 1920, mas antes dela, segundo Araújo (2009), chegou ao Brasil em 1906 uma missão militar francesa que veio adestrar a Força Pública do Estado de São Paulo, tendo em vista o *know-how* francês em forças policiais. Em 1907, chega em São Paulo o coronel francês Paul Balagny e em 1910 o mestre de esgrima e ginástica, suboficial francês Delphin Balancier, promovido ao posto de capitão logo ao chegar no país. Ambos foram responsáveis pela criação de uma “Sala de armas”, que em 1914 deu origem a Escola de Educação Physica

da Força Pública, com fins de treinamento físico dos soldados daquela Força, mas que não constituiu escola de formação e doutrina.

Antes da chegada da Missão Militar Francesa em 1920, Esteves (1996) indica que houve uma anterior, em 1918, constituída de nove militares franceses, denominada Missão Militar Francesa de Aviação, que atuou na concepção da aviação Brasileira e que influenciaria fortemente a formação profissional e ideológica dos oficiais brasileiros, como por exemplo, a doutrina positivista de Auguste Comte (LAVENÈRE-WANDERLEY, 1975). Em síntese, houve três missões militares francesas, uma que chegou em 1906 para a formação da Força Pública de São Paulo, outra em 1918 para a implantação de uma força aérea brasileira, e uma terceira, que nos interessa mais nesta pesquisa, a Missão Militar Francesa de instrução junto ao Exército brasileiro, que atuou de 1920 a 1940 em solo brasileiro.

Na década de 1920, acordo bilateral entre Brasil e França regulou missões militares entre os exércitos dos dois países. Militares brasileiros foram à França para se aperfeiçoarem e militares franceses vieram para o Brasil para impulsionar o ensino militar no país. Entre tantos outros, um dos resultados da Missão Militar Francesa no Brasil foi a criação do Centro Militar de Educação Física e consequente adoção do método de ginástica francês, incluindo a tradução e adoção do regulamento de educação física francês. Segundo Horta (1994) o Centro foi criado por influência direta da Missão Militar Francesa.

Os jornais da época noticiaram a chegada da Missão Militar Francesa. Utilizando o banco de dados da Biblioteca Nacional<sup>26</sup>, ao procurarmos pelos descritores “missão militar francesa/franceza” encontramos 577 incidências no jornal *O Paiz*,<sup>27</sup> no período entre 1920 e 1929. O Paiz (7 jan. 1920, p. 4) anunciava que a bordo do paquete francês *Asie* chegariam naquela data oficiais da Missão Militar Francesa, entre eles os generais Patay e Durandin, para instrução do exército nacional, no Cais 18 do armazém Lauro Muller. Lembrava ainda que o general Gamelin<sup>28</sup>, chefe da Missão, chegaria após alguns dias.

---

<sup>26</sup> Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

<sup>27</sup> “*O Paiz* foi um jornal diário de grande circulação lançado em 1º de outubro de 1884, no Rio de Janeiro (RJ), por João José dos Reis Júnior, o conde de São Salvador de Matozinhos. Conservador e de grande expressão, considerado o mais robusto órgão governista da República Velha, foi um dos maiores formadores de opinião na política e na sociedade brasileiras entre o fim do século XIX e o começo do século XX. Durou até 18 de novembro de 1934, quando foi fechado pela Revolução de 1930”. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/o-paiz/>>. Acesso em: 1º jan. 19.

<sup>28</sup> Maurice Gustave Gamelin (1872 – 1958): General francês comandante da Missão Militar Francesa no Brasil de 1919 a 1924. Atuou na Argélia e Tunísia. Publicou em 1916 a obra *Étude philosophique sur l'art de la Guerre*, o que lhe conferiu *status* de intelectual da arte da guerra. Atuou também na Primeira Guerra Mundial, principalmente na Batalha de *Marne*, e na Segunda Guerra Mundial, na qual foi comandante das tropas francesas e um dos idealizadores da Linha *Marginot*.

No dia posterior, O Paiz (8 jan. 1920, p. 4) anunciou a chegada do subchefe Durandin, e foi recebido pelo tenente Castello Branco, representando o ministro da guerra. Durandin e os demais membros da Missão Militar Francesa foram recebidos no Palácio do Catete por Epitácio Pessoa, presidente da República (O JORNAL<sup>29</sup>, 11 jan. 1920, p. 7). O Paiz (18 jan. 1920, p. 4) anunciou a chegada do general Gamelin no paquete *Aurigny*, em 17 de janeiro. A próxima página do mesmo exemplar registrava que a chegada de Gamelin na Baía de Guanabara, junto aos demais oficiais e comitiva, foi extremamente conturbada. Este artigo, chamado “A viagem do general Gamelin”, informa que começou a circular “o boato” que havia ocorrido “casos suspeitos” no navio. Fora então acionado então o Dr. Newton de Campos, inspetor de saúde do porto, que se aproximando com sua lancha no navio, fora informado de dois óbitos, um por gripe pneumônica e outro por tuberculose, havendo ainda vários outros casos de gripe simples. O falecimento por pneumonia havia ocorrido na véspera, e por considerarem que estavam próximo ao destino, não jogaram o corpo ao mar.

Em meio à balbúrdia gerada no porto, o inspetor procurou comunicar-se por telefone com o Dr. Carlos Chagas, Diretor Geral de Saúde Pública, e logo após foi ao seu encontro de automóvel. Em seu retorno deste encontro com Chagas, Newton de Campos informou que havia recebido ordens para manter o navio em quarentena, na região de Lazareto, com todos a bordo, para passar por processo de desinfecção (O PAIZ, 18 jan. 1920, p. 5). Imaginamos a tensão gerada pelo incidente, pois tantas autoridades a bordo e ainda as questões sanitárias para minimizar mais contágios. Estavam a bordo do transatlântico, além de Gamelin, o príncipe francês Murat, aviador que havia sido ferido na linha de frente na Primeira Guerra Mundial, e outros militares franceses, como os coronéis Barret e Barrant, majores Dalmassy, Duamy e Guerrist, o tenente-coronel Wlilaume e o engenheiro Locape.

O inspetor novamente foi ao navio com sua lancha para fazer cumprir as ordens e, simultaneamente, outra pequena embarcação com o general Tasso Fragoso acompanhado do general francês Durandin, Henrique Romaguera, representante do ministro da aviação, demais oficiais da Missão Militar Francesa e representantes de altas autoridades, contornou o navio (O PAIZ, 18 jan. 1920, p. 5). O jornal descreve que do alto do navio francês, Gamelin e demais pessoas a bordo acenavam com seus lenços para a lancha, "deixando transparecer em seus semblantes um ligeiro sorriso de mágoa pelo imprevisto que os impedia de desembarcar" (O PAIZ, 18 jan. 1920, p. 5).

---

<sup>29</sup> Periódico carioca fundado em 1919. Passou para propriedade de Assis Chateaubriand em 1924, e foi primeiro de uma série de periódicos incorporados por ele, dando início aos Diários Associados, que chegou a marca de 60 mil exemplares diários. Entrou em declínio com a morte de Assis em 1968 e foi fechado em 1974. (MORAES, 1994)

Na sequência do caso, o *Aurigny*, navio em questão, retornou do Lazareto na noite do dia 26 de janeiro, ou seja, dez dias após a quarentena (O JORNAL, 27 jan. 1920, p. 3), e que durante a inspeção sanitária para liberar a embarcação, realizada por coordenação do Sr. Almeida Nunes, o médico da unidade da *Chargeurs Reunis* prestou informações “tendenciosas e de manifesta má fé”, tendo negado até mesmo a existência da gripe durante a travessia, mesmo que o navio tenha desembarcado no Lazareto cerca de 30 pessoas gripadas. Mais uma vez Carlos Chagas interviu na questão, desta vez amparado pelo ministro da justiça, e determinou que o navio ficasse mais quatro dias em isolamento na Ilha das Feiticeiras, devendo haver fornecimento de água e viveres aos tripulantes que continuavam embarcados. Lembramos que entre os passageiros embarcados no navio em quarentena, ainda continuavam Gamelin, o príncipe francês, agora citado como general Jeronymo de Murat, e as demais autoridades. Somente na tarde do dia 29 de janeiro, após aproximadamente doze dias em quarentena, os passageiros do *Aurigny* desembarcaram no Pharoux, onde eram esperados por representantes do ministro da guerra e demais autoridades militares, e logo após dirigiram-se diretamente para o Ministério da Guerra para apresentarem-se ao ministro.

Esse incidente nos permite imaginar o clima de tensão entre ministro da guerra e da justiça, tendo em vista a importância das autoridades envolvidas. Estes embaraços na chegada do chefe da Missão Militar Francesa, na qual o ministro da justiça teve que intervir para que Carlos Chagas fizesse cumprir suas medidas sanitárias em relação ao navio e seus passageiros, nos dão a dimensão do ambiente conflituoso durante a chegada do chefe da Missão. Não temos a inocência de achar que as fontes jornalísticas eram imparciais, sabemos dos interesses políticos e econômicos nos bastidores da edição e propriedade dos veículos de comunicação, mas tomados os devidos cuidados com as questões ideológicas e políticas, os jornais nos serviram de excelentes fontes históricas para complementar nossa pesquisa.

O Paiz (8 fev. 1920, p. 4) anuncia que a Missão Militar Francesa estava quase completa, faltando apenas um integrante chegar ao Brasil. Enuncia os feitos militares de cada um dos integrantes individualmente, ressaltando que todos atuaram nas batalhas da Primeira Guerra Mundial e enumera as condecorações de guerra de cada um deles, como uma espécie de *curriculum vitae* para demonstrar que eram heróis de guerra, sugerindo a importância daqueles integrantes. Estes incidentes sanitários que marcaram a chegada da Missão Militar Francesa, como óbitos a bordo e quarentena da embarcação, podem ter influenciado a criação antecipada do CMEF por questões higienistas, mesmo que cláusulas relacionadas à Educação Física não fizessem parte do primeiro contrato, conforme reprodução do documento em Esteves (1996).

A questão higiênica estava para além das pautas sanitaristas, apesar de que em alguns momentos, como nas epidemias, por exemplo, estas tomarem sentido prioritário. “Nas primeiras décadas do século XX, muito crédito era atribuído à educação no concurso que ela prestava à obra do saneamento do meio e do homem” (STEPHANOU, 2005, p. 144).

A Missão Militar Francesa além de influenciar a formação e doutrina militar, ainda definiu a adoção do Método Francês de ginástica por parte do Exército. Alguns eventos sob a influência francesa evidenciaram como eles pensavam a Educação Física. Resoluções legislativas, tradução e elaboração de manuais e a criação de instituições nos dão a dimensão da importância atribuída à Educação Física no período de 1920 a 1940, período de duração da Missão Militar Francesa no país. Seria reducionista e impreciso qualquer tentativa de mensurar a intensidade da influência da Missão no processo de desenvolvimento da Educação Física no Brasil, pois diversas outras influências participaram deste espectro, como a Associação Cristã de Moços e sua congênere, a Associação Cristã Feminina, os clubes no surto dos *sports*, a Marinha e os próprios métodos ginásticos em disputa, como o sueco, a calistenia e o alemão, além da influência uruguaia, visto como referência na cultura física na América do Sul.

Um ano após a chegada da Missão Militar Francesa, em 1921, por meio do Decreto nº 14.784, de 27 de abril, o presidente da República Epitácio Pessoa aprova a primeira parte do Regulamento de Instrução Física Militar (RIFM), destinado a todas as armas, assinado por João Pandiá Calógeras, ministro da Guerra, e a segunda parte em 1922. Esse Regulamento foi o antecessor do RGEF-R7. Já na introdução da primeira parte, encontramos menção ao método francês: “O presente regulamento baseia-se nas leis fisiológicas que regulam o crescimento e o desenvolvimento do homem e nos *métodos preconizados em França* para a preparação física dos soldados” (BRASIL, 1921, p. 1, grifo nosso). O texto da lei que aprova o Regulamento refere-se ao Método Francês, proposto em *Joinville-le-Pont*, o que demonstra que já havia uma subordinação à ginástica francesa por parte do Ministério da Guerra desde a chegada da Missão Militar Francesa. Mais a frente, ainda na introdução: “Tal tem sido a excelência dos resultados obtidos com esses métodos, que haverá certamente interesse em aplicá-los no Brasil, quer para a educação das crianças até 16 anos, quer dos adultos” (BRASIL, 1921, p. 1). Este regulamento torna explícita a intenção de expandir o ensino da ginástica para menores de 16 anos, ou seja, como um treinamento físico pré-militar, o que se confirmaria com o Regulamento Geral de Educação Física de 1934, nosso objeto/fonte de pesquisa.

A visão de desenvolvimento orgânico e o controle taxonômico de classificação física “dos soldados no que concerne ao valor em instrução física é feita neste Regulamento por meio de uma folha de classificação, estabelecida de acordo com os trabalhos mais recentes e as experiências práticas feitas nas escolas francesas” (BRASIL, 1921, p. 2). Havia uma tabela convencionada que dividia por índices pré-estabelecidos os grupos, que eram classificados por capacidades físicas com objetivo de melhor gerenciar o desenvolvimento e desempenho, seja ao recruta, seja ao aluno. O RIFM apresenta uma consciência do déficit físico do jovem em idade do serviço militar e uma preocupação com seu desenvolvimento gradual: “Não tendo a maioria dos soldados recebido educação física, antes da incorporação, convirá, no começo, dosar os exercícios com atenção especial e por isso submetê-los ao treinamento do grupo dos fracos de modo que se evite qualquer excesso” (BRASIL, 1921, p. 2).

O RIFM é o embrião do RGEF-R7, o que podemos perceber com os conteúdos apresentados e a distribuição das aulas. A Instrução Física Militar era ministrada pela lição propriamente dita, compostas por lições completas, sessões de estudo e sessões de jogos desportivos, todas sempre começando por uma sessão preparatória e terminando por uma volta à calma. Os conteúdos da lição propriamente dita são: 1º - marchar; 2º - trepar, escalar, equilibrar; 3º - saltar; 4º - levantar e carregar pesos; 5º - correr; 6º - arremessar; e 7º - atacar e defender-se. O RGEF-R7 também distribui as sessões em três fases, as mesmas do RIFM. Os conteúdos da lição propriamente dita também são os mesmos entre os dois manuais, ou seja, a sistematização e os conteúdos são os mesmos, o que os diferencia são as faixas etárias a que se destinam.

Quanto à sessão preparatória e a volta à calma, os dois manuais também são semelhantes, pois ambos preveem marchas (evoluções), flexionamentos e exercícios respiratórios. Enquanto no RIFM os exercícios são voltados para jovens do sexo masculino em idade do serviço militar, o RGEF-R7-1ª parte é destinado para todas as idades acima de quatro anos, e prevê, mesmo que de forma vaga e superficial, exercícios para mulheres.

Três aspectos são ressaltados como objetivos de desenvolvimento no treinamento do soldado: o físico, o técnico e o moral. Este último deve ser entendido aqui como “o emocional”, “o psicológico” e não como “a moral”, pois é comum nos manuais militares desta época a utilização do termo “o moral”, com o artigo definido de gênero masculino.

jamais se deverá esquecer, com efeito, que a instrução física, como a saúde que dela decorre, reclamam expansão e alegria. Toda monotonia provoca aborrecimento, isto é, fadiga nervosa, destruidora *do moral* e mais grave que a fadiga física (BRASIL, 1921, p. 3, grifo nosso).

Pode-se substituir “do moral” por “do entusiasmo”, “da motivação” ou “da vontade”, sem perda de significação. “Força muscular, resistência, agilidade e virilidade” são capacidades citadas para “adaptar o soldado a sua função de combatente” (BRASIL, 1921, p. 3).

O RIPM previa ainda uma avaliação médica antes do início do treinamento físico. Esta avaliação somada ao exame físico, executado após um mês de adaptação física, gerava um grau que dividiria os soldados em três grupos: “fracos, médios, fortes” (BRASIL, 1921, p. 5). Apesar de essa nomenclatura parecer-nos um tanto quanto pejorativa, este sistema de divisão possibilitava que grupos de indivíduos semelhantes quanto às capacidades físicas fossem expostos ao mesmo plano de treinamento. Como o objetivo da Educação Física militar era a eficiência, nada mais pertinente que a separação dos grupos por capacidades físicas. O RIFM foi a base de construção do RGEF-R7 (primeira e terceira parte), e a lógica de busca pela eficiência encontra-se em ambos, constituindo no primeiro uma Educação Física Militar propriamente dita, e no segundo um modelo militarizado adaptado para a escolarização.

### **1.3 A escolha do método ginástico na década de 1920 no Brasil e a influência da Missão Militar Francesa**

Antes de adentrar mais especificamente à escolha do método ginástico adotado oficialmente no Brasil, é necessário lembrar os outros métodos que antecederam o Método Francês na Europa. Segundo Castro (1997), no século XIX surgiram diversas propostas de métodos nacionais de ginástica na Europa, como o desenvolvido pelo dinamarquês Franz Nachteggall (1777-1847), criador e dirigente do Instituto Militar de Ginástica em 1804, que em 1808 criou o instituto civil para formação de professores de Educação Física. Foi responsável pelo caráter compulsório da Educação Física nas escolas dinamarquesas em 1814; o sueco Per Henrik Ling (1776-1839), que fundou em 1814 o Real Instituto Central de Ginástica; e o alemão Friedrich Ludwig Jahn (1778-1852), iniciador das *turnvereine* (sociedades de ginástica) e pioneiro na construção da primeira *turnplatz* (área especial para exercícios) em 1811, próxima a Berlim (GLASSFORD; REDMOND apud CASTRO, 1997). Apesar de ser o baluarte deste método, foi Johann Christoph Friedrich Guts-Muths (1759-1839) o precursor da ginástica alemã. Estes métodos ginásticos ficaram conhecidos como Método Dinamarquês, Sueco e Alemão, respectivamente.

Outro sistema que merece destaque, mas que destoou dos demais métodos europeus, é o Sistema Esportivo Inglês, oriundo das necessidades do contexto da Revolução Industrial. Betti (1991) explica que devido ao seu isolamento geográfico e sua portentosa marinha de guerra, a Inglaterra manteve-se incólume às ameaças externas de invasão, e não aderiu ao movimento ginástico europeu de perfil pautado na defesa nacional. A partir da industrialização no século XVIII o esporte, que era hegemonicamente aristocrata, difundiu-se na classe operária como atividade de lazer nos intervalos das horas de trabalho. As *Public-Schools* fomentavam o futebol, a caça e o tiro, que eram coibidos pelas autoridades educacionais que os consideravam demasiadamente violentos. Em 1870, o Estado britânico promoveu políticas de incentivo à Educação Física, e o Departamento de Educação, em acordo com o Gabinete Militar, orientou que os sargentos das forças armadas ministrassem aulas nas escolas. Estes por sua vez introduziram na escolarização o método sueco de ginástica, adotado como sistema oficial nas escolas inglesas em 1904. Os esportes continuaram mais difundidos nas Escolas Públicas, para produzir homens empreendedores e oficiais da armada, e a ginástica sueca foi predominante na escola primária, para produzir operários e soldados disciplinados e fortes.

A partir do final do século XIX e início do século XX, o Sistema Esportivo Inglês começou a ser exportado para os demais países no mundo todo. Moreno e Vago (2015) ao pesquisar as escolas normais em Minas Gerais, no final do século XIX e início do século XX, anotam que os esportes foram inseridos nos currículos na década de 1920 para a formação de sujeitos mais eficientes para atender às demandas da vida moderna. Até então era o modelo sueco de ginástica que constituía os saberes naquelas escolas. Linhales (2006) se alinha nesta perspectiva e aponta que, na mesma década, os esportes visaram à construção de indivíduos mais eficientes e ordenados, por meio da energização de caráter. Não podemos tomar a esportivização ocorrida no Brasil como sinônimo do Sistema Esportivo Inglês, mas a influência de um sobre o outro.

Segundo Goellner (1992), do período de 1852 a 1920, foi o Método Alemão de ginástica que se tornou hegemônico no Exército brasileiro e teve inserções em escolas. Contratados por D. Pedro II, alguns “mercenários” alemães desembarcaram no Brasil para elevar o contingente das forças brasileiras, trazendo a prática de tal método. Conhecidos como *Brummers* (resmungões) os 1.170 legionários<sup>30</sup>, chamados assim em TESCHE (1996), lutaram na campanha do Prata (1851-1852) e após o contrato de quatro anos, muitos ficaram

---

<sup>30</sup> Lemos (1993) chama os contratados alemães de mercenários. Ver: LEMOS, Juvêncio Saldanha. *Os Mercenários do Imperador*. A primeira corrente imigratória alemã no Brasil. Porto Alegre: Palmarinca, 1993.

no Brasil, alguns atuando como professores, dando início mais tarde às *Deutscher Turnerbund* (sociedades de ginástica alemã), a exemplo da SOGIPA em Porto Alegre.

Nas duas décadas seguintes haveria um movimento para instituir a ginástica na escola e Rui Barbosa defendia em seus pareceres a adoção do método sueco, por achar que tinha caráter mais pedagógico, mas mesmo com a simpatia deste e de Fernando Azevedo, em épocas distintas, foi o método francês que foi prescrito legalmente a partir da década de 1920 com a chegada da Missão Militar Francesa, primeiramente nos quartéis, depois nas escolas. Há uma diferença fundamental em relação à circulação de métodos ginásticos no Brasil, pois enquanto havia disputas de qual método adotar, intelectuais da educação, médicos, políticos e esportistas envolvidos com o problema da Educação Física, dentre outros, compunham um ambiente de debates e propostas no sentido de demonstrar que o método defendido era o melhor e mais apropriado. Esse ambiente de disputa e de ativismo, por vezes hostil, envolveu diversas propostas que apontavam seus conteúdos como os melhores, a exemplo dos métodos Alemão, Sueco, Inglês, Francês, a Calistenia, de base científica norte-americana, e o modelo uruguaio de Educação Física.

Mesmo com a simpatia de intelectuais por outros métodos, um evento foi primordial para que a ginástica francesa tenha ganhado espaço no Brasil: a contratação de uma Missão Militar Francesa. O contexto militar mundial naquela segunda década do século XX levaram países não beligerantes a se preocupar com uma reestruturação de suas forças militares. Em 1914, o Brasil declara neutralidade<sup>31</sup> em relação à Primeira Guerra Mundial (1914-1918), corroborando com suas intenções pacifistas na Convenção de Haia em 1907, na qual foi representado por Rui Barbosa. Naquele momento nossa economia gravitava em torno da produção e exportação de café para Europa, principalmente para Alemanha, Inglaterra e França. Mesmo com a postura oficial do Brasil de não tomar partido no conflito, alguns grupos atacaram estabelecimentos e instituições que tivessem alguma relação com empresas ou descendentes alemães.

Após algumas embarcações brasileiras terem sido abatidas por submarinos alemães no Atlântico, alguns estabelecimentos no Rio Grande do Sul foram vandalizados, como a Sociedade Germânia (queimada), o *Turnerbund*,<sup>32</sup> o Hotel Schmidt (queimado) e o jornal *Deutsche Zeitung* (SILVA JUNIOR, 1994), e no Rio de Janeiro, o prédio da *Gesellschaft Germania*, o restaurante *Brahma*, a empresa *Arp* e o Diário Alemão (publicado em português,

---

<sup>31</sup> Decreto nº 11.037, de 4 de agosto de 1914.

<sup>32</sup> Sociedade de ginástica criada em 1892. Em 1942 passa à denominação de Sociedade de Ginástica Porto Alegre (SOGIPA).

mas de orientação pró-Alemanha) também sofreram o mesmo processo de vandalismo (SEYFERTH, 2000). O próprio Ministro das Relações Exteriores (1914-1917), de ascendência alemã, Lauro Müller, renunciou ao cargo sob pressão da oposição pró-aliados, (PEDROTTI, 2012). Fato é que em 1917, o Brasil declara guerra contra a Alemanha, o que impossibilitaria a contratação de qualquer missão militar daquele país, mesmo com tantos adeptos ao modelo militar alemão.

Quando o Método Francês desembarcou no Brasil foi primeiramente implantado nos quartéis, todavia Fernando de Azevedo aproximou-se da novidade e influenciou consideravelmente a expansão dele. Góis Junior (2015) faz observações a respeito deste momento de disputas entre diversas propostas e aponta que o a solução para este embate foi o “ecletismo conciliador e defensor da racionalidade científica”, fator este no qual o próprio Azevedo defendera junto ao Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), que propunha a pedagogia enquanto ciência. Azevedo atuou no Gymnasio Mineiro, Escola Normal da Capital Federal, Universidade de São Paulo e foi membro da Academia Brasileira de Letras, concorrendo à cadeira de Gymnastica do Gymnasio Mineiro com a tese *Poesia do corpo ou gymnastica escolar* (1915). Foi um ativista pela inserção da Educação Física nas escolas e era adepto de uma conciliação entre o esporte e a ginástica. Góis Junior (2015) menciona que Azevedo demonstrava profundo apreço pelas ideias francesas na edição revista e ampliada intitulada *Da educação physica, o que ela é, o que tem sido, o que deveria ser* (1920). Esta aproximação de Azevedo com Demeny o levaria a criticar o sistema inglês baseado predominantemente nos esportes, e afirmava que era inaceitável que

uma preparação exagerada de preparo atlético, como na educação inglesa, se relegue para segundo plano a organização de um ensino, não árido e formalista, mas orientado de maneira a formar o espírito do aluno, armá-lo para a vida e prepará-lo para a carreira que escolheu, por uma cultura mais sólida do que variada, mais técnica do que decorativa (AZEVEDO, 1920, p. 73).

Esta lógica utilitarista de que a Educação Física deveria ter uma aplicação na formação do aluno, para prepará-lo para a vida e para o mercado de trabalho, fez com que Azevedo relegasse a segundo plano os modelos esportivizantes, mas ciente do surto esportivo incontrolável, ele buscou uma conciliação entre a ginástica e o esporte, priorizando a primeira, e para isso o modelo francês “caia como uma luva”, pois incluía os esportes, mas priorizava a ginástica utilitária e científica. Alguns elementos eram julgados desfavoráveis aos esportes, como o fator disciplina, pois se considerava que eles possibilitavam aos alunos

extrema liberdade de movimentos, o que diminuiria o controle por parte do professor; a prática esportiva não permitia um trabalho muscular completo e ordenado e enfatizava somente os membros; Outra questão era o dispêndio de energia considerado demasiado, pois pela falta de controle poderia o aluno fadigar movido pelo entusiasmo do esporte. Estes três fatores contribuíam para que se defendesse a esportivização somente na idade adulta, na qual o indivíduo já estaria desenvolvido biologicamente, ressaltando a importância da ginástica como conteúdo principal para as crianças.

A Revista de Educação Física (mar. 1933) publicou extenso artigo “Fernando de Azevedo e a Educação Física”, prestando homenagem declarada ao professor, o indicando como um “símbolo, ele sintetiza magnificamente os ideais da Escola nova no ambiente da Pátria”. O artigo relembra a postura de Azevedo durante a reunião com o ministro da guerra em 1929, na qual “foram tratadas a difusão da educação física e sua obrigatoriedade no país”, onde Azevedo teria sido decisivo na decisão de que para se operar a obrigatoriedade almejada, primeiro era necessário preparar professores. Além daqueles professores do Distrito Federal matriculados no curso provisório de 1929, por seu intermédio, o artigo reproduz ofício de Azevedo ao diretor do CMEF, pelo qual enviava 20 professores paulistas para serem matriculados no curso do CMEF de 1933. Agora no estado de São Paulo, ele repetia a estratégia de formar professores públicos no CMEF para depois implantar gerências na Educação Física naquele estado.

O Método Francês convergia para estas proposições, de ser eclético (Geral), de predominância da ginástica ao esporte, do cabedal científico da fisiologia e do utilitarismo, e estes elementos talvez tenham sido motivadores para que Azevedo “comprasse a causa” do “novo método”. Somado a todos estes fatores o Método Francês alinhava-se à pedagogia escolanovista<sup>33</sup> no que tange a cientificidade e ao universalismo, pois o Anteprojeto Militar, no qual Azevedo assinou, propunha uma Educação Física para todos, apesar de ter caráter de obrigatoriedade. Somados a todos estes fatores, há que considerar a proximidade geográfica entre Azevedo e o CMEF, fato importante em um período que as tecnologias de comunicação eram reduzidas.

O Método Francês não participou destas disputas entre métodos antes da chegada da Missão Militar Francesa, o que nos leva a pensar que ele só adquiriu um número de

---

<sup>33</sup> Chamada também de escolanovismo, entendia “a centralidade da criança nas relações de aprendizagem, o respeito às normas higiênicas na disciplinarização do corpo do aluno e de seus gestos, a cientificidade da escolarização de saberes e fazeres sociais e a exaltação do ato de observar, de intuir, na construção do conhecimento do aluno” (VIDAL, 2003, p. 497). Sobre a escola nova no Brasil, cf.: Nagle (1974); Monarcha (1989); e Carvalho (1989).

defensores considerável após ter sido adotado oficialmente em 1921, como uma maneira de defender e justificar algo que já estava posto. Por esse motivo, os principais defensores do sistema francês foram os próprios militares, pois buscavam justificar algo que no interior do Exército já havia sido adotado oficialmente. Como o ambiente militar é estritamente regido por manuais e regulamentos, a adoção de um método por imposição enfrentou menores resistências, o que não ocorreu no meio não militar ou civil, pois neste há um ambiente de disputas mais aberto e menos impositivo.

O caminho prescrito pode diferir em diversos graus do caminho percorrido, e quando tratamos da adoção do Método Francês como sistema oficial não podemos afirmar de forma alguma que o ensino dele foi hegemônico e fidedigno ao manual que o sistematiza. No caso de nossa pesquisa, é possível que alguns sujeitos externos à caserna tenham se resignado e percebido que era mais cômodo se alinhar na defesa do Método Francês do que combatê-lo, tendo em vista a aproximação da instituição militar ao poder político durante o governo de Vargas. O próprio Inezil Pena Marinho, defensor da ginástica alemã, mudou seu discurso após os eventos da Primeira Guerra Mundial, e passou a tecer críticas ao modelo alemão.

Diversas faces do Método Francês já foram evidenciadas por Goellner (1992), como interesses econômicos e políticos, na construção de indivíduos mais saudáveis, fortes, disciplinados e produtores. O contexto da adoção do Método Francês é transpassado por ideais de desenvolvimento econômico e defesa nacional, no limiar entre a Primeira e a Segunda República no Brasil, tendo como pano de fundo a busca pela “modernidade” e pelo desenvolvimento nacional e, em ambiente mais específico, o ambiente militar, o Movimento Tenentista durante a década de 1920. O Método Francês não concorria às disputas mais acentuadas de qual o melhor método, o que ocorreu somente após o início da atuação da Missão Militar Francesa, que propôs um sistema estrutural e organizado para a disseminação do “novo método”, com a criação do Centro Militar de Educação Física, em 1922, os dispositivos legais que adotam o Método Francês como oficial (1921 e 1931), o Curso Provisório em 1929 e a Revista de Educação Física, criada em 1932.

No início do século XX, o Exército brasileiro buscou aperfeiçoar sua doutrina conforme as demandas evidenciadas pelos países beligerantes na Primeira Guerra Mundial. “Modernizar” a instituição seguindo os passos dos exércitos considerados referências. Antes mesmo da Primeira Guerra Mundial, havia forte intenção de contratar uma missão militar estrangeira para auxiliar e instruir o Exército brasileiro, sendo que uma missão alemã era a mais cotada, por considerarem que a Alemanha era a maior potência militar do mundo no início do século XIX. Vários países adotaram esta estratégia e contrataram missões militares.

A Alemanha enviou missões militares para a Turquia, ainda Império Otomano, entre 1880 e 1913, e para a China, na década de 1930. A França enviou missões para o Japão (1867-1868) e para a Tchecoslováquia (1918-1922). Já no contexto da América do Sul, após a Guerra do Pacífico (1879-1883), o Chile contratou missão militar alemã meados da década de 1880 e o Peru missão francesa (1897-1912). Argentina também aderiu ao adestramento alemão (1910-1912). França enviou missões também para Uruguai, Venezuela, Bolívia e Equador.

No início do século XX, no interior da instituição Exército brasileiro havia diferenças de opinião quanto à escolha de qual país seria contratada a missão militar de instrução para “modernizar” a instituição. Havia os simpatizantes de uma missão francesa e outros de uma alemã, e em menor grau, uma norte-americana (MCCANN, 1996). Cabe lembrar aqui que no início do século XX a França, a Alemanha e a Inglaterra eram as três grandes potências militares, mas somente as duas primeiras tinham políticas de envio de missões militares de instrução a outros países. Malan<sup>34</sup> (1988) assevera que o grupo que defendia a contratação de uma missão militar alemã era hegemônico no seio do Exército. Os principais adeptos desse grupo eram os “Jovens Turcos”, fundadores da revista *A Defesa Nacional*<sup>35</sup>, que em sua maioria haviam estagiado no Exército alemão. Em 1914, a revista publicava o artigo *Missão Militar para o Brasil tem que ser alemã*, na qual salientava que a doutrina de guerra e o armamento alemão eram superiores. Muitos manuais alemães haviam sido traduzidos no início do século XX e adotados pelo Exército brasileiro, como o manual de ginástica, tiro e serviço em campanha.

Malan (1988) indica que a Revista Militar, veiculada entre os anos de 1889 a 1908, publicou 107 tópicos referentes ao Exército alemão e 47 ao francês, e cita ainda um livro de memórias de Leitão e Klinger, no qual registram as medidas preliminares de contrato da

---

<sup>34</sup> A obra é uma referência como fonte para pesquisas sobre a Missão Militar Francesa. O autor acompanhou pessoalmente as atividades da Missão Militar Francesa na década de 1930. Seu pai, o major Alfredo Malan D’Androgne, adido brasileiro na França em 1918 a 1919, foi o principal proponente deste acordo bilateral entre França e Brasil e acompanhou a contratação da Missão Militar Francesa em 1919. Seu pai organizou a Missão Aché, grupo de militares que foram à França em 1917 para tratar as medidas preliminares do contrato da Missão Militar Francesa. Um dos resultados da Missão Aché foi o envio da Missão Médico Militar para a França na Primeira Guerra Mundial. O autor acessou diversas fontes primárias, como cartas entre o adido militar na França e o ministro da Guerra e o chefe do Estado Maior do Exército.

<sup>35</sup> Periódico criado em 1913 pelos Jovens Turcos. “Sua organização legal era a *Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual “A Defesa Nacional”*, pessoa jurídica e de direito privado. No momento de sua fundação, os redatores eram fixos. O grupo mantenedor era constituído por Bertholdo Klinger, Estevão Leitão de Carvalho, Joaquim de Souza Reis, Francisco de Paula Cidade, Mário Clementino, Lima e Silva, Parga Rodrigues, Jorge Pinheiro, Pompeu Cavalcanti, Euclides Figueiredo, Brazilio Tabora, Amaro Vila Nova e Maciel da Costa. A periodicidade da revista foi alterada algumas vezes, sendo mensal de 1913 a 1945”. (SEPULVEDA, 2014, p. 150).

missão alemã, que nunca ocorreu. O Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército<sup>36</sup> (1911 apud Matos, Zary e Maximiano, 2015, p. 97) já mencionava que “a paz do mundo repousa nas bayonetas alemãs”, afirmando uma simpatia pela doutrina de guerra alemã.

A presença do Método Francês de ginástica no Brasil foi consequência direta da presença da Missão Militar Francesa. Malan afirma que mesmo que os Jovens Turcos não tenham conseguido seu intento de contratar uma missão alemã, consolidaram no interior do Exército a certeza de que era necessário contratar uma missão estrangeira.

A MISSÃO DE INSTRUÇÃO é organizada num país, por solicitação de outro para neste último e mediante um acordo ou contrato firmado entre os dois governos, prestar assistência e transmitir ensinamentos visando, através da organização adequada, doutrina conveniente e eficiente preparo, tudo devidamente adaptado às finalidades conjunturais e aos recursos disponíveis, a tornar o mais objetivo possível, o organismo bélico do país assistido (MALAN, 1988, p. 10).

Segundo Poidevin (1989 apud BELLINTANI, 2014), a França estabelece em 1889 o serviço militar obrigatório de três anos, o que lhe conferiu um Exército com efetivo militar de 479.000 homens durante o período de paz, número próximo ao do Exército alemão com 556.000 homens. Como o desenvolvimento bélico está diretamente relacionado ao desenvolvimento econômico, temos no início do século XX a disputa entre duas potências mundiais e, conseqüentemente, entre duas potências militares.

Além da disputa econômica, havia um atrito histórico resultante das guerras napoleônicas, culminado com a Guerra Franco-Prussiana (1870-1871), na qual a Alemanha sagrou-se vitoriosa. Essa disputa por acordos militares bilaterais no início do século XX foi uma maneira de ampliar influência política e conseqüentemente o mercado de produtos bélicos. Naquele momento de decisão de qual modelo militar o Brasil adotaria como influência, havia Alemanha e França como grandes potências militares, pois os EUA ainda não haviam se consolidado como tal, o que ocorreria apenas após a Segunda Guerra Mundial, e a Inglaterra não tinha histórico de envio de missões militares de instrução. Com a declaração de guerra à Alemanha por parte do governo brasileiro e também os embargos militares impostos à Alemanha pelo tratado de Versalhes em 1919, a alternativa mais viável foi contratar uma missão francesa, tendo em vista também as duas missões militares anteriores no Brasil, a da Força Pública de São Paulo e a de Aviação.

---

<sup>36</sup> Nome dado entre os anos de 1911 a 1923 à Revista do Exército Brasileiro, publicada de 1882 até os dias atuais. (MATOS, ZARY E MAXIMIANO, 2015).

A consequente adoção, por parte do Exército brasileiro, do Método Francês de ginástica logo após a chegada da Missão Militar Francesa ao país é um indicativo da relação direta entre os dois eventos. Curioso, e ainda não aprofundado, é que o Brasil posteriormente atuaria como um exportador do Método Francês para o Paraguai nos mesmos moldes da sua adoção no Brasil, ou seja, como consequência imediata de uma missão militar (CASTRO, 2012). Em 1930, o capitão João Barbosa Leite, um dos tradutores do RGEF-R7 e instrutor de CMEF, foi nomeado adido militar no Paraguai, mas não temos informações da atuação dele em relação à Educação Física naquele país (MINISTÉRIO DA GUERRA, 10 maio 1930).

A Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai (MMBIP) foi implantada em 1942, em Assunção, resultado de acordo bilateral entre os dois países. Souto (2016) registra que este acordo teve início em 1941 por ocasião da visita de Getúlio Vargas ao general Higinio Morinigo, presidente do Paraguai. Dentre outros objetivos, a MMBIP foi a responsável pela criação da *Escuela Nacional de Educación Física*, em 28 de agosto de 1943. Souto (2016) corrobora com Castro (2012) e também registra que o Brasil exportou o Método Francês para o Paraguai, pois em 1942 foi criado naquele país o Conselho Nacional de Cultura Física, sob assistência técnica do militar brasileiro, o major Sílvio Américo Santa Rosa, instrutor da Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), auxiliado pelos dois primeiros professores paraguaios que se graduaram na EsEFEx. Aponta ainda que o conselho criou legislação para o ensino de Educação Física similar à brasileira, e tornou a Educação Física compulsória nas escolas paraguaias, adotando também o sistema ginástico francês (SOUTO, 2016).

O sítio<sup>37</sup> da *Escuela* informa que ela foi fundada em 28 de agosto de 1943 e reconhecida em 1947 por meio da Lei nº 22.458, na qual foi organizado o *Ministerio de Educación Física, Deportes y Scoutismo*. O jornal paraguaio *Ultima Hora*<sup>38</sup> noticiava em 2015 o aniversário de 72 anos da Escola e ressaltava que muito se deve a Missão Militar Brasileira e ao major Sílvio Américo Santa Rosa, pois estes possibilitaram que os capitães do exército paraguaio, Juan Gregorio Vargas, primeiro diretor da Escola, e Adalberto Canata, graduassem na EsEFEx e fundassem a instituição sob a orientação técnica de Santa Rosa, com objetivo de iniciar a formação superior dos primeiros professores de Educação Física paraguaios.

O que fica como possibilidade de pesquisa futura é identificar se os outros países que contrataram missões militares europeias no início do século XX adotaram oficialmente os

---

<sup>37</sup> Disponível em: <<http://www.enef.edu.py/>>. Acesso em: 25 dez. 2018.

<sup>38</sup> Disponível em: <<https://www.ultimahora.com/escuela-nacional-educacion-fisica-completa-72-anos-formando-profesionales-n925183.html>>. Acesso em: 29 dez. 2018.

sistemas ginásticos dos contratados e, caso afirmativo, se houve também intervenção pedagógica na escolarização formal.

#### 1.4 O Anteprojeto de Educação Física Nacional

O Método Francês integrava um espectro maior de intenções, reunidas de forma mais concreta no Anteprojeto de Educação Física Nacional (AEFN) de 1929. Segundo Marinho (1952), o documento foi elaborado por comissão sob a presidência do general Nestor Sezefredo dos Passos, ministro da guerra e composta por Arthur Lemos<sup>39</sup>, Fernando de Azevedo<sup>40</sup>, Faustino Esposel<sup>41</sup>, Renato Pacheco<sup>42</sup>, Arnaldo Guinle<sup>43</sup>, Jorge Machado<sup>44</sup>, Jair de Albuquerque<sup>45</sup>, Ignácio de Freitas Rolim<sup>46</sup> e Jair Dantas Ribeiro<sup>47</sup>.

---

<sup>39</sup> Artur Sousa Lemos (1871-sem data) foi político brasileiro durante a República Velha. Professor, advogado e jornalista, foi deputado estadual no Pará (1897 – 1898), deputado federal por seis mandatos (1898-1901; 1902-1905; 1905-1908; 1921-1924; 1924-1927; 1927-1930), senador (1909-1917).

<sup>40</sup> Fernando de Azevedo (1894-1974) professor e sociólogo brasileiro. Foi Diretor Geral de Instrução Pública do Distrito Federal (1926-1930) e Diretor Geral de Instrução Pública do Estado de São Paulo (1933). Foi o redator do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) e presidente da Associação Brasileira de Educação (1938). Autor de diversas obras das quais destacamos *Da educação física, seguido de Antinous Estudo de cultura atlética*, *A evolução do esporte no Brasil* (1920) e *A cultura brasileira*, 3 vols. (1943).

<sup>41</sup> Faustino Monteiro Esposel (1888-1931) formou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1910. Tornou-se membro titular da Academia Nacional de Medicina em 1927. Docente de Higiene da Escola Normal do Rio de Janeiro. Era associado da ABE desde 1925 e foi presidente da Seção de Higiene e Educação Física da ABE em 1926.

<sup>42</sup> Renato Pacheco (1883-1964) formou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1908. Foi presidente da Confederação Brasileira Desportiva (CBD), antecessora da Confederação Brasileira de Futebol, de 1927 a 1933. Considerado o principal responsável pela participação da Seleção Brasileira na 1ª Copa do Mundo, em 1930, no Uruguai e nos Jogos Olímpicos, em 1932, nos EUA. Foi membro da diretoria da ABE e presidente da Seção de Higiene e Educação Física de 1933 a 1935. A redação de seu nome em Marinho (1952) está Renato Pacreco.

<sup>43</sup> Arnaldo Guinle (1884-1963) foi presidente do Fluminense Football Club de 1916 a 1930 e de 1943 a 1945, Tesoureiro da Associação Brasileira de Escoteiros em 1917, presidente da Confederação Brasileira Desportiva (CBD), de 1916 a 1920 e da Associação Metropolitana de Esportes Athleticos de 1924 e 1933, período de sua existência. Publicou juntamente com Mario Pollo duas obras, em 1920 o *Guia Prático de Educação Física calcado no método da Escola de Joinville-le-Pont* e, em 1922, *Manual do escoteiro brasileiro*.

<sup>44</sup> Jorge Figueira Machado (1893- 1966) orador, biógrafo, jornalista, conferencista, advogado e professor. Lecionou no Colégio Pedro II e na Escola Normal do Distrito Federal, exercendo cargos administrativos no Ministério da Educação e Saúde (LINHALES, 2006).

<sup>45</sup> Jair de Albuquerque: Signatário da Liga dos Esportes, lavrada no Clube Naval em 1915. Criador e diretor da Liga de Esporte da Marinha e da Escola de Educação Física da Marinha. Em Marinho (1952) consta Comandante Jair de Albuquerque e em Linhales (2006) comandante Jorge de Albuquerque.

<sup>46</sup> Ignácio Freitas Rolim foi militar do Exército brasileiro. Formou-se aspirante à oficial em 18 de janeiro de 1921 na Escola Militar do Realengo. Presidente da Seção de Higiene e Educação Física de 1936 a 1937. Foi o primeiro diretor da ENEFD (1939). Presidente da Federação Alagoana de Desportos (1944). Comandante do Colégio Militar do Rio de Janeiro (1961).

<sup>47</sup> Jair Dantas Ribeiro (1900-1969) foi militar de Exército brasileiro. Formou-se aspirante à oficial em 18 de janeiro de 1921 na Escola Militar do Realengo. Em 1936 foi adjunto do gabinete da Secretaria do Conselho de Segurança Nacional (CSN), comandante do Colégio Militar do Rio de Janeiro (1947- 1952), e do III Exército em Porto Alegre – RS (1962-1963). Foi ainda ministro da guerra (1963-1964) do governo de João Goulart.

A elaboração do Anteprojeto ocorreu em 1929, um ano após o início da tradução do regulamento geral francês, e foi submetido à Câmara Federal com objetivo de traçar rumos para a chamada Educação Física Nacional, mas não chegou a tornar-se lei, pois não há indícios de sua aprovação, mas por si só demonstra um conjunto de ideias e intenções por parte de um grupo específico, convergente com a visão de Educação Física do Exército, mais precisamente do CMEF. Trazemos a baila este Anteprojeto por entender que ele sintetiza o modelo de organização e operacionalização da Educação Física no Brasil pela instituição militar, pois deixava claro no Art. 41 que “enquanto não for criado o ‘Método Nacional de Educação Física’, fica adotado em todo território brasileiro o denominado Método Francês sob o título de ‘Regulamento Geral de Educação Física’” (ANTEPROJETO apud MARINHO, 1952, p. 204). Percebe-se que o Anteprojeto de 1929 já identificava a tradução do Método Francês sob o nome de Regulamento Geral de Educação Física, o que infere que o Anteprojeto estava alinhado com a tradução iniciada em 1928.

O jornal O Paiz, em dezembro 1929, publica que o senador maranhense Godofredo Vianna apresenta projeto na Câmara Alta com o objetivo de imprimir caráter sistematizado ao Plano de Educação Física Nacional. O texto pontua alguns objetivos do projeto, como criar uma Escola Superior de Educação Física no Distrito Federal para formar professores, especialistas médicos, organizar laboratórios e elaborar um regulamento geral de educação física. Além disso, prevê a divisão da Educação Física em escolar e post-escolar, sendo que a primeira faria parte de todos os programas de ensino de todos os estabelecimentos de educação do país, federais, estaduais, municipais e particulares, e o segundo pertenceria à iniciativa privada, controlado e fiscalizado pelo Estado. Definia ainda que a Criação do Conselho Nacional de Educação Física com sede no Ministério da Guerra constituía providencia essencial do projeto (O PAIZ, 27 dez. 1929, p. 3).

O AEFN, por suas características totalizantes e impositivas, visava instituir a obrigatoriedade da Educação Física para todos os cidadãos brasileiros. O fato de ter sido proposto pelo ministério da guerra um ano antes do início da Era Vargas, nos remete a pensar que fazia parte de um projeto de educação nacional assentado em princípios de formação militar, que seriam norteados pelo Método Francês de ginástica. Apesar da sua não aprovação, pois foi alvo de críticas da Associação Brasileira de Educação, única instituição que se contrapôs a ele publicamente, suas ideias de disseminar a Educação Física para toda a população ganharam forças com o governo de Vargas, em virtude de sua relação com a instituição militar.

Como alguns sujeitos envolvidos na elaboração do Anteprojeto estavam também envolvidos com a tradução e disseminação do Método Francês, faremos algumas aproximações entre o RGEF-R7 e o Anteprojeto de Educação Física Nacional. Além do fato dos tradutores do RGEF-R7 assinarem também o AEFN, como Rolim e Dantas Ribeiro, os dois documentos tem sua origem na Escola de Sargentos de Infantaria, o primeiro traduzido e aplicado lá, e o segundo elaborado logo após a visita de Sezefredo à Escola. Analisaremos alguns pontos do AEFN:

Art. 1º - A Educação Física deve ser praticada por todos os residentes no Brasil. Ela é obrigatória em todos os estabelecimentos de ensino, federais, municipais e particulares, a partir da idade de seis anos, para ambos os sexos.

Parágrafo 1º - Para os do sexo masculino, até a idade de sua incorporação nas forças armadas.

Parágrafo 2º - Para os do sexo feminino, matriculados nas escolas primárias e secundárias e nas escolas profissionais até a idade de vinte e um anos. (ANTEPROJETO apud MARINHO, 1952, p. 196).

Já no início do Anteprojeto os proponentes dão a tônica dos objetivos, ou seja, a Educação Física deveria ser praticada por todos os residentes no país, de forma obrigatória. Percebe-se que o termo “praticada” era usualmente empregado, e não ensinada, como a compreendemos hoje. Era vista como uma atividade física que deveria ser apenas executada pelos alunos, e não um conteúdo a ser ensinado, como todas as outras disciplinas. Essa ruptura de paradigma seria registrada somente na década de 1990, quando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação reconheceu a Educação Física como componente curricular, depois de longo processo de discussões no campo (VAGO; SOUZA, 1997).

A ideia de que os homens praticariam até a idade do serviço militar obrigatório demonstra o caráter de intenção de uma Educação Física pré-militar, como formação preparatória ao ingresso na instituição militar. No RGEF-R7-1ª parte a faixa etária com mais ênfase é dos quatro aos 18 anos, e após isso, seria praticada no período chamado de Educação Física Superior, dos 18 aos 30/35 anos, período este que havia poucas propostas de exercícios na primeira parte do manual, pois o indivíduo, após os 18 anos, trilharia dois caminhos: os que não incorporassem às fileiras militares ingressariam no treinamento desportivo, correspondente à segunda parte do RGEF-R7 (não traduzido); os que ingressassem nos quartéis estariam sob a égide do treinamento físico militar propriamente dito, correspondente à terceira parte do RGEF-R7, destinada à Educação Física Militar. Na primeira parte do RGEF-R7, sobre a qual nos debruçamos nesta pesquisa, não há exercícios para mulheres,

havendo apenas uma pequena referência a uma chamada “Educação Física Feminina”, que não é desdobrada e nem sistematizada, citada apenas como elemento a se considerar. Todas as imagens<sup>48</sup> do manual são representações de crianças e adultos do sexo masculino.

Apesar de o Método Francês propor diversos exercícios em forma de jogos, brincadeiras e esportes, ele ainda estava alinhado ao caráter pré-militar. Vago (1999) aponta que no ensino primário de Belo Horizonte, até 1920, os programas escolares pautados legalmente com a ginástica tinham característica de “construção escolar das diferenças”, conforme conceito de Guacira Lopes Louro. Isso significava que os conteúdos eram distintos entre os sexos, pois inicialmente foram introduzidas marchas e evoluções militares, acrescentadas de sessões de ginástica sueca, que visavam o trabalho específico de cada parte do corpo separadamente. Percebemos que estes exercícios militares estavam ainda presentes no RGEF-R7 sob o nome de Formações e Exercícios de Ordem e Evoluções e Rodas, todos eles destinados a crianças dos 4 aos treze anos.

Vago (2006) ao discutir o período de transição para a formação do professor de Educação Física em Minas Gerais analisou a Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1935) e percebeu a influência da ortopedia na educação de corpos infantis utilizando-se da ginástica por meio de marchas militares, exercício calistênico e ginástica sueca. “Crianças dispostas por filas e colunas, como que em ‘ordem unida”” (VAGO, 2006, p. 103) executavam exercícios de correção posturais, para só depois “brincar livremente pelo pátio, sob supervisão do instrutor” (Legislação do Ensino de Minas Gerais, Decreto n. 1960, de 30 de setembro de 1906). Após a atividade principal os alunos eram “premiados” com atividades recreativas, de forma supervisionada. Acrescenta ainda que a legislação do ensino primário previa a contratação de um instrutor militar para lecionar nas Escolas Normais somente para alunos do sexo masculino, que seriam, em breve, os futuros professores primários.

A Revista de Educação Física (maio 1932) informava, sob o título “Irradiação e Difusão do Ensino”, os desenvolvimentos da disseminação do modelo do CMEF pelos estados da federação:

- 1º) Organização no Estado do Espírito Santo, o Departamento e Escola de Educação Física, moldado na orientação deste Centro.
- 2º) Projetos de iguais departamentos para os Estados Pernambuco e Ceará.

---

<sup>48</sup> Utilizamos o conceito de imagem em Wolff (2005), no qual a imagem estabelece uma relação necessária entre algo presente que remete a algo ausente, sendo sua representação iconográfica.

3º) Solicitação do Sr. Ministro de Educação e Saúde Pública para organização futura do Departamento e Escola de Educação Física no Estado de Minas Gerais.

4º) Adoção nos Estabelecimentos Secundários do Regulamento Francês de Educação Física.

[...]

6º) Solicitação de pais para matrículas de seus filhos menores no Centro, afim de seguir as aulas práticas ministradas às crianças da Escola "Flavio de Nascimento". (REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, maio 1932, sem paginação).

Percebe-se que os editores da Revista enfatizavam a disseminação do “novo método” ao divulgar a procura e a inserção do modelo do Centro em outros locais. Essa procura pode ser explicada pelas demandas de profissionais de Educação Física face às poucas ofertas de formação. Vago (2006) menciona que somente em 1952 Minas Gerais teria cursos superiores de Educação Física, pois naquele ano foram abertos dois cursos, um ligado à Polícia Militar e outro à Igreja Católica, que se fundiram em 1953, formando a Escola de Educação Física de Minas Gerais, financiada pelo Estado, ainda sob supervisão acadêmica das Faculdades Católicas. Essa “demora” na criação das escolas superiores de Educação Física nos estados pode ter facilitado a influência do CMEF e do Método Francês em seus modelos adotados. Quando tratamos da deficiência na formação de especialistas, nos referimos à formação superior específica em Educação Física, pois até então os próprios professores de outras disciplinas eram os responsáveis por ministrar a Educação Física, e alguns deles eram normalistas, que tinham o componente em suas formações (PUCHTA, 2015).

Voltando ao Anteprojeto, este estipulava que a Educação Física seria fiscalizada pela União e as “obrigações e deveres” estabelecidos pela lei seriam da “alçada” do Conselho Superior de Educação Física, sediado no Ministério da Guerra. Sobre a criação e atribuições deste conselho, ficava estipulado que ele centralizaria o conhecimento e documentos produzidos nos órgãos técnicos, bem como analisaria literaturas provenientes do estrangeiro e coordenaria “todos os elementos próprios à criação do Método Nacional de Educação Física” (ANTEPROJETO apud MARINHO, 1952, p. 196). Novamente aqui a tão discutida questão de um método nacional, mencionada desde o Regulamento de Instrução Física Militar de 1921 e frisada logo no início da primeira parte do RGEF-R7, sempre pontuando que o Método Francês seria adotado até que se criasse um método brasileiro.

Na 26ª reunião da Seção de Higiene e Educação Física da ABE, em 27 de junho de 1929, foi discutida a necessidade de fazer inquérito sobre o problema da Educação Física, e resolveu-se que um questionário fosse enviado aos técnicos no assunto. As perguntas que seriam feitas eram referentes a quais métodos de Educação Física eram julgados

aconselháveis nas escolas primárias e secundárias, se na escola primária a Educação Física deveria ser ministrada por professores de outras disciplinas, por membro do magistério especializado ou por outros, e por fim, por quais espécies de instituições deveriam ser formados professores de Educação Física para o primário e secundário, se os entrevistados achavam pertinentes escolas de formação baseadas no Instituto Central de Estocolmo, Escola de *Gand* ou da Escola de *Joinville-le-Pont*, ou seja, métodos sueco, belga/alemão ou francês, respectivamente.

O Anteprojeto previa a criação de uma Escola Nacional Superior de Educação Física, na qual funcionaria o Conselho citado anteriormente, o que é confuso, pois ele teria sede no Ministério da Guerra e funcionaria na Escola Nacional. Essa questão da criação de uma instituição de ensino superior de Educação Física já era discutida na ABE durante as reuniões da Seção de Higiene e Educação Física. Na ata da 18ª sessão, em 17 de abril de 1929, consta que a professora Margarida Fryer corroborou com os presentes que fizeram uso da palavra no sentido da necessidade de criar-se no país uma “escola de aperfeiçoamento em educação física”, e o professor Ambrósio Torres lembrou que “já existe na câmara o projeto Jorge de Moraes, o qual deve servir de base para estudos posteriores”. Nesta ata consta que todos os oradores ressaltaram que a “feição militar da educação física não se adapta ao ensino primário nem ao ensino secundário” (ACTAS, 2005, sem paginação), mas cabe lembrar que dos nove participantes da reunião, havia somente um signatário do AEFN, o Dr. Jorge Figueira Machado.

Na 24ª reunião, em 13 de junho do mesmo ano, o Dr. Jorge de Moraes, “autor de um projeto na Câmara criando a escola de Educação Física para militares e civis”, leu o parecer do ministro da guerra sobre seu projeto, parecer este no qual o ministro atribuía aos sargentos o encargo de formar os “instrutores” das escolas primárias, e concluiu que tal parecer não era adequado, pois os sargentos não tinham conhecimento de anatomia, fisiologia e pedagogia. De fato, como a adoção do Método Francês tinha foco no Exército, o primeiro curso provisório no CMEF em 1929, dos 90 formados, 60 eram sargentos, oito tenentes combatentes, dois tenentes médicos e 20 professores civis, ou seja, 66,7% eram sargentos (MARINHO, 1952). Sobre esta questão de transformação das funções do sargento no interior do Exército brasileiro, cabe lembrar que os Jovens Turcos, oficiais de baixa patente que estagiaram no Exército alemão e fundaram a revista *A Defesa Nacional* em 1913, defendiam que se treinassem cabos e sargentos para formar soldados, prática esta já adotada na Alemanha. O Decreto nº 12.718, de 21 de novembro de 1917 criava o Quadro de Sargentos

Instrutores para os corpos de tropa, pois até então a instrução militar estava exclusivamente sob tutela dos oficiais.

Ainda sobre essa discussão ocorrida na ABE com relação à atribuição do papel de professor de Educação Física aos sargentos do Exército, a qual somente pela leitura das atas da Seção de Higiene e Educação Física nos dá a entender que “não saiu do papel”, citamos o Ofício nº 1.299, de 16 de novembro de 1929, de Fernando Azevedo ao ministro da guerra, por meio do qual o diretor geral de instrução pública do DF agradecia “por ter permitido que o 2º sargento Paulo Peixoto oriente o professorado do 2º Distrito escolar, nas aulas de educação physica das escolas primarias” (MINISTÉRIO DA GUERRA, 30 nov. 1929, p. 593), pelo qual se deduz que a atuação de sargentos ocorria no ensino público de Educação Física, sem sabermos precisar com que frequência. Outro Ofício de Azevedo, de nº 1.304, de 19 de novembro de 1929, ao ministro da guerra, o diretor de instrução agradecia por ter cedido os 1º tenentes Jair Danas Ribeiro e Ignácio de Freitas Rolim, que integraram a comissão examinadora do “concurso para professores de Educação Física em estabelecimento de ensino profissional” (MINISTÉRIO DA GUERRA, 30 nov. 1929, p. 593).

Estes officios reafirmam a simpatia de Azevedo pelo modelo de Educação Física proposto pelo Exército, fato este que pode ter influenciado na disseminação do Método Francês no ensino público. Em um terceiro Ofício, de nº 1.305 de 19 de novembro de 1929, ele agradecia os professores recém-formados no curso provisório da Escola de Sargentos de Infantaria, nos seguintes termos:

Exmo. Sr. Ministro da Guerra.

Ao receber esta Directoria a turma de professores municipaes que completaram o curso de Educação Physica da Escola de Sargentos de Infantaria, cumpro o grato dever de apresentar a V. Exa. os meus agradecimentos pela oportunidade que V. Exa. facultou a esta Directoria, de dispôr de um nucleo de professores municipaes com o alludido curso.

Tem, assim, esta Directoria a satisfação de colher os primeiros fructos da nova orientação que V. Exa. deu á referida Escola e que disseminará no meio civil os ensinamentos que são, modelarmente, ministrados naquelle estabelecimento.

Surte, pois, os primeiros fructos a campanha que V. Exa., com alto descortino patriotico, emprehendeu em pról da organização da cultura physica no Brasil. (MINISTÉRIO DA GUERRA, 30 nov. 1929, p. 593-594).

Apesar da discussão que emergia no interior da ABE, nos parece que, pelo menos em parte, algumas ideias estavam sendo postas em prática. Em 1932, entre os cursos ofertados pelo Centro Militar de Educação Física, havia o Curso de Instrutores destinado a oficiais e o Curso de Monitores, destinado a sargentos, tendo este último maior oferta de vagas.

Nosso objeto de pesquisa está imerso no Método Francês e, conseqüentemente, em um projeto nacional de Educação Física, elaborado no âmbito Exército, representado para isso pelo Centro Militar de Educação Física e por membros da Marinha, e o ambiente era de disputas, tensões e negociações, conforme aponta Linhales (2009). Apesar de haver militares na SHEF da ABE, não podemos reduzir os diálogos e representações dessa seção ao discurso militar. A Seção era composta por educadores, médicos, militares e membros da Associação Cristã de Moços e da Associação Cristã Feminina, congênere dessa, tanto que o documento intitulado Falhas no Anteprojeto foi elaborado pela Seção, e expunha inadequações e desalinhos do Anteprojeto em relação à visão das tendências da educação. Na 32ª reunião da SHEF, em 22 de novembro de 1929, foi discutida a elaboração de um parecer sobre o anteprojeto militar, e ficou decidido que na próxima sexta-feira, o parecer deveria estar pronto para que fosse enviado ao Congresso, para esclarecer falhas naquele.

Linhales (2006) sugere que a elaboração desse parecer poderia estar relacionada à divisão da Seção em duas subseções, uma de Higiene e outra de Educação Física, por motivos de tensões entre grupos defensores e opositores do modelo militar de Educação Física, mas considera também que pode ter sido um acordo entre os médicos sanitaristas e os educadores para que cada área aproveitasse a divisão com benefícios técnicos. No tocante à Educação Física havia esse movimento de constituir uma área específica com formação acadêmica distinta, num processo de disciplinarização e profissionalização da Educação Física. No mesmo ano, a Seção é segmentada, e uma das divisões, a Seção de Educação Física, ficaria inativa de 1930 a 1932, quando em 1933 seria reunificada, ficando apenas dividida em comissões.

Foi nesse ambiente de disputas que o RGEF-R7 foi traduzido, adotado e prescrito como método oficial, algo que aconteceu no início do governo Vargas, momento que os militares aproximaram-se do poder político e das decisões, contando com a simpatia de sujeitos envolvidos com a gerência do ensino público, como Fernando de Azevedo e Afrânio Peixoto, que foi diretor de instrução pública do DF em 1916 e tesoureiro da Associação Brasileira de Escoteiros em 1917. (JORNAL DO BRASIL, 1917; DUARTE; GATTI JÚNIOR, 2017).

Linhales (2006) aponta ainda que mesmo a ABE se fazendo a única instituição que resistiu ao Anteprojeto publicamente, esse caráter militar ganhou forças durante a Era Vargas. Lembra ainda que o termo “severas críticas” ao Anteprojeto, tão reproduzidos no campo, foi inicialmente apresentado por Inezil Pena Marinho, e que seria reducionista afirmar que as disputas entre o Anteprojeto e o Parecer da ABE estivessem situadas em uma disputa entre

civis e militares, pois na elaboração de ambos os documentos havia civis e militares. A pesquisadora propõe ser conveniente tratar da questão como “uma luta de representações entre projetos educativos diferenciados que, no seu desenrolar, comportou interesses específicos, negociações, apropriações e transações provisórias” (LINHALES, 2006, p. 165), ou seja, um campo de disputas de poder que foi pesquisado mais sob a óptica do suposto “perdedor”, tendo em vista que o projeto pedagógico para a Educação Física contido no Anteprojeto foi parcialmente e temporariamente vitorioso.

Retornando ao conteúdo do Anteprojeto, ainda previa-se a criação de um Diploma para os professores e instrutores e um Certificado de Aptidão para os monitores, os quais seriam emitidos pelas escolas Nacional Superior e Estaduais de Educação Física, de Ginástica da Marinha e Centros Regionais de Instrução Física Militar aos alunos aprovados. Os professores diplomados teriam seus diplomas revalidados a cada seis anos ao realizarem um estágio de atualização, o que sugere que esta seria uma estratégia para disseminar as atualizações do Método adotado. Definia ainda que passados dez anos da aprovação da lei, ninguém poderia ministrar Educação Física ou treinar desportistas sem possuir o certificado ou diploma, ou seja, estabelecia um período de uma década para operacionalização do projeto, e o mesmo período de tempo era estipulado para que todos os brasileiros<sup>49</sup> menores de trinta anos, para inscreverem-se para quaisquer cargos públicos, tanto federal, estadual e municipal, deveriam apresentar o Certificado de Educação Física.

Percebemos que essas medidas tinham por finalidade controlar a prática da Educação Física, similar ao publicado na Lei do Serviço Militar, constante no Decreto nº 15.934, de 22 de janeiro de 1923, no qual previa algumas premissas em relação à comprovação de obrigações militares por meio de documento:

Nenhum cidadão poderá ser nomeado para o funcionalismo público federal ou admitido, em qualquer caráter, em repartições e estabelecimentos da União, sem que apresente a caderneta de reservista ou o certificado regulamentar a 1ª ou 2ª linha, e conste em seus documentos estar em dia com suas obrigações militares (BRASIL, 1923, art. 134).

Nota-se que a mesma lógica foi usada tanto para o Anteprojeto militar como para a Lei do Serviço Militar, nas quais ambas definiam impeditivos para ocupar cargos públicos, na primeira a ausência do Certificado de Educação Física e na segunda a Caderneta Militar ou Certificado. O Anteprojeto previa ainda que o aluno, ao atingir a idade de incorporação às

---

<sup>49</sup> Nesta questão o Anteprojeto não distingue sexo, o que nos faz deduzir que tal determinação fosse para homens e mulheres.

forças armadas, teria sua caderneta individual de Educação Física anexada à Caderneta Militar.

O RGEF-R7-1<sup>a</sup> parte também previa três níveis de certificados, sem os quais não seria permitido o ingresso ao nível de Educação Física imediatamente acima. Um aplicado aos 13 anos, chamado de Certificado Elementar de Educação Física, outro aos 16 anos, chamado Certificado Secundário de Educação Física, e um terceiro certificado no qual não consta o nome, mas podemos deduzir que tratava-se de Educação Física Superior, pois os índices de aplicação são maiores que os outros dois, e na sequência que o manual o apresenta, ele se encontra em terceiro lugar. Nos três casos, Anteprojeto, Serviço Militar e RGEF-R7, há uma certificação sem a qual o indivíduo tem sua liberdade limitada, um pré-requisito para transitar, seja na esfera de cargos públicos, seja na esfera hierárquica dos níveis de Educação Física.

Mas as medidas de controle adotadas pelo Anteprojeto não param por aí, e mesmo que houvesse uma tendência da Educação Física emancipar-se do higienismo, pelo menos em tese, nas discussões que ocorriam na Seção de Higiene e Educação Física no fim da década de 1929, o anteprojeto “a fim de garantir a segurança dos associados e o cumprimento das condições higiênicas e sanitárias” (MARINHO, 1952, p. 199), não permitia que fosse praticado qualquer desporto em estúgios, ginásios e piscinas, tanto públicas como privadas, sem que antes estes locais fossem submetidos à autorização do Conselho Superior de Educação Física, e determinava que toda associação desportiva filiada à Confederação Brasileira de Desportos, bem como as escolares, públicas e privadas, remetesse no primeiro trimestre de cada ano, um relatório sucinto com uma cópia do último exame fisiológico de cada um de seus associados. No caso das escolas o controle era ainda maior, pois deveriam informar também os resultados alcançados na Educação Física pelos alunos no ano anterior.

O Anteprojeto destina um artigo específico para estabelecer que “a colaboração indispensável do médico na Educação Física será assegurada” por dois fatores: a criação de uma cadeira de fisiologia aplicada, pautada na eugenia, nas faculdades de medicina e pela organização da fiscalização médica nos estabelecimentos de ensino e demais associações desportivas. O Anteprojeto era ousado, previa uma alteração substancial nos currículos dos cursos de medicina, mas nessa questão nos parece que os médicos envolvidos em sua elaboração estavam alinhados com as tendências científicas no campo da medicina da época, pois no mesmo ano foi realizado o 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, no Rio de Janeiro. O Dr. Jorge de Moraes abriu o evento e emitiu algumas conclusões na seção “Da Educação Física como fator eugênico - sua orientação no Brasil”. Entre elas o médico concluía que:

1ª - A bem da saúde e desenvolvimento da raça, o 1º Congresso Brasileiro de Eugenia apela para a classe médica a fim de aprofundar a cultura nacional no que diz respeito às bases e orientação científica da Educação Física a começar pela escolha do método apropriado aos brasileiros e ao seu clima. (MORAIS, 1929 apud MARINHO, 1952, p. 193).

Além de ressaltar que a Educação Física estaria tutelada pela medicina, alegando bases científicas, o Dr. Jorge de Moraes ressaltou a escolha do método mais adequado para a Educação Física no país, em discurso muito análogo ao dos idealizadores do Método Francês e registrado no RGEF-R7. Ao final solicitava urgência por parte da “República” em alguns tópicos, como a organização de “Escolas Superiores de Educação Física pra conveniente preparo dos professores indispensáveis à cultura física nacional”; instituisse o “Conselho Superior de Educação Física Nacional”, órgão que orientaria e regularia os saberes do “grande problema eugênico”; e pedia por fiscalização especializada nos estabelecimentos de ensino, associações desportivas, e outros centros de cultura física (MORAIS, 1929 apud MARINHO, 1952, p. 193-194). A Revista de Educação Física, de março de 1933, publicava o artigo de Floriano Stoffel, “Educação: de como pode a medicina moderna influir para melhoria da sociedade” (STOFFEL, 1933, não paginada), falando sobre hereditariedade, educação sexual, morfologia e fisiologia, apresentando os benefícios da medicina na vida cotidiana.

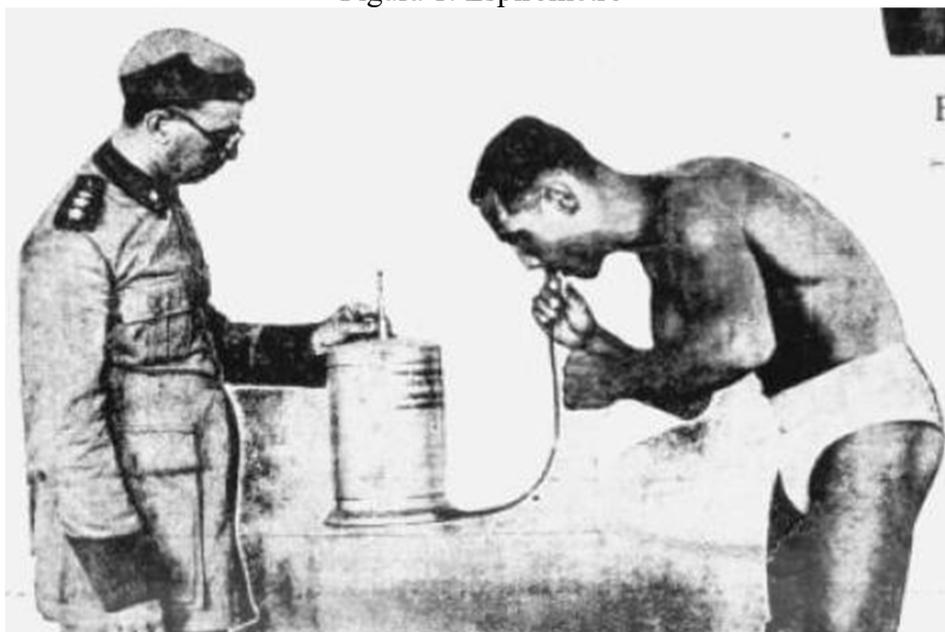
Essas medidas de controle sanitário eram também adotadas claramente pelo RGEF-R7-1ª parte, pois este estipulava que as crianças entre quatro e 13 anos não deveriam ser submetidas a nenhum protocolo de avaliação motora pelo “instrutor”<sup>50</sup>, sem antes o médico classificá-las quanto ao “valor fisiológico”. O manual alertava que este era o “colaborador inseparável do instrutor, mesmo no decorrer das instruções” (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1934, p. 13)<sup>51</sup>. O RGEF-R7-1ª parte previa ainda que nenhum aluno ingressasse no nível superior de Educação Física sem que tivesse sua capacidade de ventilação pulmonar aferida pelo médico por meio do uso do espirômetro (Figura 1), e apresentava quatro anexos, conforme elencados no índice, no qual o Anexo I era intitulado “Papel do médico”, que infelizmente não conseguimos recuperar para análise.

---

<sup>50</sup> A designação “*moniteur*” e “*instructeur*” foram transpostas do *Règlement*. O RGEF-R7 adota a tradução literal “monitor” e “instrutor”. Por vezes, o *Règlement* adota a expressão *maître* (mestre), como nas Fichas Individuais de avaliação, por exemplo.

<sup>51</sup> Utilizaremos esta chamada para referenciar o Regulamento Geral de Educação Física - Regulamento nº 7.

Figura 1: Espirômetro



Fonte: Revista de Educação Física, nº 6, (mar. 1933, não paginado).

Não podemos definir com precisão o nível de participação de cada sujeito listado na comissão de elaboração do Anteprojeto, mas é evidente a preocupação com o respaldo científico e jurídico, pois entre eles havia dois médicos e dois advogados, que independentemente do nível de participação na elaboração do documento, legitimavam o texto do anteprojeto nestas duas áreas.

O Anteprojeto proibia que as associações desportivas, instituições e cursos de Educação Física tomassem “parte em quaisquer manifestações de caráter político ou religioso, mas determinava que a cada dois anos fossem realizadas “paradas regionais de Educação Física” no Distrito Federal e nas capitais dos estados e a cada quatro anos “grandes paradas nacionais de Educação Física” na capital da República, em dias a serem fixados, e que coincidissem com uma grande data nacional. Esta característica de grandes paradas, desfiles e demonstrações, no remete ao VII Congresso Brasileiro de Educação, realizado em 1935, cujas características publicitárias e de grandes apresentações marcaram o evento.

A organização do VII Congresso continha uma Comissão de demonstração, para fins de planejar e executar esse caráter superlativo de grande evento, com demonstração numérica e de disciplina, típico da cultura dos exércitos em suas paradas e desfiles militares com objetivo de demonstrar força, unidade e superioridade bélica. As estratégias pensadas no Centro Militar de Educação Física, anexo à Escola de Sargento de Infantaria e foco irradiador do Método Francês, sugeriam esse caráter propagandista, o que está caracterizado na proposta do comandante da Escola ao ministro da guerra:

Sr, Comandante da Escola de Sargentos de Infantaria - Submettestes á minha consideração, em officio n. 974, de 29 de novembro findo, a oportuna suggestão do 1º tenente Ignácio de Freitas Rolim, encarregado da educação physica, sobre a organização de uma parada nesta Capital, na qual deverão tomar parte todos os alumnos das escolas militares, soldados e marinheiros, estudantes dos estabelecimentos civis de ensino, elementos das forças estaduaes (Districto Federal, Estado do Rio de Janeiro e São Paulo) e as creanças das escolas publicas municipaes.

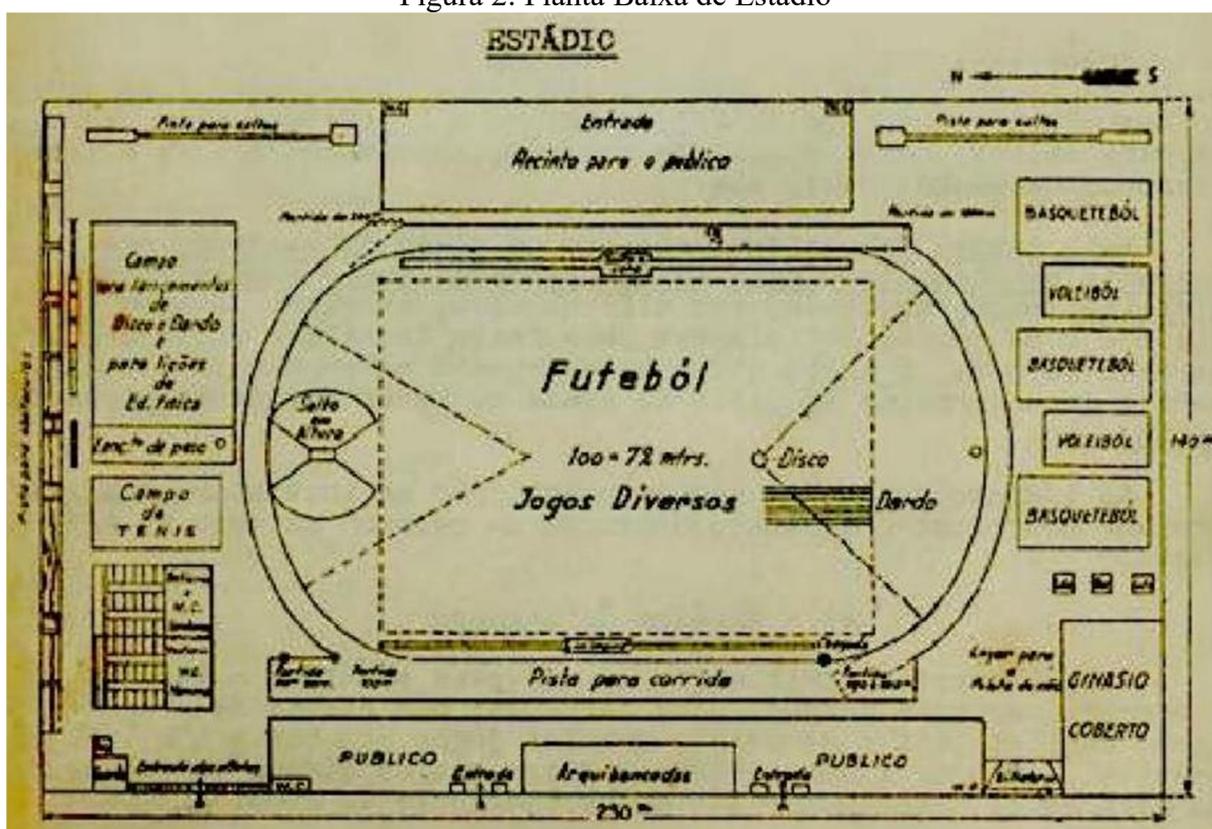
De accôrdo, em principio, considero, entretanto, muito difficil concentrar-se no Rio outras corporações que não sejam as d'aqui, neste primeiro anno de trabalho para a disseminação da educação physica, se accôrdo com o methodo apdotado no Exercito, sendo preferível realizar tres reuniões, no minimo, uma no Rio, uma em São Paulo e outra em Juiz de Fóra.

Saude e fraternidade - Nestor Passos (MINISTÉRIO DA GUERRA, 25 jan. 1929, p. 128).

No texto acima, o ministro da guerra, Nestor Sezefredo dos Passos, respondia ao comandante da Escola de Sargentos de Infantaria, que havia sugerido que Rolim ficasse encarregado de uma grande parada para “disseminação da educação physica, de accôrdo com o methodo apdotado no Exercito”, que não era o momento tendo em vista ser o primeiro ano do trabalho de disseminação. Esse documento data de 25 de janeiro de 1929, e evidencia que quase um ano antes de apresentar o Anteprojeto no Congresso, a intenção de vulgarizar o novo método por meio de paradas e grandes eventos já era idealizada. Nota-se que o RGEF-R7-1ª parte não apresenta em nenhum momento orientação para realizar paradas e desfiles, o que nos parece mais uma “estratégia brasileira” de divulgação.

As pautas do Congresso atritavam com à ABE e os demais grupos que não eram simpáticos ao projeto nacional de Educação Física de cunho militarizado, eram uma espécie de demonstração de virilidade, dimensões que remetiam a um tipo de grupo pronto fisicamente para qualquer tipo de enfrentamentos. O fato é que o Método Francês já previa estes ambientes e eventos, como um coliseu, uma arena, conforme Figura 2. O Anteprojeto Militar previa em seu artigo sexto a criação de três comissões distintas pertencentes ao Conselho Superior de Educação Física: das bases científicas, técnica e executiva e de propaganda, esta última ratificando o caráter publicitário das apresentações e paradas.

Figura 2: Planta Baixa de Estádio



Fonte: RGEF-R7-1ª parte, p. 53.

Estas aproximações entre o RGEF-R7-1ª parte e o Anteprojeto de Educação Física Nacional, considerando que tiveram origem na mesma instituição e que foram elaborados por alguns autores em comum, nos permite inferir que o Método Francês, sistematizado no RGEF-R7-1ª parte, foi elemento que constituiu um projeto maior, o de criar uma Educação Física nacional que deveria ser praticada por toda a população do Brasil. Um método geral, que abarcava todas as idades acima de quatro anos, que conciliava a ginástica e o esporte e que se mostrava científico e racional, era a ferramenta ideal para operacionalizar o projeto. Por seu escopo utilitarista pautado na eficiência, mesmo que tivesse um viés militarizado, interessou a segmentos interessados nas questões de desenvolvimento nacional, produção de riquezas e saúde pública.

### 1.5 O Método Nacional de Educação Física: sonho não concretizado

Desde os primeiros registros sobre a intenção de adotar-se um método estrangeiro de Educação Física, havia sempre ressalvas de que este deveria ser adotado temporariamente até que se criasse um método nacional. Considerava-se que um método apropriado serviria como

“escola de nacionalidade” e que deveria estar alinhado ao “temperamento” do nosso povo. Desde 1921, com a publicação do Regulamento de Instrução Física Militar, era evidente a preferência do Exército pela experiência advinda da França. Já no Preâmbulo da primeira parte do RGEF-R7, fica explícito que o Método Francês, preconizado na Escola Superior de Educação Física de *Joinville-le-Pont*, estava sendo adotado como um meio para a construção de um método nacional, adaptado ao “elemento nacional”, ou seja, às características culturais e emocionais do brasileiro, que no entender dos sujeitos que elaboraram o manual, aproximava-se do francês pela questão da latinidade. O próprio original francês que deu origem ao RGEF-R7 já tratava dessa questão para a França:

la nécessité d'établir une méthode générale d'éducation physique applicable a tous les Français, sans distinction d'âge ni de sexe, et adaptée au tempérament national. (MINISTÈRE DE LA GUERRA, 1925, p. 5).<sup>52</sup>

O regulamento original francês previa a necessidade de adotar um método para todos os franceses, sem distinção de idade e gênero, adaptado ao temperamento nacional. No Brasil também havia esta ideia de que temperamento nacional estava intimamente interligado com nacionalidade e, por conseguinte, patriotismo e nação. Um dos professores formados naquele curso provisório de Educação Física, realizado no Centro Militar de Educação Física em 1929, diria:

Da colaboração de todos os interessados, civis e militares, levadas em conta as características da curva fisiológica brasileira, surgirá o método geral, aplicável a todos os brasileiros, sem distinção de sexo ou idade, concretizado em regulamento geral. A nossa tendência é, assim nos parece, a adaptação do Método Francês, mais de acordo com o nosso temperamento de latino. (RANGEL SOBRINHO, 1931 apud CASTRO, 1997, p. 6-7).

Parece-nos que havia certo proselitismo no sentido de defender o Método Francês utilizando-se da ideia da aproximação pela latinidade, uma tentativa de convencimento de que a escolha havia sido a mais acertada. Sabe-se que antes da adoção oficial do modelo francês no Brasil, este não disputava espaços com os modelos alemão, sueco, calistênico e esportivista. Com a chegada da Missão Militar Francesa este Método passou a disputar espaços com os demais. O Método Francês foi uma consequência da doutrina militar trazida pela Missão Militar Francesa por ocasião do contrato para instruir o Exército nacional.

---

<sup>52</sup> Tradução Livre: a necessidade de estabelecer um método geral de educação física aplicável a todos os franceses, sem distinção de idade e sexo, e adaptado ao temperamento nacional.

Há algo que ainda não percebemos em nossa revisão de literatura que tenha sido discutido com a devida importância, que é o fato da disputa de poder entre as oligarquias regionais e o governo central da República, o que conseqüentemente gerou uma disputa entre forças militares regionais e força militar nacional. Durante a República Velha (1889-1930) a alternância de presidentes da República entre políticos dos estados de São Paulo e Minas Gerais, primeiro e segundo maiores produtores de café do Brasil, respectivamente, ficou conhecida como política do café com leite, pois Minas também era grande produtora de leite. São Paulo como centro produtor e econômico do país, em 1906, contratou uma missão militar francesa para adestrar sua força policial estadual.

Em 1913, o embaixador britânico havia comentado que o Exército Argentino era superior ao brasileiro e acrescentou: “Sequer me passa pela cabeça que o Exército brasileiro, indisciplinado, despreparado, de degenerado sangue negro, comandado por oficiais tão presunçosos quanto ignorantes, tenha a ínfima chance contra qualquer força combatente comum”. Seria incapaz até de sair-se bem “contra os 7 mil policiais militares de São Paulo”, que vinham sido treinados por uma missão francesa desde 1906. E ainda acrescentou que enquanto São Paulo possuísse essa força, os líderes estaduais poderiam desconsiderar qualquer ideia de intervenção federal, podendo continuar “a mandar no governo federal” (MCCANN, 1996, p. 226).

Era como uma disputa entre dois vizinhos para saber quem tinha o cão de guarda mais forte e maior, tanto que para amenizar este perigo de ter uma força militar menor e mais despreparada que as regionais, em 1917, por intermédio de lei, o presidente Venceslau Brás tornaria todas as polícias militarizadas dos estados, mais o corpo de bombeiros do Distrito Federal, forças auxiliares do Exército Nacional. E a preocupação tanto era válida que, em 1930, foram as polícias militares dos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba que constituíram a maior parte do contingente armado que culminaria na deposição do presidente Washington Luís. Em 1932, por ocasião da Revolução Constitucionalista, a Força Pública de São Paulo travaria confronto com o Exército Nacional na luta por um governo constitucional, já que Getúlio Vargas havia revogado a constituição de 1891 e passou a governar por meio de decretos. Trazemos à tona esta questão, pois é impreciso mensurar até que ponto esta disputa entre governo central e governo de São Paulo, refletida em uma disputa entre força pública de São Paulo e Exército Nacional, influenciou na contratação de uma missão militar francesa por parte do governo da República, a exemplo do estado de São Paulo.

Outro ponto é que a contratação da Missão Militar Francesa por parte do governo paulista não foi nem um pouco ingênua. A França é a precursora do policiamento moderno,

pois logo após a Revolução Francesa, a *Connétablie et Maréchaussée*, força militar subordinada ao rei, foi renomeada para *Gendarmerie Nationale*, fazendo alusão às *gens d'armes*, responsáveis pelo policiamento desde a Idade Média, pois a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, previa que “a garantia dos direitos do Homem e do Cidadão carece de uma força pública”. A *Gendarmerie Nationale* foi instituída para garantir a república, a preservação da ordem e o cumprimento das leis (ROCHA, 2014). Ou seja, os paulistas firmaram contrato com um país que tinha *know-how* em questões de policiamento, e não se sabe até que ponto a escolha paulista influenciou a escolha do governo federal quanto à contratação da missão francesa.

Em 1936, comentaria o tenente Araripe em artigo sobre as forças militares estaduais na revista *A Defesa Nacional*:

se afastam do Exército Federal por apresentar disparidades completas no tocante à instrução e organização e, por isso mesmo, tornam difícilimos seu aproveitamento e adaptação aos similares federais. [...] Umhas possuem, a exemplo do adiantado Estado de S. Paulo, organização, aparelhamento e instrução que fazer inveja a qualquer pequeno exército moderno [...] A todas faz exceção a Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Lá o caráter de força auxiliar foi plenamente assumido e realizado. [...] processos de instrução sabiamente adaptados dão à Brigada Gaúcha os traços de tropa perfeitamente apta à campanha. [...] A uniformização da organização militar por um mesmo paradigma - a organização federal - constitui o fundamento da solução. [...] por isso que resultou de ensinamentos diretos da grande guerra, adaptados ao nosso meio e às nossas possibilidades. [...] Vai nisso uma vantagem para todos. Lucra a linguagem militar nas relações recíprocas; lucra cada organismo militar pelo aproveitamento e troca de melhorias conseguidas em cada um deles [...] Daí para a adoção e execução cabal dos regulamentos do Exército vai um passo. Sabido é que nossos atuais regulamentos, confeccionados por uma elite apurada, a mais apta, moral e profissionalmente, para doutrinar sobre a guerra, constituem doutrina, senão a única existente, entretanto a mais satisfatória e racional [...] Não aproveitar os frutos do trabalho da Missão Francesa, em todos os recantos em que se manifesta a atividade militar é processo pouco econômico, é regime disperso e caótico. [...] o Exército deve para sua solução concorrer em grande dose, fornecendo-lhes grupos de instrutores, os mais capazes, indicados pelo Estado Maior, junto a que seriam responsáveis pela execução de sua missão; oferecendo-lhes oportunidades para seus oficiais fazerem estágio, a juízo do mesmo Estado Maior, nos corpos correspondentes do Exército, permitindo aos candidatos a oficiais das polícias frequentarem cursos da Escola Militar ou da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e que os sargentos se matriculem nas Escolas de Sargentos, levando a cooperarem nas manobras anuais. [...]. À boa vontade e ao patriotismo, inúmeras vezes patenteados, dos nossos camaradas das forças publicas e, principalmente, das dos máximos Estados de S. Paulo e Minas Gerais, cujas possibilidades são mais avultadas [...] com seus chefes de valor, saberão aplinar os óbices que levantarão susceptibilidades latentes mas irrazoáveis, das vestais da autonomia estadual; na certeza de que na consciência de todos, tão patriotas

como nós, brada a sublimidade de vivermos congraçados e irmanados pelos mesmos hábitos, mesmas aspirações e mesmo ideal. (ARARIPE, 1936, p. 138).

O artigo de Araripe sintetiza o problema de disputas que havia entre governo federal e governos estaduais. Comenta sobre o afastamento das forças públicas estaduais da doutrina do Exército nacional e salienta o estado paulista como o mais aparelhado, elencando este, juntamente com Minas Gerais, como os que possuíam as polícias mais avultadas, o que nos remete às disputas entre o governo Vargas e as oligarquias do café e do leite. A preocupação com o poderio militar paulista não era utopia, pois a Revolução Constitucionalista de 1932 já havia demonstrado as possibilidades de ameaçar Vargas. Uma forma para convergir interesses federais foi a tentativa de uniformização entre as polícias estaduais e o Exército, por meio da adoção da doutrina do Exército por parte das polícias, e isso implicava na observância dos mesmos regulamentos, para que as forças regionais fossem “auxiliares” da federal. Assim a estratégia de ofertar vagas nas escolas militares para oficiais das polícias seria um meio pelo qual a doutrina militar do Exército fosse expandida para as doutrinas das polícias. Com o Método Francês de ginástica não foi diferente, pois desde os primeiros cursos do Centro Militar de Educação Física na Urca, vagas<sup>53</sup> eram reservadas para militares das polícias, prática em uso até hoje. O modelo ginástico francês deveria irradiar-se para todo o Brasil, enquanto não fosse “criado” um modelo nacional.

O artigo enfatiza a aproximação estrutural e doutrinária entre a “Brigada Gaúcha”<sup>54</sup>, que pela semelhança com o Exército poderia ser empregada na guerra. Cabe aqui lembrar o conceito da Missão Militar Francesa que elegia a Argentina como país inimigo em potencial do Brasil (MCCANN, 1996), ou seja, se caso houvesse alguma hostilidade bélica entre Brasil e Argentina, a Brigada Militar gaúcha agiria como se exército fosse na defesa das fronteiras entre os dois países.

Pode parecer destoante essa questão entre Exército e polícias e o Método Francês de ginástica no Brasil. Queremos enfatizar aqui que havia uma disputa de poderio bélico entre o Exército nacional e as Forças de Segurança Públicas, as quais São Paulo detinha a mais aparelhada entre elas. Logo após a Revolução Constitucionalista de 1932, na qual ficou

---

<sup>53</sup> O Boletim do Exército 576, de 31 de janeiro de 1930, publicou normas para organização do Centro Militar de Educação Física. O artigo 95 previa que o Centro recebesse em seus cursos, oficiais e sargentos das forças auxiliares, professores federais, estaduais e municipais e civis. (MINISTÉRIO DA GUERRA, 31 jan. 1930).

<sup>54</sup> A Polícia Militar do Rio Grande do Sul possui nomenclatura histórica de Brigada Militar, nome que ostenta atualmente.

evidente que os paulistas combateram com armamento superior ao do Exército, utilizando fuzis *Mauser*, metralhadoras *Madsen*, carros de combate, canhões e até alguns aviões de guerra, o que preocupou o governo com possíveis conflitos futuros, levando-o a adotar políticas para limitar e controlar as polícias estaduais. Em 1934, Vargas regula a produção e o comércio de armas, munições e explosivos (BRASIL, 1934e) e em 1936 restringe o uso de armamentos de guerra e de armas de calibre superior ao 38<sup>55</sup> exclusivamente ao Exército, na tentativa de que a população e as polícias militares não formassem milícias superiores à força central. Ficou vetado também no mesmo Decreto o uso de “aviões tipo militar, armados” (BRASIL, 1936). Como a Força Pública de São Paulo já havia sido adestrada por uma missão francesa em 1906, o Exército também contratou missões militares do mesmo país, uma que desenvolveu a aviação e outra que instruiu a força terrestre.

No fim do artigo, Araripe transparece a preocupação com a “autonomia” das forças policiais e assevera que confia nos oficiais daquelas forças que saberiam “aplinar os óbices”. Da mesma maneira que Febvre (1998) destacou o sentido moderno de pátria como estratégia para a unificação da França, Araripe recorre à ideia de patriotismo para que não ocorra mais desobediência das forças estaduais aos postulados do Exército nacional, pois “na consciência” de todos os homens da nação, “tão patriotas como nós” deveria imperar o sentido de irmandade nacional. Essa chamada para alinhar pensamentos em vistas da nacionalidade, estava imantada de convencimento aos dissidentes, pois “brada a sublimidade de vivermos congraçados e irmanados pelos mesmos hábitos, mesmas aspirações e mesmo ideal”, e aqui acrescentaríamos também, mesmo sistema de educação do corpo, no caso o Método Francês, enquanto não tivéssemos um método brasileiro.

Em relação a essa tentativa de criar um sistema genuinamente brasileiro de educação corporal, houve deste antes da chegada da Missão Militar Francesa esforços isolados de apontar a capoeira como base da ginástica nacional. Em 1907 circula pelo Distrito Federal o opúsculo *Guia do Capoeira ou Gymnástica Brasileira*, de autor desconhecido, numa primeira tentativa de associar a capoeiragem à ginástica. A revista *A Defesa Nacional*, de 1926, alertava que a adaptação do modelo francês ao brasileiro não deveria se dar com esquecimento da capoeira. Em 1928, surge também no Rio de Janeiro o primeiro manual desportivo sobre a capoeira, *Gymnástica Nacional (Capoeiragem) Methodizada e Reagrada*, de autoria de Aníbal Burlamaqui (Zuma), oficial da marinha, na tentativa de sistematizar e

---

<sup>55</sup> Refere-se à medida do diâmetro da projétil. Pelo sistema americano e inglês, corresponde a 0,38 polegadas.

validar a capoeira como esporte. Ainda o Método Sueco-Belga-Brasileiro, proposto por Arthur Higgins, em 1934, no intuito de “abrasileirar” os sistemas europeus.

Ainda sobre a capoeiragem, ela foi tipificada como crime em 1890, sendo descriminalizada somente em 1940, quando não mais constava no Código Penal. Em 1941, com a regulamentação das práticas desportivas e suas confederações, a capoeira foi reconhecida enquanto esporte e passou a integrar a Confederação Brasileira de Pugilismo, por meio do Departamento Nacional de Luta Brasileira (BRASIL, 1941). Segundo Oliveira e Leal (2009), esta descriminalização foi possibilitada por alguns cientistas sociais, como Arthur Ramos, Edson Carneiro e Gilberto Freyre, que trouxeram nova significação aos estudos sobre o negro no Brasil, substituindo o conceito de "raça" pelo de "cultura".

Em 1943 a Divisão de Educação Física (DEF), subordinada ao Departamento Nacional de Educação, promoveu o “Concurso de Contribuições para o Método Nacional de Educação Física”, tendo o trabalho vencedor *Bases científicas da Educação Física*: “O nosso método de Educação Física, para ser nacional, não apenas no título, mas no espírito da sua concepção, não poderá de forma alguma ser rígido [...] Euclides da Cunha: ‘Não temos unidade de raça’ ‘Não há um tipo antropológico brasileiro’” (BASES... apud CASTRO, 1997, p. 19). Em 1944, Inezil Penna Marinho venceria outro concurso realizado pela DEF, e no seu conteúdo novamente a noção de não haver uma raça brasileira, pois somos um povo originado por três continentes, e este seria o motivo pelo qual o método deveria ser flexível em atenção à “interfusão biológica”.

Em contexto no qual o conhecimento estava imerso na cientificidade, nos parece que o Método Francês proposto na Escola Superior de *Joinville-le-Pont* sobressaiu. Na Revista de Educação Física nº 2 (1932b, p. 2), logo após a capa, há uma citação de Batista Pereira em “O Brasil e a Raça”: “Estão esparsas no ambiente moral ideias iguais as que fizeram a grandeza da Inglaterra. Procuremo-las. Descubrimo-las. Realizemo-las”. Uma espécie de culto aos “grandes feitos” de países europeus considerados mais desenvolvidos que o Brasil, como um exemplo a ser seguido, o que não destoava dos demais campos do conhecimento, os quais de maneira geral, grosso modo, buscavam influências de países considerados de “primeiro mundo”, com justificativas de cientificidade. Apesar de haver grupos discutindo a questão de um método nacional, não havia ainda no Brasil na década de 1930 uma escola superior de educação física que pudesse propor “cientificamente” tal método, e as poucas tentativas acabaram por apresentar a capoeira, por exemplo, que ainda era criminalizada e/ou estigmatizada. Nestes embates entre elementos culturais e elementos científicos, o Método Francês se consolidou enquanto proposta oficial, mas isso não impediu que a vulgarização do

“novo método” não tenha sido “abrasileirada”, como veremos na análise do RGEF-R7-1ª parte.

### 1.6 Espaços da Educação Física: disputas entre ABE e SEFH

Cabe considerar ainda, o embate de perspectivas ocorrido a partir da década de 1930 para projetar os rumos da Educação Física no país. Em 1924, foi criada, com sede no Rio de Janeiro, a Associação Brasileira de Educação (ABE), que não discutia apenas educação escolar, mas todos os espaços considerados potencialmente educativos, pois para além de preocupar-se com a educação, surgiu com a finalidade de se constituir um partido político (1998). Especificamente para o campo da Educação Física esta associação criou a *Seção de Educação Física e Higiene*<sup>56</sup> (SEFH), que funcionou por onze anos, de 1926 a 1937, e discutia educação higiênica e educação física, conforme consta nas atas de suas reuniões. Estas duas áreas seriam delimitadas somente no ano de 1929, com a ampliação dos debates pedagógicos em torno da Educação Física como disciplina escolar, que colocara em pauta a formação necessária do professor de Educação Física, já que a pauta relativa à educação higiênica ficaria a cargo dos médicos. Neste ano a SEFH foi dividida em Seção de Higiene e Seção de Educação Física e, após quatro anos, reunificada. A ABE articulava diálogos com o Centro Militar de Educação Física, a Associação Cristã de Moços e sua similar, a Associação Cristã Feminina, e demais instituições públicas e privadas que ocupavam da questão da cultura física.

O Anteprojeto de Educação Física Nacional, discutido anteriormente, foi objeto de discussões no âmbito da Associação. Segundo Linhales (2009), este anteprojeto ao se tornar público foi alvo de críticas por parte da ABE, que por sua vez promoveu um inquérito sobre o problema da Educação Física, pois não corroborava com tal projeto, entendendo-o como de militarização da escola, baseado no método de ginástica francês. A associação entendia que na própria França, como aponta Grunennvaldt (1998), tal método já estava em decadência. A ABE emitiu um parecer<sup>57</sup> encaminhado ao Congresso em março de 1930, intitulado “A Educação Física no Brasil”, o documento tecia algumas críticas ao anteprojeto militar e pretendia corrigir, em síntese, quatro principais falhas que considerava existentes no

---

<sup>56</sup>A ABE se ocupou da educação não apenas por meio de reuniões e conferências nacionais, mas também publicou o Boletim da ABE (1925 a 1929) e a Revista Schola (1930-1931), ambos os espaços de discussão, como menciona Linhales (2009).

<sup>57</sup> Publicado integralmente no Jornal do Commercio de 12 de janeiro de 1930.

anteprojeto. O primeiro relativo à impropriedade de se adotar um método único para o país todo, pois:

não é possível nem desejável que ele vá escolher um determinado método de Educação Física e impô-lo às escolas primárias e a todos os estabelecimentos de ensino do país, como faz o ante-projeto. [...]. Os métodos pedagógicos estão em contínuo progresso nos países mais cultos do mundo (ANTEPROJETO apud MARINHO, 1952, p. 205).

O parecer propunha que seria equívoco uniformizar o ensino de Educação Física no país ao adotar-se oficialmente um único método específico. A segunda questão salientava que a Educação Física já havia se emancipado das feições militares e, por isso, não deveria entregar a educação infantil a um grupo especializado em “adestrar adultos”.

A história da Educação Física mostra que a fase contemporânea corresponde justamente ao abandono das suas feições militares. [...] Não é possível que se entregue a cultura física de crianças a pessoas que se especializaram no adestramento de adultos, sujeitos a uma disciplina de grupo especial (ANTEPROJETO apud MARINHO, 1952, p. 205).

Crítica a sugestão do anteprojeto que propunha que o Centro Militar de Educação Física forneceria especialistas enquanto a Escola Nacional não fosse criada. Aponta que o curso rápido de seis meses ofertado pelo Centro “padece, no ponto de vista da aplicação às crianças, dos graves defeitos apontados no item anterior” (ANTEPROJETO apud MARINHO, 1952, p. 205). Este item anterior citado referia-se ao abandono contemporâneo das feições militares que a Educação Física exigia. O terceiro aspecto referia-se a necessidade de se criar uma Escola Nacional Superior de Educação Física, mas critica o curso provisório, então vigente, de formação de instrutores de Educação Física na Escola de Sargentos. Enumera ainda os diplomados pelo Instituto Técnico da Associação Cristã de Moços, após curso de quatro anos, dois no Rio de Janeiro e dois em Montevidéu, e sugere esta formação como ideal enquanto não se criasse a Escola Nacional.

Sobre a Educação Física no Uruguai cabe abrimos um parêntese. O parecer refere-se ao Uruguai como referência em “progresso no assunto” na América do Sul, e menciona que por lá, a gerência da Educação Física não ficou “subordinada às pastas militares e sim a Poder Executivo em geral”. Cita que a iniciativa uruguaia mais profícua foi a criação dos campos de recreio ou praças de esportes. No Brasil, houve iniciativas de buscar no modelo uruguaio uma referência para o problema da Educação Física no Brasil. Segundo Cunha, Mazo e Stigger (2010), a cidade de Porto Alegre adotou o modelo uruguaio nas décadas de 1920, 1930 e

1940, construindo praças de esportes públicas. Bica e Corsetti (2014) discutem a criação da Praça de Desportos em Bagé, Rio Grande do Sul, em 1927. O primeiro diretor da Praça foi o uruguaio Ramón Tejedor. A busca pelo modelo uruguaio atendeu aos ideários republicanos de desenvolvimento e modernidade. Paola Digliotti ai discutir a cultura física no Uruguai entre os anos de 1918 e 1926, anota que “el deporte es la ‘escuela del carácter’, voluntad, respeto de las reglas, esfuerzo, solidaridad, confianza, energia” (Digliotti, 2012, p. 6), salientando os objetivos físicos e morais da cultura física naquele país:

A los atributos de fuerza desplegados por las actividades físicas se suman los de orden moral [...]. Dar al deporte no solo su valor educativo de nuestra organización humana sino también la significación de su real predominio como escuela de Disciplina, de Moral y de Respeto. (DIGLIOTTI, 2012, p. 02).

O projeto arquitetônico da Praça, bem como o programa de funcionamento, foi elaborado em Montevideu, no Centro de Cultura Physica, possibilitados por parceria entre o Centro e a Intendência Municipal de Bagé. Se o Método Francês foi prescrito oficialmente, diversas foram as realidades regionais no Brasil.

Ainda relativo ao parecer da ABE, o quarto ponto alvo de crítica foi a proposta militar de centralizar a gerência da Educação Física no Brasil no Ministério de Guerra. O parecer afirmava que este Ministério não estava apto ainda à orientação profissional adequada, pois iniciativas privadas com profissionais contratados organizavam a Educação Física naquele momento. Importante salientar que a crítica da ABE em momento algum foi ao Método Francês em si, e sim a diferença entre o contexto brasileiro e o francês, às “necessidades sociais e políticas” de cada país. Afirma que o caso específico da França atendia a “contingências nacionais que não se reproduzem no Brasil” e que naquele contexto o “objetivo principal desse método, como não poderia deixar de ser, é o de preparar a criança, o adolescente, o adulto, para as exigências do estado de guerra permanente em que se tem encontrado naquela nação” (ANTEPROJETO apud MARINHO, 1952, p. 206).

Cita como referências intelectuais para respaldar sua crítica o “higienista e educador” americano Thomas Wood, o Dr. R. Roper, inglês e “especialista em Educação Física”, que se pronunciou sobre o caso francês na revista americana *Mind and Body* nestes termos: “Devemos lastimar a ameaça que a conscrição militar da infância e da mocidade dum nação inteira representa para a paz internacional. Esperemos que a Inglaterra continue a evitar política semelhante”. (ROPER apud MARINHO, 1952, p. 207). Ampara-se ainda nas críticas ao Método Francês tecidas pelo Dr. P. Tissié, que ao referir-se aos instrutores de *Joinville-le-*

*Pont*, considerava que eles “nenhuma especialização anterior designava para tais funções, contribuíram, quer com os seus conhecimentos rudimentares, quer com a incompetência científica e instrução, às vezes, elementar, para deter a evolução dessa educação”. As desavenças entre Tissié e Demeny eram públicas, o primeiro defensor da ginástica sueca e o segundo da francesa.

O parecer cita até mesmo o general francês Coupilland em sua observação para que a Escola de *Joinville-le-Pont* “trate da formação de mais educadores e de menos executores brilhantes”, e relaciona à formação estritamente pragmática dos cursos do CMEF, de formação de guias e não de professores. Este era o clima entre os defensores e detratores do Método Francês no Brasil, ambiente de disputas acaloradas.

Em 1930, foram realizadas mais três reuniões, e após um período de inércia, a SEFH retomou suas reuniões em junho de 1933. Esse intervalo de tempo coincidiu com a discussão que estava em pauta naquele momento, a laicidade, a democratização e modernização da educação, que ocasionou a saída de todos os membros católicos da ABE, resistentes a tais mudanças. O retorno das reuniões da SEFH foi marcado pela unificação das Seções de Educação Física e de Higiene, retornando o uso da nomenclatura original, e o fato da assunção do novo presidente, o médico e presidente da Confederação Brasileira de Desportos (CBD), Renato Pacheco. Mesmo com a unificação, duas comissões foram criadas, e foi nomeado para comissão de higiene o Dr. Gustavo Lessa, acompanhado de mais dois médicos, e para a de educação física, o capitão do Exército e presidente da Confederação Brasileira de Atletismo, Orlando Eduardo da Silva, acompanhado de Oswaldo Diniz Magalhães, formado em Educação Física pelo Instituto Técnico das Associações Cristãs.

Do retorno das atividades da SEFH, até outubro de 1934, as reuniões da Seção giraram em torno de um Projeto de Educação Física Nacional, que se preocupou com quais ambientes e com quem deveria praticar a Educação Física. As duas comissões apresentaram seus relatórios e foi determinado que ambas elaborassem um único plano. Foi nesse ínterim que o termo “educador físico” foi proposto em substituição a “monitor”. O plano propunha um projeto mais amplo, que possibilitasse a Educação Física a toda a população, “penitenciárias e casas correcionais, abrigos e patronatos, campos de recreação, fábricas e centros industriais, estabelecimentos de ensino e instrução, clubes e associações esportivas” (LINHALES, 2009, p. 84). Além destes ambientes, um lugar curiosamente denominado de “educação física de populares” foi mencionado, mas a expressão não foi definida. O espaço extraescolar, que se resumia majoritariamente a esportes, estava visivelmente sobreposto ao espaço escolar, e para este, previa uma educação física balizada por ginástica e jogos para as escolas primárias e

secundárias, normais e superiores, salientando que se deveriam considerar as idades fisiológica e mental dos alunos, e não a cronológica, de acordo com as propostas do Método Francês.

O Dr. Celso Kelly, membro do Conselho Diretor da ABE, fez considerações sobre tal proposta da SEFH e sugeriu que os objetivos da seção deveriam estar mais colimados aos da associação, pois esta concebia a educação em moldes escolares, como vemos a seguir em trecho de uma carta sua, na qual dava o seu parecer ao Presidente da Seção Renato Pacheco:

em face do problema da educação integral, que papel ocupa a educação física? Resposta: há duas teorias a respeito:

I) a dos que entendem que a educação física é autônoma, absolutamente independente do processo educativo geral, e, segundo alguns, articulada com o serviço militar, integrando-se, mesmo, nas atividades de exercício [...]

II) a dos que entendem que a saúde, o desenvolvimento físico, o desenvolvimento intelectual, a formação moral, a aquisição de conhecimentos gerais e profissionais constituem parte de um só e grande problema: o problema da educação integral, para a plena formação do homem, em todos os seus domínios. Partes de um mesmo problema estão intimamente entrelaçadas [...]

Conclusão: ficamos, logicamente com a segunda corrente (KELLY apud LINHALES, 2006, p. 212, grifos do autor).

A SEFH atendeu às recomendações e redigiu novo projeto, mais alinhado com os entendimentos da ABE, tanto pedagógicos como políticos, mas é provável que tenha sido “engavetado” no Ministério da Educação e Saúde, pois não há indícios desse projeto em publicações deste órgão. Há que se considerar que a ABE foi concebida com o objetivo de se constituir em um espaço de resistências e discussões políticas. Segundo Carvalho (1998), a ABE não foi produto de um ideário romântico do poder transformador da educação, e sim de uma tentativa de se fundar um partido político (Acção Nacional). Apesar das tentativas de aparentar uma instituição apolítica, de alinhar discursos que apontassem a educação como a solução dos problemas nacionais, como pretexto para intervir socialmente, Marta de Carvalho aponta que as crises pelas quais passou a Associação coincidiram com as crises do Partido Democrático do Distrito Federal. Esta face da ABE colidia diretamente com a orientação política dos militares ativistas do Método Francês.

Em consequência destas diferenças de perspectivas entre ABE e SEFH, muitos militares deixaram de frequentar as seções, já que o intento da “nacionalização da Educação Física” ganhava espaço em outros setores federais. Cabe lembrar que esse momento histórico era palco da Revolução Constitucionalista, do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e

da Lei de Segurança Nacional, ou seja, um momento de efervescências na educação e nas questões de conflitos armados internos.

Segundo Linhales (2006), essa discussão já ocorria desde 1920 e tinha como bandeiras a “mentalidade desportiva” e a “mentalidade clínica médico-pedagógica”, expressões estas utilizadas pelos seus próprios defensores. Os primeiros, da área da educação, tentavam aproveitar o alastramento popular dos esportes, chamado de “surto dos *sports*” por Sevchenko (1998), que seguia tendências inglesas da popularização dos esportes, principalmente do *football*, na tentativa de trazer uma “vida muscular mais alegre”, trazendo-os para práticas pedagógicas e escolares. Já os segundos, ainda imantados aos conhecimentos da medicina, no intuito de educar hábitos prejudiciais, propondo outros mais saudáveis, investidos da flâmula da saúde pública. Como vimos anteriormente, a respeito dos projetos de Educação Física para o ensino secundário, a discussão já era polarizada entre ABE e militares. Estes defendiam uma Educação Física praticada em ambiente militar e civil, o que não é difícil de entender, pois o esporte coletivo tem sua prática balizada por regras, normas e sanções, o que aproxima a filosofia do esporte da filosofia militar. Em artigo de autoria de Illydio Rômulo Colônia, oficial brasileiro com curso da Escola de *Joinville-le-Pont*, identificamos tais entendimentos em sua fala:

É que os jovens americanos e ingleses, fortes, resistentes, virilizados pela educação física, postos quase subitamente nos campos de batalha, imaginavam-se num vasto campo de “rugby” habituados como estavam com a disciplina esportiva, ao prazer da competição (COLÔNIA apud LINHALES, 2006, p. 101).

A ABE também estava de acordo com a introdução do esporte na escola, porém, temia que se tornasse um projeto de militarização das escolas, como ocorrera na França com a implantação dos batalhões escolas. Veremos mais a frente que um dos membros da comissão designada para traduzir o *Règlement* foi excluído da equipe por se associar à ABE.

Gostaríamos de abrir um parêntese em nossas reflexões trazendo à tona novamente o VII Congresso Brasileiro de Educação, realizado em 1935 pela ABE, que teve como tema Educação Física e como *slogan* “pátria forte quer filhos fortes”. Após a realização de seis conferências nacionais, sendo a primeira em 1927 em Curitiba, o sétimo evento ganhou o nome de congresso e foi realizado no Rio de Janeiro, ao invés da Bahia, como estava planejado. Os militares reivindicavam a participação nos congressos anteriores, o que só conseguiram em 1935 tendo em vista a aproximação com o governo Vargas e consequentemente do poder político. Esse ressentimento por não haver participação do

Exército em congressos anteriores está bem caracterizado no artigo “O Exército e o 5º Congresso de Educação”, escrito por João Ribeiro Pinheiro<sup>58</sup> (REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, jun. 1932b, p. 29).

Os militares integraram a comissão executiva do evento, sob a gerência do coronel Newton Cavalcanti, da EsEFEx. O Congresso expressou claramente a situação de litígio com relação aos rumos da Educação Física em busca de uma identidade, contextualizada por duas perspectivas, uma pedagógica que pronunciava a liberdade, e outra utilitarista calcada na eficiência. Lourenço Filho, presidente da ABE, já na abertura do congresso pronuncia em tom conciliatório:

Nações há que procuram resolver os problemas de eficiência, mesmo às custas das liberdades individuais. Outros, que preferem manter todos os ditames de uma romântica liberdade individual, pereça embora a eficiência... Entre tais extremos, simplistas ambos, e ambos perigosos, os estadistas mais avisados começam a compreender que ‘eficiência com liberdade’ ou ‘liberdade com eficiência’, só num cadinho se fundem – e esse é o da educação (LOURENÇO FILHO apud LINHALES, 2006, p. 34).

O Congresso foi bastante ousado em seus objetivos, trazendo temas anteriormente tratados no Plano Nacional de Educação Física proposto pela ABE, como a nacionalização da Educação Física e dos esportes, e a ideia da Educação Física ser um complemento da educação integral, e não mais uma prática autônoma e desvinculada da escolarização. Uma das inovações foi a pauta tratando sobre questões raciais na Educação Física, o que era muito pertinente considerando aquele momento histórico, contemporâneo ao Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova que propunha uma educação para todos e laica, além de questões de intolerância racial e religiosa.

O congresso teve ainda peculiaridades com relação a sua execução. Foram realizadas diversas apresentações, excursões, visitas, paradas, desfiles, espetáculos musicais e demonstrações, sendo criada para a gerência desse conjunto de atividades uma Comissão de Demonstração, o que fez com que o Dr. Guilherme Lessa ponderasse sobre o caráter acadêmico do evento. Duas foram as participações de pesquisadores estrangeiros, a professora norte-americana Frey Warner apresentou o trabalho *Tendências modernas na recreação*, e o professor Júlio Rodriguez, com o tema *A Educação Física no Uruguai*. Outra pauta digna de

---

<sup>58</sup> O capitão João Ribeiro Pinheiro teve participação ativa em Revista de Educação Física nos anos de 1931 a 1933, assinando sete artigos. Escreveu Militarismo e Educação Física (1931), O Exército e o 5º Congresso de Educação (1932), A pedagogia e a educação física (1933). Ele foi um dos militares mortos no 3º Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha, em 27 de novembro de 1935, no episódio conhecido como Intentona Comunista (LINHALES, 2006; SEPULVEDA, 2014).

nota era a intenção de lançar as bases para o 1º Congresso Pan-Americano de Educação Física, que foi realizar-se somente em 1943, no Rio de Janeiro.

Apesar de alguns momentos científicos, a intenção era repercutir e impressionar. Linhales (2006) menciona que havia uma preocupação em mostrar os benefícios da Educação Física ao público e, para isso, foi evidenciado o papel da medicina, em que gráficos e mapas demonstravam progressos já atingidos, aparelhos e instrumentos utilizados na Educação Física foram expostos, prescrições esportivas foram abordadas, as especificidades dos exercícios para as mulheres e até mesmo o escotismo teve seu lugar no evento. A autora cita ainda que foram visitadas diversas instituições no âmbito pretendido, como Associação Cristã de Moços, Associação Cristã Feminina, Escola de Educação Física do Exército, Colégio Militar, ginásios, escolas, dentre outras e, somados a isso, uma parada esportiva com cerca de 15 mil atletas e uma demonstração orfeônica, regida pelo próprio Maestro Villa-Lobos, que comandou cerca de 20 mil alunos de escolas públicas do Distrito Federal durante a apresentação no Estádio do Clube de Regatas Vasco da Gama. Estas visitas sugerem uma espécie de reconhecimento do *locus*, um turismo pelas paisagens, onde a Educação Física estava e deveria intervir, uma espécie de feira de variedades, onde o clima era de *show business*.

O fato é que se os objetivos prioritários do VII Congresso eram mostrar e impressionar, foram alcançados, apesar de não ser possível apontar o peso que tal evento teve na tomada de decisões das políticas públicas em relação à Educação Física no Brasil. Salientamos essas características do Congresso para salientar esse sentimento de “mostrar a todas as gentes” os benefícios do Novo Método e de uma educação física gerenciada pelo Exército, numa estratégia de convencimento e direcionamento da opinião pública.

Tratamos deste espaço de disputas entre ABE e SEFH para percebermos que o projeto de educação física nacional proposto pela instituição militar era representado por sujeitos dos mais diversos espaços sociais. O ativismo em torno do Método Francês não ocorreu por causa do método em si, e sim porque ele fazia parte de um projeto mais amplo, o de levar a Educação Física a toda população e, no caso específico, o modelo adotado foi o francês. Metaforicamente era como se o projeto nacional fosse o objetivo geral e o Método Francês um dos objetivos específicos, coroado de certa cientificidade pela experiência francesa. Neste ambiente de busca de intervenção política por meio da educação, a instituição militar e a ABE tiveram atritos entre projetos, e o Método Francês integrava o prisma de questões em litígio. A criação da ENEFD e a posse de Rolim como primeiro diretor da Escola demonstram as disputas políticas por espaços.

### 1.7 Forças Armadas e sociedade: aproximações necessárias

McCann (1996) menciona que relevantes estudos sobre o Brasil não consideraram a influência das Forças Armadas na sociedade, que foi analisada somente por perspectivas políticas e econômicas da sociedade civil. Neste contexto, salientamos a necessidade de perceber melhor o lugar no qual nosso objeto/fonte de pesquisa foi produzido, ou seja, o meio militar. Já no prefácio o pesquisador observa:

Muitos dos bons estudos sobre o Brasil pós-1930 não levam em considerações aspectos fundamentais do papel das Forças Armadas na sociedade. Mesmo quando parcelas do Exército se insurgiram, como nas rebeliões tenentistas da década de 1920 e na Revolução de 30, a tendência dos estudiosos tem sido explicar o comportamento com base na política e na sociedade civil, mostrando os rebeldes militares como instrumentos, porta-vozes ou símbolos dos desejos da classe média urbana. Assim procedendo, contudo, esses autores desconsideram poderosas influências no seio do próprio Exército que moldaram a conduta tanto dos indivíduos como das instituições às quais pertenciam. Em 1916, os novos critérios do Exército para o recrutamento de praças mudaram seu relacionamento com a sociedade, alteraram práticas penais civis e o injetaram, juntamente com a pátria que ele protegia e o Estado que ele defendia, na esfera privada da família e nos rincões mais remotos do Brasil (MCCANN, 1996, p. 10).

Em relação à influência das Forças Armadas na sociedade, Carvalho (2005) diz que em países que mantêm exércitos permanentes, estes se relacionam com a sociedade por duas vias, chamadas entrada e saída, diferente do que ocorre com “exércitos mercenários”, que são contratados para ocasiões específicas. A primeira se dá por meio do recrutamento de indivíduos para o serviço militar, e a segunda pela devolução destes ao meio civil. Até 1916, dois eram os critérios de seleção, os recrutados e os voluntários. Os voluntários eram poucos porque as condições da vida na caserna eram precárias, o que ocasionava a necessidade incorporar jovens ao Exército de maneira compulsória. Aumentar seu efetivo e mantê-lo era uma característica dos exércitos modernos, e este modelo era almejado por parte da instituição. Castro (2012) diz que a historiografia brasileira tratou sobre a oposição ao serviço militar obrigatório apenas de maneira breve:

O esforço dos militares para implantar no Brasil uma determinada visão de educação física – aquela baseada no método francês – revela uma face pouco visível da instituição militar. Enquanto há muitos estudos sobre a participação dos militares na “grande política”, como os golpes e intervenções armadas, conhece-se pouco sobre o efeito a longo prazo da

educação física, do serviço militar obrigatório e da educação moral e cívica sobre a sociedade. Durante várias décadas essas iniciativas se fizeram sentir – ainda se fazem, em certa medida – na vida cotidiana de uma grande parcela da população jovem do Brasil (CASTRO, 2012, p. não paginado).

Este mecanismo pelo qual a instituição militar relaciona-se com a sociedade, chamado por José Murilo de Carvalho de entrada e saída, nos sugere a maneira que a formação de mentalidades ocorre. Se a História Tradicional observava os grandes feitos, as personalidades, os documentos oficiais, os monumentos, a História Cultural nos convida à micro história, outras fontes, ou novos olhares sob as mesmas fontes, novas perspectivas, outros documentos, não somente os oficiais, a visão de quem vivencia os eventos, e não apenas a de quem propõe e provoca os mesmos, a óptica do soldado, por exemplo, ao invés de somente a dos generais (LE GOFF; NORA, 1988; LE GOFF, 1996). Se os generais algumas vezes ocupam lugares de influência política, os soldados quase nunca, apesar de serem em número a maioria. Por mais que guerras sejam deflagradas por questões econômicas, políticas e sociais, o fazer do soldado está voltado ao combate, na guerra em si, na neutralização da força inimiga com o mínimo de baixas possível. O soldado ao correr pelo campo de batalha está preocupado em sobreviver, em resistir, em voltar para casa o mais breve possível e vivo.

Entre 1905 e 1912, três contingentes, totalizando 34 oficiais de baixa patente em maioria, haviam passado dois anos na Alemanha, e estes deflagraram a chamada “modernização” do Exército e ficaram conhecidos como Jovens Turcos. O último grupo<sup>59</sup> que retornou da Alemanha, além de fundar a revista A Defesa Nacional, integrou junto aos seus associados à Missão Indígena, que instruiu os cadetes da Escola Militar entre 1919 e 1923. A expressão Jovens Turcos fazia alusão aos oficiais turcos que haviam remodelado o Império Otomano após uma missão militar alemã naquele país. Inicialmente o apelido teve conotação pejorativa, pois no Brasil a designação “turco” era termo que identificava os imigrantes do Oriente Médio, mas os reformistas gostaram do termo, pois os alemães também haviam treinado os oficiais turcos, e quem comandou a missão que os treinaram na Alemanha foi o general (barão) Friedrich Colmar von der Goltz, que em 1910 foi cogitado para assumir a direção de uma missão semelhante no Brasil.

Segundo McCann (1996), o primeiro grupo que publicava A Defesa Nacional<sup>60</sup> via como principal missão do Exército a defesa externa e interna, e entendiam que só quando uma

---

<sup>59</sup> Bertholdo Klinger, Euclides de Oliveira Figueiredo e Estevão Leitão de Carvalho e outros militares que mesmo não estagiando na Alemanha, compartilhavam das mesmas ideias (SEPULVEDA, 2014).

<sup>60</sup> O nome da revista é o mesmo nome da editora que publicou o Regulamento Geral de Educação Física, mas não conseguimos reunir dados suficientes para inferir que se trata do mesmo órgão.

sociedade atingisse um nível maduro de civilização poderia dispensar a tutela militar, e neste momento as Forças Armadas poderiam “se limitar à sua verdadeira função”. O exército era “o primeiro fator de transformação político-social” e tinha “igualmente uma função educativa e organizadora a exercer na massa geral dos cidadãos” sob “legítimas aspirações de desenvolvimento e progresso”, convictos de que “a capacidade social de um povo se mede e se avalia pela sua organização militar”. Viam-se como “um bando de Cavaleiros da Ideia”, convictos que “o progresso é obra dos dissidentes” (A DEFESA NACIONAL, 1913, p. 1-3). Percebemos este mesmo ativismo naqueles sujeitos que militaram na divulgação do Método Francês, uma espécie de irmandade na qual os sujeitos se viam como os promotores do progresso.

Influenciados pela doutrina militar alemã, dentre as diversas propostas de mudanças que fizeram dentro da instituição, uma das medidas imediatas foi treinar cabos e sargentos para que estes treinassem os recrutas, o que era muito inovador para o Brasil aquele momento, pois somente os oficiais detinham a autoridade da formação. Isso nos remete aos números de professores de Educação Física formados entre 1925 e 1942, de um total de 2187 professores, instrutores e monitores, 1289 eram militares (59%) e 898 civis (41%). Destes 59% de militares, 337 eram oficiais e 952 eram sargentos (CANTARINO FILHO, 1982). Na década de 1950, em Belo Horizonte, chegavam às escolas as primeiras professoras graduadas em Educação Física, pois até então, grande parte dos professores de Educação Física nas escolas regulares eram sargentos da Polícia Militar de Minas Gerais. Uma das professoras entrevistadas disse que era comum serem chamadas de “sargentas” quando chegavam da universidade para dar aulas nas escolas, pois os alunos estavam acostumados com os militares (PINTO, 2012).

A questão é que aqueles jovens que estagiaram no Exército alemão voltaram convictos de que um país como o Brasil, em suas dimensões continentais, não poderia imiscuir-se da preocupação em mobiliar um exército que fizesse frente a possíveis ameaças externas, pois

Num momento histórico, como o que atravessamos, em que a capacidade social de um povo se mede e se avalia pela sua organização militar - o Brasil, que é um dos mais opulentos países da terra, não pode cruzar os braços indiferentes aos rumores de luta, que nos chegam dos quatro pontos cardeais, e confiar a defesa do seu patrimônio aos azares do destino (A DEFESA NACIONAL, out. 1913, p. 2).

Percebe-se nas publicações da revista uma ênfase em discutir doutrinas militares por um prisma bastante técnico. Artigos estrangeiros sobre a arte e a ciência da guerra dão a

tônica do periódico. A educação é tratada com menor frequência, mas nem por isso menos importante (SEPULVEDA, 2014, p. 151). Para Horta (1994), os editores de *A Defesa Nacional* buscaram desde o início interligar a formação miliar à sociedade como um todo. Por vezes, artigos em menor número tratam da formação militar como modelo de formação para o país, mas sempre sustentados pela necessidade de se conceber o conceito de nação em armas, já estabelecido nas doutrinas de guerra germânicas. Eram prudentes na maneira de se posicionar para não sofrerem sanções disciplinares, e lidavam com a questão de “modernização” do Exército com muito tato:

Não nos move de forma alguma preocupação pretenciosa de sermos os mentores dos nossos chefes nem dos nossos camaradas; entramos na liça apenas com um pouco de mocidade, um pouco de estudo e a maior boa vontade, e dos nossos chefes e camaradas ambicionamos tão somente ser prestimosos auxiliares e dedicados colaboradores. (A DEFESA NACIONAL, out. 1913, p. 3).

Sepulveda (2010, p. 18), ao discutir a relação entre Exército e o campo educacional, sintetiza o perfil da revista indicando que “*A Defesa Nacional* defendia uma proposta específica para o campo, que envolvia toda a sociedade brasileira: o ensino primário obrigatório e o serviço militar obrigatório”. Nota-se que a obrigatoriedade, tanto da educação primária, quanto do serviço militar eram prioridades para a Revista, fatores que muito se assemelham ao Anteprojeto de Educação Física Nacional de 1929 e ao RGEF-R7. Uma Educação Física obrigatória para toda a população e inserida na escola era um elemento constante nestes documentos. Sepulveda (2014) anota que o conceito de cidadão-soldado proposto na Reforma Benjamin Constant (1890) era de convergência da Revista, ou seja, acreditavam que a formação militar deveria ser o modelo de formação pedagógica, e este foi um dos motivos que utilizamos a revista como fonte, por estar alinhada aos ideais de Educação Física no contexto do RGEF-R7.

Para João Ribeiro Pinheiro “A escola é a experiência pela qual a sociedade transmite a sua experiência. A escola é uma reconstrução da experiência”, e exemplifica, demarcando a posição de onde fala e as práticas que lá ocorrem: “Assim, na Escola de Educação Física do Exército se vai ‘reconstruir a experiência’ da Escola de Joinville” (PINHEIRO, 1933, não paginado). O CMEF era visto pelos atores do “novo método” como o centro das experiências, reproduzindo parte da experiência francesa mescladas com a experiência brasileira, devendo assim irradiar a educação física para todo o país. Ao tratar sobre a inauguração do Ginásio Leite de Castro, realizada em 1932 no CMEF, assim expressou-se o Dr. Plínio Olinto:

Edifício construído com material brasileiro, mobiliado com material brasileiro, orientado por técnicos brasileiros em suas linhas gerais e em todas as miniaturas, nada deixa a desejar; e seria por si justo orgulho desse pugilo de moços briosos, si maior glória não lhes estivesse aureolando as fronte. (OLINTO, fev. 1933, não paginado).

O evento de inauguração contou com a presença de Getúlio Vargas, que ao cortar a faixa simbólica de inauguração disse que aquela era “uma obra do Brasil pra o Brasil” (REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, jan. 1933). Essa tônica de exaltação do “novo método” de origem francesa, mas já “abrasileirado” em sua experiência, é constante nas páginas da Revista do CMEF. Se o método não era genuinamente brasileiro, a sua aplicação e apropriação seria, enquanto não fosse criado um método nacional.

### **1.8 Educação Física e Forças Armadas: Educação do corpo para a guerra**

As primeiras manifestações da Educação Física na escolarização ocorreram por meio da ginástica, mas o ambiente escolar foi apenas uma de suas aplicações, pois ela foi objeto de múltiplas apropriações por diversos grupos. Ginástica Pedagógica, Ginástica Respiratória, Ginástica Ortopédica, Ginástica Civil ou Industrial, Ginástica Laboral e Ginástica Militar são alguns exemplos da aplicação dos sistemas ginásticos propostos por meio de diversos métodos, conforme os fins a que se destinaram, cada um com visão de mundo e de corpo específica e com seus conceitos e definições de saúde a que se propuseram, todas com aproximações e afastamento entre elas.

Que a ginástica e os exercícios físicos como fenômenos sociais foram propostos como promotores da saúde, disciplinadora de corpos e hábitos e edificadora de indivíduos mais eficazes para produzir riquezas, está consolidado em nossa literatura. Ora sob a tutela médica, ora dos educadores, ou sob os olhares da produção econômica e das políticas de governo e estado, eles foram sendo produzidos e ao mesmo tempo produzindo conhecimento no campo cultural. Até mesmo pelas instituições religiosas que por vezes os coibiram e por vezes os promoveram. A questão aqui é direcionar o olhar para mais uma das tantas apropriações pelas quais a ginástica foi alvo, em nosso caso específico o contexto francês pós Primeira Guerra Mundial e a tentativa de reproduzir este modelo no Brasil. É óbvio que ao escolhermos uma óptica acabamos relegando a segundo plano, ou até mesmo ignorando momentaneamente, outros olhares. Este recorte temático nos possibilita aprofundar em alguns objetos, mas em contrapartida torna a produção do conhecimento reducionista. Escolhemos olhar para o

RGEF-R7 com as lentes da formação do soldado e, mesmo sob olhar particularizado, podemos contribuir para mais uma das faces do problema, cientes de que os conteúdos do manual não necessariamente foram reproduzidos no campo do real.

O RGEF-R7 foi proposto em três partes, a primeira, nosso objeto de pesquisa, um manual de ginástica destinado principalmente a crianças e jovens, a segunda um manual de treinamento desportivo para adultos e, uma terceira parte para o treinamento físico militar propriamente dito, caracterizada por uma ginástica militar aos fins a que se propõe. A primeira parte não é um manual de ginástica militar e sim apresenta alguns elementos do treinamento do soldado, pois é sistematizada e dividida com os mesmos exercícios da terceira parte, esta sim, por sua vez uma ginástica militar propriamente dita. Ambas com as mesmas categorias de exercícios, como marchar, trepar, saltar, levantar, transportar, correr, lançar, atacar, defender e nadar. A primeira parte dividida em Educação Física elementar (4-13 anos), secundária (13-18 anos) e superior (18-30/35 anos). Para a elementar são previstos 393 exercícios, para a secundária 124 e para a superior apenas dez. Duas categorias de exercícios, que são tipicamente militares, as Formações e Exercícios de Ordem e as Evoluções e Rodas são destinados exclusivamente ao período elementar, ou seja, aos alunos de quatro aos 13 anos.

Não sabemos exatamente a lógica da não tradução da segunda parte integralmente, mas nos parece que a intenção era de que os jovens do sexo masculino ao atingir os 18 anos, idade limite da Educação Física secundária, deveriam cumprir o serviço militar obrigatório e conseqüentemente estariam já no ambiente onde a terceira parte do manual era utilizada, a Educação Física Militar, não havendo a necessidade da segunda parte afirmada em treinamento desportivo.

Percebe-se que esta divisão por grupos etários fundamenta-se em perspectivas pedagógicas, tendo em vista também que há exercícios distintos para cada grupo e que mesmo os que são comuns a mais de um grupo, são adaptados em intensidades e frequências. Podemos dizer, grosso modo, que o modelo de Educação Física do CMEF, baseado no Método Francês, perdurou de 1931, com a Reforma Campos, até 1960 (BETTI, 1991), falamos isso enquanto prescrição legislativa, sem adentrar na prática escolar.

Mesmo que o RGEF-R7 prescrevesse a Educação Física a partir dos quatro anos, a Educação Infantil no Brasil só teve seu direito assegurado na Constituição de 1988, que determinava como dever do Estado a oferta de creches e pré-escolas para crianças de zero a seis anos, o que vinculou a educação infantil à educação e não mais somente à assistência social. Somente com a constituição, a criança de zero a seis passou a ser sujeito de direitos

(PASCHOAL; MACHADO, 2009). Em 1990, com a publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), a criança foi inserida nas prescrições relativas aos direitos humanos fundamentais (FERREIRA, 2000). Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, a educação infantil foi inserida em caráter obrigatório como primeira etapa da Educação Básica.

A faixa de quatro a seis anos prevista no RGEF-R7 não era aplicável à organização da educação brasileira na década de 1930, nem mesmo a Juventude Brasileira<sup>61</sup> (BRASIL, 1940), criada por Getúlio Vargas com fins de “ordem e progresso” e defesa nacional, englobava esta idade, pois compreendia alunos de ambos os sexos dos sete aos 18 anos, mas mesmo assim a proposta da Escola de Educação Física do Exército propunha a implantação de Educação Física infantil. Na Revista de Educação Física (jan. 1933, p. 13) há uma proposta de aula para o ciclo de 4 a 6 anos. A aula denominada de “Um passeio na casa da vovó” é ministrada pelo Sargento Paulo Teixeira. Por meio de uma história contada de uma visita na casa da vovó, o professor contextualiza eventos e as crianças repetem, como por exemplo, “O vovô que saiu muito cedo nesta hora está voltando no seu cavalo muito bonito a trote”, e neste momento as crianças imitam o “trote inglês”, ou, “em caminho para a lagoa todas as tardes encontramos tanto sapinho pulando, pulando”, e eles imitavam sapos saltando. A aula mesmo com exercícios lúdicos, segue a divisão de sessão preparatória, lição propriamente dita e volta à calma.

A Revista de Educação Física (out. 1936, p. 2) fez um levantamento estatístico da presença da Educação Física no Estado do Espírito Santo, e dentre os 73 estabelecimentos de ensino citados, um era Jardim de Infância. A Revista chamava de “Estado padrão”, por considerar o Espírito Santo o modelo a ser seguido pelos demais no que tange à Educação Física.

O método ginástico proposto no RGEF-R7 tem por objetivo o desenvolvimento da saúde e da eficiência, mas precisamos considerar que o conceito de saúde nas diversas

---

<sup>61</sup> Determinava a educação cívica, moral e física obrigatória pra a infância e a juventude de todo o país. À educação cívica a “formação da consciência patriótica”, à educação moral a “confiança no próprio esforço, o hábito da disciplina, o gosto da iniciativa, a perseverança no trabalho”, e à educação física, por meio da ginástica e dos desportos, “fortalecer a saúde das crianças e dos jovens, tornando-os resistentes a qualquer espécie de invasão mórbida e aptos para os esforços continuados, mas também dar-lhes ao corpo solidez, agilidade e harmonia”. (BRASIL, 1940, p. 1).

“Parágrafo único. É também papel da educação cívica formar nas crianças e nos jovens do sexo masculino o amor ao dever militar, a consciência das responsabilidades do soldado e o conhecimento elementar dos assuntos militares, e bem assim dar às mulheres o aprendizado das matérias que, como a enfermagem, as habilitem a cooperar, quando necessário, na defesa nacional. (BRASIL, 1940, p. 1).

aplicações da ginástica francesa é adequado aos fins a que se destinam. Na Revista de Educação Física o caráter utilitário é descrito assim, após a descrição da sessão preparatória:

A seguir vem a lição propriamente dita, a qual, de acordo com o regime de cada classe ou grupo comporta um ou vários exercícios pertencentes a sete grandes famílias, *todas elas de aplicação utilitária*, a saber: Marchar; Trepar; escaladas e equilíbrio; Saltar; Transportar e Carregar; Correr; Lançar; Atacar e Defender. (CAVALCANTI, 1932, p. 31, grifo nosso).

Pelo fato de nosso intento inicial ser identificar elementos da formação do soldado nos conteúdos do manual, optamos pelas lentes da educação do corpo para guerra. Não estamos de forma alguma negando as múltiplas apropriações feitas da ginástica, como a disciplina e higienização dos corpos, com o objetivo de construir sujeitos obedientes, produtivos e saudáveis, apenas optamos por contribuir para esse prisma trazendo um pouco da óptica dos que propuseram, e até mesmo idealizaram, a ginástica como formadora de um modelo de cidadão, tomando por modelo a ser seguido o do soldado. Não é nosso intento atribuir valor a estas propostas, e sim nos aproximarmos do local de onde aqueles sujeitos direcionaram seus esforços. Segundo Eric Hobsbawm, não é possível compreender “O Breve Século XX” sem considerarmos a questão bélica, momento em que o mundo se voltava para questões de soberania e segurança nacional:

o grande edifício da civilização do século XX desmoronou nas chamas da guerra mundial, quando suas colunas ruíram. Não há como compreender o Breve Século XX sem ela. Ele foi marcado pela guerra. Viveu e pensou em termos de guerra mundial, mesmo quando os canhões se calavam e as bombas não explodiam. Sua história e, mais especificamente, a história de sua era inicial de colapso e catástrofe devem começar com a da guerra mundial de 31 anos (HOBSBAWM, 1994, p. 30).

As duas guerras mundiais, chamadas pelo pesquisador de a grande guerra com um pequeno intervalo, iniciaram a era das guerras de massacre. Na Primeira Guerra Mundial a França mobilizou 17% dos seus homens, a Alemanha 15,4% e Grã-Bretanha 12,5%. Já na Segunda Guerra Mundial, ocorrida entre 1939 e 1945, os países beligerantes empregaram aproximadamente 20% da força humana. Somente na primeira, morreram 1,8 milhões de alemães, 1,6 milhões de franceses, 800 mil britânicos e 116 mil norte-americanos. A guerra e a morte pairavam na mentalidade daquele período, o que de alguma forma, explica o porquê de tanta atenção com as questões de defesa nacional para além dos interesses econômicos e políticos. Nos países beligerantes todos tinham parentes ou conheciam alguém que foi ceifado

pela guerra. As representações da guerra por parte daqueles que não estiveram diretamente envolvidos jamais será a mesma de quem teve um irmão, primo ou amigo morto no combate, pois para estes a guerra cheira a sangue, medo, dor e saudade, pouco lhes importando se alguém obteve cifras com a ocasião.

A Primeira Guerra Mundial, ainda guerra de trincheiras, com pouca mobilidade e muito tempo de espera nas posições até ocorrer o combate corpo a corpo, milhões de soldados ficavam entrincheirados, em parapeitos de sacos de areia, onde viviam como e com piolhos e ratos. Após incessante bombardeio de artilharia, mediante o comando de atacar, saiam daquelas valas tendo que transpor obstáculos como tocos e troncos de árvores calcinadas, crateras cheias de água, lama, rolos de arame farpado, cadáveres e, além disso, avançando por ceifas de metralhadoras e arrebentamentos de granadas, o que já era esperado (SONDHAUS, 2013). Só durante o confronto de Verdun<sup>62</sup>, onde a Alemanha tentou romper a barreira inimiga, de fevereiro a julho de 1916, um total de dois milhões de homens foram empregados com um milhão de baixas.

Somente a Grã-Bretanha teve 420 mil mortos, sendo 60 mil no primeiro dia de ataque. Na memória britânica e francesa aquele seria a mais terrível guerra. Se considerarmos os prisioneiros de guerra, feridos, desfigurados e inválidos, os franceses perderam aproximadamente 2/3 dos soldados, e dos homens em idade militar 20% morreram. Já os britânicos perderam 500 mil homens com menos de 30 anos, uma parte deles *gentlemen*, de classe alta, recrutados como oficiais, que marchavam à frente para dar o exemplo, sendo os primeiros a serem atingidos. Se somarmos somente o efetivo mobilizado dos acadêmicos de Oxford e Cambridge, com menos de 25 anos, aproximadamente 25% foram mortos, ou seja, 1/4 dos alunos homens daquelas universidades nunca mais retornaram (WINTER, 1986 apud HOBBSAWM, 1994).

Após a derrota de 1870, a França passou a copiar aspectos importantes do modelo alemão, como a organização do Estado-Maior e a retomada do recrutamento universal, sem, contudo, haver a contratação de missões militares do rival vencedor (SVARTMAN, 2016). Quanto ao recrutamento, o Exército brasileiro já almejava há tempos que ele fosse universal, mas de fato só conseguiu operacionalizá-lo a partir de 1917. Quanto à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, criada em 1905, os franceses, chegados ao Brasil em 1920, instituíram um curso de revisão para todos os oficiais que já haviam cursado anteriormente. O

---

<sup>62</sup> Batalha da Primeira Guerra Mundial na qual se confrontaram tropas alemãs e francesas entre os meses de fevereiro e dezembro de 1916, na cidade de Verdun-sur-Meuse na França. Tropas francesas ficaram entrincheiradas por meses e foram atacadas com lança-chamas e granadas de mão, inovações bélicas para época, além de intensos bombardeios de artilharia.

general Nestor Sezefredo Passos, ministro da guerra que encaminhou o Anteprojeto de Educação Física Nacional em 1929, teve que frequentar o curso de revisão ministrado pelos oficiais franceses aos 50 anos de idade (MCCANN, 1996).

Assim como a doutrina alemã trazida pelos Jovens Turcos, a francesa também considerava elemento essencial o serviço militar obrigatório para aumentar sua capacidade de mobilização do Exército. A Educação Física foi o meio pela qual a formação militar obteve maior permeabilidade aos muros da escola e, logicamente, seu modelo de Educação Física era militarizado. Temos consciência de que a óptica daqueles sujeitos envolvidos com a Educação Física proposta pelo RGEF-R7 era particular de um grupo e não de toda a instituição, e nem temos a pretensão de abarcar o pensamento Institucional como um todo, e sim daquele grupo que acreditava na intervenção do modelo de cidadão por meio da Educação Física e da educação militar. Eram jovens idealistas, retornando de estágio na Alemanha, imersos na cultura de guerra e de intervenção política e social das Forças Armadas, influenciadores de uma nova geração dentro da instituição militar, como a geração que operou o movimento de educação do corpo no contexto do Centro Militar de Educação Física, e nos parece que acreditavam nas possibilidades do Método Francês como elemento para alcançar suas propostas.

### **1.9 A ginástica e a formação militar: quem eram os soldados?**

Pelo exposto até agora, pode-se dizer, resumidamente, que o RGEF-R7 foi traduzido para servir de guia prático para o ensino de educação física, a primeira parte para jovens em idade escolar e a terceira parte para a formação militar propriamente dita. Os originais foram elaborados no contexto francês pós Primeira Guerra Mundial, desencadeado por necessidades de aprimorar aspectos físicos do Exército e da população francesa por meio de uma Educação Física militarizada, utilitária para os fins a que se destinava, ou seja, para a guerra. Na França, serviu como educação pré-militar para a população jovem, prioritariamente masculina, que em breve adentraria as fileiras armadas. No Brasil sua tradução anunciava já no preâmbulo a sua finalidade inicial:

A publicação deste regulamento, tradução integral do Regulamento Geral de Educação Física francês pela Escola de Educação Física do Exército, é motivada pela *falta de um guia orientador da educação física nos corpos de tropa* e estabelecimentos militares.

[...] Só a pratica meticulosa do método francês favorecerá a obtenção do fim colimado pela E. E. F. E. (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1934, não paginado, grifo nosso).

Apesar de afirmar que a tradução seria utilizada nos corpos de tropa e estabelecimentos militares, a primeira parte compreendia o ensino para alunos entre quatro e 35 anos, com ênfase até os 18 anos, o que já indica sua intenção escolar. O fim colimado pelo Centro Militar de Educação Física não é o Método Francês em si, e sim a intervenção pedagógica na sociedade, e para isto o “novo método” tornava-se ideal.

Em 1922, o ministro da Guerra assinou a criação do Centro e regulou as instruções para o CMEF, cujas finalidades são assim definidas no artigo primeiro: “O Centro Militar de Educação Physica (C.M.E.P.) destina-se a dirigir, coordenar e difundir o novo método de educação physica militar e suas aplicações desportivas”. (MINISTÉRIO DA GUERRA, 20 jan. 1922, p. 31). “O Centro Militar de Educação Physica funcionará inicialmente na Vila Militar, junto à Escola de Sargentos de Infantaria, cujo comandante será o diretor do Centro” (MINISTÉRIO DA GUERRA, 20 jan. 1922, p. 35), ou seja, o comandante da Escola de Sargentos acumularia a função de diretor do Centro.

O Centro foi instalado inicialmente na Vila Militar e previa a realização de três cursos, de caráter regular e anuais, um para tenentes e outro para sargentos, com três meses de duração cada um, e um terceiro curso de demonstração, com duração de um mês, no qual participariam capitães, majores e coronéis, sendo que este curso corresponderia ao último mês dos outros dois, ou seja, o curso de demonstração seria pautado na apresentação dos alunos tenentes e sargentos no último mês de seus respectivos cursos, realizando assim demonstrações do novo método para seus superiores. A finalidade dos dois primeiros era “preparar instrutores para os corpos das diferentes regiões militares, e do curso de demonstração era “orientar convenientemente os oficiais incumbidos da direção da instrução do soldado”. (MINISTÉRIO DA GUERRA, 20 jan. 1922, p. 32). Estes cursos não foram realizados por motivo da Revolta do Forte de Copacabana em 1922. (FERREIRA NETO, 1999b).

O regulamento do Centro não mencionava o termo “Método Francês”, pois este seria empregado mais recorrentemente após a publicação do original francês de 1925, que daria origem ao RGEF-R7, mas o termo “novo método” refere-se ao sistema trazido pela Missão Militar Francesa. No mesmo Boletim do Exército que publicou o regulamento do CMEF, publicou também a autorização para o tenente Illydio Rômulo Colonia fazer estágio na Escola de *Joinville-le-Pont* (MINISTÉRIO DA GUERRA, 20 jan. 1922 p. 64). O Boletim prescrevia ainda um curso inicial e provisório para formar instrutores, chamado de “Curso de oficiais

instrutores e sargentos monitores”, no qual o “recrutamento” inicial de instrutores e monitores seria feito por concurso na Capital Federal na segunda quinzena de janeiro de 1922, perante uma comissão presidida pelo comandante da Escola de Sargentos de Infantaria, na qual faria parte um oficial da Missão Militar Francesa. (MINISTÉRIO DA GUERRA, 20 jan. 1922). Este curso provisório seria dirigido por um oficial da Missão Militar Francesa, auxiliado por dois brasileiros indicados pelo Estado Maior do Exército, mas assim como os demais cursos regulares previstos no regulamento inicial do Centro, não chegou a ocorrer, pois devido à Revolução do Forte de Copacabana, os trabalhos do Centro foram suspensos (FERREIRA NETO, 1999b), sendo reativados somente ao final de 1929, com o curso provisório, e início de 1930, na nova sede, no bairro da Urca, com cursos regulares.

A partir da mudança de sede, foram criados Centros Regionais de Educação Física, aproveitando da organização militar por regiões militares. Foi criado o Centro Regional da 2ª Região Militar (São Paulo), tendo diretor técnico o 1º tenente Silvio Américo Santa Rosa e o Centro Regional da 4ª Região Militar (Minas Gerais), diretor técnico o 1º tenente Pindaro Santos Fonseca. (MINISTÉRIO DA GUERRA, 10 fev. 1931). Em 1936, foi criado o Centro Regional de Educação Física da 7ª Região Militar, na cidade Socorro, próxima à Recife (JORNAL DO BRASIL, 08 abr. 1936, p. 13; REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, maio 1936, p. 2). Frederico Cristiano Buys antes mesmo da criação do CMEF indicava o projeto de criar estes centros regionais:

No Brasil parece-nos exequível o funcionamento da cultura física nos moldes da instituição francesa convenientemente adotada. Senão, vejamos: a instrução física oficial, depende do Ministério da Guerra que norteará e fiscalizará, fica dividida em dois períodos: o pré-militar e o militar. O último será uma continuação do primeiro. No Rio fundar-se-á uma escola de ginástica, assim como em cada região. Para esses centros regionais poder-se-á aproveitar os atuais Inspetores Regionais dos Tiros de Guerra que ficarão sendo os "inspetores da educação física" em cada região. (BUYS, 1920, p. 73).

De fato, foram criados diversos Centros Regionais, servindo o CMEF como uma espécie de eixo irradiador para as unidades regionais, que por sua vez seriam braços do órgão central. Apesar do atraso no funcionamento efetivo do CMEF, o Regulamento de Instrução Física Militar (RIFM) norteou as práticas físicas no interior da instituição na década de 1920, e sua “doutrina” era diversas vezes citadas. A “instrução” dos cursos será “essencialmente prática e obedecerá rigorosamente à doutrina do RIFM”. Para compor o quadro docente inicial, o Centro teria cinco oficiais instrutores, entre eles um médico militar, e mais seis

sargentos monitores. Ao médico caberiam às lições de anatomia, fisiologia e higiene e seus “ensinamentos serão muito sumários e terão caráter prático”. (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1922, p. 33).

Devemos considerar que o RGEF-R7 ainda não havia sido traduzido, pois o original francês foi publicado em 1925. Mesmo que a Missão Militar Francesa não possuísse ainda um instrutor especializado em Educação Física, o que ocorreria somente em 1928 com a chegada do major Segur, que desencadearia a tradução, o ensino no CMEF era dirigido por membro da Missão, e a “doutrina” adotada era a que constava no RIFM, elaborado com base no Método Francês. Percebemos que alguns elementos caracterizavam este caráter extremamente “prático” do Método Francês. Os manuais chamados regulamentos que deveriam nortear a ação dos instrutores nas aulas, a descrição minuciosa dos exercícios, os cursos de pequena duração com instruções “sumárias” de anatomia, fisiologia e higiene, são indícios (GINZBURG, 1989) de que o chamado Método Francês era pautado num guia prático, no qual ao professor não era necessário aprofundar entendimentos teóricos, apenas reproduzir o que constava no manual, ideia esta que se alinha com a finalidade do RGEF-R7, ou seja, ser um guia orientador de Educação Física, inicialmente para a formação do soldado na década de 1920, e posteriormente para a formação da população em geral na década de 1930, a partir da tradução e adoção do RGEF-R7 e sua vulgarização por meios dos cursos do CMEF, da Revista de Educação Física e dos Centros Regionais de Educação Física.

Em face do exposto, o Método Francês no Brasil teve dois momentos distintos, um de 1921 a 1929 para a instrução do soldado e outro, a partir de 1929 em diante, sem sabermos precisar seu fim, talvez até 1940 com o fim da Missão Militar Francesa, com finalidade da educação física para todos, com ênfase na escolar. Estes dois momentos são pautados pelo público a que se direcionava o ensino do Método Francês, primeiramente aos militares e depois estendendo à população de modo geral, especialmente a escolar. A transição entre esses dois momentos é caracterizada pela tradução do RGEF-R7, pois este representava um projeto de Educação Física para todos, assim como o AEFN, que vislumbra o país como uma grande escola de educação física. Este Anteprojeto necessitava de um método eclético, “geral”, para que o exercício físico fosse disseminado a todos os rincões do Brasil, e o Método Francês, representado no RGEF-R7, era a ferramenta adequada para tal empreitada.

O primeiro período concentrou-se no Centro Militar de Educação Física, representado materialmente pelo Regulamento de Instrução Física Militar, e o segundo a partir do Curso Provisório de 1929, sob a coordenação técnica de Ignácio de Freitas Rolim e Virgílio Alves Bastos. Rolim foi um dos tradutores do RGEF-R7, e já deveria ter acesso ao original francês

mesmo antes da sua publicação em português. Em 1929 o CMEF já contava com a atuação direta de Segur por nomeação:

O Sr. Ministro da guerra declara que o major Pierre Segur, da Missão Militar Francesa, capitão João Barbosa Leite e capitão médico Dr. Angelo Godinho Santos são designados para a comissão de exames dos oficiais estagiários do Curso Provisório de Educação Physica anexo à escola de Sargentos de Infantaria. (MINISTÉRIO DA GUERRA, out. 1929, p. 690).

Apesar do alinhamento de ideias de que o Método Francês foi elaborado inicialmente para a formação do soldado, as pesquisas que se debruçaram sobre ele não definiram exatamente quem eram esses soldados. Nesta transição entre os períodos do Método Francês no Brasil, no qual ele transpôs os muros dos quartéis e permeou os portões escolares, esse modelo de formação do soldado, mesmo que em menor grau, foi almejado para os alunos de quatro a 18 anos, o que nos traz a necessidade de identificar quem eram esses soldados para quem o Método Francês foi adotado no Brasil. Resquícios da educação física militar destes soldados estão presente no RGEF-R7 mesmo que em níveis mais discretos, o que torna conveniente reconhecermos quem eram estes soldados.

Segundo Carvalho (2005), em 1920, o Exército contava com 42.977 homens na ativa, em 1932 eram 62.395, em 1940 somavam 93 mil e em 1944 totalizavam 171.300 indivíduos, e grande parte destes quantitativos eram soldados, ou seja, em breve uma grande maioria estaria novamente imersa na sociedade civil. As polícias militares estaduais somavam mais 38 mil homens em 1933. Nem computamos aqui o número de incorporações e baixas que ocorriam anualmente, pois nossa intenção é salientar a parcela de pessoas envolvidas diretamente com a farda. O sistema francês de ginástica foi sendo adaptado desde o final do século XIX e teve sua versão final em 1925. O contexto numérico de soldados durante a tradução do RGEF-R7 foi de expressão considerável.

É comum pesquisas sobre os sistemas ginásticos, principalmente o Alemão e o Francês, afirmarem que eles tinham por intenção a formação do soldado, mas quem eram esses soldados? Há uma tendência de se homogeneizar os indivíduos de uma população quando se olha para ela de fora. Criamos grupos e classificações superficiais e generalistas como, os militares, os professores, os políticos, os marinheiros. O Exército francês de 1914 “é antes de mais um exército de infantes [...] Em França, acreditava-se muito nas forças morais, cujo efeito último seria uma vitória arrancada por assalto à arma branca: o soldado de 1914 é

sobretudo um combatente de baioneta<sup>63</sup>” (SCHNEIDER, 1975, p. 96), ou seja, constituído em maioria por militares da especialidade infantaria. Celso Castro nos dará uma ideia do que significa isto:

*A Infantaria dispõe-se ao longo de todo o front, dividida em pequenos grupos. O infante é quem está no “centro do fogo”, quem tem um contato físico, direto, com as tropas adversárias, conquistando e mantendo posições: é quem vai “ver o branco dos olhos do inimigo”. Para desempenhar suas missões o infante precisa, em primeiro lugar, ter uma ótima resistência física, para suportar as condições extremamente adversas com que se defronta. Ele tem de superar a pé todos os obstáculos naturais, andar muito, correr, rastejar para escapar aos tiros inimigos. Precisa também conviver com a falta de sono, de comida, de conforto: é quem “pega a batata quente”. Ele também convive intimamente com o cansaço e a morte; por isso, deve ter “desprendimento”, coragem e vibração (CASTRO, 1990, p. 62, grifos do autor).*

Então quando falamos que o RGEF-R7 era destinado ao treinamento do soldado, muitas vezes desconsideramos quem era esse soldado, ignoramos que a maior parte dos soldados são “infantes”, ou seja, que andarão a pé carregando equipamento e armamento sob esforços intensos, contínuos e prolongados. Por desconhecer quem são esses soldados, podemos ter uma imagem distorcida sobre um determinado regulamento que tem por fim a sua formação. É essa perspectiva que buscamos ao abordar nossas fontes, a de reconhecer e identificar o público alvo primordial do Método Francês, ou seja, o soldado, para depois identificar estes elementos em um de seus desdobramentos por transposição para a escola, ou seja, a primeira parte do RGEF-R7.

Por exemplo, os maiores divulgadores do Método Francês eram tenentes e sargentos, ou seja, militares de baixa patente, os principais responsáveis por conduzir tropas no campo de batalha. No primeiro curso provisório no CMEF em 1929, dos 90 formados, 70 eram tenentes e sargentos, ou seja, 77,8% (MARINHO, 1952). Sob essa óptica, torna-se mais fácil entendermos o porquê de o CMEF ter sido instalado inicialmente junto à Escola de Sargentos de Infantaria.

É de comum entendimento que os sistemas ginásticos foram apropriados por interesses do capital, para obter-se força de trabalho mais disciplinada e com maior vigor físico, produzindo assim mais e melhor, e também são convergentes discussões que apontam a ginástica como ferramenta disciplinadora na construção de hábitos sanitaristas e higiênicos e até mesmo eugenistas, como apontam diversos estudos, direta ou indiretamente, nos quais

---

<sup>63</sup> Arma perfurante que se adapta à extremidade da espingarda ou fuzil, servindo como instrumento perfurante.

citamos apenas alguns: Soares (1990); Goellner (1992); Soares (1996); Vago (1999); Sousa et al (2002); Paiva (2003); Soares (2003); Linhales (2006); Vago (2006); Gleyse e Soares (2008); Nascimento (2009); Vago (2009); Camargo (2010); Pinto (2012); Góis Junior (2013); Soares Júnior (2015); Puchta (2015); Figueredo (2016).

Copiando os modelos Alemão e Francês, o Exército brasileiro empenhou-se em operacionalizar o alistamento obrigatório, defendido não só por militares, mas por alguns entusiastas no fim do século XIX e no início do século XX. Tornou-se realidade por lei apenas em 1939<sup>64</sup>, quando todo cidadão brasileiro com 21 anos em tempo de paz, e 18 anos em tempo de guerra, deveria alistar-se. Hobsbawm (1994) indica que de 1914 em diante as guerras foram de massa e que foi instituída a guerra total, ou seja, guerras nas quais os países beligerantes operavam a mobilização total de todos os seus recursos (humanos, naturais, tecnológicos, militares, industriais, agrícolas), todos num esforço de guerra para neutralizar o adversário.

O conceito de guerra total discutido por Eric Hobsbawm foi proposto pelo general alemão Erich Ludendorff, o qual sintetiza este pensamento estratégico: “Temos necessidade de um povo que seja psíquica e fisicamente resistente, capaz de fazer durante meses e anos um supremo esforço de energia contra o inimigo, a quem é necessário quebrar a ‘vontade’” (LUDENDORFF, 1937 apud SCHNEIDER, 1975, p. 111).

Na Primeira Guerra Mundial mulheres ocupam temporariamente empregos fora do lar e na Segunda Guerra Mundial permanentemente, pois a necessidade de produzir materiais para a guerra era emergencial. A França antes da Primeira Guerra Mundial pretendia produzir 12 mil granadas diariamente, e quase no fim da Segunda Guerra Mundial já produzia 200 mil por dia. Só na Segunda Guerra Mundial os EUA compraram mais de 519 milhões de pares de meias e 219 milhões de calças. Os alemães, mais afincados à burocracia, somente em 1943 encomendaram 4,4 milhões de tesouras e 6,2 milhões de almofadas de carimbos. Nosso intento é perceber a ginástica francesa na óptica dos que a elaboraram, mesmo que no transcorrer do processo a ginástica tenha sido apropriada para outros fins. O *Règlement* foi construído visando a formação do soldado para a guerra, mas as guerras totais não se faziam mais apenas com soldados, e sim com operários também.

Outra questão foi a experiência da França relativa ao serviço militar obrigatório, o que nos remete a ideia francesa de expandir a Educação Física para toda a população. Dois dos motivos apontados para sua derrota para a Prússia em 1871 foi o fato de esta possuir um

---

<sup>64</sup> Decreto nº 1.187, de 4 de abril de 1939.

maior efetivo militar mobilizável, advindo do sistema de alistamento e conscrição germânico, que era obrigatório, e outro fator foi a responsabilização do sistema de treinamento físico francês, percebido pelos franceses como inferior ao prussiano. Em 1889, a França adotaria o sistema de alistamento obrigatório a exemplo da Alemanha. Além destes problemas na Guerra Franco-Prussiana, na Primeira Guerra Mundial as perdas francesas foram de 1,6 milhões de homens em idade militar, ou seja, morte em massa de parcela da população. A criação dos batalhões escola como forma de preparação pré-militar foi uma das soluções para recompor seus efetivos em caso de novos combates. A educação física naquele momento visava preparar os jovens para guerra.

Após a vitória da Prússia sobre a França em 1871, o modelo prussiano de recrutamento, assentado em serviço militar obrigatório, passou a ser copiado por diversos países, já que este foi considerado um dos fatores decisivos naquele combate. Disseminou-se a ideia de “nação em armas” na qual as forças armadas se constituiriam também como uma “escola de nacionalidade”, já que integrariam seus quadros indivíduos de todos os setores e classes da sociedade, fortalecendo assim o conceito de nação. Os militares defendiam o sorteio justamente por acreditarem que este seria o caminho para acabar com o que Olavo Bilac chamava de “divórcio monstruoso”, ou seja, a separação entre exército e sociedade, mas em contrapartida alguns grupos liberais eram contrários e alegavam que o Estado não deveria definir o futuro e o destino de ninguém. A bandeira do positivismo também era alçada contra o alistamento por sorteio e contra a guerra, utilizando-se dos três estados proposto por Comte (CASTRO, 2012).

Nas duas décadas anteriores à publicação do RGEF-R7, diversas empreitadas foram realizadas no intuito de operacionalizar o serviço militar obrigatório para todo cidadão brasileiro, isto é, aumentar a força mobilizável para possíveis esforços de guerra. Em 1874<sup>65</sup> uma lei já previa o alistamento militar voluntário, e na ausência destes, por sorteio, mas esta lei não obteve sucesso. Outra lei<sup>66</sup> em 1908 prevendo alistamento, ainda por sorteio, para homens entre 21 e 44 anos, também não foi bem-sucedida, pois somente em 1916 foi

---

<sup>65</sup> Lei nº 2.556, de 26 de setembro de 1874. Em 1884, no município de Conceição de Alagoas, em Minas Gerais, a junta de alistamento foi destruída por um grupo de 50 mulheres disfarçadas. Destruíram os arquivos impedindo o alistamento de seus filhos, maridos e irmãos. Essa já era a quarta vez que mulheres interrompiam o alistamento. Ocorreu também em Uberaba e Sacramento, e em Monte Verde dois membros da junta foram assassinados. (CASTRO, 2012). Esta lei sofreu resistência dos setores econômicos devido ao recrutamento prejudicar a disponibilidade da força de trabalho mais barata.

<sup>66</sup> Lei nº 1.860, de 4 de janeiro de 1908.

realizado o primeiro sorteio<sup>67</sup>, o qual funcionou parcialmente, pois os índices de não apresentação foram altos. No outro ano, em 1917, foi criado o Tiro Brasileiro da Imprensa, renascendo assim as Linhas de Tiro, criadas em 1910 na cidade de Rio Grande - Rio Grande do Sul, chamados a partir de 1945 de Tiros de Guerra, existentes até hoje. Segundo McCann (1996), de 1917 até 1929 ingressaram 135.354 de um total de 619.753 homens sorteados, pois destes 75.286 foram dispensados e 409.111 não se apresentaram. As classes média e alta contornavam o serviço, e a classe baixa, com pouca influência política e poucos meios para recorrer à justiça, era quem constituía os efetivos incorporados.

Nas primeiras décadas do século XX, o Exército Brasileiro empenhou-se em aumentar seu efetivo por meio da obrigatoriedade do serviço militar. Acreditava que além da defesa nacional, a instituição era a responsável por formar a identidade e o patriotismo brasileiro, únicos que poderia trazer coesão ao país. A experiência de alguns militares que passaram períodos de observação na Alemanha e França dizia que manter uma reserva numerosa e bem preparada era característica de um exército forte. Depois de diversas tentativas frustradas de levar o serviço militar obrigatório “a todas as gentes”, como dizia Olavo Bilac, o maior defensor do alistamento compulsório, enfim ocorreu.

Carvalho (2005) diz que com o recrutamento e o sorteio a situação social no interior da instituição começou a mudar. Se antes era quase impossível atingir as classes mais altas pelo recrutamento, com a operacionalização da lei em 1916, havia indivíduos de todas as classes no serviço militar. Este processo foi sendo desenvolvido gradualmente e a partir da década de 1930 foi acelerado com a Segunda Guerra Mundial. Mesmo estando fora do nosso período de pesquisa, mas para evidenciar como esse processo se desenvolveu com as duas grandes guerras, após 1945 já havia 262 Tiros de Guerra, 116 Escolas de Instrução, 115 Escolas Preparatórias, totalizando 493 estabelecimentos de formação, além de 313 desativados (CARVALHO, 2005).

Face estes apontamentos, necessário é considerar que o Método Francês foi concebido na França para formação do soldado, tomando por base o soldado de infantaria. No Brasil, por influência dos franceses, o CMEF foi instalado estrategicamente na Escola de Sargentos de Infantaria. Os sargentos formados ali, em breve seriam enviados para os quatro cantos do Brasil, onde atuariam na formação do soldado recrutado por meio do serviço militar. Ao instruir os sargentos no Método Francês, a Missão Militar Francesa estava estrategicamente

---

<sup>67</sup> Realizado no dia 10 de dezembro de 1916 no quartel general do Exército, quase nove anos após a aprovação de lei. Solenidade contou com a presença do presidente da República, o ministro da guerra, Olavo Bilac, entre outros.

expandindo o novo método para todo o Brasil. Como o Método Francês foi baseado em sua elaboração nas necessidades do soldado de infantaria, obviamente que o RGEF-R7-1ª parte continha resquícios deste treinamento, pois foi adaptado para o ensino de alunos de quatro a 18 anos, e mesmo com adaptações pedagógicas, manteve características de seu modelo original.

## 2 O REGULAMENTO GERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA: O SUPORTE DO MÉTODO

Neste capítulo objetivamos adentrar na primeira parte do Regulamento Geral de Educação Física - Regulamento nº 7 (RGEF-R7-1ª parte), e para isso abordaremos primeiramente aspectos da materialidade que compõem o manual, como apresentação, tradução, circulação e distribuição dos conteúdos.

Segundo Goellner (1992), Santos (2012), Souza Júnior et al (2015), o RGEF foi a “tradução integral” do *Règlement*<sup>68</sup>. O preâmbulo da tradução da primeira parte também utiliza a expressão “tradução integral”. Analisando a tradução em comparação com o original, consideramos que o termo “integral” não é apropriado, pois houve supressão do prefácio e de algumas imagens, acréscimo de imagens e de um jogo, alteração de nomes de exercícios e expressões, alteração do modelo de planta baixa do ginásio de treinamentos e acréscimo de um anexo. No quadro abaixo dispomos as diferenças que identificamos entre o original francês e o RGEF-R7. No decorrer da análise dos conteúdos retomaremos algumas destas diferenças:

Quadro 1: Diferenças entre o manual original e a tradução

<i>Règlement</i>	RGEF-R7	Diferenças
339 páginas	336 páginas	Elementos pré-textuais possuem 8 e 6 páginas, respectivamente
3 anexos	4 anexos	Acrescentado o anexo II - Esgrima
<i>Avant-propos</i>	Preâmbulo	São integralmente diferentes
p. 57	p. 53	As plantas baixas para construção de ginásios são diferentes
p. 84	p. 87	O original intitula os dois primeiros capítulos como capítulo I. A tradução corrige este erro. Somente no capítulo XI o original e a tradução equiparam a contagem dos capítulos
p. 93	p. 95	O exemplo de cantiga de roda é diferente
p. 101	p. 103	O flexionamento nº 48, elevação dos braços, tem sua ordem de imagens alterada
p. 106	p. 108	No flexionamento nº 55, circundação dos braços, duas posições estão representadas com os pés juntos e na tradução com os pés separados
p. 119	p. 119	O flexionamento nº 73, afastamento lateral, teve sua ordem de imagens alterada

<sup>68</sup> Utilizaremos esta expressão para nos referirmos ao manual francês *Règlement Général D'Éducation Physique - Méthode Française*.

p. 127	p. 126	O flexionamento nº 87, elevação horizontal de um braço à frente e lateral o outro, teve sua ordem de imagens alterada
p. 142	p. 140	No flexionamento nº 104, espáduas para frente e para trás, uma posição está representada com os pés afastados e na tradução com os pés juntos
p. 145	p. 143	No flexionamento nº 110, flexão do tronco, o ângulo de flexão é consideravelmente maior na tradução
p. 146	p. 144	O movimento mímico da família marchar, nº 111, <i>La marche des gendarmes</i> , foi traduzido como Marcha do pega ladrão. Tradução literal seria a Marcha dos policiais.
p. 146	p. 144	O movimento mímico da família marchar, nº 112, chamado <i>L'ogre et le petit poucet</i> foi traduzido como O papão e o pequeno polegar. Tradução literal é ogro.
p. 156	p. 153	O movimento mímico da família trepar, nº 132, <i>Le grimper</i> (O alpinista), foi traduzido por O limpador de chaminé
p. 157	p. 154	O movimento mímico da família trepar, nº 134, <i>Le héron</i> (A garça), foi traduzido por O João Grande
p. 160	p. 157	O exercício educativo da família trepar, nº 138, suspensão inclinada, teve sua ordem de imagens alterada
p. 169	p. 165	O exercício educativo da família trepar, nº 154, suspensão alongada, tem as duas imagens suprimidas
p. 171	p. 166	O exercício educativo da família trepar, nº 158, tomar por salto o apoio, acrescenta uma imagem. O original não possui imagem
p. 192	p. 185	A aplicação da família trepar, nº 184, transpor a barra superior, possui uma imagem invertida horizontalmente 180°
p. 201 - 204	p. 194 - 197	Na aplicação da família trepar, nº 197, escalar um muro com e sem auxílio, houve a supressão de três imagens
p. 260 - 261	p. 249 - 250	Os três primeiros movimentos mímicos da família lançar, nº 299, 300 e 301, o malabarista, o moinho de vento e o ceifador, estão todos em ordem invertida
p. 303	p. 293	Original corrige a numeração do capítulo XI, e ambos voltam a enumerar igualmente os capítulos
-	p. 298	Para reforçar a técnica de nado <i>la brasse</i> , a tradução insere um esquema composto de cinco imagens. É um apanhado das imagens anteriores reunidas numa sequência resumida
-	p. 300	A tradução insere uma figura para representar o mergulho partindo da posição de pé. O original apenas descreve este exercício, sem utilizar imagem.
p. 319	p. 308	O pequeno jogo, nº 403, <i>Le coupe-jarret</i> (o corta-jarrete) foi traduzido como O quebra-canela. Jarrete é uma articulação dos membros posteriores do cavalo, entre a perna e a canela
p. 330	p. 323	O pequeno jogo, nº 437, <i>Le massacre</i> (o massacre), traduzido como Os fuzilados

-	p. 325	A tradução insere o pequeno jogo, nº 443, o passeio aéreo
455 exercícios	456 exercícios	Tradução possui um exercício a mais por causa da inserção do jogo nº 443 na p. 325

Fonte: elaborado pelo autor com base em Ministère de la Guerre (1925) e Estado Maior do Exército (1934)

Estas diferenças entre os manuais, de forma geral, não alteram substancialmente os conteúdos, com exceção do prefácio, da planta do ginásio e do anexo de esgrima inserido, mas revelam pequenas iniciativas de mudança. O original francês teve sua elaboração iniciada logo após a Primeira Guerra Mundial, e o projeto que deu origem ao *Règlement* foi aprovado em 1922, pois houve por parte do Exército francês a necessidade de repensar seu regulamento de educação física, tendo sua versão final em 1925 (1ª parte), 1927 (2ª parte) e 1930 (3ª parte). No Brasil, foram publicadas somente duas partes, pois a segunda parte, que trata sobre esportes individuais e coletivos, não foi traduzida, mesmo que o prefácio anunciasse que todas elas seriam. A terceira parte trata de educação física militar e reeducação, e a primeira parte sobre bases fisiológicas, pedagógicas e pedagogia aplicada, para crianças a partir de quatro anos.

## 2.1 Do suporte e da materialidade: apresentação, tradução, publicação e circulação

O RGEF-R7 apresenta-se na forma de um manual didático, no qual o professor de Educação Física deveria pautar as aulas, pois continha os exercícios e procedimentos que deveriam ser adotados, motivo este que nos referiremos a ele como manual. Considerando a forma de organização do texto no impresso, torna-se necessária a análise da materialidade do texto:

Contra a representação, elaborada pela própria literatura, do texto ideal, abstrato, estável porque desligado de qualquer materialidade, é necessário recordar vigorosamente que não existe nenhum texto fora do suporte que o dá a ler, que não há compreensão de um escrito, qualquer que ele seja, que não dependa das formas através das quais ele chega ao seu leitor. Daí a necessária separação de dois tipos de dispositivos: os que decorrem do estabelecimento do texto, das estratégias de escrita, das intenções do “autor”; e os dispositivos que resultam da passagem a livro ou impresso, produzidos pela decisão editorial ou pelo trabalho da oficina, tendo em vista leitores ou leituras que podem não estar de modo nenhum em conformidade com os pretendidos pelo autor. (CHARTIER, 1990, p. 126-127).

Considerando a questão do suporte, se faz necessário uma comparação com o texto original. Como já mencionamos anteriormente, não consideramos que a tradução tenha sido

integral, pois houve diversas alterações. O original francês teve sua elaboração iniciada logo após a Primeira Guerra Mundial, pois houve, por parte do Exército francês, a necessidade de repensar seu regulamento de educação física, o qual passou por diversas atualizações, tendo suas três partes publicada entre 1925 e 1930.

A tradução suprime a introdução constante no *Règlement*. Nela, os autores franceses esclarecem que:

Les nombreuses *expériences* d'avant-guerre, les *méthodes* appliquées pendant la guerre à la préparation physique rapide des jeunes classes, les *résultats* obtenus depuis l'armistice par la diffusion de l'éducation physique et des sports, les *progrès* réalisés par la Physiologie appliquée aux exercices du corps ont souligné la nécessité d'établir une méthode générale d'éducation physique applicable a tous les Français, sans distinction d'âge ni de sexe, et *adaptée* au *tempérament national*.

Riche des expériences du passé, en parfaite concordance avec les découvertes scientifiques les plus récentes, la Méthode Française répond actuellement a ces différentes nécessités parce qu'elle continue la tradition des Maîtres de l'École Française et poursuit dans son évolution le perfectionnement de la race. (MINISTÈRE DE LA GUERRE, 1925, grifo do original).<sup>69</sup>

Esta introdução inicia fazendo referência ao período da Primeira Guerra Mundial, no qual se caracterizou pelo processo de preparação rápida de jovens para a guerra. A tradução suprimiu esse trecho, pois o ambiente de pós-guerra não era o caso do Brasil e também porque talvez não fosse essa a intenção no contexto brasileiro. O Brasil foi o único país da América Latina a participar diretamente daquela Guerra, enviando uma missão médico-militar à França em 1918, composta de 142 pessoas, somadas entre “serviços clínicos e cirúrgicos, farmácia, intendência, secretaria e enfermaria, reunindo médicos, farmacêuticos e militares” (BRUM, 2015, p. 50). Mostrar que possuía uma ciência médica e militar qualificada era demasiadamente benéfico para a imagem do Brasil junto aos países europeus. A equipe brasileira atuou principalmente junto à população francesa no controle da epidemia de gripe espanhola. Já na viagem de ida a bordo do navio francês *Plata*, alguns tripulantes apresentaram os primeiros sintomas da doença. O chefe da missão atribuiria as contaminações de diversos tripulantes, inclusive as quatro mortes, às questões de higiene causadas pela precariedade da embarcação.

<sup>69</sup> Tradução livre: As muitas experiências do pré-guerra, os métodos aplicados durante a guerra para a rápida preparação física dos jovens, os resultados obtidos desde o armistício através da difusão da educação física e dos esportes, o progresso feito pela Fisiologia aplicada aos exercícios do corpo enfatizou a necessidade de estabelecer um método geral de educação física aplicável a todos os franceses, sem distinção de idade e sexo, e adaptado ao temperamento nacional.

Enriquecido pelas experiências passadas, em perfeita concordância com as últimas descobertas científicas, o Método Francês atualmente responde a essas diferentes necessidades porque dá continuidade à tradição dos Mestres da Escola Francesa e continua em sua evolução de aperfeiçoamento da raça.

Cardoso (2010; 2011) diz que esta missão médica militar estreitou os laços militares e políticos entre Brasil e França, e seria preponderante para que dois anos após seu término, o Brasil contratasse uma missão francesa a fim de modernizar seu Exército. Mesmo com estes antecedentes de participação na Primeira Guerra Mundial, os tradutores optaram por suprimir este viés de militarização física de jovens, e suprimiram a introdução do texto francês, talvez por não ser este o objetivo dos tradutores. O novo método não fazia distinção entre idade e sexo, e por este motivo recebeu o nome de “Geral”, o que proporcionaria uma maior difusão social, facilitando uma intervenção pedagógica na escolarização.

Outro ponto interessante é que o próprio *Règlement* se denominava de Método Francês, fazendo referência aos “Mestres da Escola Francesa”. A tradição francesa, representada na Escola Francesa de ginástica, aliada aos conhecimentos científicos produzidos pela fisiologia moderna, aliava o velho e o novo, ou seja, a ginástica propriamente dita e os esportes, atribuindo caráter integrativo à Escola Francesa, unindo esforços na busca pelo aperfeiçoamento da “raça”, típico dos ideários eugenistas da fisiologia da década de 1930, que culminaria com a utopia alemã na Segunda Guerra Mundial.

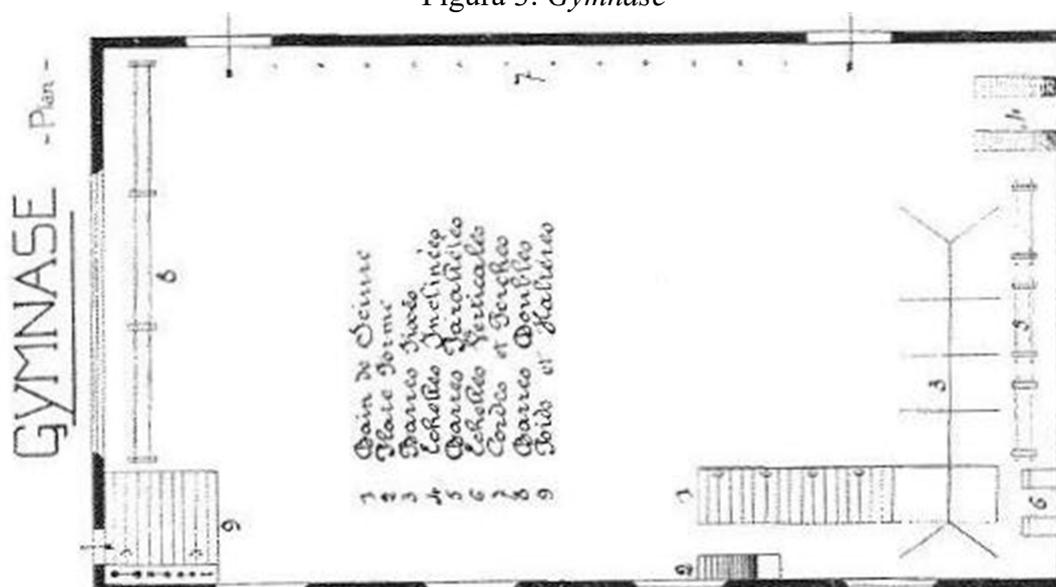
O RGEF-R7-1ª parte substitui a introdução por um “Preâmbulo”, no qual enfatiza que o método francês seria o mais adequado no caso do Brasil, pois “suas características científicas, apresenta as maiores probabilidades de perfeita adaptação ao [...] elemento nacional”. Salienta ainda que este método seria “adotado provisoriamente” até que se estabelecesse “um método caracteristicamente nacional”. Afirma que “só a prática meticulosa do método francês favorecerá a obtenção do fim colimado pela E. E. F. E.”<sup>70</sup>. Este fim colimado pela EsEFEx era de vulgarizar a educação física a toda a população, balizado pela crença de que a intervenção da instituição militar na formação nacional era fundamental. Completa divulgando um canal de comunicação entre o público e a instituição, mencionando que “a E. E. F. E. manterá qualquer correspondência com os interessados, que deverão se dirigir ao Departamento Técnico”. Cabe lembrar que quem estava à frente deste departamento era Ignácio de Freitas Rolim, o mesmo que liderou o curso provisório de 1929 e que integrou a equipe de tradução, como veremos mais adiante. Esta substituição do prefácio francês pelo preâmbulo brasileiro, suprimindo a questão da guerra pela formação nacional é mais um indício que no caso do Brasil o Método Francês teve por escopo intervir socialmente da formação de jovens.

---

<sup>70</sup> Escola de Educação Física do Exército.

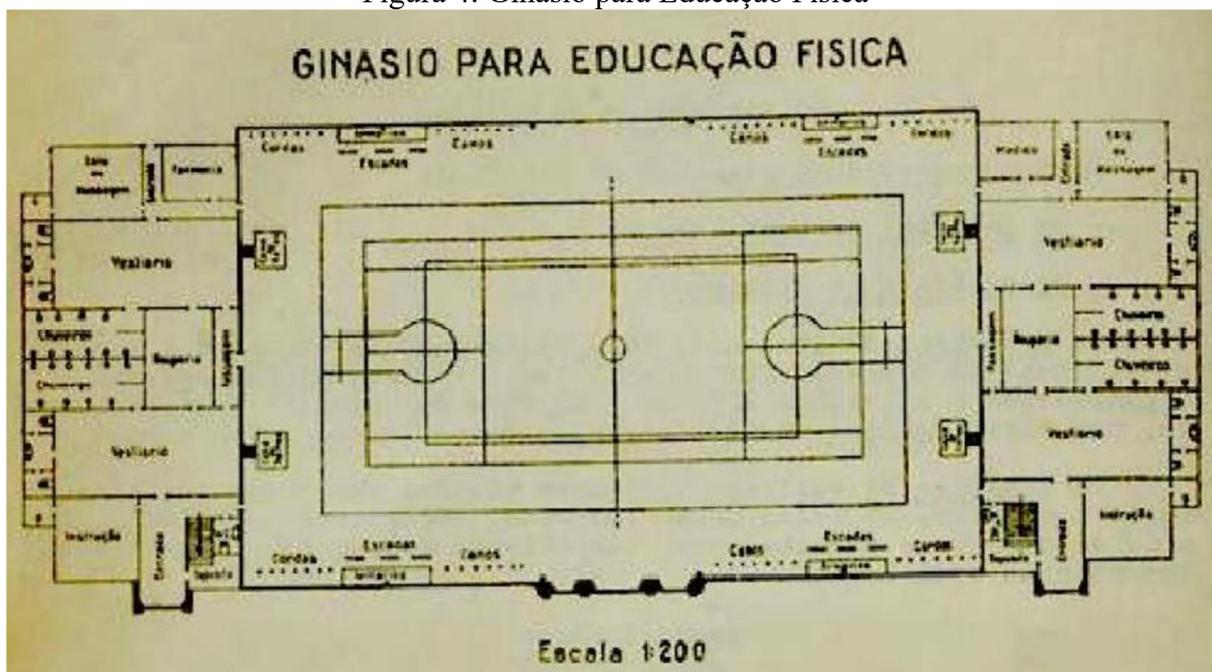
Outra diferença importante entre os dois manuais, é que o original apresenta dois tipos de edificações para prática de exercícios. Um estádio para apresentações e competições aberto ao público e um ginásio (Figura 3) para prática de exercícios de ginástica sueca, como barras verticais, inclinadas, duplas, paralelas e fixas, escadas, cordas verticais e área de halteres, o que é contraditório, pois os conteúdos do manual não contemplam esse tipo de exercício. Já a tradução manteve a planta baixa do estádio, mas alterou a do ginásio para um de esportes (Figura 4), o que denota uma aversão ao modelo sueco. Mas essa alteração por um ginásio poliesportivo também é contraditória, pois a única parte do Método Frances não traduzida foi justamente a de treinamento desportivo. Em 1932, o CMEF inaugurou o Ginásio Leite de Castro, de estrutura poliesportiva, com a presença de Getúlio Vargas. Em 1941, Vargas criou o Conselho Nacional de Desportos e os conselhos regionais de desportos. A opção por um ginásio de esportes pode ter sido motivada como forma de apropriação do esporte para fins específicos, pois este já havia conquistado a preferência popular.

Figura 3: *Gymnase*



Fonte: *Règlement Général D'Éducation Physique*, p. 57.

Figura 4: Ginásio para Educação Física

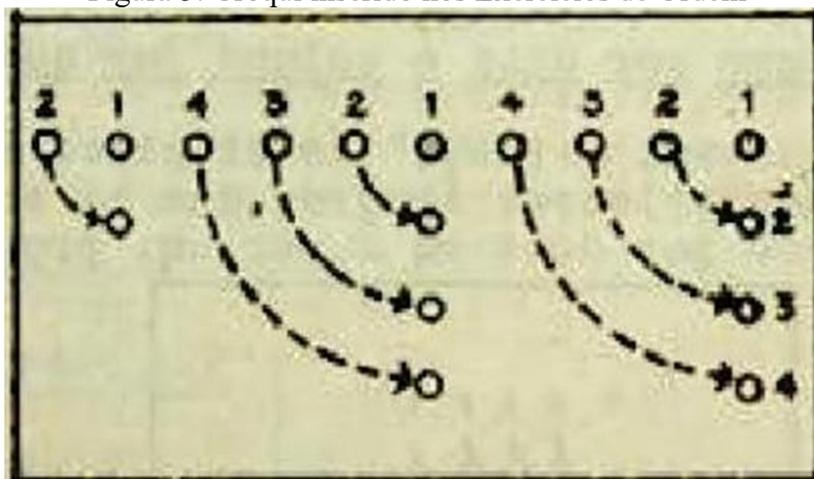


Fonte: RGEF-R7-1ª parte, p. 53.

Essa relação entre esportes, Exército e Vargas demonstra uma aproximação a modelos de esportes importados dos Estados Unidos, como o basquetebol e voleibol, ambos introduzidos no Brasil pela Associação Cristã de Moços, e da Inglaterra, como o futebol, que já havia conquistado a preferência popular. Quando o RGEF-R7-1ª parte refere-se ao “elemento nacional”, transparece que considera uma inclinação brasileira aos esportes em detrimento dos exercícios ginásticos suecos, e essa pode ter sido outra causa da ênfase desportiva no modelo de Educação Física proposto. O que continua como lacuna a ser explorada, é o porquê da não tradução da segunda parte, tendo em vista a afeição pelos esportes, mas pode-se perceber uma estratégia bastante astuta na eleição do esporte como conteúdo adotado, por ser mais permeável na cultura de massa.

Em linhas gerais, a tradução é semelhante ao original, mas nos conteúdos foram inseridos alguns detalhes. Nas Formações e Exercícios de Ordem - Evoluções e Rodas, o *Règlement* apresenta sete maneiras de perfilar distâncias e modificá-las, já a tradução reduz para seis maneiras, pois unifica a primeira e a segunda sem mudança de forma, já que uma é o inverso da outra. Na terceira maneira, que corresponde à quarta no original, o RGEF acrescenta um croqui para facilitar a compreensão:

Figura 5: Croqui inserido nos Exercícios de Ordem



Fonte: Fonte: RGEF-R7, p. 88.

A unificação das duas maneiras e a inserção desse croqui não altera substancialmente o conteúdo, mas demonstra uma sutil iniciativa de não seguir fielmente o texto original. Nas Evoluções e Rodas os tradutores substituem a cantiga francesa por uma brasileira:

Na Baía tem, tem, tem, tem,  
 Vamos, maninha, vamos  
 Vestidinho de chita.  
 No nosso tempo do colégio,  
 Carneirinho, carneirão.  
 Ciranda, cirandinha.  
 Passa, passa, gavião. (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1934, p. 95).

O *Règlement* aponta apenas que deverão ser utilizadas rodas conhecidas e cita como exemplo uma que menciona o rei da Inglaterra, mas a tradução observa que “ao instrutor incumbe a escolha das rodas de acordo com as tradições locais e com a preferência dos alunos. Tanto quanto possível essa escolha deverá recair sobre motivos bem brasileiros.” (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1934, p. 95). Mais uma vez é evidenciada a questão da nacionalidade.

O RGEF-R7 contém três partes. A primeira parte contém 336 páginas, a segunda 208 páginas (não traduzida) e a terceira 295 páginas. Estas duas últimas partes utilizamos apenas para nos ambientar e compreender melhor como o Método Francês foi distribuído, mas nossa análise deteve-se na primeira parte. Esta divisão em partes era comum nos demais regulamentos militares publicados sob a supervisão da Missão Militar Francesa. A primeira e terceira partes foram publicadas em 1934, ambas pela Biblioteca de “A Defesa Nacional”, a mesma que produzia a revista A Defesa Nacional, editada pelos Jovens Turcos.

O RGEF-R7-1ª parte apresenta duas capas (figuras 6 e 7). A primeira foi ilustrada com o discóbolo e é a única parte impressa em cores, pois as demais páginas são todas datilografadas na cor preta. Esta capa foi uma criação brasileira e não se assemelha à do original francês. A segunda capa foi datilografada, da mesma forma que o restante do manual, o que sugere que foi elaborada pelo datilógrafo. Logo após as capas, o manual apresenta um “preâmbulo”, no qual apresenta todas as partes que compõe o Método Francês.

O método francês de educação física é exposto nas diferentes partes do presente trabalho, que inclui:

Preâmbulo

I Parte (1 volume)

Título I Bases Fisiológicas

Título II Bases Pedagógicas

Título III Pedagogia aplicada

II Parte (1 volume)

Título IV Esportes Individuais

Título V Esportes Coletivos

III Parte (1 volume)

Título VI Educação Física Militar

Título VII Reeducação

Anexos

I Papel do médico (1 volume)

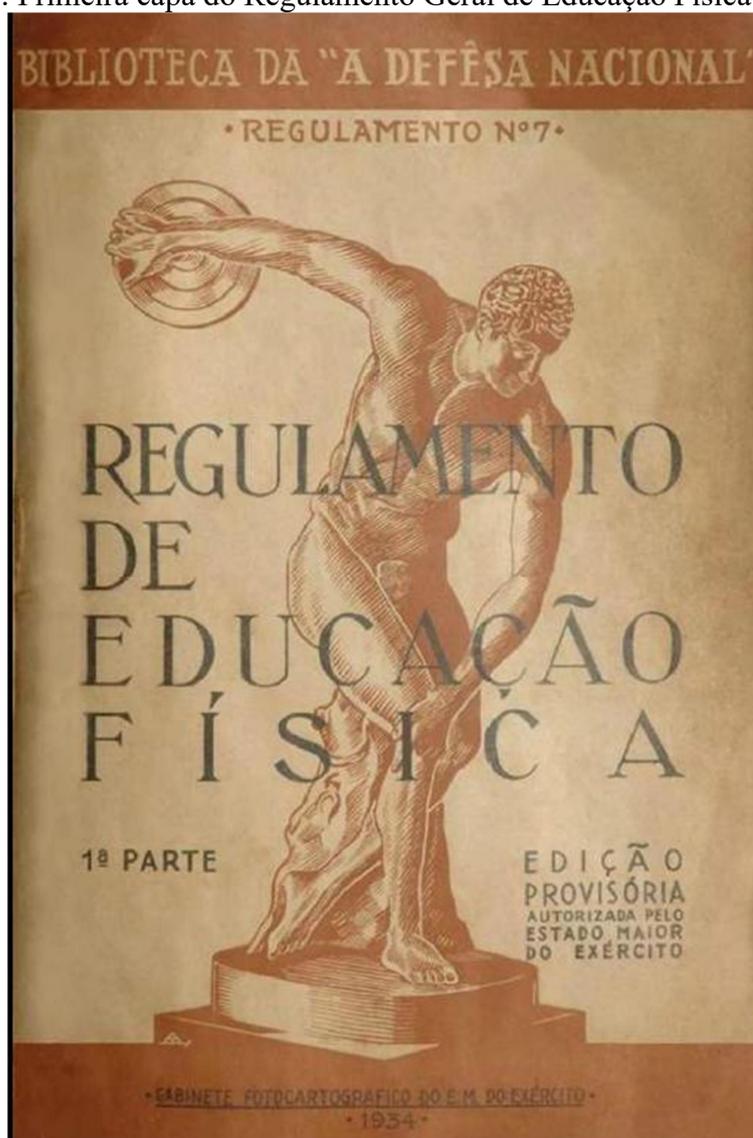
II Esgrima (1 volume)

III Manual do instrutor militar (1 volume)

IV Manual do instrutor civil (1 volume) (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1934, p. 5-6).

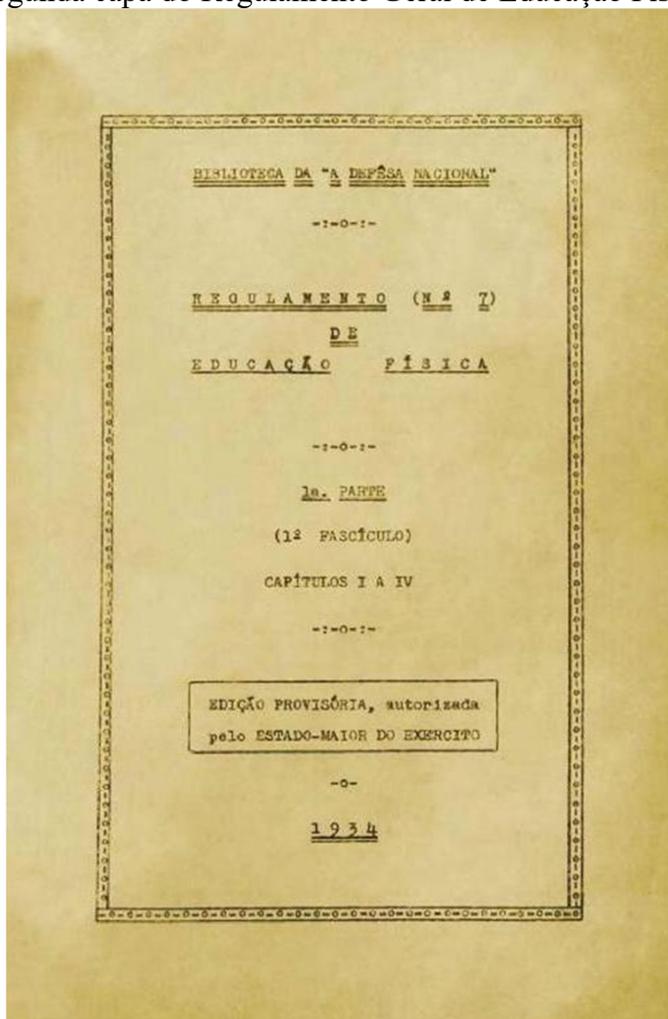
Percebe-se que esta apresentação inicial constam todas as partes relativas ao original francês, talvez por haver, naquele momento da produção da primeira parte, a intenção de publicar todas as demais. Os anexos listados não foram localizados, mas sabemos que o anexo II, Esgrima, foi traduzido, pois na Revista de Educação Física (maio 1932) há a informação de que haviam sido “ultimadas” em 1931 as traduções das 1ª e 3ª partes do Regulamento Francês e a tradução do Regulamento de Esgrima pelo capitão Horácio dos Santos, mas não sabemos se este anexo foi publicado.

Figura 6: Primeira capa do Regulamento Geral de Educação Física (1ª Parte)



Fonte: acervo do autor, ver nota 17.

Figura 7: Segunda capa do Regulamento Geral de Educação Física (1ª Parte)



Fonte: acervo do autor

A primeira capa foi elaborada pelo Gabinete Fotocartográfico do Estado-Maior do Exército, criado em 1934 (BRASIL, 1934c), conforme consta na parte inferior da capa. Este Gabinete possuía uma vasta equipe de produção técnica em diversas especialidades, e desenvolvia trabalhos de:

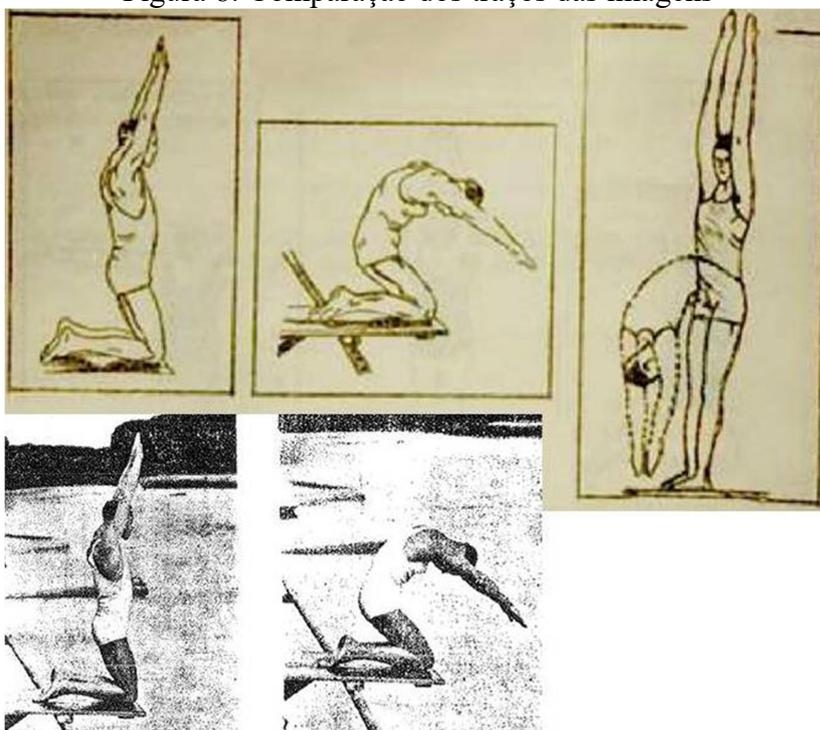
- a) desenhos destinados a gravuras e lithographias;
- b) photographias destinadas a processos photomecanicos;
- c) gravuras especialmente destinadas á impressão typographica;
- d) photolithographias especialmente destinadas á impressão lithographica de cartas e outros trabalhos graphicos. (BRASIL, 1934d, não paginado).

A equipe de produção técnica era composta por cartógrafo, desenhista litógrafo, desenhistas de 1ª e 2ª classe, desenhista cartográfico, fotógrafo, fotogrador, fotozincógrafo, transportador litógrafo, impressores litógrafos, margeadores, ponçadores de zinco e

ponçadores de pedra (BRASIL, 1934d). Esta equipe especializada pode ter sido a responsável pela elaboração da primeira capa, que foi impressa em cores e pode ter sido reproduzida por matriz litográfica, devido seus traços compactos e sombreamento.

As imagens presentes no RGEF-R7, que somam 1.149 representações de corpo humano, apesar de desenhadas, de maneira geral são fiéis às fotografias do origina francês. Analisando uma imagem que foi inserida na tradução, sem correspondente no *Règlement*, tomamos por hipótese que as figuras foram copiadas utilizando alguma técnica ainda não identificada. Vejamos a imagem:

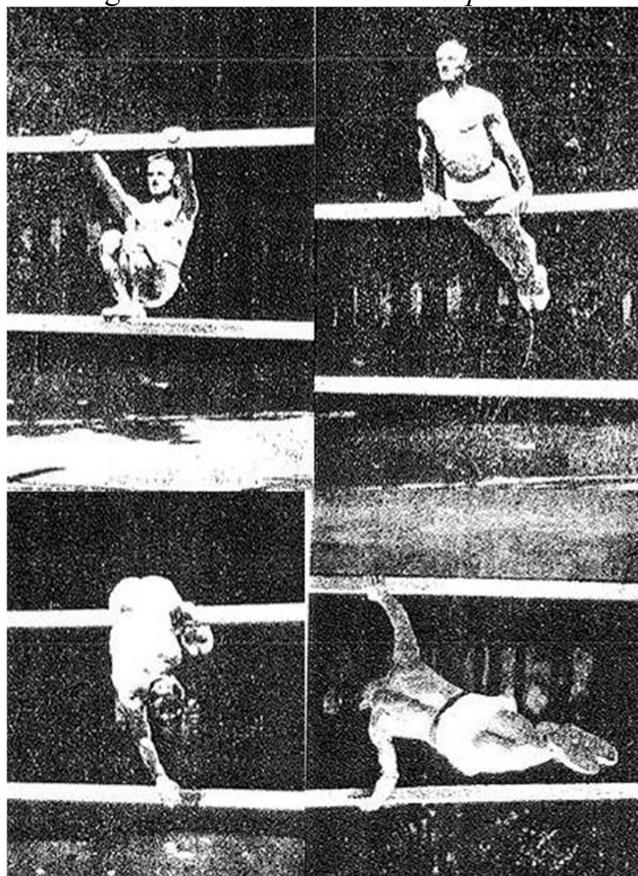
Figura 8: Comparação dos traços das imagens



Fonte: mosaico com base no *Règlement*, p. 309 e no RGEF-R7, p. 300.

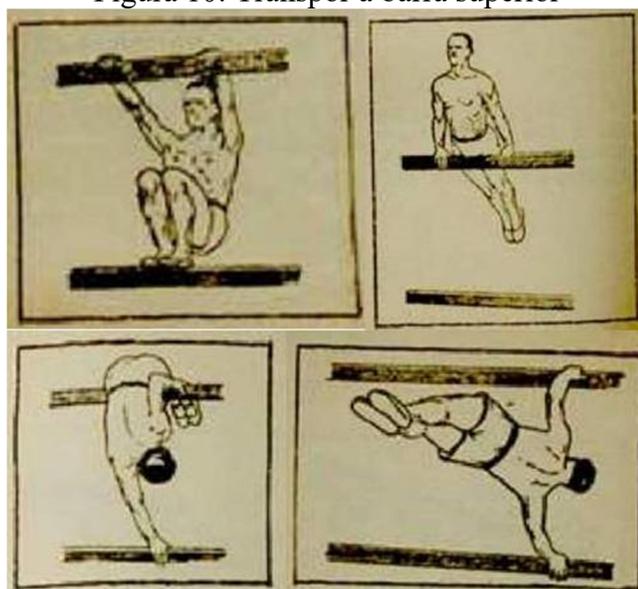
Percebemos que quando os desenhos são copiados do original, os traços são reproduzidos com bastante similaridade, incluindo contornos, sombreamentos e proporções, mas no caso da imagem à direita, desenhada sem uma referência anterior, a qualidade dos traços diminui sensivelmente. As dimensões dos braços e antebraços são desproporcionais, pois os antebraços estão mais compridos que os braços, e as linhas que definem os músculos, presentes nas demais imagens, nesta inexistem. Considerando estas diferenças, deduzimos que as imagens eram reproduzidas por alguma outra técnica, recortadas e coladas no manual. Outra diferença entre os manuais é mais um indício desta hipótese. Vejamos as duas próximas figuras:

Figura 9: *Franchir la barre supérieure*



Fonte: mosaico com base no *Règlement*, p. 191-192.

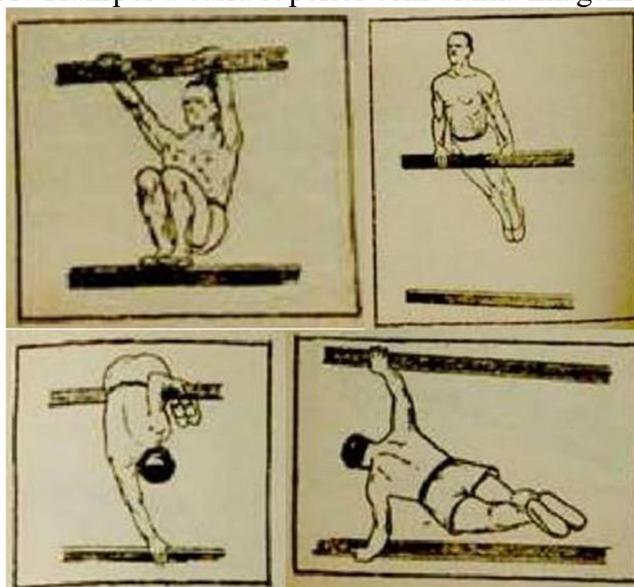
Figura 10: Transpor a barra superior



Fonte: mosaico com base no RGEF-R7, p. 184-185.

Percebe-se facilmente que a última imagem do RGEF-R7 está invertida 180 graus, e que as demais são idênticas às do original. Nas figuras acima, nós editamos e aproximamos as imagens, mas no manual elas são distantes umas das outras. Fizemos isto para melhor observar a sequência de movimentos. Nossa hipótese é de que o desenhista fazia cada imagem separadamente, e na hora de colar no manual, quem o fez colocou esta última invertida. Se girarmos somente a última imagem 180 graus, teremos o mosaico similar ao original. Fizemos isto na figura abaixo:

Figura 11: Transpor a barra superior com última imagem invertida



Fonte: mosaico com base no RGEF-R7, p. 184-185.

Após realizar o giro da última imagem 180 graus, o mosaico dos exercícios ficou igual ao original francês. Isto indica que nossa hipótese de que as imagens eram desenhadas e depois coladas no manual procede.

Tendo em vista os anúncios de venda do manual em A Defesa Nacional a partir maio de 1934, com a observação “no prelo”, sugere que foi tipografado. Outro indício é que era anunciada a venda no gabinete de A Defesa Nacional, o que sugere que era produzido lá mesmo, no mesmo local da revista, que era impressa por tipografia. Um terceiro indício é que A Defesa Nacional começou a anunciar aproximadamente dois anos antes do que a Revista de Educação Física. Descartamos a hipótese de reprodução datilografada pelo grande número de representações de corpo humano (1.149), o que não é possível realizar com esta técnica. Descartamos também a hipótese de reprodução litográfica, pois seria extremamente moroso, dispendioso e caro elaborar 336 matrizes litográficas, uma para cada página.

A Revista de Educação Física anunciou a venda do “Regulamento de Educação Física”, primeira e terceira parte, entre os anos de 1936 e 1938, por valor que variou entre 8\$000 a 10\$000. Para comparação, cada fascículo da Revista custava 2\$000. Uma boina francesa<sup>71</sup> em 1931 custava 7\$000 a 12\$000 no Brasil. Fazendo a comparação aproximada, temos a razão de 100 réis em 1935 para 3 reais hoje<sup>72</sup>. Convertendo os valores de 1935 para 2019, os fascículos da Revista custariam R\$ 60,00, a boina entre R\$ 210,00 e R\$ 360,00, e cada exemplar do RGEF-R7-1ª parte, com 336 páginas, custaria hoje cerca de R\$ 240,00 a R\$ 300,00.

Com algumas diferenças do anúncio da Revista de Educação Física, a revista A Defesa Nacional também anunciou a venda o RGEF-R7 entre maio de 1934 e agosto de 1937. Em maio de 1934 foi anunciado que havia sido autorizada a primeira e terceira parte pelo Estado Maior do Exército, mas ainda estava “no prelo”. Já em junho de 1934 o anúncio informava que cada parte continha dois fascículos, e que somente o primeiro fascículo da primeira parte estava à venda no valor de 3\$000, e os demais no prelo. Em setembro de 1934 todos os fascículos estavam disponíveis com o mesmo valor. Em março de 1935 são anunciados ao preço de 8\$000, o que nos faz deduzir que os fascículos de cada parte foram unificados. Em agosto de 1937 o valor passou para 10\$000 cada parte, e foi pela última vez anunciado. A divisão inicial em fascículos e a unificação posterior também sugere que o manual era tipografado.

As 336 páginas estão distribuídas em uma proporção de 1/4 para elementos textuais e 3/4 para imagens. Podemos perceber que, proporcionalmente, o RGEF-R7-1ª parte foi proposto como um manual de conduta escolar, pois das 336 páginas que o compõem, apenas 82 destinavam-se a entendimentos teóricos sobre o método apresentado, ou seja, 24,4% da obra tratam de apontamentos teóricos e 74,4% constituídos de sistematização e descrição de exercícios, numa razão de 3/4 para procedimentos para 1/4 de desdobramentos teóricos. As quatro páginas de apresentação correspondem a 1,2%. O primeiro quartil do manual realiza apontamentos gerais sobre fisiologia humana e fisiologia do exercício, mas por seu conteúdo ser superficial e sucinto, nos parece que tinha mais a finalidade de dar um caráter científico ao método, do que oferecer conhecimento ao professor.

Na tabela 1 apresentamos pormenorizada a distribuição de conteúdos:

---

<sup>71</sup> Disponível em: <[https://www.unicamp.br/iel/memoria/base\\_temporal/Numeros/index.htm](https://www.unicamp.br/iel/memoria/base_temporal/Numeros/index.htm)>. Acesso em: 24 mar. 2019.

<sup>72</sup> Disponível em: <<http://www.dplnumismatica.com.br/>>. Acesso em 24 mar. 2019.

Tabela 1: Disposição dos conteúdos

Ordem dos exercícios	Exercícios/conteúdo	Páginas	Número de exercícios	Número de páginas
-	Capa e elementos pré-textuais	1 a 4	-	4
-	Desdobramentos teóricos	5 a 58	-	54
-	I Quadro do conjunto dos elementos do método	59 a 86	-	28
01 ao 15	I Formações e Exercícios de Ordem	87 a 89	15	3
16 ao 33	II Evoluções e Rodas	90 a 95	18	6
34 ao 110	III Flexionamentos	96 a 143	77	48
111 ao 130	IV Marchar	144 a 152	20	9
131 ao 198	V Trepar	153 a 197	68	45
199 ao 234	VI Saltar	198 a 216	36	19
235 ao 280	VII Levantar e transportar	217 a 241	46	25
281 ao 298	VIII Correr	242 a 248	18	7
299 ao 323	IX Lançar	249 a 262	25	14
324 ao 381	X Atacar e defender-se	263 a 292	58	30
382 ao 390	XI Nadar	293 a 304	9	12
391 ao 450	XII Pequenos Jogos	305 a 327	60	23
451 ao 456	XIII Grandes Jogos e Jogos Desportivos	328 a 336	6	9
<b>TOTAL</b>			<b>456</b>	<b>336</b>

Fonte: elaborado pelo autor.

Na perspectiva dos alunos então, nem aquele 1/4 do manual era consultado, pois ao aluno bastava repetir corretamente os exercícios demonstrados pelo professor/instrutor e obedecer integralmente ao plano de Educação Física ditado pelo mestre. O manual foi produzido para o professor/instrutor. A estrutura e a concepção do RGEF-R7 propõem que o instrutor/professor não necessita possuir conhecimentos profundos de fisiologia, pois bastava que conhecesse o método proposto e executasse as sequências propostas pelo manual, se fazendo copiar pelos alunos. O método proposto estaria “todo” no próprio manual, e bastava ao sujeito que estivesse à frente da turma que fizesse conforme o Método Francês.

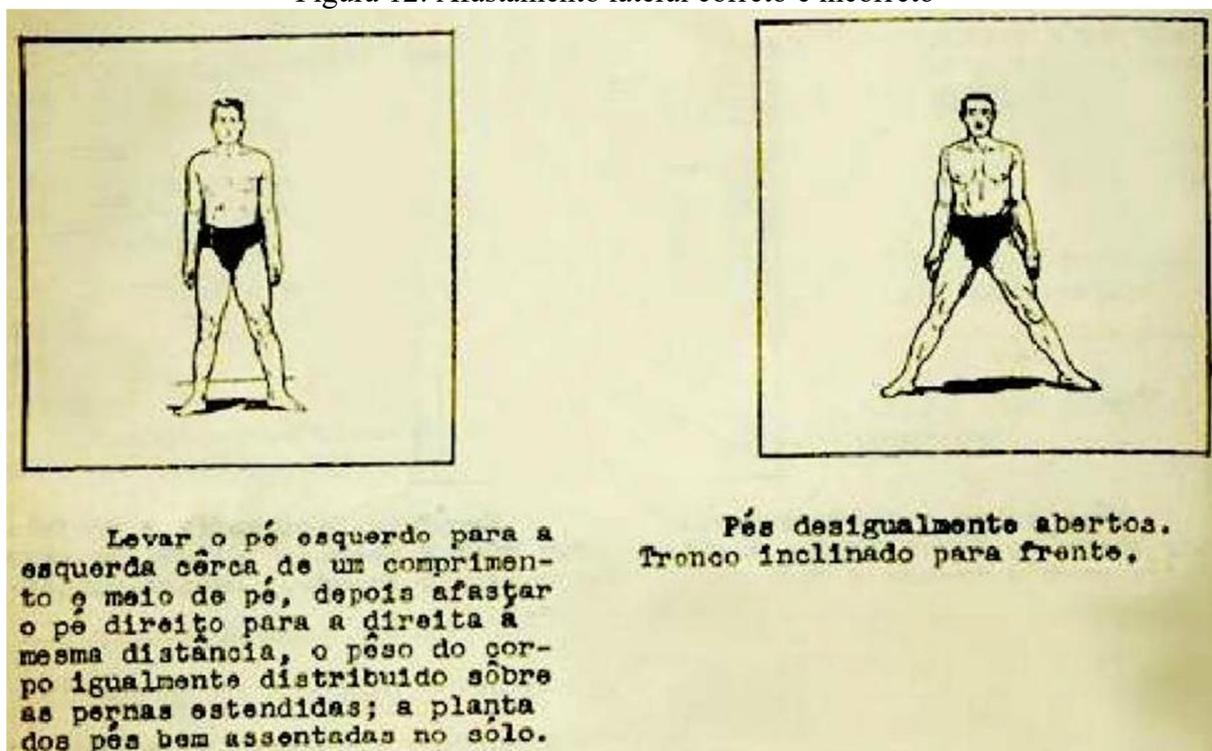
Apesar de o Método Francês prescrever exercícios de ordem e de marchas, jogos e esportes, ele ainda se caracteriza como um sistema ginástico tradicional, pois os flexionamentos constituem 77 exercícios do total, ou seja, 16,9% (ver tabela 2).

Os flexionamentos são movimentos de efeitos corretivos e de efeitos localizados sobre cada articulação e sobre os músculos que as comandam. Eles devem ser executados de um modo completo e contínuo (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1934, p. 96, grifo do autor).

Pela própria definição do manual, percebe-se o objetivo de correção postural e de desenvolvimento muscular separadamente e descritivo, o que reafirma as concepções positivistas daquela perspectiva fisiológica. Logo após a sintética conceituação, há uma nota explicativa que esclarece que durante a demonstração gráfica das posições corporais, algumas

terão duas imagens, a da esquerda, chamada de “descrição do exercício” e a da direita chamada de “erros a evitar”, numa proposta muito objetiva de mostrar por meio de imagens o que se deve fazer ou evitar, como exemplifica a figura abaixo:

Figura 12: Afastamento lateral correto e incorreto



Fonte: RGEF-R7, p. 98.

As imagens são bastante intuitivas e talvez por isso acompanhadas de breves legendas e descrições e, em muitos casos, dispensam qualquer forma de descrição textual, utilizando somente imagens. Os conteúdos propostos estão divididos em treze grupos. Eles apresentam atividades direcionadas para cada faixa etária, sendo que alguns deles transpassam mais de uma faixa. Algumas divisões de idade se entremeiam, como por exemplo, dos 4 aos 9, dos 9 aos 13, dos 9 aos 11 e dos 11 aos 13, ou seja, a idade de 9 e de 11 anos estão presentes em três divisões. A tabela 2 apresenta como eles estão dispostos ao longo do manual:

Tabela 2: Relação entre conteúdos e idade

Exercícios Total 456	Número de exercícios	4-13 anos Elementar Pré-pubertária				13-18 anos Secundário Pubertária e Pós-pubertária		18-30/35 Superior
		4-9	9-13	9-11	11-13	13-16	16-18	
Idade (anos)								
I Formações e Exercícios de Ordem	15	3	12					
II Evoluções e Rodas	18	5						
		1	5		7			
III Flexionamentos	77	17						
		47				8		
		5						
IV Marchar	20	14				6		
V Tregar	68	12		13	18	16	8	1
VI Saltar	36	25						
		5				5		1
VII Levantar e transportar	46	15		15		8		5
		3						
VIII Correr	18	17				1		
IX Lançar	25	23				1		1
X Atacar e defender-se	58				43			
		15						
XI Nadar	9	7						2
XII Pequenos Jogos	60	60						
XIII Grandes Jogos e Jogos Desportivos	6	6						
Total de exercícios por idade		280	210	216	256	116	36	10
Total de exercícios por ciclo		393				124		10

Fonte: elaborado pelo autor.

O manual propõe 456 exercícios, mas como muitos se repetem em diversas faixas etárias, há um total de 527 incidências. Analisando a Tabela 2, na qual dispomos os exercícios para cada faixa etária indicada, percebemos que o manual é direcionado principalmente para jovens entre quatro e 13 anos, pois são 393 exercícios para esse grupo, ou seja, 74,6% do total de exercícios. Para o grupo que compreende dos 13 aos 18 anos são 124 exercícios, que representam 23,5%, restando apenas dez atividades para pessoas entre 18 a 30/35 anos, numa taxa de 1,9%. Para este cálculo consideramos separadamente exercícios indicados para mais de um ciclo, o que faz com que alguns exercícios sejam contabilizados tanto para o ciclo elementar como para o ciclo secundário. Apesar de o manual colocar como última categoria os de conservação pra maiores de 35 anos, não há exercícios previstos para esta categoria nesta primeira parte do método francês. Idem em relação a exercícios para mulheres.

Na penúltima linha da Tabela 2 dispomos os exercícios propostos por subdivisões etárias dos ciclos que o próprio Método Francês indica. No ciclo elementar há quatro subcategorias, sendo a que apresenta o maior número de exercícios é dos 4 aos 9 anos de

idade com 280 atividades. Dos 11 aos 13 anos são 256 exercícios, dos 9 aos 11 são 216 e dos 9 aos 13 são 210. Já no ciclo secundário há duas divisões, dos 13 aos 16 com 116 atividades e dos 16 aos 18 com 36 incidências. Para o ensino superior não há subdivisões e são apenas dez exercícios. Dos 456 exercícios apresentados no manual temos a seguinte distribuição percentual:

Tabela 3: Percentual de exercícios por subgrupos

Ciclo de Educação Física	Subciclo (idade)	Quantidade de Exercícios	Taxa quantitativa (%)
Elementar (4-13)	4-9	280	61,5
	11-13	256	56,1
	9-11	216	47,4
	9-13	210	46,1
Secundário (13-18)	13-16	116	25,4
	16-18	36	7,9
Superior	18-30/35	10	2,2
Conservação	>35	0	0

Fonte: elaborado pelo autor

Com apenas a exceção ao grupo dos 11 aos 13 anos, os demais são todos inversamente proporcionais, ou seja, quanto menor a idade, maior a variedade de exercícios, o que talvez se explique pelo motivo do Método Francês estruturar-se no sentido da especialização gradual do aluno, que deveria optar pela prática de um esporte específico no Período da Educação Física Superior, considerando suas aptidões.

Em relação às representações do corpo humano presentes no manual, percebe-se predominância de imagens de indivíduos adultos e do sexo masculino. Devido ao grande número de imagens utilizadas, em sua maioria para descrever os exercícios, considerando que alguns destes utilizam apenas imagens, cresce em relevância a questão iconográfica. Na tabela 4 distribuimos as representações de corpo por categorias:

Tabela 4: Representações de corpo

Capítulos	Número de exercícios	Representações de corpo	Homens	Crianças (masculino)	Mulheres
Capa e elementos	-	1	1	0	0
Desdobramentos teóricos	-	0	0	0	
I Formações e Exercícios de Ordem	15	0	0	0	
II Evoluções e Rodas	18	0	0	0	
III Flexionamentos	77	200	200	0	
IV Marchar	20	52	18	34	
V Trepas	68	264	204	60	
VI Saltar	36	67	52	15	
VII Levantar e transportar	46	236	167	69	
VIII Correr	18	47	11	36	
IX Lançar	25	61	35	26	

X Atacar e defender-se	58	198	182	16	
XI Nadar	9	23	23	0	
XII Pequenos Jogos	60	0	0	0	
XIII Grandes Jogos e Jogos Desportivos	6	0	0	0	
<b>TOTAL</b>	<b>456</b>	<b>1149</b>	<b>893</b> <b>(77,7%)</b>	<b>256</b> <b>(22,3%)</b>	<b>0</b>

Fonte: elaborado pelo autor.

A primeira parte do RGEF-R7 apresenta 1.149 representações gráficas do corpo humano, sendo 893 de homens adultos, 256 crianças do sexo masculino e zero mulheres. Deste total de imagens, 77,7% correspondem a homens e 22,3% crianças. A posição anatômica em que estas imagens são apresentadas também nos permite perceber o “tipo ideal” de homem desejado pela lógica do Método Francês. Dispomos na tabela abaixo por categorias de posição em que se encontram:

Tabela 5: Representação de corpo por posições anatômicas

Representações de corpo	Homens e meninos	Pé	Cócoras	Deitado	Costas	Sentado
<b>1.149</b>	<b>100%</b>	<b>748</b> <b>(65,1%)</b>	<b>149</b> <b>(13%)</b>	<b>112</b> <b>(9,7%)</b>	<b>71</b> <b>(6,2%)</b>	<b>69</b> <b>(6%)</b>

Fonte: elaborado pelo autor

Das 1.149 representações de corpo masculino, 748 (65,1%) apresentam-se em pé. Outras posições como cócoras, deitado, de costas e sentado somam 401 (34,9%), ou seja, o manual assume uma representatividade predominantemente de homem, do sexo masculino, adulto, corpo mesomorfo, de pé e em posição ereta, de acordo com a “pedagogia dos corpos retos” e das “carnes humanas alinhadas” discutidas por Soares e Fraga (2003). Consideramos cócoras quando há flexão de pernas e quadris, deitado quando em decúbito dorsal ou ventral, sentado quando há flexão de quadris e de costas quando a face posterior do corpo está representada. Esta predominância de imagens masculinas adultas em posição ereta nos sugere uma representação de superioridade, força e virilidade na construção do homem almejado pelo Método Francês.

Em relação a vestimentas, o RGEF-R7-1ª parte caracteriza-se pelo restrito uso de roupas. Como as imagens são todas impressas em tinta preta, consideraremos para fins de análise que as roupas são pretas ou brancas. As representações de adultos estão com sunga preta nos flexionamentos, maiô preto ou branco nos exercícios de natação e *short*<sup>73</sup> branco e tênis branco com meias nos demais exercícios. As representações de crianças invariavelmente

<sup>73</sup> Calção muito curto.

apresentam-se com camisa branca de manga curta por dentro da bermuda branca, cinto escuro, meias e sapatos brancos.

Tabela 6: Vestimentas

Vestimentas	Homens	Meninos
Sunga preta	200	
Maiô preto com touca preta	14	
Maiô branco com touca	3	
<i>Short</i> e tênis com meias (todos brancos)	670	
Camisa, bermuda e sapato com meias (todos brancos)		256
Não identificado	6	
<b>Total</b>	<b>893</b>	<b>256</b>

Fonte: elaborado pelo autor.

Percebe-se um pudor com as representações das roupas das crianças, pois todas possuem bermuda até os joelhos e camisa, já as dos adultos estão sempre sem camisa e usam *short* mais curtos. Todas as representações de roupa de banho, seja sunga ou maiô, estão em adultos. Este predomínio de representações masculinas com o uso restrito de roupas nos remete às influências do Método Natural de Hébert, que previa a ausência de roupas ou uso estritamente necessário (HÉBERT, 1909 apud SOARES, 2015).

Figura 13: Foto do CMEF com short e calçados brancos



Fonte: Revista de Educação Física (maio 1932, não paginado).

Em relação à tradução do RGEF-R7, Castro (2012) diz que o major Pierre Segur foi o instrutor da Escola Superior de Educação Física de *Joinville-le-Pont* escolhido para ministrar educação física na Escola Militar do Realengo, e que chegou ao país em 1928. Cita ainda o relatório do chefe da Missão Francesa referente àquele ano, no qual menciona que, em relação à educação física, os brasileiros desenvolviam um trabalho, intenso e de boa vontade, mas que lhes faltavam “meios práticos” e um “método firme”, e que essa deficiência seria em breve

suprida pela adoção do regulamento francês, que se encontrava em fase de tradução<sup>74</sup>. Figueredo (2016) anota que Laurentino Lopes Bonorino e Antonio de Molina<sup>75</sup> trabalharam na tradução juntamente com o major francês Pierre Segur. Considerando que a tradução iniciou entre o final de 1928 e início de 1929, e foi completada somente em 1931, percebe-se que não foi necessário o fim dos trabalhos de tradução para que se começasse a utilizar o novo método.

Lembramos que 1929 foi o ano em que o general Nestor Sezefredo dos Passos encaminhou o Anteprojeto de Educação Física Nacional após visitar o CMEF acompanhado do presidente Washington Luís. Nesta visita ficou determinado por Sezefredo que ocorresse ainda naquele ano um curso no CMEF, que foi chamado de curso provisório, no qual foram admitidos professores civis e militares. Considerando estas informações uma dúvida nos surgiu: Como o RGEF-R7 pode ter sido usado no Curso Provisório em 1929 se só foi publicado em 1934? A resposta é muito mais simples que cogitamos, pois Rolim era instrutor do CMEF e também foi membro dos trabalhos de tradução, tendo acesso ao manual antes mesmo dele ter sido publicado. A chave para esta questão está na comissão nomeada para os trabalhos de tradução coordenados pelo major francês Segur. Apesar de Castro (2012) indicar que a tradução do RGEF-R7 iniciou em 1928 com a chegada de Segur, a comissão de tradução só foi nomeada em 20 de outubro de 1929.

O Sr. Ministro da guerra declara que o major Pierre Segur, da Missão Militar Francesa, capitão João Barbosa Leite e 1º tenentes Jair Dantas Ribeiro e João Carlos Gross são designados para fazerem parte da comissão incumbida de traduzir o regulamento de Educação Physica Francez. (MINISTÉRIO DA GUERRA, 20 out. 1929, p. 631).

A vinda de Segur para o Brasil indica um projeto da Missão Militar Francesa para a educação física, pois um ano após sua chegada ocorre o Curso Provisório, e em 1930 o CMEF transfere sede para a Urca. O condutor técnico do Curso foi Rolim, e um ano após ele passa a integrar oficialmente a equipe de tradução.

---

<sup>74</sup> Sobre o fluxo de obras francesas no Exército, McCann (1996) recorre ao controle de retirada de livros na biblioteca do Exército entre os anos de 1910 a 1918 e constata que obras em francês eram as mais retiradas para leitura. A média anual de retirada de livros foi de 1.077 em francês para 18 em alemão, um indicativo de que havia muitos militares com conhecimento da língua, o que se explica pelo ensino de latim nos currículos no início do século XX.

<sup>75</sup> Antonio de Mendonça Molina foi oficial do Exército e um dos tradutores do RGEF (primeira e terceira parte) publicado em 1934. Publicou juntamente com os tenentes Laurentino Bonorino e Carlos Marciano de Medeiros *Histórico da Educação Física* em 1931. Autor do artigo *A importância da educação física para um povo: o método adotado*, publicado na Revista de Educação Física em 1932.

O Sr. Ministro da guerra declara que o 1º tenente Ignácio de Freitas Rolim, instrutor do Centro Militar de Educação Phycica, é designado para, [...] substituir o capitão João Barbosa Leite na comissão encarregada de traduzir o regulamento francês de educação phycica visto ter sido este último oficial nomeado adido militar à Legação do Brasil no Paraguay. (MINISTÉRIO DA GUERRA, 25 nov. 1930, p. 710).

Em síntese, a tradução do original francês iniciou em 1928, conforme relatório de Pierre Segur ao ministro francês, mas um ano após foram designados pelo ministro da guerra, para compor a comissão de tradução, alguns militares, e num curto período de tempo esta comissão sofreu alterações. Em outubro de 1929 são designados para comporem a comissão incumbida de traduzir o manual os tenentes Jair Dantas Ribeiro e João Carlos Gross, comissão esta já constituída pelo major Segur e o capitão João Barbosa Leite (MINISTÉRIO DA GUERRA, 20 out. 1929). Esta publicação dá a entender que os dois últimos já faziam parte da comissão. Em 5 de dezembro, nova publicação ratificava aquela, alterando para quatro nomes (MINISTÉRIO DA GUERRA, 5 dez. 1929). Um ano depois, em 1930, João Barbosa Leite foi nomeado adido militar no Paraguai, e foi substituído Ignácio de Freitas Rolim, que já era instrutor do CMEF (MINISTÉRIO DA GUERRA, 10 maio. 1930). O capitão João Barbosa Leite e o tenente Jair Barbosa Ribeiro, instrutores da Escola de Sargentos de Infantaria, publicaram o Manual de Instrução Phycica em 1926, inspirados no Método Francês (CASTRO, 2012), fato este que pode ter influenciado na escolha de ambos para compor a comissão.

Em novembro de 1931, alguns militares brasileiros foram condecorados pelo presidente da França por proposta do general Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa. Com a medalha de honra de educação física (ouro), foram agraciados o major Newton de Andrade Cavalcanti, diretor do CMEF, e o tenente Ignácio de Freitas Rolim, instrutor de educação física. Com a medalha de honra de educação física (prata) o capitão João Barbosa Leite, “membro da Comissão do Regulamento de Educação Física”, o tenente Jair Dantas Ribeiro, “ex-membro da Comissão do Regulamento”, e o Dr. Virgílio Alves Basto, médico instrutor do CMEF (MINISTÉRIO DA GUERRA, 20 nov. 1931, p. 839-840). As condecorações não fazem menção ao término da tradução, mas como quase todos os envolvidos com ela foram condecorados, deduz-se que foram concedidas em virtude de tal tarefa.

Falamos “quase todos” porque não há menção a João Carlos Gross, e não encontramos mais nenhuma referência a ele em relação aos trabalhos junto à comissão de tradução, mas podemos fazer algumas inferências. Em 1928 foi nomeado delegado provisório da Associação

Brasileira de Educação (ABE) em Goiás (CORREIO DA MANHÃ, 30 maio 1928) e eleito sócio mantenedor da ABE (O PAIZ, 6 jun. 1928). Em 5 de novembro de 1930, Gross foi designado como auxiliar de instrutor do CMEF (MINISTÉRIO DA GUERRA, 25 nov. 1930). Em 25 de fevereiro de 1931 ele foi matriculado no curso do CMEF e, em 20 de agosto de 1932, foi considerado desertor por estar ausente na Escola de Sargentos de Infantaria (ESI) desde o dia 11 de outubro (MINISTÉRIO DA GUERRA, 25 ago. 1932).

Gross foi caracterizado pelo crime de deserção por ausentar-se da ESI, mas os motivos deste afastamento não são mencionados. Em 1933, o processo de deserção foi arquivado pela 1ª Circunscrição Judiciária Militar (MINISTÉRIO DA GUERRA, 30 nov. 1933) e, juntamente com diversos oficiais que haviam sido investigados por envolvimento na Revolução de 1932, foi promovido tardiamente (O PAIZ, 7 nov. 1933, 17 jan. 1934; DIÁRIO DA NOITE, 1934; BRASIL, 1934; BRASIL, 1934b). Estes fatos podem ter sido motivos para que Gross tenha sido afastado da comissão de tradução, tanto pelo envolvimento com a ABE, que além das discussões educacionais, que surgiu com o objetivo de se tornar um partido político, quanto por suposta participação na revolução de 1932.

O fato de a comissão ser nomeada oficialmente em 1929 não significa, necessariamente, que a equipe não tenha começado seus trabalhos antes, e talvez a publicação da designação tenha sido feita para oficializar o que já estava sendo feito. Mas o fato da designação de Rolim para o lugar de Leite sugere que já havia uma relação entre Rolim e Pierre Segur, pois era este que indicava os designados para compor a equipe. O quadro de instrutores para 1932, denominado “Os grandes colaboradores da feitura da raça”, apresentava Ilídio Romulo Colônia como diretor técnico, Ignácio Rolim, Pedagogia Geral e Organização, Laurentino Bonorino para Ataque e Defesa, Antonio de Mendonça Molina para História da Educação Física e Métodos, estes dois últimos, juntamente com Carlos de Medeiros, diretor do Departamento de Educação Física do Estado do Espírito Santo, publicaram o livro *História da Educação Física* em 1931.

Em 1930, A Defesa Nacional publicou um artigo do major Segur, dividido em duas partes, uma em janeiro e outra em fevereiro. No artigo, Segur faz uma espécie de síntese do RGEF-R7-1ª parte em 22 páginas, escrito em português, e abaixo do título indica que é uma “Tradução e adaptação organizadas pela comissão nomeada pelo Sr. Ministro da Guerra”. É possível que a tradução estivesse em fins de conclusão, devido o teor sintético do artigo, que perpassava todas as partes do manual. (A DEFESA NACIONAL, jan. 1930, p. 230-239; fev. 1930, p. 309-320).

Figueredo (2016) faz referência ao artigo de 1931, publicado em *O Jornal*, sobre a comissão francesa que chegara ao Brasil para consolidar o Método Francês, o que sugere que Segur viajou para a França e retornou em 1931. O general Leite de Castro teria passado alguns anos na França observando a questão da Educação Física. Segur, integrante da comissão francesa, teria, juntamente com os tenentes Laurentino Lopes Bonorino e Antonio de Molina, traduzido e adaptado às necessidades brasileiras a primeira e a terceira parte do regulamento francês de educação física. O nome de Molina aparece pela primeira vez como componente da equipe de tradução, o que converge com a informação da Revista de Educação Física (maio 1932). Bonorino, por sua vez, enfatizava a necessidade de uma Educação Física “única”, para que houvesse uniformidade em seu ensino. Nos seus artigos na Revista de Educação Física, entre 1932 e 1934, preocupava-se muito com a questão do método, pois acreditava que os professores em sua maioria estariam ensinando como um “método seu”, sendo urgente uma “cruzada de integração” dos métodos nos currículos escolares. Para ele deveria haver unidade de método “na escola, no quartel, no lar e nos clubes”, projetando uma educação física nacional, como no Anteprojeto Militar de 1929.

Elaboramos o quadro 2 para sintetizar o processo de elaboração do RGEF-R7-1ª parte, desde de obra que lhe antecedeu até sua publicação:

Quadro 2: Histórico da elaboração do RGEF-R7

Evento	Data	Observação	Referência
Publicação do Manual de Instrução Physica, inspirado no Método Francês	1926	capitão João Barbosa Leite e tenente Jair Barbosa Ribeiro, instrutores da Escola de Sargentos de Infantaria	(CASTRO, 2012)
Chegada de instrutor	1928	Chegada do major Pierre Segur ao Brasil, instrutor de <i>Joinville-le-Pont</i> , primeiro instrutor de Educação Física da Missão Militar Francesa	CASTRO (2012)
Primeira menção aos trabalhos de tradução	1928	Citação de que o regulamento francês se encontrava em fase de tradução	Relatório para o ministro da guerra francês relativo ao ano de 1928 CASTRO (2012)
Primeira menção à equipe de tradução	20 out. 1929	major Pierre Segur capitão João Barbosa Leite	(MINISTÉRIO DA GUERRA, 20 out. 1929)
Designação da comissão de tradução	20 out. 1929	major Pierre Segur capitão João Barbosa Leite 1º tenente Jair Dantas Ribeiro 1º tenente João Carlos Gross	(MINISTÉRIO DA GUERRA, 20 out. 1929)
Ratificação da comissão	5 dez. 1929	major Pierre Segur capitão João Barbosa Leite 1º tenente Jair Dantas Ribeiro 1º tenente João Carlos Gross	(MINISTÉRIO DA GUERRA, 5 dez. 1929)

Citação do RGEF	31 jan. 1930	Instruções para o Centro Militar de Educação Física, plano de ensino: "O método de educação física a adotar no Centro Militar de Educação Física será aquele expresso no Regulamento Geral de Educação Física".	(MINISTÉRIO DA GUERRA, 31 jan. 1930)
Substituição na comissão	10 maio 1930	capitão João Barbosa Leite pelo 1º tenente Ignácio de Freitas Rolim	(MINISTÉRIO DA GUERRA, 10 maio 1930)
Condecoração concedida pelo presidente da França	20 nov. 1931	Medalha concedida a diversos militares, entre eles Leite, Ribeiro e Rolim. Gross não foi condecorado	(MINISTÉRIO DA GUERRA, 20 nov. 1931)
Ultimada as traduções da primeira e terceira parte	1931	Referência: "Educação Física em 1931: "ultimadas as traduções das 1ª e 3ª parte do Regulamento Francês de Educação Física, levadas a efeito pelo Sr. 1º Tenente Antonio de Mendonça Molina"	(REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, maio 1932)
Aprovação do texto	1932	Aprovada primeira e terceira partes	BRASIL (1932)
Termina o curso Royal de Estenodatilografia	1932	Manoel Tôrres Junior, datilógrafo do RGEF-R7	(CORREIO DA MANHÃ, 1º fev. 1933).
Aprovação do RGEF-R7	1933	Citação: "Já aprovado"	(REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, jan. 1933)
Distribuição de exemplares	1933	Distribuição de exemplares aos alunos matriculados no Curso Especial na Escola de Educação Física do Espírito Santo	BOREL (2012)
Publicado o RGEF-R7	1934	Edição provisória aprovada pelo Estado-Maior do Exército	(ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1934)

Fonte: produzido pelo autor.

A maioria das referências utilizadas para elaborar o quadro acima são fontes oficiais, como Boletim do Exército, Relatório para o ministro da guerra e a Revista de Educação Física, periódico do CMEF, mas como nosso objetivo neste quadro foi estabelecer uma linha do tempo do processo de elaboração do RGEF-R7, estas fontes foram suficientes.

Inserimos no quadro acima o datilógrafo que elaborou a materialidade do manual. Na última página do RGEF-R7-1ª parte, é atribuído o trabalho de datilografia a Manoel Tôrres Junior, sargento-ajudante escrevente do Estado-Maior do Exército. Consta que o redator é "Esteno-datilógrafo" e que foi condecorado com a "medalha de ouro e diamantes do Curso de Aperfeiçoamento Royal" realizado no Rio de Janeiro no ano de 1932. A estenodatilografia era uma modalidade avançada de datilografia, caracterizada pela escrita mais rápida, capaz de escrever um texto na velocidade com que é falado. Manoel concluiu o curso básico de datilografia em 1924 (MINISTÉRIO DA GUERRA, 10 jun. 1932), e em relação ao curso avançado, encontramos matéria de jornal que citava Manoel como destaque do Curso de Aperfeiçoamento Royal para datilógrafos, realizado no segundo semestre de 1932, mantido pela Casa Edison, na Rua Sete de setembro no Rio de Janeiro, de propriedade de Frederico

Figner. Royal era o nome do fabricante das máquinas utilizadas no curso. (CORREIO DA MANHÃ, 1º fev. 1933).

Os concludentes do curso foram classificados em quatro categorias: de 30 a 39 palavras por minuto, 32 alunos; de 40 a 49 palavras por minuto, premiados com medalha de prata, oito alunos; de 50 a 59 palavras por minuto, com medalha de ouro, dois alunos; e, finalmente, de 60 a 69 palavras por minuto, somente um aluno, justamente Manoel Tôres Junior.

Figura 14: Manoel Tôres Junior recebendo medalha de Frederico Figner



Fonte: CORREIO DA MANHÃ (1º fev. 1933, p. 5)

A conclusão do curso por Manoel e a menção da medalha de diamante nos sugere que o RGEF-R7-1ª parte não foi concluído antes do final de 1932, pois somente após o término do curso ele soube de tal premiação. Em síntese, a tradução da primeira parte do Regulamento Geral foi concluída em 1931 (REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, maio 1932), aprovada em 1932, datilografada até final de 1932/início de 1933, distribuída na Escola de Educação Física do Espírito Santo em 1933 e publicada em maio de 1934. É possível que esta distribuição no Espírito Santo fosse uma primeira tiragem ainda não oficial.

Em relação à circulação do RGEF-R7-1ª parte, percebemos que se dava por duas vias: a venda direta do manual pela Revista de Educação Física e A Defesa Nacional e pela distribuição dele nos cursos de especialização de professores, pois o CMEF orientava didaticamente a criação das escolas de Educação Física e servia de modelo às iniciativas dos estados. Segundo a Revista de Educação Física (out. 1936), os estados que primeiro aderiram ao modelo do CMEF foram o Espírito Santo, São Paulo, Bahia e Minas Gerais. O primeiro foi considerado o “estado padrão”, que deveria servir de modelo aos demais. Quando falamos em modelo do CMEF, estamos incluindo o Método Francês e o RGEF-R7 como manual didático do professor. Na primeira metade da década de 1930, assim estavam distribuídos os professores especializados em Educação Física no Estado do Espírito Santo:

Tabela 7: Total dos professores de Educação Física no Espírito Santo (1932 - 1935)

Ano	Professores especializados	Alunos alcançados
1932	26	5.135
1933	36	7.568
1934	60	10.269
1935	80	12.031

Fonte: Revista de Educação Física, out. 1936, p. 2

Dos 84 professores, quatro estavam em funções administrativas, e os demais estavam distribuídos naquele Estado, nos 73 estabelecimentos de ensino:

Tabela 8: Alcance da Educação Física por estabelecimentos no Espírito Santo (1935)

Estabelecimento de Ensino	Número de Estabelecimentos	Número de alunos
Grupos Escolares	20	7.496
Escolas Reunidas	2	400
Escolas Isoladas	43	2.052
Escola Modelo	1	520
Jardim de Infância	1	183
Escolas Secundárias	6	1.380

<b>Total</b>	73	12.031
--------------	----	--------

Fonte: Revista de Educação Física, out. 1936, p. 2

A Revista indica que dos 32 municípios do Estado, em 1935, apenas não havia professores especializados em oito deles: Conceição da Barra, Rio Pardo, Muniz Freire, Rio Novo, Iconha, Anchieta, Domingos Martins e Viana, e que em 1936 os dois últimos já haviam sido contemplados. Bruschi et al (2017) indicaram que o primeiro curso da Escola de Educação Física do Espírito Santo ocorreu em 1931 e que a maioria das formadas eram mulheres. Os capitães Carlos Marciano de Medeiros e Horácio Cândido Gonçalves, ambos diplomados pela Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), foram os organizadores da Escola capixaba nos moldes da EsEFEx, e que aquele Estado teve "primazia em colocar em sua Constituição a obrigatoriedade da prática da Educação Física ao lado da Educação Moral e Intelectual, na Educação Integral". (REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, out. 1936, p. 2).

No caso do RGEF-R7-1ª parte, Bruschi (2015; et al 2017) identifica o uso desse manual como norteador da formação das normalistas<sup>76</sup> no Espírito Santo na década de 1930, mas comparando os conteúdos do manual ao currículo do curso e a documentos do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, aponta que houve diferenças, adaptações e supressões entre um e outros, demonstrando claramente as lutas de representações em Chartier (1990), e das estratégias e táticas em Certeau (1998). Borel (2012) aponta que foram distribuídos exemplares da primeira parte do RGEF-R7 aos alunos matriculados no Curso Especial na Escola de Educação Física do Espírito Santo em 1933, e que a partir de 1935, essa distribuição se tornou paga, ao preço de nove mil réis o volume (R\$ 270,00).

Marcela Bruschi ao analisar as monografias produzidas pelos docentes formados no primeiro curso da Escola de Educação Física do Espírito Santo, em 1931, em sua maioria mulheres, conclui que “apesar da presença dos militares na organização e funcionamento da escola, os indícios deixados nos documentos não sinalizam a intenção de militarizar e tornar mais esportiva as aulas, mas o trato pedagógico com os conteúdos de ensino”. (BRUSCHI et al, 2017, p. 1). Considerando que este curso tinha como modelo institucional o CMEF e didático o Método Francês, e mesmo com estas influencias não seguiu um modelo militarizante, por mais que o RGEF-R7 tenha como modelo de Educação Física a construção

<sup>76</sup> Em diálogo com Marcela Bruschi, a pesquisadora nos informou que em sua pesquisa de doutorado em andamento, encontrou nos arquivos escolares capixabas um exemplar da segunda parte do RGEF-R7, que tratava de treinamento desportivo, ou seja, a prescrição oficial da primeira parte do regulamento que foi traduzido para o português deveria ser a única em uso, mas o prescrito foi contornado pelo uso também da segunda parte ainda em francês. Aguardemos a publicação de sua pesquisa para maiores detalhes.

de indivíduos sadios, forte, resistentes, tanto para vida social quanto para a guerra, o cotidiano e prática escolar podem ter ressignificado esse caráter militarizado, o que é difícil investigar, pois os indícios de utilização do RGEF-R7 que temos são todos na formação docente, o que nos indica que os professores eram “iniciados” no Método Francês e depois levavam seus saberes para a escola, pois o manual era um livro “do professor”. Apesar dos indícios de sua circulação, não temos a ingenuidade de pensar que a prescrição e a realidade escolar foram idênticas (GOODSON, 1997; 2007).

Em síntese, a análise dos aspectos da materialidade do suporte relativos ao RGEF-R7 nos dão a dimensão do contexto de produção. Um manual datilografado, com mais de mil figuras desenhadas, recortadas e coladas à mão, se aproxima mais do “trabalho de oficina” discutido por Chartier (1990, p. 127). Essa característica artesanal na elaboração do primeiro volume do RGEF-R7 nos remete à urgência que aqueles sujeitos do CMEF depositavam na sua publicação. Uma espécie de solução caseira, rápida, de baixo custo, movida por ideais, mesmo sem um projeto gráfico bem elaborado e planejado. É possível que a qualidade gráfica do impresso tenha melhorado posteriormente, já que foi produzido pela editora de A Defesa Nacional, mas o exemplar que acessamos e analisamos se parece uma solução rápida para atender as demandas de tradução e de publicação.

## **2.2 O *Règlement Général D'Éducation Physique - Méthode Française*: produto da Escola Francesa de ginástica**

O original francês foi resultado de longo processo de manuais franceses que foram sendo adaptados e revisados conforme as necessidades e demandas, e seria reducionista demais tratá-lo apenas como um manual, e para o compreendermos melhor faz-se necessário recapitular seu histórico.

Segundo (BONORINO; MOLINA; MEDEIROS, 1931, p. 181) o Método Francês “que se propõe a resolver o problema da educação física integral [...] não deve ser considerado invenção recente”, sendo o resultado de diversos esforços, tendo como focos principais a escola de Amoros, o Exército francês e a Escola de *Joinville-le-Pont*, inaugurada em 15 de julho de 1852 pelas gerências do marechal Soult, ministro da guerra francês, tendo como fundadores o comandante D'Argy e Napoleão Laisné, suboficial francês, ambos antigos discípulos de Amoros.

Dom Francisco Amoros y Ordeano foi um ativista do modelo pestaloziano no Instituto Militar de Madrid em 1807, mesmo ano que foi promovido ao posto de coronel. Em 1808

aproximou-se de Napoleão I e defendeu Jose I, irmão de Napoleão, no trono espanhol. Com a derrota da França para a Espanha em 1814, transferiu-se para Paris onde se naturalizou, conseguindo manter seu posto. Aconselhado por Soult, prosseguiu seus trabalhos de intervenção na educação por meio dos exercícios físicos. Com o apoio oficial, recebeu um terreno em Paris onde construiu e inaugurou em 1820 a Escola Normal de Ginástica Civil e Militar. Os 12 anos de intensos trabalhos na Escola, na qual era diretor, deu a Amoros o cargo de inspetor dos ginásios militares, fato este que permitiu que ele percorresse a França, divulgando suas propostas. Seu trabalho além de despertar o interesse do Exército francês, envolveu a educação pública, e o Ministério da Instrução Pública adotou seu Manual de Ginástica e Moral em 1830.

Após uma série de atritos com políticos locais, que segundo Bonorino, Molina e Medeiros (1931) foram motivados por inveja de seu sucesso, teve sua Escola fechada em 1837. Em 1838, o ministro da guerra nomeou uma comissão sob a presidência do general Conde de Rocheret, com objetivo de redigir um regulamento de ginástica para o Exército, mas este não se tornou público. Napoleão Laisné, discípulo de Amoros, assume em 1840 a direção do Ginásio de Paris e funda mais quatro ginásios até 1845. Neste mesmo ano, o ministro da instrução pública nomeou uma comissão para estudar o problema da ginástica nas escolas. Dutrey, inspetor geral das escolas liderou esta comissão, que ao final de seus trabalhos, concluiu que havia falta de mestres para o ensino da ginástica.

Em 1846, a comissão de 1838 foi reconstituída, desta vez presidida pelo general Aupick, e constituída pelo capitão D'Argy, Napoleão Laisné e Amoros, dois anos antes de sua morte. Está comissão elaborou o primeiro regulamento militar francês de ginástica, ainda em 1846, aprovado pelo ministro da guerra, intitulado "Instrução para o ensino de ginástica nos corpos de tropa e nos estabelecimentos militares". Com a publicação deste manual, ainda faltava formação dos mestres e, em 1849, Laisné adquiriu terreno na cidade de *Fontainebleau*, para onde transferiu o que sobrou do ginásio de Amoros, na tentativa de criar a Escola Normal de Ginástica Militar, mas os projetos tiveram que ser adiados por causas desconhecidas. Em 1850, o ensino de ginástica tornou-se facultativo nas escolas primárias e, em 1852, D'Argy e Laisné retomaram o projeto, desta vez na cidade de *Joinville-le-Pont*, próxima a Paris, fundando a Escola com o nome da cidade. Sob o comando de D'Argy, em 15 de julho daquele ano, a Escola foi inaugurada com curso para 120 estagiários, ainda pautado no regulamento de 1846, constituído de três partes, a saber: Título I - Regras Gerais e divisões da instrução; Título II - Exercícios Elementares; e Título III - Exercícios de Aplicação.

Em 1854, o ensino de ginástica estendeu-se para os Liceus em caráter obrigatório, tendo como maioria dos professores os monitores da Escola e, em 1860, sob a influência e direção da Escola de *Joinville-le-Pont*, surgiram várias sociedades de ginástica na França, que contaram com a direção técnica de monitores da Escola, que também promoviam competições e demonstrações públicas.

Percebe-se uma semelhança naquele processo de institucionalização da Educação Física ao que ocorreu no Brasil. Em 1922, sob influência da Missão Militar Francesa, inaugurou-se o Centro Militar de Educação Física, em 1928 teve início o processo de tradução do regulamento, em 1929 formou-se a primeira turma no curso provisório com 90 alunos, sendo 20 professores municipais do Distrito Federal, ficando a estes a responsabilidade pela vulgarização do novo método nas escolas públicas.

Em 1869, a ginástica tornou-se obrigatória nas escolas primárias e colégios franceses, o que causou um déficit no número de mestres formados em *Joinville-le-Pont*, e isso levou uma redução dos pré-requisitos para as contratações do professorado, não sendo mais necessário ter formação naquela Escola. Este novo perfil de professores levou o general Chancy a anunciar às sociedades de ginásticas e às escolas: “Façam-nos homens que nos façam soldados” (BONORINO; MOLINA; MEDEIROS, 1931, p. 190), indicando que o Exército aguardava homens preparados para a formação militar nos quartéis. Não podemos ser ingênuos e tomar como verdade integral esse breve histórico escrito pelos três tenentes na referência citada. Foi uma obra escrita no contexto do Centro Militar de Educação Física para a disciplina História da Educação Física e dos Métodos no início da década de 1930, mas ela pode nos possibilitar um pouco da maneira que aquele Centro via o projeto militar francês de Educação Física, e de seus interesses em reproduzi-lo.

Em 1871, a França foi derrotada pela Prússia e a comissão de 1846 foi mais uma vez reconstituída para discutir o problema da Educação Física. Após muitas discussões e negociações, em 1880, a ginástica torna-se obrigatória para alunos de 6 a 13 anos, de ambos os sexos e, em 1882, são criados os *Bataillons Scolaires*, mas tiveram duração curta. Estes Batalhões ensinavam marchas, ginástica militar e tiro com rifles em miniatura, dentre outros conteúdos militares (TOMBS, 1996). Em 1891, nova comissão presidida por Étienne - Jules Marey elabora novo manual, com menor utilização de aparelhos, ainda em pauta pela influência sueca e alemã, com mais ênfase na ginástica e menor atenção aos exercícios militares. Com a aproximação do final do século, o distanciamento da guerra faz com que o viés militarizado perca valor e as perspectivas científicas passem a ganhar voz, e as pesquisas de fisiologia aplicada de Demeny e Marey ganham espaço.

Em concorrência com o caráter racional da ginástica surgem os movimentos esportivos que tinham um perfil mais atrativo ao grande público, o que promoveu um desinteresse pelos sistemas ginásticos. Em 1892 ocorreu uma competição de futebol e remo entre Inglaterra e França, e esta saiu vitoriosa no remo. Em 1893 a divisão de infantaria publicou outro manual de ginástica, mas este não conquistou interesse por parte dos fisiologistas, pois não considerava as tendências desportivas. Em 1900, ocorre em Paris o Congresso Internacional de Educação Física, no qual oficiais de *Joinville-le-Pont* participam com a missão de atualizar conhecimentos e, em 1902, a Escola publica outro manual de ginástica e cria uma cadeira de Fisiologia Aplicada, designando George Demeny para tal, na qual atuaria até 1907. Este regulamento continha duas partes, uma chamada Ginástica de desenvolvimento e de flexionamento e uma segunda chamada Ginástica de aplicação, com fortes influências Amorsianas.

Como no Exército predominava as ideias de Amoros e na Marinha o Método Natural de Hébert, em 1904 uma comissão interministerial elabora outro manual com o intuito de unificar as duas escolas, desta vez substituindo o termo ginástica por educação física. Este manual englobava os flexionamentos suecos revisados e modificados por Demeny, as aplicações de Amoros atualizadas por Hébert (marchar, trepar, saltar, correr, lançar, etc.) e alguns esportes (rugby, futebol e *hockey*). Percebemos aqui que este manual de 1910 aproxima-se muito do RGEF-R7 no que tange os conteúdos e divisões. Em 1912 a Escola de *Joinville-le-Pont* é reorganizada e começa a ofertar quatro cursos por ano com duração de seis semanas, recebendo 300 alunos e mais tarde 600, multiplicando a doutrina presente no novo manual. O curso chegou a aumentar sua duração para dez semanas, mas então eclodiu a Grande Guerra e a Escola teve suas portas fechadas.

Castro (2012) sintetiza a evolução o método de treinamento militar francês no século XIX. Dos trabalhos da comissão interministerial para tratar da unificação dos métodos de ginástica na França. Em 1910 foi publicado o *Manuel d'exercices physiques et de jeux scolaires*, difundido para todo o país. Em 1919, após a experiência advinda da Primeira Guerra Mundial, esse manual recebeu complementos, e foi intitulado de *Projet de règlement général d'éducation physique*, publicado em 1921 sob o patrocínio do Ministério da Guerra. Em 1925, este foi substituído pelo *Règlement général d'éducation physique (Méthode Française)*.

Com a necessidade de se preparar rapidamente os recrutados para o esforço de guerra, em 1916 a escola reabre com o nome de Centro de Educação Física, nome similar ao dado à escola congênere no Brasil pela Missão Militar Francesa. Agora as necessidades e demandas

eram outras e ensinava-se combate com baioneta, lançamento de granadas e luta corporal, além de trabalhos para a recuperação física de feridos em combate. Este senso de recuperação física e preparação para a guerra alterou o sistema em uso em *Joinville-le-Pont* e os alunos passaram a ser classificados em “fortes, médios e fracos”. Os “fracos” executavam exercícios educativos e pequenos jogos, os “médios” aplicações pouco intensas e alguns jogos esportivos, e os “fortes” aplicações e esportes com mais intensidade. Em 1918 foi criado o Comitê Nacional de Educação Física, Esportiva e de Higiene Social para gerenciar e unificar estas áreas. As atividades do Centro foram retomadas no contexto da Primeira Guerra Mundial e após o término desta, o manual passa por novo processo de revisão entre 1919 e 1922, chamado agora de projeto, apresentava-se em sete fascículos e com nova divisão, muito semelhante à sistematização do RGEF-R7:

- 1ª Parte - Educação Física Elementar (infância);
- 2ª Parte - Educação Física Secundária (meninos e meninas de 13 a 18 anos);
- 3ª Parte - Educação Física Superior (esportiva e atlética para homens de 18 a 30/35 anos);
- 4ª Parte - Adaptações Profissionais;
- Título I - Educação e Instrução Física Militar;
- Título II - Reeducação Física Militar;
- Anexos - Instrução sobre o papel dos médicos na educação e reeducação física.

Em 1921 o Comitê Nacional de Educação Física, Esportiva e de Higiene Social dividiu-se e deu lugar à Secretaria Educação Física, Esportes e Preparação Militar e ao Ministério de Higiene e, em 1926, estas duas se fundem novamente e tornam-se subordinadas ao Ministério da Guerra, mas um pouco antes disto, em 1923, uma nova comissão reuniu-se para transformar o projeto de 1922 no *Règlement Général D'Éducation Physique - Méthode Française*, publicado definitivamente com algumas alterações em 1925 (1ª parte), a qual dá origem ao RGEF-R7 (1ª parte). Sintetizamos no quadro abaixo este processo que deu origem ao RGEF-R7:

Quadro 3: Processo de construção do Método Francês

<b>Período</b>	<b>Acontecimento</b>
1820	Francisco de Amoros y Ordeano inaugura a Escola Normal de Ginástica Civil e Militar em Paris
1830	Adoção pelo Ministério da Instrução Pública do Manual de Ginástica e Moral, de Amoros
1837	Fechada a Escola Normal de Ginástica Civil e Militar

1838	Ministro da guerra nomeou uma comissão sob a presidência do general Conde de Rocheret, com objetivo de redigir um regulamento de ginástica para o Exército, mas este não se tornou público
1840	Napoleão Laisné, discípulo de Amoros, assume a direção do Ginásio de Paris
1845	Laisné funda mais quatro ginásios até 1845
1846	A comissão de 1838 é reconstituída, desta vez presidida pelo general Aupick, e constituída pelo capitão D'Argy, Napoleão Laisné e Amoros
1846	Aprovado pelo ministro da guerra o manual "Instrução para o ensino de ginástica nos corpos de tropa e nos estabelecimentos militares"
1848	Morte de Amoros
1850	O ensino de ginástica tornou-se facultativo nas escolas primárias
1852	D'Argy e Laisné na cidade de <i>Joinville-le-Pont</i> , próxima a Paris, fundam a Escola com o nome da cidade
1854	O ensino de ginástica estendeu-se para o ensino nos Liceus em caráter obrigatório, tendo como maioria dos professores os monitores da Escola de <i>Joinville-le-Pont</i>
1860	Sob a influência e direção da Escola de <i>Joinville-le-Pont</i> , surgiram várias sociedades de ginástica na França, que contaram a direção técnica de monitores da Escola, que também promoviam competições e demonstrações públicas
1869	A ginástica tornou-se obrigatória nas escolas primárias e colégios franceses
1871	Comissão de 1846 foi mais uma vez reconstituída para discutir o problema da Educação Física. Mesmo ano que terminou a guerra com a Prússia
1880	A ginástica torna-se obrigatória para alunos de 6 a 13 anos, de ambos os sexos
1882	São criados os <i>Bataillons Scolaires</i>
1891	Nova comissão presidida por Étienne - Jules Marey elabora novo manual
1893	A divisão de infantaria publica outro manual de ginástica, mas este não conquista interesse por parte dos fisiologistas, pois não considerava as tendências desportivas
1900	O corre em Paris o Congresso Internacional de Educação Física, no qual oficiais de <i>Joinville-le-Pont</i> participam com a missão de atualizar conhecimentos
1902	A Escola de <i>Joinville-le-Pont</i> publica outro manual de ginástica e cria uma cadeira de Fisiologia Aplicada, designando George Demeny para tal, na qual atuaria até 1907. Este regulamento continha duas partes, uma chamada Ginástica de desenvolvimento e de flexionamento e uma segunda chamada Ginástica de aplicação, com fortes influências Amorosianas
1904	No Exército predominava as ideias de Amoros e na Marinha o Método Natural de Hébert. Comissão interministerial elabora outro manual com o intuito de unificar as duas escolas, desta vez substituindo o termo ginástica por educação física.
1905	Georges Hébert publica a obra <i>L'Éducation physique raisonnée: Projet de manuel de gymnastique spécial à la Marine</i> já apresentava exercícios ao ar livre, uso moderado de roupas, adaptação ao frio e calor e exercícios utilitários, em contraposição aos exercícios em aparelhos e ginásios. Antecessor do "método natural"
1911	Georges Hébert publica a obra <i>Le code de la force</i> . Emprega pela primeira vez a expressão "método natural"
1916	Escola de <i>Joinville-le-Pont</i> reabre com nome de Centro de Educação Física, para preparar rapidamente os recrutados para o esforço de guerra
1921	Após a experiência advinda da Primeira Guerra Mundial, o manual <i>Manuel</i>

	<i>d'exercices physiques et de jeux scolaires</i> recebeu complementos, e foi intitulado de <i>Projet de règlement général d'éducation physique</i>
1925	Foi substituído pelo <i>Règlement général d'éducation physique (Méthode Française)</i> - 1ª parte
1927	<i>Règlement général d'éducation physique (Méthode Française)</i> - 2ª parte
1930	<i>Règlement général d'éducation physique (Méthode Française)</i> - 3ª parte

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Bonorino, Molina e Medeiros (1931)

Este breve histórico do Método Francês nos possibilita perceber que o *Règlement Général* é uma resultante de desenvolvimentos de aproximadamente um século em torno da questão da educação física, considerando as propostas de Amoros em 1820 até sua publicação em 1925. Este processo foi permeado de disputas, resistências e negociações, e o manual em estudo apresenta traços desse amálgama de influências, ou seja, não é um simples manual de ginástica com uma proposta de método, e sim um conjunto de fatores, elementos e contribuições que resultaram em uma proposta após a Primeira Guerra Mundial, na qual a França foi uma das protagonistas. Esse processo de construção do Método Francês é chamado no RGEF-R7 de Escola Francesa.

### 2.3 Dos conteúdos do Regulamento de Educação Física - Pressupostos

O prefácio da obra nos remete aos objetivos daqueles que se empenharam na tradução e adoção do Método Francês no Brasil. Não sejamos ingênuos em abordar a materialidade literária, com suas continuidades métricas e planejáveis, no intuito de apreendermos todas as suas intenções. O suporte de leitura não traduz fielmente e integralmente o pensamento dos seus elaboradores, e temos a consciência da trajetória que uma literatura pode tomar longe das mãos dos que a escreveram. (CHARTIER, 1996; 1998b; 1999).

Esse sistema de vulgarização é complexo e vai desde a concepção da escrita, do suporte técnico, da materialidade, dos trâmites da publicação, das revisões, dos interesses, da circulação, da aceitação, da disponibilidade, do preço de mercado, e principalmente, das apropriações e ressignificações de que a obra é objeto.

Após publicado e distribuído, o livro torna-se objeto de inúmeras apropriações e interpretações (CHARTIER, 1990). Considerando a impossibilidade de adentrar neste caleidoscópio de infinitas combinações, nosso objetivo é nos aproximarmos da lógica daqueles sujeitos que conceberam o manual, suas ideias e suas visões de mundo, mesmo tendo a consciência que isso é impossível na sua totalidade. Não pretendemos analisar os discursos, com suas faces dissimuladas às vezes, e sim o conteúdo do manual, pois

consideramos que estes foram acessados pelos agentes do ensino de ginástica naquele momento histórico e em sua posterioridade próxima. Na análise de conteúdo buscamos observar a proposta de Bardin (1977, p. 38), como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”, e inferir conhecimentos lógicos na dedução de responder os problemas de pesquisa.

Transcrevemos o preâmbulo do manual para perceber um pouco dos propósitos que moviam aqueles sujeitos, pelo menos em tese:

A publicação deste regulamento, tradução integral do Regulamento Geral de Educação Física francês pela Escola de Educação Física do Exército, é motivada pela falta de um guia orientador da educação física nos corpos de tropa e estabelecimentos militares.

Não sendo, pois, um regulamento nacional, a sua aplicação irá encontrar dificuldades que a Escola de Educação Física do Exército na medida de suas possibilidades e com a prática já adquirida procurará remover respondendo às consultas que lhe forem feitas e publicando em anexo as doutrinas que for colhendo.

Adotando o método preconizado pela E. S. E. F. de Joinville-le-Pont e praticando-o a vários anos procura a Escola de Educação Física do Exército fazer a sua adaptação ao elemento nacional, por isso que é esse método, que em suas características científicas, apresenta as maiores probabilidades de perfeita adaptação ao nosso caso particular. Permitir-nos-á em breve prazo, estabelecer um método caracteristicamente nacional. Só a prática meticulosa do método francês favorecerá a obtenção do fim colimado pela E. E. F. E.

Para mais estreita colaboração a E. E. F. E. manterá qualquer correspondência com os interessados, que deverão se dirigir ao Departamento Técnico (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1934, não paginado).

Percebemos já de início uma preocupação em deixar claro que a concepção do manual se deu em virtude da ausência de um “guia orientador”, ou seja, de um sistema de educação física existente para a formação física do soldado nos “corpos de tropa e estabelecimentos militares”. É contraditória esta assertiva de que se destina aos “corpos de tropa e estabelecimentos militares”, pois ao mesmo tempo propõe exercícios para crianças de quatro anos. Quando este preâmbulo foi escrito, a intenção era traduzir e publicar as três partes do original, pois logo abaixo ele foi apresentado em uma espécie de sumário em três partes, mas, posteriormente, a segunda parte não foi traduzida. A questão da Educação Física era apenas uma das faces das deficiências militares brasileiras naquele momento. Doutrinas de guerra, estrutura da instituição e sua hierarquia, a conscrição e as dificuldades em operacionalizar o serviço militar obrigatório são exemplos de lacunas que precisavam da orientação de outros exércitos mais experientes. O treinamento físico do soldado estava nesta paleta de deficiências

que urgiam de transformação face às demandas do combate moderno alarmados com a Primeira Guerra Mundial.

As questões de nação e de “elemento nacional” também faziam parte deste prisma que idealizava uma unidade nacional. Língua, religião, símbolos, hábitos, e crenças integravam uma espécie de código de nacionalidade no qual o sistema de educação do corpo fazia parte, mas nos parece que este imaginário de que o brasileiro se aproximava do francês em questões de personalidade e “temperamento” foi construído mais como uma resignação, pois boa parte defendia a contratação de uma missão militar alemã que, em tese, estaria mais distante culturalmente da brasilidade. Como se na extinção das possibilidades de se contratar os alemães, houvesse ocorrido uma tentativa de justificação pela escolha francesa.

Ao escrever o prefácio do manual, o Exército já utilizava o modelo de ginástica francesa há aproximadamente uma década, pois, os franceses chegaram em 1920 e o manual foi aprovado em 1932 (BRASIL, 1932) e publicado em 1934. Como a intenção era construir um método nacional, mas este ainda não havia, pelo menos enquanto sistema validado e reconhecido, a importação de um sistema europeu seguia tendências do cientificismo eurocêntrico do início do século XX. Não havia como se pensar coletivamente em avanços validados não sendo pelos caminhos do conhecimento e da ciência positivista. O contexto era o período pós Primeira Guerra Mundial, havia instabilidade e incerteza do porvir, e se grandes potências econômicas e militares haviam sido hostilizadas, porque o Brasil estaria incólume? Havia a mentalidade de que se fossemos atacados, ocorreria por terra e por um dos países vizinhos, mais provavelmente a Argentina, como já mencionamos anteriormente (MCCANN, 1996).

Em 1919, durante os trâmites de confecção do contrato, após diversas negociações, o ministro da guerra, orientado pelo major Alfredo Malan D’Androgne, adido militar brasileiro na França (1918-1919), impôs que uma das cláusulas fosse a proibição de o Exército francês firmar qualquer contrato de missão militar com outro país da América Latina enquanto perdurasse a missão no Brasil. Tal medida foi tomada face à informação de que o governo francês pretendia enviar uma missão de aviação civil para a Argentina (MALAN, 1988). Dois anos após a Missão Militar Francesa chegar ao Brasil, realizaram-se grandes manobras militares em 1922, no Rio Grande do Sul, e o general Gamelin, chefe da Missão, afirmava que o terreno ideal para o combate era o pampa gaúcho, pois o “planejamento estratégico brasileiro baseava-se na premissa da guerra com a Argentina” (MCCANN, 1996, p. 227). Em 1921, a Missão Militar Francesa, um ano após sua chegada, organizou manobras militares no Rio Grande do Sul, simulando um conflito contra uma coalisão liderada pela Argentina. O

general Gamelin observou que o objetivo era “familiarizá-los [...] no terreno de seus eventuais conflitos [...] a clássica zona de suas principais lutas históricas” (GAMELIN, 1921 apud MCCANN, 1996, p. 328). Os usos almejados para o RGEF-R7 perpassa elementos de disputa por poderio militar e possíveis confrontos futuros.

Estes receios e resguardos, alimentados com a Primeira Guerra Mundial, promoveram preocupações mais profundas com as questões de defesa nacional por parte do Exército. O general José Caetano de Faria, Ministro da Guerra (1914-1918), que havia participado da ocupação do Paraguai, havia recebido dos jovens tenentes que retornaram da Alemanha um relatório das necessidades prementes para modernização do Exército, mas para isso precisava do apoio do congresso, que não se interessava pelo fortalecimento do poder central. Sem recursos não seria possível aparelhar o Exército para suas transformações. A Primeira Guerra Mundial amedrontou as elites políticas a tal ponto que autorizaram o orçamento de reorganização. Basicamente, o plano revia a incorporação de reservistas sem destruir a coesão das unidades para que o Exército, em tempo de paz, fosse capaz de pôr-se em prontidão para a guerra sem criar novas unidades. O general Faria pautava-se em quatro pontos: o inimigo provável viria por terra e não por mar, ou seja, seria sul americano e não europeu e norteamericano; as batalhas iniciais seriam travadas por tropas da primeira linha; a reação brasileira seria de ofensiva, empurrando o combate para o território inimigo; e para proteger a área da retaguarda, era preciso que o serviço militar obrigatório produzisse uma força de reserva numerosa e preparada, a exemplo do exército germânico (MCCANN, 1996).

Influenciado claramente por autores europeus, frisava que a guerra moderna era travada por países inteiros, e que para isso a massa da população deveria estar preparada para repelir o invasor. “É, pois, indispensável a instrução militar obrigatória, e que os cidadãos venham aos quartéis aprender a defender seus lares, honra e a soberania da nação”. (FARIA apud MCCANN, 1996, p. 226). Se as elites e a população civil em geral preocupavam-se com suas realidades sociais, o Exército, além destas, preocupava-se também com sua capacidade de combate. A doutrina trazida pelos Jovens Turcos da Alemanha, somada aos postulados trazidos pela Missão Militar Francesa, indicavam que a obtenção do êxito nos combates modernos exigia a mobilização de toda a população para o esforço de guerra. Um método de ginástica militarizado, como o francês, seria uma ótima estratégia para estender a formação militar a toda a população. Esta afirmativa de que o método ideal deveria estar intrinsecamente ligado ao elemento nacional, além das questões científicas de clima, temperatura e biologia, também abarcava sentimentos nacionalistas.

O general Gamelin, em 1919, em visita prévia por regiões do Brasil para reconhecer “os pontos essenciais do nosso país”, conheceu os quartéis do Rio de Janeiro e foi “imediatamente para o Sul”. De volta ao Rio, proferiu quatro conferências no Clube Militar, duas sobre as experiências da Grande Guerra e duas sobre a “Doutrina de Guerra e os Processos de Combate”. Reforçamos mais uma vez que, apesar de a educação física não constar nos objetivos contratuais para com a Missão Militar Francesa, foi imediatamente implantada após a chegada da Missão, por meio da criação do Centro Militar de Educação Física e a adoção do Método Francês para a formação do soldado.

O segundo momento da Primeira Guerra Mundial se deu pelo que ficou conhecido como guerra de trincheiras ou guerra de posições. Os exércitos após avançar e vencer os combates precisavam manter as posições conquistadas enquanto planejavam o avanço para outras. As trincheiras funcionavam como barreiras ao avanço inimigo sob uma região em litígio, o que fazia muitas vezes que os soldados ficassem por meses nestas posições, sem condições sanitárias e de higiene adequadas, o que trazia a necessidade de que soldados adotassem hábitos para minimizar os malefícios de tal situação. O Regulamento de 1921, chamado Regulamento nº 7, precursor do RGEF-R7, salientava:

O presente regulamento baseia-se nas leis fisiológicas que regulam o crescimento e o desenvolvimento do homem e nos métodos preconizados em França para a preparação física dos soldados.

[...]

Tal tem sido a excelência dos resultados obtidos com esses métodos, que haverá certamente interesse em aplicá-los no Brasil, quer para a educação das crianças até 16 anos, quer dos adultos.

O valor individual de um combatente, oficial ou soldado compreende:

O moral.

O físico.

O técnico:

Todos três são indispensáveis, mas sem o valor físico, os dos outros diminuem rapidamente e mesmo se anulam. Um homem fisicamente insuficiente é suscetível apenas de um esforço limitado que o esgotará; o mesmo em boas condições físicas fornecerá sem fadiga um esforço normal, que poderá repetir quase em seguida.

O exercício da função de soldado exige um mínimo de faculdades físicas. É uma necessidade absoluta para o soldado poder em combate satisfazer as mais frequentes provas físicas impostas pela prática da guerra, isto é, suportar peso superior à carga normal, mover-se em terrenos difíceis, mostrar-se apto a uma sucessão rápida de esforços, demonstrar resistência, etc. A esta última condição cumpre ligar especial importância.

Todo o método que não vise aumentar a resistência do indivíduo deve ser abandonado.

Todo soldado, deve fazer cabedal de achar-se sempre em bom estado físico, quer por interesse próprio, quer pelo da coletividade. (BRASIL, 1921, não paginado).

Podemos perceber que o primeiro regulamento francês de ginástica no Brasil ressaltava a importância do treinamento físico para que o soldado fosse eficaz nas demais funções de combate. “Suportar peso superior à carga normal, mover-se em terrenos difíceis, mostrar-se apto a uma sucessão rápida de esforços, demonstrar resistência” (BRASIL, 1921, não paginado), seria uma constante nos exercícios propostos no RGEF-R7.

As condições de variação do clima, como chuva, sol e neve, a falta de banho e de troca de roupas de forma adequada, o depósito de fezes e urina nas proximidades, senão quando dentro das trincheiras, os insetos e animais como ratos que eram atraídos, somados aos constantes ataques inimigos que deixavam corpos no campo de batalha que não podiam ser sepultados, formavam situações de insalubridade e horror psicológico que requeriam das novas doutrinas militares mais cuidados com a higiene e tenacidade das tropas. Hastings (2014) menciona o caso de um soldado francês que presenciou ratos devorar por um mês cadáveres de soldados de infantaria ceifados por metralhadoras inimigas. Havia ainda doenças mortais causadas pelo clima rígido, como o pé de trincheira, causado pelo frio e umidade que levavam soldados a perder dedos dos pés e até a “carne” dos pés. Casos extremos de soldados perderem o pé por inteiro, que ficavam dentro do coturno, descolados dos tornozelos, como uma amputação instantânea.

A ginástica foi adotada como a receita e remédio para todos os males (SOARES, 1990) e o Exército se apropriou do RGEF-R7 seguindo a mesma lógica. A ginástica como promotora de saúde orgânica, hábitos desejáveis, virilidade e até mesmo valores morais e éticos fazem parte de um grande projeto de homem ideal para o novo contexto. Parafraseando Darcy Ribeiro (1986) quando disse que a crise da Educação no Brasil não era uma crise, e sim um programa, pensamos que a ginástica institucionalizada não se deu ao acaso, mas foi projetada, ou seja, foi componente de um projeto de modelo desejado de indivíduo face às demandas da modernidade.

No final do preâmbulo, percebemos a busca da sanção científica daquilo que se almejava fazer, ou seja, a evocação científicista de um projeto entendido como racional. O editor diz que, por meio da seção técnica da Escola de Educação Física do Exército, funcionaria um canal de discussão da educação física no país, o que caracteriza um sentimento de diálogo científico com a comunidade interna e externa ao campo de pesquisa. Além desse viés do diálogo científico, havia também o ideal de suporte de divulgação de ideais e modelo adotado.

Em 1932, a mesma Escola, ainda chamada de Centro Militar de Educação Física, publica a primeira edição de *A Revista de Educação Física*<sup>77</sup>, periódico ainda em funcionamento. Acessando esta edição, ficamos impactados com aquele primeiro editorial, assinado pelo redator-chefe, o tenente João Ribeiro Pinheiro, que já enfatizava o projeto, como se fosse uma síntese do que havíamos considerado até agora:

Ao Exército deve-se a unidade do Brasil-Império. Ao Exército deve-se a Abolição. Ao Exército deve-se a primeira e a segunda República. Enumerar o que tem sido a obra dos militares dentro do organismo nacional é contar quase a própria vida nacional. Mas ainda hoje pouca gente compreende o valor silencioso, nem por isso menos formidável, da obra de alfabetização, nacionalização e higienização social que o Exército realiza implacavelmente entre os jovens que vêm anualmente servir nas suas fileiras. Agora o Exército prepara-se febrilmente para realizar mais uma grande obra. Ele vai ser o escultor da raça como foi o escultor da nacionalidade. *O Regulamento de Educação Física*, em vias de aprovação pelo Estado Maior, preconiza que dentro de breve prazo qualquer jovem só poderá ingressar na Escola de Soldado depois de ter dois anos de educação física. Aos olhos mais indiferentes às necessidades nacionais ressalta logo os benefícios maravilhosos e oportunos de tal medida. No entanto elementos civis da alta administração, associações pedagógicas, num mau vezo, propagam maldosamente, antipatrioticamente, que se pretende fazer uma obra de *militarismo*. Confundidas na definição medieval da palavra militarismo, sem refletirem que a vida moderna, com a guerra moderna, faz da Nação armada o seu próprio exército. Todavia, estou certo, que lenta, mas seguramente, o Brasil inteiro tomará conhecimento da grande obra nacional hora iniciada pelo C. M. E. F. e fará justiça aos seus realizadores. (REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO EXÉRCITO, maio 1932, sem paginação, grifo nosso).

A mentalidade daqueles sujeitos que protagonizaram a disseminação do Método Francês era que as sociedades necessitavam do Exército para seu desenvolvimento em amplo espectro. Acreditavam que construíram o sentimento de nacionalidade e da mesma forma se colocavam na posição de escultores de uma nova raça. Estes sentimentos esclarecem o ativismo efervescente que movia aqueles sujeitos, tomados por ideias eugênicas e idealizadores de novos corpos. O conceito de soldado salvador, discutido por Keith (1989)<sup>78</sup>, está declarado já no início do texto, mas o que nos chama muito a atenção é esse anúncio explícito de um projeto em que o Exército seria o escultor da raça, assim como já teria sido da nacionalidade. Parece-nos que não havia nenhum tipo de receio ou medo de enfrentamentos com grupos de ideias contrapostas. Este texto do redator-chefe da revista representa bem os

---

<sup>77</sup> Disponível em: <http://www.ipcfex.eb.mil.br/educacao-fisica>. Acesso em: 14 set. 2018.

<sup>78</sup> Tradução de: *Soldiers as saviors: The Brazilian military revolts of 1922 and 1924 in historical perspective*. Originalmente apresentado como tese na Universidade da Califórnia, 1969.

conteúdos constantes no REEF-R7. A ideia de esculpir corpos aptos para a guerra, e em consequência para a economia, caracteriza exercícios intensos e viris, até perigosos por vezes, presentes no manual. O postulado de que o Exército seria o laboratório que criaria soldados para a nação é a tônica subliminar presente nas percepções do Método Francês por parte de seus idealizadores brasileiros.

Esta ufania declarada de se colocar como responsável pelos destinos políticos do Brasil, elencando fatos históricos como exemplo, nos fizeram perceber que para muito além de militarizar jovens no preparo para uma guerra, tinha por objetivos edificar uma “Nação armada”, alegando demandas da “vida moderna” e a da “guerra moderna”. As ações atribuídas ao Exército, como alfabetização, nacionalização e higienização, confirmam intenções de intervenção social para além de preparação para a guerra, pois segundo aqueles sujeitos ativistas do Método Francês, ao Exército estava destinado a missão de “esculpir a raça”. Para isso os jovens deveriam ingressar na “escola de soldado”, ou seja, no serviço militar, deveriam ter no mínimo dois anos de prática do novo método. Pinheiro deixa transparecer a preocupação com associações pedagógicas que segundo ele, “propagam maldosamente, antipatrioticamente, que se pretende fazer uma obra de militarismo”. É provável que ele se referisse à Associação Brasileira de Educação (ABE), que havia se manifestado contrária ao Anteprojeto de Educação Física Nacional, que pretendia tornar obrigatória a educação física a todos os residentes do Brasil, sob gerência do Ministério da Guerra.

Essa utopia de transformar o Brasil em uma “Nação armada” nos parece que foi um grande pretexto para intervir socialmente e politicamente por meio dos exercícios físicos. Ao analisarmos o RGEF-R7-1ª parte isoladamente, sem considerar o contexto de vulgarização do Método Francês, identificamos alguns elementos do treinamento do soldado em seus conteúdos, e talvez estes fizessem mais sentido no contexto francês, por motivos daquele país ter vivenciado a Primeira Guerra Mundial como um dos atores principais. Recuperando novamente o pensamento de Roger Chartier (1996; 1998; 1999), não podemos cometer o equívoco de analisar a literatura somente pelo suporte material, é preciso considerar os possíveis usos e interpretações alocados no seu contexto histórico, e considerando o uso do Regulamento no Espírito Santo, Bruschi (2015; et al 2017) não identificaram indícios de militarização no Curso de Emergência em 1931, nem nos demais até 1935, mesmo que estes tenham sido orientados tecnicamente pelo Centro Militar de Educação Física.

Conectando a pesquisa de Marcela Bruschi com o afastamento de Carlos Gross da equipe de tradução do RGEF-R7 por motivos políticos, devido sua aproximação com a ABE,

percebemos que havia orientações políticas por parte do CMEF. Seria reducionista se considerássemos as ações do Centro de forma isolada da instituição a que era subordinado. Ele era subordinado ao Estado Maior do Exército, que por sua vez era ao Ministério da Guerra e, por este motivo, reproduzia o pensamento da instituição. A intervenção política da instituição militar na Era Vargas era também reproduzida pelo Centro, que em menor grau, reduzia suas ações no campo da cultura física. Isso ficaria mais bem evidenciado com a ação militar junto à criação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos, em 1939, sob a diretoria de Ignácio Rolim. Se o RGEF-R7 continha elementos comuns à formação militar, não foi esta a tônica do CMEF ao orientar a divulgação do novo método, e sim, a intenção de intervir na educação nacional para a construção de modelos estabelecidos pela instituição militar. O contexto mundial de guerra favoreceu este intento, pois a pretexto de economia e defesa nacional, o Método Francês foi prescrito oficialmente.

Face esta ação política do CMEF, nos surgiu uma nova indagação: Qual foi a influência da Missão Militar Francesa, no que se refere à intervenção política, no Exército? Para respondê-la buscamos nas raízes históricas da instituição militar. A Reforma Benjamin Constant, em 1890, corroborou para os ideários positivistas da na Escola Militar, iniciando uma formação militar voltada à intelectualidade e à ação política e, por vezes, um afastamento do belicismo, como vislumbrava Auguste Comte.

Araújo (2009) ao discutir influência francesa na doutrina militar brasileira, afirma que os periódicos militares na década de 1930 traziam considerável número de artigos versando sobre “oficiais coloniais”. Este termo era utilizado para designar os oficiais franceses que atuaram nas colônias francesas no continente africano. O historiador afirma que as obras de Hubert Lyautey<sup>79</sup> foram traduzidas para o português para uso nos cursos de estado-maior ministrados pelos franceses aos oficiais brasileiros. Suas ideias adaptavam os ideais positivistas à missão colonizadora do Exército. Uma das obras foi *Le rôle social de l'officier*, de 1891, traduzida como A função social do oficial, no qual o autor defende que o serviço militar de caráter obrigatório era um dos responsáveis pela regeneração da sociedade, e para isso, o oficial militar seria o educador dos cidadãos. A obra faz diversas apologias entre as teorias positivistas e a educação cívica. Araújo (2009) afirma ainda que os generais Baudouin (1932-1935) e Noel (1935-1938) foram os responsáveis pelos cursos de estado-maior e eram considerados “oficiais coloniais” e utilizavam as obras de Lyautey. Em *A função colonial do Exército* escreve:

---

<sup>79</sup> Louis Hubert Gonzalve Lyautley (1854-1934) foi um general francês que atuou nos conflitos no Marrocos e na conquista de Madagascar. Foi ministro da guerra francês durante a Primeira Guerra Mundial.

O soldado age primeiramente como soldado, porém, quando obtém a paz, ele depõe suas armas e se torna administrador. Quando o setor atribuído a uma companhia for pacificado e quando o último tiro for disparado, esta companhia deixa de representar uma unidade militar, para tornar-se uma reserva de trabalhadores, de instrutores, de agricultores, para tornar-se o primeiro elemento da valorização colonial, agindo como iniciadores das raças às quais que temos a missão providencial de abrir as vias para a indústria, a agricultura, a economia, a uma vida moral digna e completa. (LYAUTEY, 1900 apud ARAÚJO, 2009, p. 78-79).

Como podemos perceber, pensava que após as batalhas, o soldado deveria depor as armas para se tornar o administrador das riquezas conquistadas. No caso do Brasil, estes ensinamentos foram transpostos para a intervenção política. Para Rodrigo Nabuco de Araújo<sup>80</sup> (2009), a Missão Militar Francesa:

acentuou uma vertente do positivismo que valorizava a intervenção das forças armadas na política como forma de orientar o desenvolvimento econômico e social do país. Além de existirem distintas escolas positivistas, muitos políticos e militares, brasileiros e franceses, se inspiraram nelas. Uma das motivações do governo francês ao enviar missões militares através dos quatro continentes era a de difundir seu modelo de civilização, e a MMF não teria como escapar dessa norma. As principais autoridades brasileiras, entre as quais Góes Monteiro e Eurico Dutra, aceitaram plenamente os ensinamentos franceses, conscientes de terem uma missão a cumprir na sociedade. (ARAÚJO, 2009, p. 79).

Estes apontamentos nos remetem ao “fim colimado pela E. E. F. E.” (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1934, não paginado), o de pôr-se no protagonismo da “obra de alfabetização, nacionalização e higienização social que o Exército realiza implacavelmente entre os jovens que vêm anualmente servir nas suas fileiras”. No contexto do ativismo em torno do Método Francês, “o Exército prepara-se febrilmente para realizar mais uma grande obra. Ele vai ser o escultor da raça como foi o escultor da nacionalidade.” (REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO EXÉRCITO, maio 1932, sem paginação). Nunn (1972 apud Araújo, 2009)<sup>81</sup> conclui que os esforços franceses contribuíram para a construção da imagem de um Exército unido, aumentando de certa forma o interesse pela política e pelas mudanças nas estruturas do país.

<sup>80</sup> Doutor em História pela Universidade de Toulouse.

<sup>81</sup> NUNN, Frederick. Professionalism and professional militarism in Brazil, 1870-1970: historical perspectives and political implications. *Journal of Latin American Studies*. Cambridge University Press. vol. 4. n.º 1. Maio de 1972, p. 29-54.

O olhar do CMEF para o Método Francês era declaradamente a de um projeto de construção de uma nova raça numa perspectiva eugenista. Em um artigo publicado em 1918, na *Revista Brazil Médico*, escrito pelo professor e doutor João Henrique, a eugenia foi definida como uma nova ciência que “consiste no conhecer as causas explicativas da decadência ou levantamento das raças, visando à perfectibilidade da espécie humana, não só no que respeita o físico como o intelectual. [...] a eugenia não é outra coisa senão o esforço para obter uma raça pura e forte” (SCHWARCZ, 1993 apud ALBUQUERQUE, 2009, p. 2247). Estes paradigmas científicos daquele contexto estavam presentes nas intenções dos defensores do Método Francês. As sete famílias de aplicações contidas no RGEF-R7 tinham por objetivo desenvolver capacidades físicas que cotidianamente não eram desenvolvidas, como saltar muros, transpor valas, carregar vigas e sacos de areia, o que se alinha à construção de um tipo de homem mais adaptado aos interesses do Estado.

Na Revista de Educação Física (abr. 1934) é anunciada a inauguração do Departamento de Instrução da Força Pública Mineira, em 25 de março de 1932. Cerca de “2.200 atletas de todas as idades e sexos, representando os escoteiros, grupos escolares, Corpo de Bombeiros, Força Pública [...] e 4ª Região Militar” realizaram o “juramento eugênico”, “afirmando a necessidade e a grandeza da educação do corpo, com lastro para as vitórias definitivas do espírito”. Alinhados ao lema daqueles que almejavam uma educação física nacional para todos, “ser forte, para fazer o Brasil forte” entoaram o juramento eugênico, que sintetiza o desejo e os sentimentos que moviam aquele grupo:

Para maior grandeza da Pátria e vigor de nossa gente, prometo trabalhar em prol da Educação Física Nacional.  
 Nos exercícios físicos, procurarei a saúde, a beleza e a força, como expressões de aperfeiçoamento para a raça brasileira. Viverei vida sóbria, eugênica e alegre, combatendo todos os vícios que degradam a Humanidade. Propugnarei e praticarei os princípios de vida sã, sob os aspectos físico, moral e social, para servir à causa pública, num labor construtivo e patriótico. (REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, abr. 1934, p. 29).

O artigo parabeniza o governo mineiro por agir em “prol da cruzada eugênica no Brasil [...] tornando-se digno dos maiores louvores de quem [...] batalha pela causa sagrada de educação física”. Essa metáfora de que este grande projeto de Educação Física nacional é uma cruzada, na qual seus proponentes são cavaleiros do sagrado lutando pela salvação da humanidade, é recorrente nos discursos daqueles sujeitos. Seguindo esta lógica de irmandade, o artigo encerra-se citando uma personalidade que é recorrente nas fontes e na bibliografia de nossa pesquisa, o então capitão Ignácio de Freitas Rolim, referido como “nosso antigo

companheiro de lutas na Escola de Educação Física, desde a sua fundação, em 1922”. O artigo aponta que a organização do Departamento foi de responsabilidade de Rolim.

O prefácio encerra com o conceito de nação em armas, apontando que os exércitos modernos têm na própria população do país seus soldados, salientando a diferença entre as forças militares medievais e os combates atuais. Naquele caso, referiam-se à Primeira Guerra Mundial, na qual foi intenso o recrutamento de pessoas não militares para compor os efetivos de guerra, passando por processos rápidos de formação de soldado, e mais ainda de efetivos mobilizáveis que já haviam passado pelas fileiras militares anteriormente. A educação física seria então uma atividade pré-militar, um requisito para o ingresso nas forças armadas e, naquela lógica, valores e capacidades físicas almejadas para o soldado deveriam também ser estendidas a todos. O Brasil seria uma “grande escola de educação física” na formação de soldados-cidadãos da nação. Logicamente que características desejáveis ao soldado, como disciplina, patriotismo, corpo forte e higienizado, seriam também pretendidas a todos por uma questão de expansão projetada. Esta ideia é comum nas fontes analisadas, mas a práxis de disseminação do Método Francês teve outras nuances, como inserções políticas e pedagógicas.

As questões de higiene estavam para além de assuntos sanitários. Puchta (2015), ao analisar manuais de ginástica e os programas de ensino entre os anos de 1882 e 1926, aponta que a higiene estava para além das regras de saúde e cuidados com o corpo. Cita o programa para ensino primário do estado de Minas Gerais para o ano de 1925:

Os exercícios físicos estão intimamente ligados à Higiene, constituindo esta e aqueles toda a educação física.

As seguintes regras de higiene devem ser observadas nos exercícios físicos:

I. Não há lugar mais apropriado para os referidos exercícios do que a área de recreio.

II. Nos dias chuvosos devem os exercícios serem feitos na sala de aula. Cumpre então abrir todas as janelas e portas, para perfeito arejamento da sala.

III. O professor cuidará do desenvolvimento físico do aluno a todo instante: em classe, no recreio, ao entrar e a sair da escola, o aluno tem regras higiênicas a observar.

IV. Um dos hábitos, que o professor há de fixar no aluno, é o de atitude correta: de pé, sentado, lendo, cantando, andando, o aluno manterá as posições corretas exigidas.

V. Os jogos ao ar livre constituem o ideal em educação física. Aproveitam o pendor natural da criança para apreciar a natureza, o ar puro e a alegria consequente.

VI. Nos dois primeiros anos, os exercícios físicos visam habituar o aluno à atitude correta, desenvolver seu instinto de imitação e de imaginação, e formar hábitos de sociabilidade e de cortesia. Nos dois últimos anos, além de

estimular os hábitos mencionados, formam hábitos de destreza, de vigilância, de julgamento e de outras qualidades morais, indispensáveis na prática da vida. Nas escolas, que dispuserem de piano, as marchas, danças e outros exercícios, serão sempre feitos com acompanhamento de música. (MINAS GERAIS apud PUCHTA, 2015, p. 81-82).

As prescrições higiênicas abarcavam lugares apropriados, considerando arejamento, espaço, horários e luminosidade, ergonomia postural para sentar, ficar de pé, caminhar, e também condutas morais consideradas necessárias à vida social na escola. Para isso o professor de ginástica, ou Educação Física, era investido de autoridade para formatar condutas posturais e hábitos morais.

Quando conectamos textos produzidos por aqueles atores, seja a Revista de Educação Física, A Defesa Nacional, o Anteprojeto Militar e o próprio RGEF-R7, percebemos esse mesmo sentimento de “cruzada” da Educação Física, um sentimento de que ela poderia transformar algo que se considerava “degenerado” em uma “raça” ativa, feliz e forte, e esse “algo” seria o corpo brasileiro, ou seja, uma intervenção para além dos assuntos bélicos, com objetivos sociais, políticos e econômicos, transpassado com elementos de ordem e disciplina ao Estado.

#### **2.4 Regulamento nº 7 - O antecessor do Regulamento Geral de Educação Física**

O RGEF-R7-1ª parte foi aprovado por Getúlio Vargas em 1932, por meio do Decreto nº 21.324, de 27 de abril, e foi publicado em 1934 pela editora A Defesa Nacional, mesma editora responsável pela publicação da revista de mesmo nome. Antes de se observar este manual em si, se faz necessário considerar que ele foi precedido em uma década por outro. Em 1921, um ano após o início dos trabalhos da Missão Militar Francesa, o Método Francês já havia sido adotado nos corpos de tropa por meio do Regulamento de Instrução Física Militar (RIFM) baseado na experiência francesa, e foi utilizado na formação do soldado brasileiro. O Decreto nº 14.784, de 27 de abril do presidente Epitácio Pessoa, aprovou a 1ª parte do RIFM, destinado a todas as armas, assinado por João Pandiá Calógeras, ministro da guerra, e a 2ª parte foi aprovada em 1922. Já na introdução da 1ª parte, há menção ao Método Francês: “O presente regulamento baseia-se nas leis physiologicas que regulam o crescimento e o desenvolvimento do homem e nos *methodos preconizados em França* para a preparação physica dos soldados” (BRASIL, 1921, p. 1, grifo nosso).

O texto da lei que aprova o regulamento refere-se ao Método Francês, elaborado em *Joinville-le-Pont*, o que demonstra que já havia uma subordinação à ginástica francesa por

parte do Ministério da Guerra. Mais a frente, ainda na introdução: “Tal tem sido a excelência dos resultados obtidos com esses métodos, que haverá certamente interesse em aplicá-los no Brasil, quer para a educação das crianças até 16 anos, quer dos adultos” (BRASIL, 1921, p. 1). Este regulamento torna explícita a intenção de expandir o ensino da ginástica para menores de 16 anos, ou seja, como um treinamento físico para jovens em idade pré-militar, o que se confirmaria com o Regulamento Geral de Educação Física de 1934.

A visão de desenvolvimento orgânico e o controle taxonômico de classificação física “dos soldados no que concerne ao valor em instrução physica é feita neste regulamento por meio de uma folha de classificação, estabelecida de acordo com os trabalhos mais recentes e as experiências práticas feitas nas escolas francesas” (BRASIL, 1921, p. 2). O RIFM apresenta uma preocupação com o déficit físico do jovem em idade do serviço militar e com seu desenvolvimento gradual: “Não tendo a maioria dos soldados recebido educação physica, antes da incorporação, convirá, no começo, dosar os exercícios com atenção especial e por isso submete-los ao treinamento do grupo dos fracos de modo que se evite qualquer excesso” (BRASIL, 1921, p. 2).

Três aspectos são ressaltados como objetivos de desenvolvimento no treinamento do soldado: o físico, o técnico e o moral. Mesmo sendo um manual para treinamento físico do soldado, o RIFM atentava para as questões lúdicas defendidas por Amoros um século antes: “jamais se deverá esquecer, com effeito, que a instrucção physica, como a saude que della decorre, reclamam expansão e alegria. Toda monotonia provoca aborrecimento, isto é, fadiga nervosa, destruidora do moral e mais grave que a fadiga physica” (BRASIL, 1921, p. 3). Há de se lembrar que, enquanto no Brasil o Exército adotava tal método, já estava em fase de elaboração na França o que viria a se chamar Regulamento Geral de Educação Física, ainda em caráter de projeto (1919-1922), que seria mais tarde traduzido.

Outro elemento interessante é o subtítulo que a tradução adquire no Brasil: “Regulamento nº 7”. A Missão Militar Francesa em seu primeiro ano de atuação, em 1920, priorizou a revisão dos manuais doutrinários do Exército e gerenciou a elaboração de novos, pois julgava que revisar manuais e atuar diretamente nas escolas militares eram as melhores formas de intervir na doutrina militar. Não encontramos em nenhuma pesquisa menção aos motivos deste nome. Tomando por hipótese que o Exército, sob a orientação da Missão Militar Francesa, tivesse publicado diversos regulamentos ou manuais e os ordenado numericamente, recorreremos aos relatórios do Ministério da Guerra ao presidente da República, e no de 1922, referente ao ano 1921, encontramos informações esclarecedoras:

Com a orientação dada ao exército pela missão militar francesa, houve necessidade de se reformar a maioria dos regulamentos militares, serviço de que se ocupou o estado-maior, com a referida missão, em perfeita unidade de vistas.

Nessas condições foram publicados os seguintes regulamentos:

Para o exercício de combate de infantaria [...]; regulamento para instrução física militar [...]; regulamentos e o combate da cavalaria [...]; regulamento para os exercícios e tiro de artilharia [...] (MINISTÉRIO DA GUERRA, out. 1922, p. 58).<sup>82</sup>

Neste relatório, João Pandiá Calógeras, ministro da guerra, apresenta um parecer das atividades realizadas pelo Estado-Maior do Exército em cooperação com Missão Militar Francesa, dentre elas a publicação de regulamentos. Encontrada esta referência, ainda nos faltavam os indicativos dos números, e deduzimos que estas informações do relatório eram fornecidas ao ministro da guerra pelo Exército, e encontramos trecho do relatório do Estado-Maior do Exército para o ministro da guerra, que era emitido anualmente:

#### B. Elaboração dos Regulamentos.

Um certo número de regulamentos, fruto da íntima colaboração do Estado-Maior do Exército da Missão Militar Francesa, já foram aprovados e distribuídos aos corpos de tropa:

- Regulamento para a direção das Grandes Unidades. Aprovado e distribuído com caráter reservado.

- Nº 5 - Regulamento para os Exercícios e o Combate da Infantaria, compreendendo primeira e segunda partes e dois anexos; o primeiro relativo ao adestramento do grupo de combate, o segundo ao emprego da metralhadora. Aprovado e distribuído.

- Nº 7 - Regulamento para a Instrução Física Militar (I Parte).

- Nº 9 - Regulamento para os Exercícios e o Combate da Cavalaria. Primeira e terceira partes já aprovadas e distribuídas; segunda parte já aprovada;

- Nº 15 - Regulamento para os Exercícios, o Emprego e o Tiro de Artilharia. Primeira Parte, Exercícios. Aprovada com caráter provisório e distribuída.

Segunda Parte, Emprego. Aprovada e distribuída.

Terceira Parte, Tiro. Aprovada.

[...]

Acha-se, atualmente, em preparação:

[...]

Regulamento de Educação Física Militar (Segunda Parte). (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1922 apud BASTOS FILHO, 1994, p. 133-134).

O relatório do Exército para o ministro da guerra, relativo ao ano de 1921, confirmou nossa hipótese. O subtítulo “Regulamento nº 7” que recebeu o RGEF-R7 originou-se do Regulamento de Instrução Física de 1921, que por sua vez foi elaborado juntamente com diversos manuais de doutrina de guerra. O primeiro contrato da Missão Militar Francesa

<sup>82</sup> Suprimimos na citação os decretos que publicaram os respectivos manuais por serem desnecessários no momento.

assinado em setembro de 1919, em Paris, previa instrutores especializados em infantaria, cavalaria e artilharia (ESTEVES, 1996), mas nenhum em educação física, mesmo assim foi dada prioridade à elaboração de um manual desta especificidade, o que nos indica que a educação física fazia parte da doutrina francesa. Outro aspecto que se repete nos regulamentos elaborados por orientação francesa, é que eles eram divididos em partes, o que podia ter por finalidade facilitar a distribuição física deles. No caso do RGEF-R7 esta hipótese é pertinente, pois cada parte destinava-se a um público específico, uma para as escolas, outra para o público adulto e a terceira para os quartéis. O preâmbulo do RGEF-R7-1ª parte assinala que a intenção inicial era publicar as três partes do original francês.

Percebemos que o RGEF-R7-1ª parte é resultado de um processo de diversas traduções realizadas pelo Exército sob a orientação da Missão Militar Francesa, e foi traduzido pelo Centro Militar de Educação Física sob a supervisão da Missão Militar Francesa na pessoa de Pierre Segur, juntamente com militares do Centro. Integrou um conjunto de manuais que visavam aperfeiçoar a doutrina militar brasileira, e deste conjunto ele herdou a nomenclatura de N° 7, ordenação dada ao manual de 1921, seu antecessor.

### 3 OS EXERCÍCIOS DO REGULAMENTO GERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA: O EIXO DO MÉTODO

Neste capítulo analisaremos os conteúdos referentes aos exercícios propostos pelo Regulamento Geral de Educação Física (RGEF-R7-1ª parte). Após o que chamamos de desdobramentos teóricos, o manual apresenta as propostas práticas sistematizadas em 13 principais conteúdos. É a parte que define o perfil do documento como manual, pois 75% dele correspondem aos exercícios propostos, com imagens e breves descrições de cada um deles. É o que caracteriza o aspecto de “guia orientador da educação física”, expresso no prefácio.

No Título III, Pedagogia Aplicada, é apresentado o Quadro do Conjunto dos Elementos do Método (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1934, p. 59-86) que consiste numa relação de diversas atividades, numeradas de um a 456, todas distribuídas em 13 grupos que podem compor as seções de Educação Física. Logo após este quadro, ao longo de 250 páginas, as atividades são descritas. Na tabela 9 ordenamos os conteúdos do RGEF-R7-1ª parte de maneira crescente em relação à quantidade de exercícios.

Tabela 9: Percentual de conteúdos

Exercícios/Capítulos	Número de exercícios	Percentual (%)
III Flexionamentos	77	16,9
V Trepar	68	14,9
XII Pequenos Jogos	60	13,2
X Atacar e defender-se	58	12,7
VII Levantar e transportar	46	10,0
VI Saltar	36	7,9
IX Lançar	25	5,5
IV Marchar	20	4,4
VIII Correr	18	3,9
II Evoluções e Rodas	18	3,9
I Formações e Exercícios de Ordem	15	3,3
XI Nadar	9	2,0
XIII Grandes Jogos e Jogos Desportivos	6	1,3
<b>TOTAL</b>	<b>456</b>	<b>99,9</b>

Fonte: elaborado pelo autor

Nesta tabela dispomos os conteúdos dos capítulos ordenados por ordem decrescente de incidências, ou seja, do que comporta maior número de exercícios para os demais, e nesta ordem é que apresentaremos as categorias de conteúdos. Está divisão é apenas didática, pois não reflete necessariamente o uso dos exercícios das aulas de maneira absoluta, pois os

flexionamentos, por exemplo, têm o maior número de exercícios, mas são utilizados somente nas seções preparatórias. As sete famílias de aplicações é que constituem os exercícios mais utilizados, pois constituem as lições propriamente ditas, e estas são responsáveis por 7/10 do tempo total das lições, ficando 2/10 do tempo para sessão preparatória, na qual estão inseridos os flexionamentos, 1/10 do tempo para a volta à calma.

### 3.1 Flexionamentos

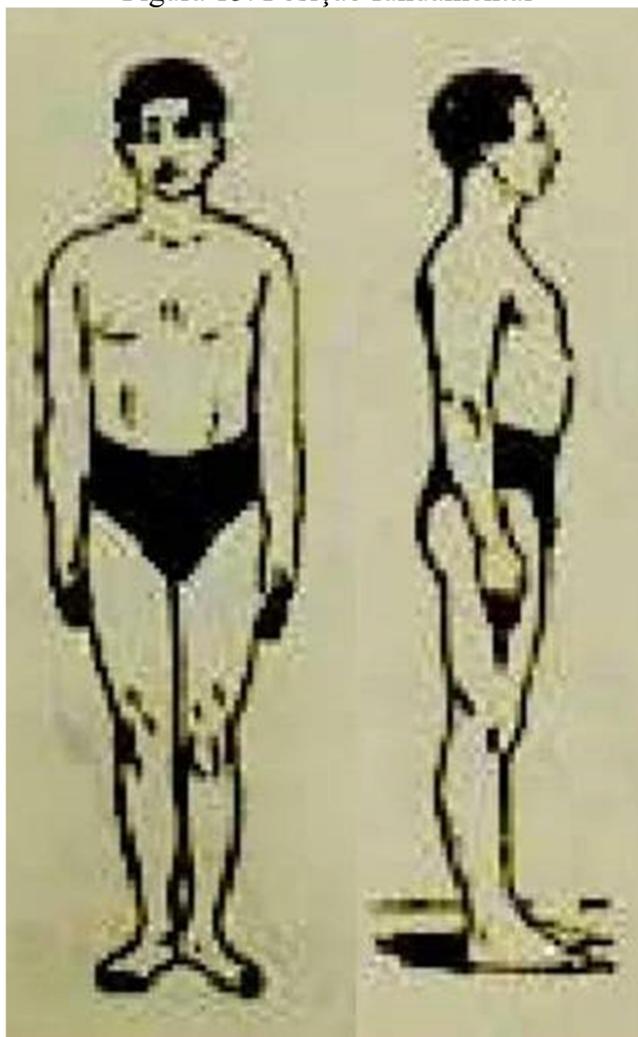
Segundo o RGEF-R7-1ª parte, os flexionamentos “são movimentos de efeito corretivos e de efeitos localizados, sobre cada articulação e sobre os músculos que as comandam. Eles devem ser executados de um modo completo e contínuo”. (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1934, p. 96). Os 77 flexionamentos apresentados são representados por 200 imagens de corpo masculino, dispostas em três planos de secção anatômica, chamados de “antero posterior, oblíquo e lateral”. O primeiro representa movimentos para frente e para trás, o último para esquerda e direita e o oblíquo os movimentos em ambos os planos. Em todas as imagens a roupa utilizada é a sunga preta. São exercícios de preparação do corpo para a atividade principal.

O exercício de número 34, o primeiro dos flexionamentos, é apresentado como “posição fundamental”, ou seja, a posição inicial a ser adotada no início de cada sessão. O *Règlement* denomina esta posição de *station droit*, ou seja, posição direita, posição reta ou correta, e a descreve como sendo a posição de *garde à vous*<sup>83</sup> (guarda a você, atenção a você). A tradução a compara com a “posição de sentido”, mas inclui alguns detalhes não presentes no texto francês: “braços caídos naturalmente, palmas das mãos ligeiramente afastadas do corpo e voltadas um pouco para frente” (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1934, p. 96).

---

<sup>83</sup> Posição utilizada pelo Exército francês em paradas e inspeções militares.

Figura 15: Posição fundamental



Fonte: mosaico com base no RGEF-R7, p. 96.

Como os dois textos comparam a posição inicial à posição de ordem utilizada no seu próprio exército, os detalhes incluídos na tradução são para salientar as diferenças entre a posição francesa e a brasileira. Esta posição é semelhante à adotada na ginástica alemã e sueca, não sendo possível apontar se a posição fundamental da ginástica deriva dos exercícios de ordem ou se vice-versa, mas é fato que são semelhantes e iniciam sempre os exercícios de flexionamentos do Método Francês. Outra possibilidade é de que fizessem alusão à posição de ordem para se fazer entender melhor, devido à semelhança.

Analisando a Tabela 10, na qual se demonstra a distribuição dos flexionamentos por faixa etária, fica evidente que, dos 77 exercícios, 47 (61%) são destinados para idade de quatro a 13 anos e 17 (22,1%) especificamente de quatro a 9 anos, ou seja, 83,1% dos flexionamentos eram destinados às crianças entre quatro e 13 anos. Em perspectiva física, estes exercícios tinham a finalidade de preparar o corpo para a atividade principal, pois

integravam a sessão preparatória, mas sob a perspectiva moral, tinham também o objetivo de desenvolver o aspecto disciplinar, tendo em vista a influência dos exercícios de ordem.

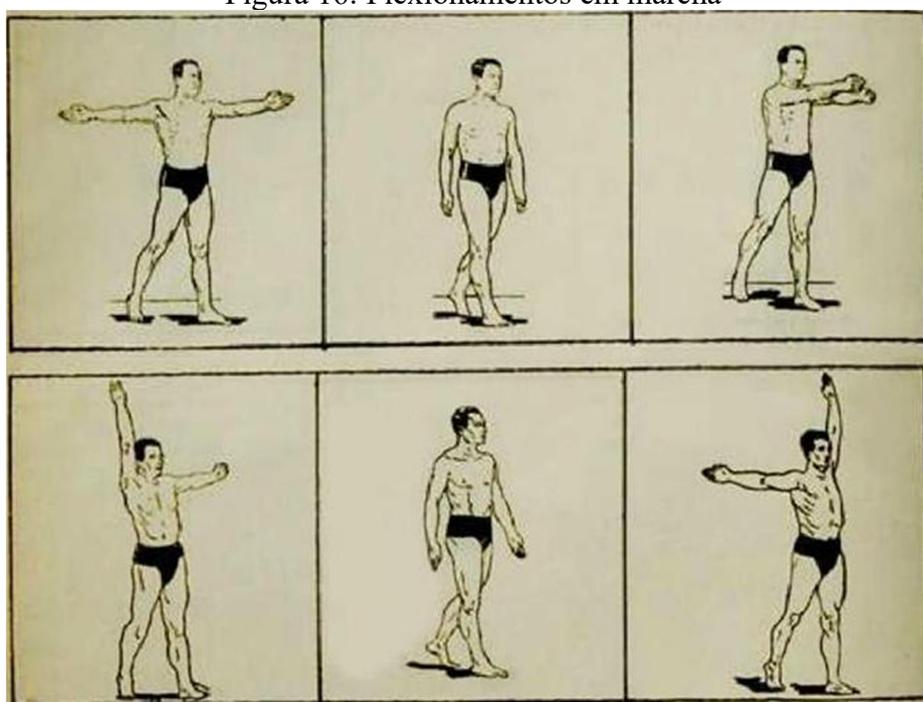
Tabela 10: Distribuição dos flexionamentos por faixa etária

Faixa Etária	4-13 anos Educação Física Elementar Pré-pubertária			13-18 anos Educação Física Secundária Pubertária e Pós-pubertária		Total de Exercícios
	4-9	9-11	11-13	13-16	16-18	
Flexionamentos	17 22,1%					77
	47 61%			8 10,4%		
	5 6,5%					

Fonte: Elaborado pelo autor

Além da influência dos exercícios de ordem nos flexionamentos, o fato de todos estes serem executados por repetição ao que o instrutor/professor demonstrasse, nos remete a um clima de obediência nas aulas, seja por comando de voz, seja por repetição. Dos 77 exercícios, cinco (87-91) eram realizados em marcha, o que rompia com a característica estática das aulas.

Figura 16: Flexionamentos em marcha



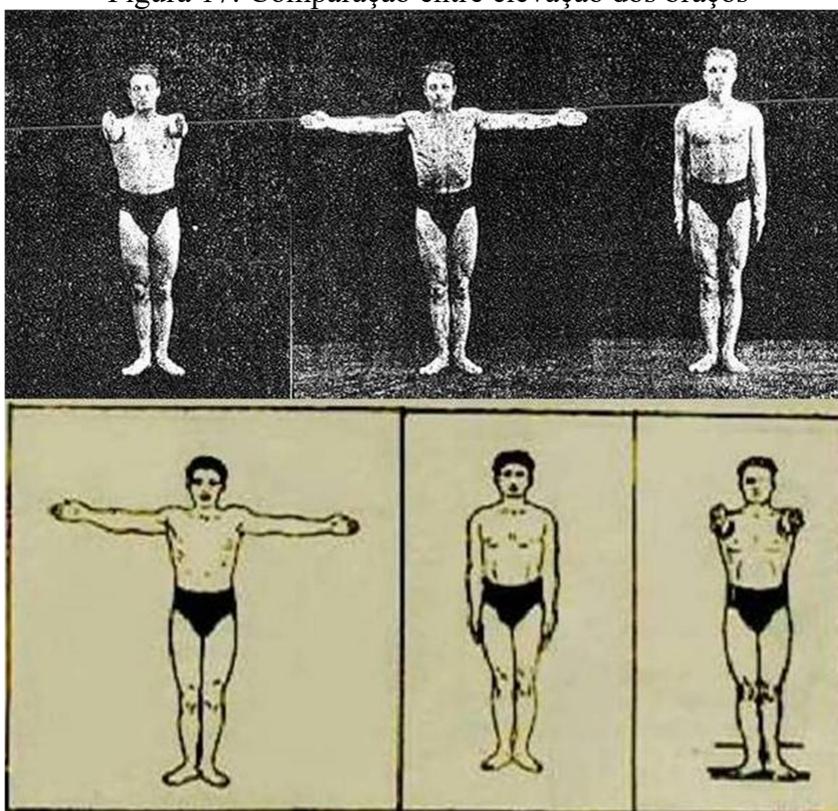
Fonte: mosaico com base no RGEF-R7, p. 136.

Nas 200 imagens que ilustram os flexionamentos, é notória a variedade dos tipos representados, não tendo o rosto a mesma aparência de modo geral. Por vezes, em uma

sequência de exercícios com três imagens, há três representações diferentes de corpo. Como o *Règlement* trazia fotografias ao invés de desenhos, é possível que esta variação tenha ocorrido devido à dificuldade de se reproduzir o mesmo personagem. De modo geral, o indivíduo representado é branco, barba raspada, rosto liso, cabelo aparado e corpo mesomorfo, de postura ereta.

Comparando os flexionamentos entre o *Règlement* e o RGEF-R7, percebemos algumas diferenças. Nos flexionamentos de número 48, 73 e 87 há alterações na ordem que as imagens são dispostas. A tradução inverte as posições em que são ordenadas as imagens, mas sem comprometer a natureza do exercício. Mesmo sem conseguirmos inferirmos o motivo destas alterações, visualizamos duas possibilidades: pode revelar uma tímida iniciativa de adaptar a ordem dos exercícios ou um erro de ordenamento das posições na hora de montar as figuras. A primeira hipótese é mais provável, pois há várias trocas similares em outros exercícios, como demonstramos no quadro 1. Se fossem erros não intencionais é provável que tivessem menor incidências. Abaixo a diferença de ordem das imagens no exercício nº 48:

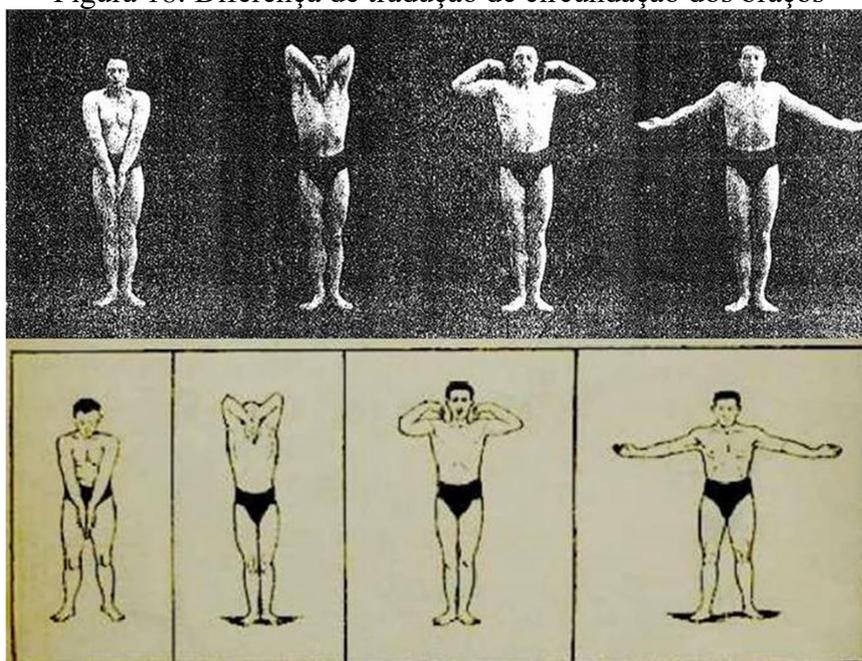
Figura 17: Comparação entre elevação dos braços



Fonte: mosaico com base no *Règlement*, p. 101 e no RGEF-R7, p. 103.

Outra diferença de tradução ocorre nos flexionamentos de nº 55, circundação dos braços, na qual duas posições originais estão representadas com os pés juntos e na tradução com os pés separados, e no de nº 104, espáduas para frente e para trás, no qual uma posição original está representada com os pés afastados e na tradução com os pés juntos. Neste caso também não há alteração na natureza dos exercícios, pois são realizados com os membros superiores e as alterações estão nos inferiores, com diferença apenas na base, com pernas abertas e fechadas, conforme abaixo:

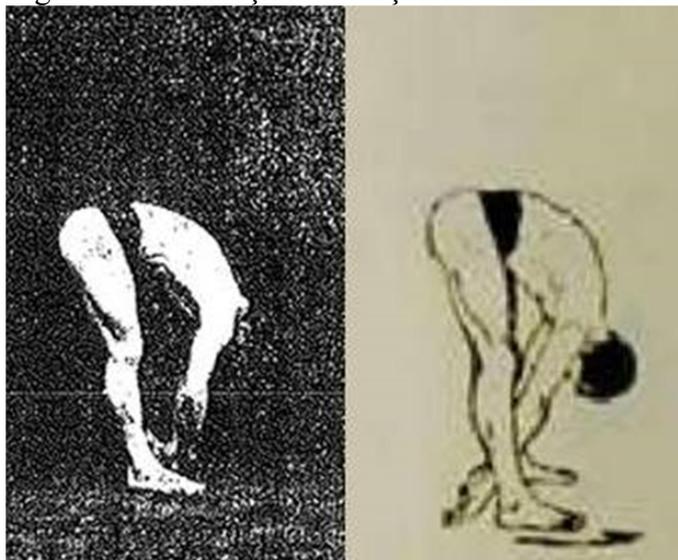
Figura 18: Diferença de tradução de circundação dos braços



Fonte: mosaico com base no *Règlement*, p. 106 e no RGEF-R7, p. 108.

Mais um indício de que foi um equívoco é o fato de que na descrição do exercício não há menção a nenhum tipo de movimentos das pernas. O mesmo não ocorre no flexionamento nº 110, flexão do tronco, pois o ângulo de flexão é consideravelmente maior na tradução, podendo causar desconforto para alguns na execução. Vejamos a comparação entre elas na figura abaixo:

Figura 19: Diferença de tradução de flexão de tronco



Fonte: mosaico com base no *Règlement*, p. 145 e no RGEF-R7, p. 143.

A diferença de ângulo de flexão fica mais evidente quando se observa a linha dos cotovelos, que no original esta mais afastada dos joelhos e na tradução esta quase alinhada com os joelhos. Ao observar as mãos na figura da direita fica mais evidente ainda, pois estas passam a linha das pernas. Pela curvatura das costas é possível observar também.

Apesar das representações dos flexionamentos serem todas de um indivíduo adulto, há a preocupação de serem atraentes para as crianças. Os “flexionamentos da caixa torácica” são apresentados como “jogos respiratórios”. Cheirar Flor, Apagar a Vela, A Sopa está Quente, As Bolhas de Sabão, O Girassol, O Foguete, O Apito do Trem, A Sereia, O Cocoricó e O Cantor são exemplos dessa perspectiva lúdica para tornar os exercícios mais prazerosos, e alguns exercícios são mímicos, como por exemplo, O Salchicheiro e Tocar o Sino.

Em linhas gerais são exercícios localizados para preparar o corpo para os exercícios principais, e contemplam todos os grupos musculares. Não há traços de militarização nestes exercícios, mas a influência da ginastica sueca é evidente.

### 3.2 Tregar

A segunda categoria mais presente é o Tregar, com 68 (14,9%) exercícios. Os sete primeiros possuem caráter lúdico, e são representados por seis imagens de grupos de meninos adolescentes: O Tirador d’Água, O Limpador de Chaminé, O Desenhista Maneta, O João Grande, O Caranguejo, O Carrinho de Mão e O Esquilo, este último se resumindo a subir em uma árvore. Todos os demais são representados por 171 imagens de homens adultos. Esta seção apresenta exercícios utilitários como transposição de traves e troncos até dois metros de

altura, subir escadas, cordas, prancha inclinada, postes e traves, passagem por pórtico (uma espécie de pequena ponte), transpor muro com auxílio de corda, cerca e palanque de madeira, subir muro em três pessoas, no qual o primeiro a transpor auxilia os que ficaram em baixo.

São exercícios distribuídos nas diversas faixas de idade, com exceção da Educao Física Superior com apenas um. Na tabela abaixo distribuímos os diversos exercícios desta família por faixa etária. Percebe-se que foram distribuídos de maneira mais harmnica entre todas as faixas etárias, o que nos sugere uma importância destas aplicações nas concepções do Método Francês.

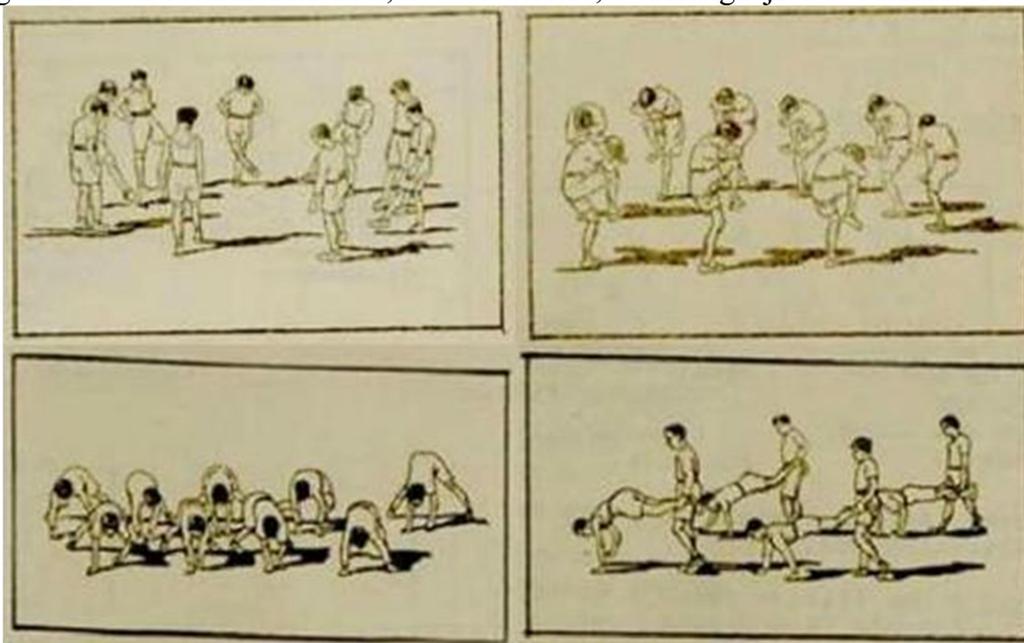
Tabela 11: Distribuição dos exercícios “Tregar” por faixa etária

Faixa Etária	4-13 anos Educao Física Elementar Pr-pubertária			13-18 anos Educao Física Secundária Pubertária e Ps-pubertária		Educao Física Superior	Total de exercícios
	4-9	9-11	11-13	13-16	16-18	18-30/35	
Tregar	12	13	18	16	8	1	68

Fonte: Elaborado pelo autor

Os diversos exercícios propostos têm por objetivo desenvolver a força dos membros superiores e inferiores para transpor obstáculos. Inicialmente o manual apresenta brincadeiras lúdicas para crianças (Figura 20), como O Desenhista Maneta: as crianças simulam um desenhista que não possui os braços e desenham no chão com um p de cada vez, realizando desenhos imaginários enquanto se equilibram em apenas uma perna; O João Grande: os alunos marcham em círculo e param ao comando do instrutor imitando o João Grande, que dorme sob uma das patas, tendo que se equilibrar novamente em uma das pernas. O nome original  *Le hron* (A garça), mas os tradutores preferiram um pássaro mais popular no Brasil; O Caranguejo: deslocam-se lateralmente em quatro apoios; e O Carrinho de Mão: em duplas um carrega o outro e vice-versa; *Le grimper* (O alpinista) também foi traduzido de forma diferente, recebeu o nome de O limpador de chaminé.

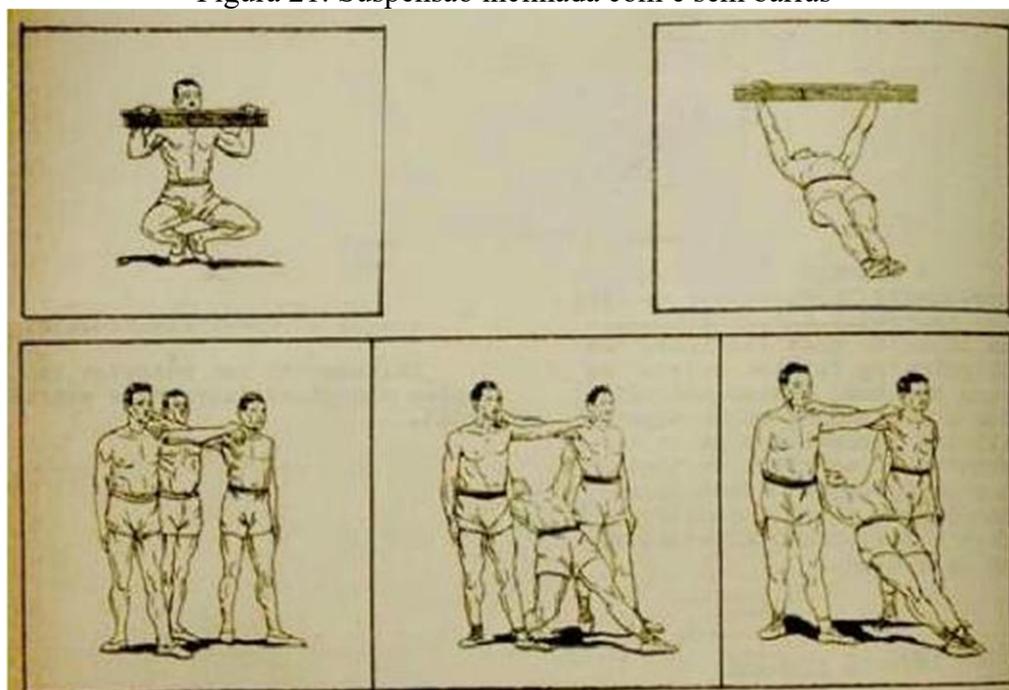
Figura 20: O Desenhista Maneta, O João Grande, O Caranguejo e O Carrinho de Mão



Fonte: mosaico com base no RGEF-R7, p. 154-155. Da esquerda para a direita.

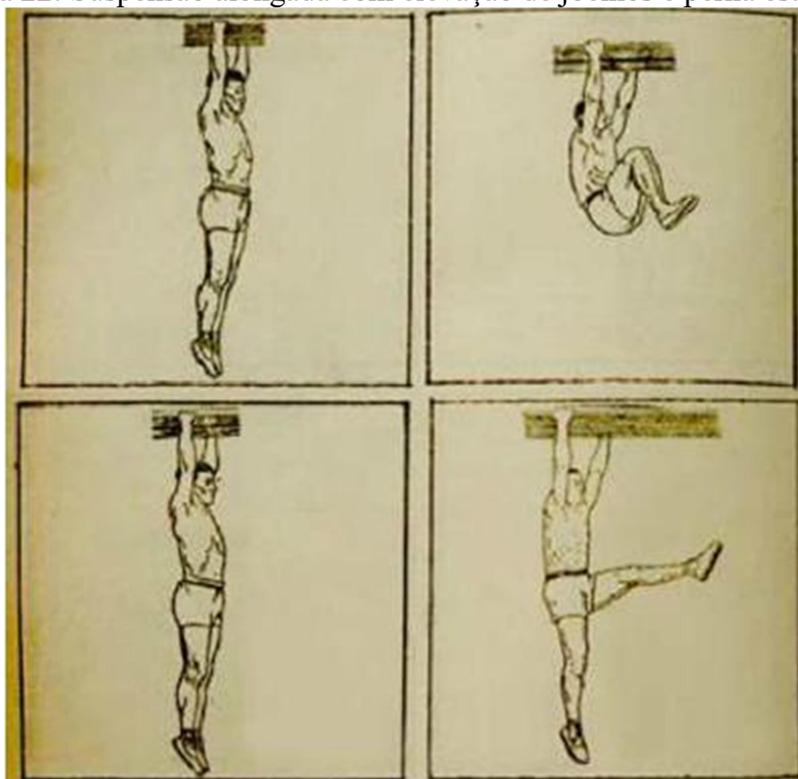
Após estes exercícios em forma de brincadeiras, o manual apresenta exercícios localizados (Figuras 21, 22 e 23) para preparar o aluno para as aplicações, que de maneira geral, se propõem a aumentar a força dos membros superiores:

Figura 21: Suspensão inclinada com e sem barras



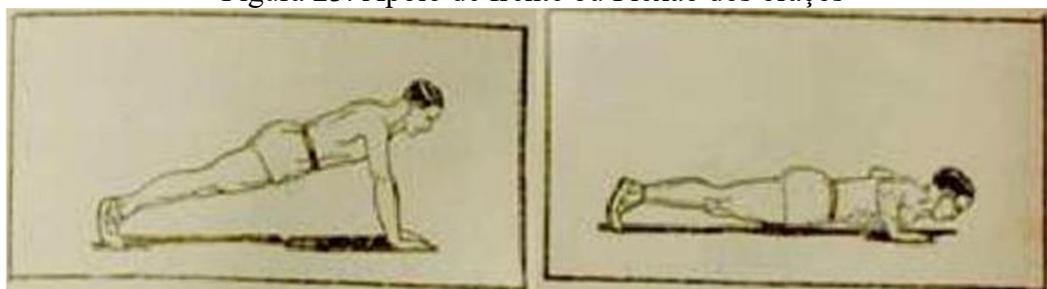
Fonte: mosaico com base no RGEF-R7, p. 156.

Figura 22: Suspensão alongada com elevação de joelhos e perna estendida



Fonte: mosaico com base no RGEF-R7, p. 162.

Figura 23: Apoio de frente ou Flexão dos braços



Fonte: mosaico com base no RGEF-R7, p. 167.

Sobre este último, chamado no manual de “apoio de frente sobre o solo”, conhecido também, como flexão de braços, encontramos uma imagem com crianças tendo aula de ginástica durante uma visita da Escola de Educação Física do Exército à Rádio carioca P.R.H.8, em 1936. No terraço da Rádio elas realizavam flexão de braço, que tinha por objetivo específico aumentar a força dos membros superiores:

Figura 24: Alunos da EsEFEx em aula de ginástica em 1936



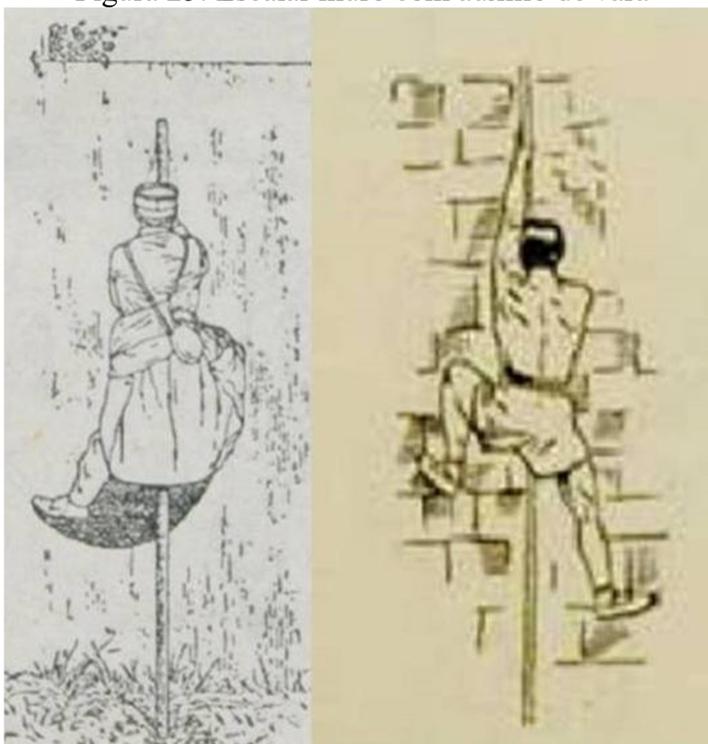
Fonte: Revista de Educação Física, mar. 1936, p. 19.

Lembremo-nos da afirmação do antecessor do RGEF-R7, que ressaltava que é imprescindível para o soldado na guerra “suportar peso superior à carga normal, *mover-se em terrenos difíceis*, mostrar-se apto a uma sucessão rápida de esforços, demonstrar resistência, etc.” (BRASIL, 1921, não paginado, grifo nosso).

Em comparação com o *Règlement*, a tradução apresenta algumas diferenças. O exercício educativo nº 138, chamado suspensão inclinada, teve sua ordem de imagens alterada; o de nº 154, suspensão alongada, teve as duas imagens suprimidas; já o educativo nº 158, tomar por salto o apoio, que no original não apresenta imagens, teve o acréscimo de uma imagem; e na aplicação nº 197, escalar um muro com e sem auxílio, houve a supressão de três imagens. Estas supressões, adições e mudança na ordem das imagens não alteram a natureza dos exercícios.

Veremos que diversos exercícios deste conteúdo têm por finalidade “mover-se em terrenos difíceis”, e utilizam para isto exercícios que se assemelham ao treinamento do soldado, com transposição de possíveis obstáculos, como cercas, palanques, muros, e outros mais que possam exigir o uso de cordas e varas. Faremos a comparação dos exercícios apresentados com alguns dos propostos em *Le livre du grade d'infanterie*, manual militar francês, publicado em 1916, destinado para ser usado pelos graduados de infantaria, responsáveis diretos pela instrução do soldado francês. Nas duas imagens abaixo comparamos duas técnicas de escalar muros, com auxílio de vara e com corda, ambas de forma individual:

Figura 25: Escalar muro com auxílio de vara



Fonte: Mosaico com base em Le livre... (1916, p. 51) e RGEF-R7 (1934, p. 192).

Figura 26: Escalar muro com auxílio de corda



Fonte: Mosaico com base em Le livre... (1916, p. 54) e RGEF-R7 (1934, p. 192).

Na figura abaixo os manuais apresentam técnica de escalar um palanque. O Exército francês considerava que os principais obstáculos para o soldado no campo de batalha eram abatisses, redes de arame, palanques, paliçadas e barricadas (MINISTÈRE DE LA GUERRA, 1914; CHAPUIS, 1917).

Figura 27: Escalar um palanque individualmente



Fonte: Mosaico com base em *Le livre...* (1916, p. 54) e RGEF-R7 (1934, p. 193).

Escalar muros está muito presente nestes manuais. Os exercícios iniciam com execução individual e passam para coletiva. Vão inserindo também o auxílio de cordas e varas.

Figura 28: Escalar com dois auxiliares sobre o muro



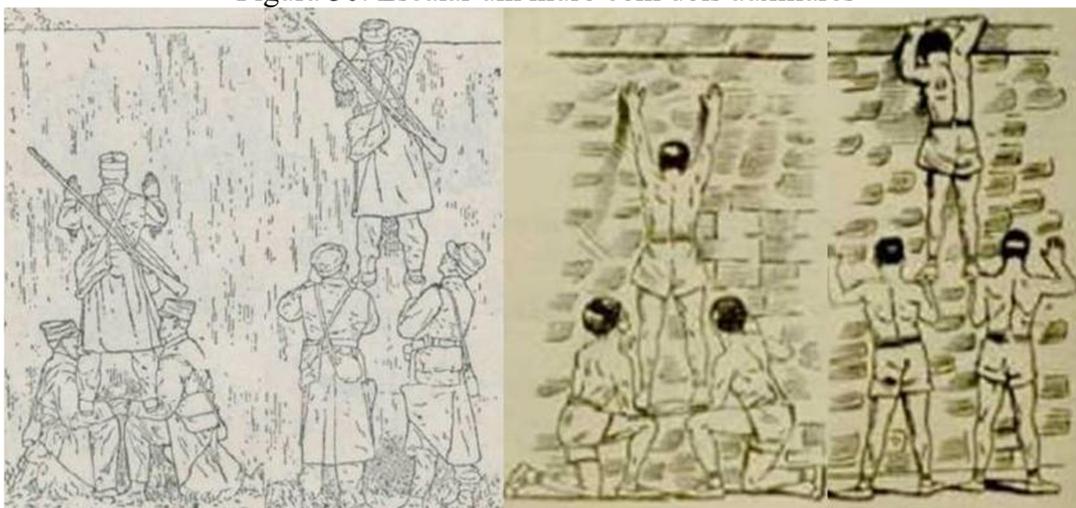
Fonte: Mosaico com base em Le livre... (1916, p. 54) e RGEF-R7 (1934, p. 195).

Figura 29: Escalar muro com um auxiliar



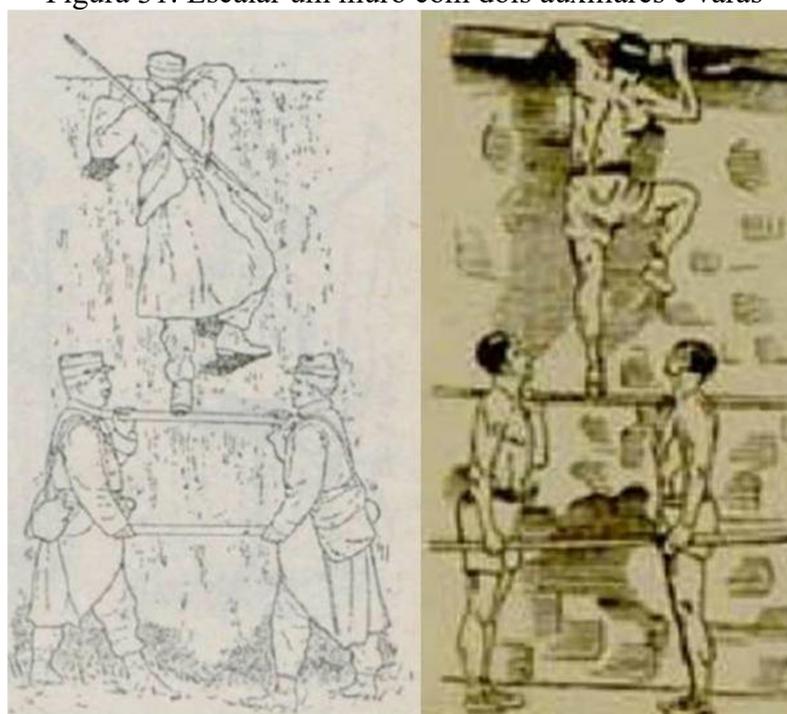
Fonte: Mosaico com base em Le livre... (1916, p. 52) e RGEF-R7 (1934, p. 196).

Figura 30: Escalar um muro com dois auxiliares



Fonte: Mosaico com base em Le livre... (1916, p. 53) e RGEF-R7 (1934, p. 194).

Figura 31: Escalar um muro com dois auxiliares e varas



Fonte: Mosaico com base em Le livre... (1916, p. 53) e RGEF-R7 (1934, p. 195).

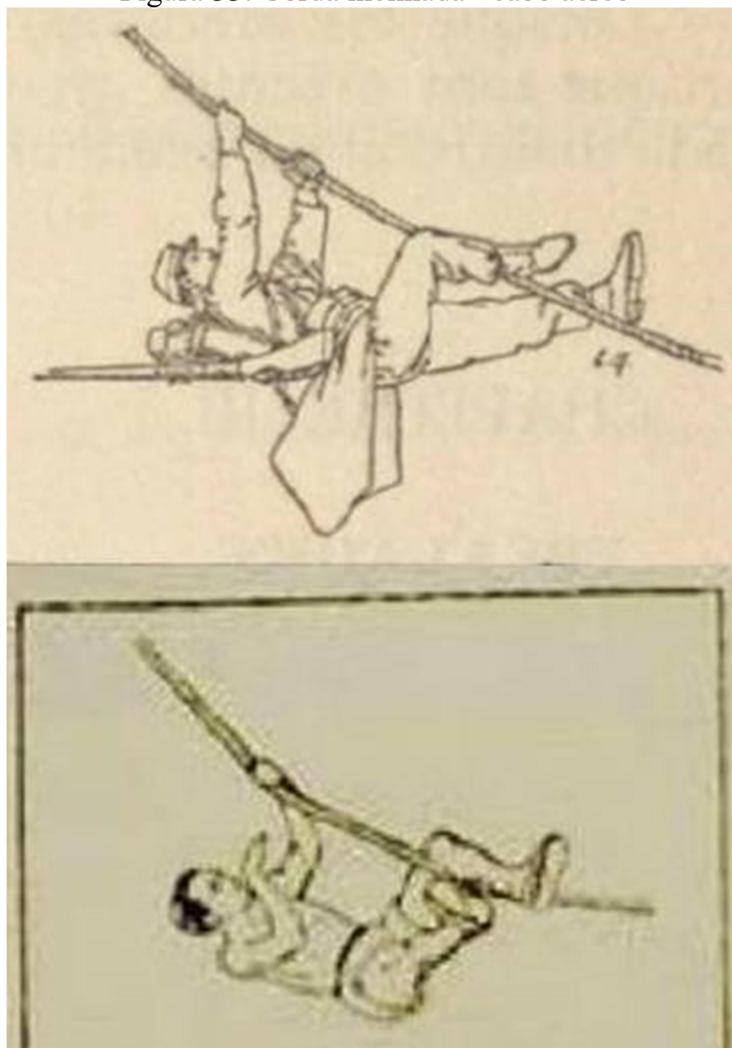
Figura 32: Escalar um muro com dois auxiliares e corda



Fonte: Mosaico com base em *Le livre...* (1916, p. 54) e RGEF-R7 (1934, p. 196).

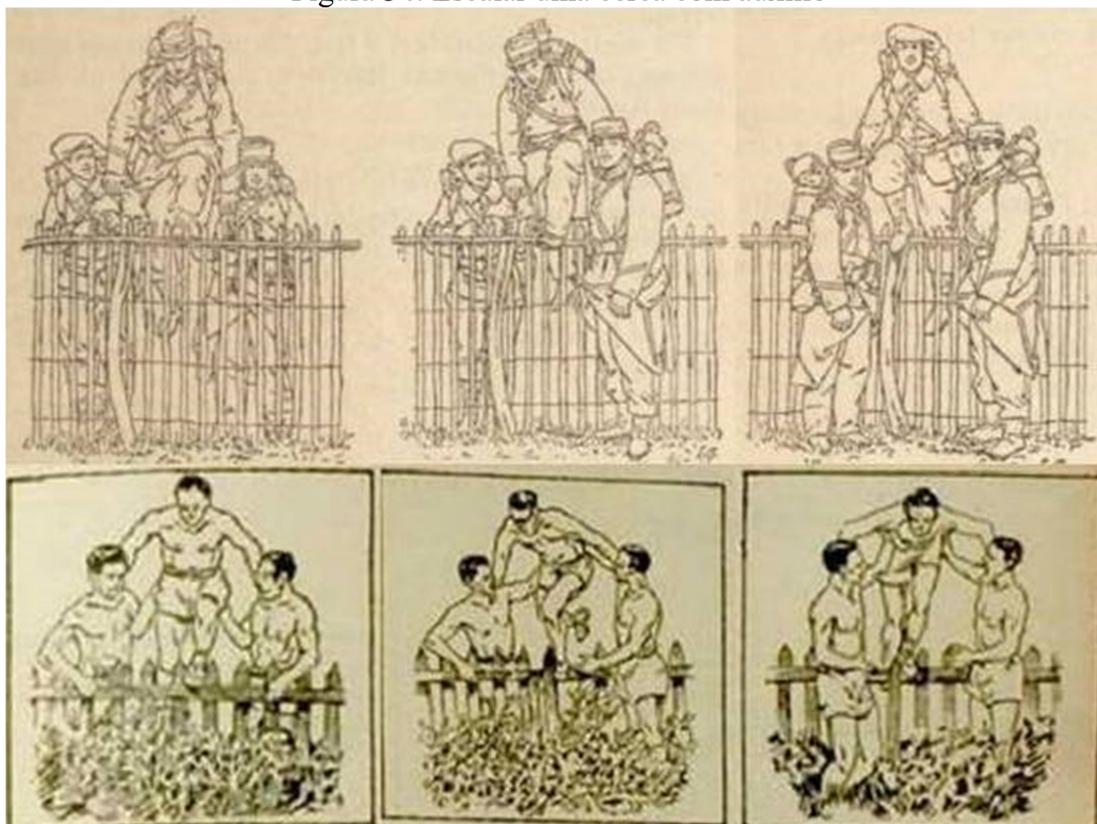
Estes exercícios para o treinamento do soldado de infantaria estão presentes no RGEF-R7. Sua finalidade inicial é transpor obstáculos que possam surgir ao avanço do soldado no campo de batalha. Outro manual de 1903, o *Règlement i'nstruction de la gynastique*, também publicado pelo Ministério da Guerra francês, com a finalidade de treinar fisicamente os soldados, possui diversos exercícios similares aos do RGEF-R7, como mostramos dois exemplos nas imagens abaixo:

Figura 33: Corda inclinada - cabo aéreo



Fonte: Mosaico com base em Ministère de la Guerre (1903, p. 99) e RGEF-R7 (1934, p. 196).

Figura 34: Escalar uma cerca com auxílio



Fonte: Mosaico com base em Ministère de la Guerre (1903, p. 103) e RGEF-R7 (1934, p. 193).

O Cabo aéreo para transpor obstáculos que não permitam ultrapassagem pelo solo, e a escalada de cerca com auxílio, na qual um indivíduo transpõe o obstáculo com auxílio dos dois que ficaram do outro lado, e à medida que cada um vai passando, ajuda os demais que ficaram para trás. Este exercício exige trabalho muscular das pernas e dos braços, como a maioria dos desta família.

Dos 68 exercícios apresentados, 33 contemplam somente exercícios de membros superiores (MS) e dois somente membros inferiores (MI). Exercícios combinados são 28 para MS e MI e cinco MS, MI e abdominal, ou seja, do total de exercícios, 66 contemplam MS (97,0%) e 35 MI (51,5%), o que claramente demonstra que a família de aplicação denominada “trepar” é predominantemente para o desenvolvimento de força nos membros superiores e secundariamente nos inferiores. Codificamos estes dados na tabela abaixo. Consideramos MS as articulações dos ombros, cotovelos, punhos e mãos e como MI as articulações dos quadris, joelhos e tornozelos e pés:

Tabela 12: Distribuição de exercícios por partes do corpo

	Membros Superiores (MS)	Membros Inferiores (MI)	MS e MI	MS, MI e Abdominal	Total
Quantidade	33	2	28	5	68

Fonte: Elaborado pelo autor

Além desta predominância de exercícios para braços e pernas, percebe-se uma ordem sistêmica de níveis de dificuldade, salvo algumas sequencias de exercícios, partindo do mais fácil para o mais difícil, como, por exemplo, a escalada em muro, que inicialmente é apresentada em grupo de três alunos, no qual dois ajudam um, depois em dupla e por fim individualmente.

### 3.3 Pequenos Jogos

Os Pequenos Jogos possuem 60 propostas (13,3%) para alunos de quatro a 16 anos. Apesar de o manual não apontar explicitamente o objetivo destes exercícios, deduz-se facilmente que se trata de desenvolver as “famílias de aplicações”, como são chamados os grupos de exercícios utilitários, pois os jogos estão divididos em: trepar, saltar, correr, lançar, levantar e transportar, ataque e defesa. Somente a aplicação marchar não tem correspondente, por motivos não identificados. As 60 propostas de jogos são destinadas para idade entre 4 a 16 anos e nenhuma delas são representadas por imagens, apenas descritas.

Quadro 4: Classificação dos Pequenos Jogos

Classificação por Aplicação	Número de jogos	Pequenos Jogos
Trepar	7	Morto e vivo, A prece dos hindus, O gato no poleiro, O gato suspenso, O tripé humano, A cabra, O poste humano
Saltar	11	O pombo voa, Os quatro cantos sobre um pé, O passo do gigante, A perseguição aos pernetas, A corrida da centopeia, O quebra-canela (em círculo), O quebra-canela (em coluna), Carniça com limite estipulado, Carniça repetida, O salto do frade, O canguru
Levantar e transportar	3	A bola a cavalo, O urso; A Corrida com Carga
Correr	23	Apanhar a borboleta, Os páreos, A cabra-cega, O lobo e os carneiros, O gato e o rato, A estátua, O chicote queimado, A enguia, Os quatro cantos, O corredor e caçador, O gato doente, O gato cupê, Corrida de estafeta, Corrida de estafeta com braçal, Cara e coroa, O vaivém, A bola caçadora, Os policiais e os ladrões, O lobo e o cordeiro, A bruxa, A pescaria, Corrida de três pernas, Corrida, dois a dois, de duas pernas
Lançar	9	A bola ao pote, Segura a bola, Os fuzilados, A chamada para a bola, Olha a bola, Pega a bola, Foge da bola, A bola ao campo contrário, O passeio aéreo
Ataque e defesa	7	Os prisioneiros, Não passarás, Os dois campos, As estações interditas, O maneta é o senhor em sua casa, A briga de galos, O torneio

Fonte: Elaborado pelo autor.

O quadro 4 nos permite perceber um equilíbrio entre o número de jogos para cada aplicação, destoando apenas Levantar e transportar com três atividades e Correr, com 23 atividades, sendo a que possui mais propostas. Por serem lúdicas estas brincadeiras, têm por objetivo iniciar a criança nos exercícios físicos de forma mais prazerosa, preparando-as desde cedo para as aplicações. Segundo Plekhánov (apud Elkonin, 1998, p. 39) "primeiro surge a guerra verdadeira, e a necessidade por ela criada, e logo depois, os jogos de guerra para satisfazer essa necessidade". Apesar de buscarmos identificar elementos de guerra nestes jogos, temos a consciência da impossibilidade de apontar a origem de cada jogo, tendo em vista que muitos já se tornaram jogos tradicionais em vários países, como Carniça, Cabo de guerra, Chicote queimado, Cabra-Cega, etc., a exemplo do Brasil, conforme aponta Kishimoto (1993).

Morto e vivo pode indicar uma tentativa de naturalização da própria morte e dos colegas, pois ao comando do instrutor, todos estão “mortos” e “vivos”. O jogo A bola ao pote é semelhante a um treinamento de arremesso de granada de mão, no qual os alunos colocam capacetes ou bonés invertidos a uma distância de dez metros para arremessar uma bola dentro deles. A cada erro coloca-se uma pedra dentro do seu próprio capacete ou boné. No início da descrição deste jogo, o manual prevê o uso de capacetes ou bonés somente na “falta de buracos cavados no terreno”, o que pode ser uma alusão às trincheiras inimigas amplamente utilizadas na Primeira Guerra Mundial. Outra curiosidade é que as primeiras granadas produzidas na Primeira Guerra Mundial eram feitas com pedras e pólvoras, e ao fim da brincadeira o “jogador que tiver três pedras em seu capacete será fuzilado” (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1934, p. 322), e para isso deve dirigir-se para um muro onde, de costas, será atingido três vezes por outro aluno designado pelo instrutor, em uma representação que se aproxima de um fuzilamento real. O jogo Os fuzilados é semelhante à penalidade descrita acima. Divididos em dois grupos, os “fuzilados” e os “lançadores”, os primeiros são dispostos ao longo de um muro e os lançadores arremessam de duas a três bolas nos que estão no muro. O nome original deste jogo é *Le massacre* (O massacre), mas foi traduzido por Os fuzilados.

O jogo “Os prisioneiros” consiste em um grupo de alunos dentro de um círculo formado pelos demais alunos de mãos dadas e levantadas. O objetivo dos prisioneiros é fugir do círculo e para impedir isso, os demais baixam os braços e curvam as pernas formando uma “barreira”. Em O maneta é senhor da sua casa, os alunos são postos em um círculo riscado no chão e o objetivo é empurrar os demais para fora, sendo proibido o uso das mãos, que deve estar nos bolsos ou para trás. O manual salienta que se deve desenvolver a “brutalidade,

principalmente empregando os cotovelos” (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1934, p. 327). Em “Briga de galos” um time deve derrubar o outro com os braços da posição de cócoras, e o jogo termina quando em um dos lados não tiver mais “combatente” (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1934, p. 327).

Em O gato suspenso ao sinal do instrutor todos devem pendurar-se em árvores, cordas, muros, vigas horizontais etc., ou seja, uma aplicação prática das diversas técnicas de transpor obstáculos presentes no manual no capítulo Trepar. Além dos jogos citados por Kishimoto (1993), como Carniça, Cabo de guerra, O quebra-canela, Chicote queimado e Cabra-Cega, muitos outros jogos tradicionais constam no RGEF-R7, não sendo possível identificar suas origens, como Os policiais e os ladrões, Morto e vivo, O Poste Humano, O gato e o rato, A estátua, Corrida de estafeta, e Corrida de três pernas. O jogo O quebra-canela é chamado no original francês de *Le coupe-jarret* (O corta-jarrete), fazendo alusão a uma ferramenta utilizada nas guerras napoleônicas para cortar o jarrete do cavalo. Jarrete é uma articulação dos membros posteriores do cavalo, situada entre a perna e a canela. Ela fica na mesma linha de altura do joelho, que é a articulação dos membros anteriores. Era o ponto de mais fácil acesso para ferir o cavalo e deixar o soldado sem montaria, pois poderia ser atacado por trás.

O RGEF-R7 insere um pequeno jogo que não havia no original francês, o de nº 443, chamado de O passeio aéreo. Consiste em um grande pano que os alunos seguram nas bordas e lançam um colega para o alto, como se fosse uma cama elástica. Este é o único exercício inserido na tradução sem correspondente no *Règlement*, e por isso um possui 455 exercícios e o outro 456.

Para os pequenos jogos não codificamos os grupos musculares desenvolvidos, pois correspondem às sete famílias de aplicações, com o objetivo de preparar ludicamente os alunos para o ciclo secundário da Educação Física.

### **3.4 Atacar e Defender-se**

Estes exercícios somam 58 (12,7%) atividades. Possuem 198 imagens, sendo apenas 16 representadas por meninos realizando movimentos mímicos em Carpinteiro e boxeador, e o restante por homens. Apesar do nome desta categoria de exercícios sugerir lutas, as atividades consistem em disputas de força por exercícios resistidos, nos quais um realiza contrações excêntricas ou concêntricas de determinado grupo muscular enquanto o outro serve de resistência oposta ao movimento, chamadas de “lutas de tração e repulsão”. Na

Tabela 12 percebe-se que dos 58 exercícios, 43 (74,1%) são destinados a jovens entre 11 e 13 anos, o que define o público alvo destes.

Tabela 13: Distribuição de Atacar e defender-se por faixa etária

Idade	4-13 anos Educação Física Elementar Pré-pubertária			Total de Exercícios 4-13 anos
	4-9	9-11	11-13	
Atacar e defender-se			43 74,1%	58
	15 25,9%			

Fonte: Elaborado pelo autor.

O RGEF-R7-1<sup>a</sup> parte não tem por objetivo ensinar lutas, e sim desenvolver capacidades de força e destreza que serão utilizadas em lutas na Educação Física Superior, enquanto esportes individuais, correspondente à segunda parte do Regulamento, não traduzida:

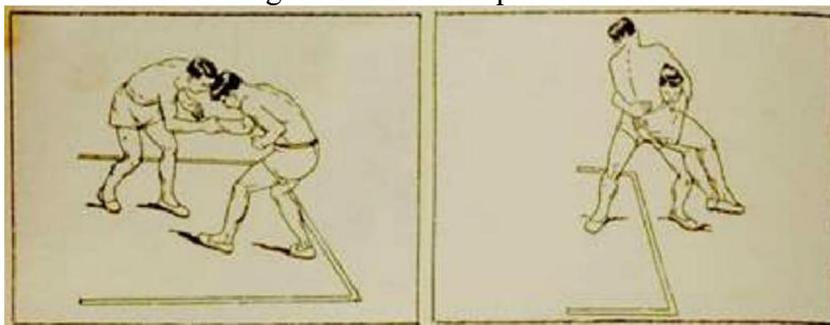
As aplicações da família "atacar e defender-se": boxe, luta, bengala ou jiu-jitsu, encaradas sob o ponto de vista estritamente utilitário e desprovido de toda convenção de ordem esportiva, têm por fim pôr um adversário fora de combate.

Seria perigoso e, para os adolescentes, noviço sob o ponto de vista moral, introduzir estas modalidades no quadro da lição de educação física.

Permanecem nesta família somente os exercícios capazes de desenvolver as qualidades de força e destreza, suscetíveis de serem postas em jogo no ataque e defesa (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1934, p. 264).

O manual é prudente em relação aos conteúdos de lutas, orientando que somente em caráter excepcional pode o instrutor começar a introduzir estes saberes no ciclo secundário, “como alguns elementos simples de boxe, luta, do jiu-jitsu, etc. Exemplos: Direto de esquerda (ao rosto), ponta pé baixo, cintura pela frente, etc.” (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1934, p. 264). De ordinário devem ser desenvolvidos como esportes individuais posteriormente. O único exercício que se aproxima de uma luta, propriamente dita, é A luta do quadrado (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1934, p. 286) no qual dois adversários são postos em um quadrado de cinco metros de lados e o objetivo é manter-se dentro da área delimitada colocando o outro para fora por suspensão.

Figura 35: Luta do quadrado

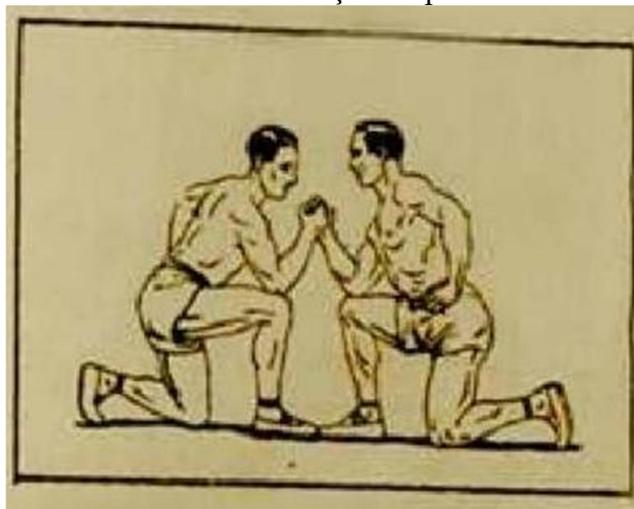


Fonte: mosaico com base no RGEF-R7, p. 286.

Nesta Luta do quadrado, pode-se perceber que há uma integração natural de todas as partes do corpo desenvolvidas anteriormente nos exercícios específicos. Braços, pernas, punhos, antebraços, pescoço, costas, escápulas e quadris.

O Jogo de punho, Punho de aço ou Queda de braços (Figura 36), como é conhecido atualmente, é proposto pelo nome de “Resistência á abdução do punho e do antebraço” (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1934, p. 267).

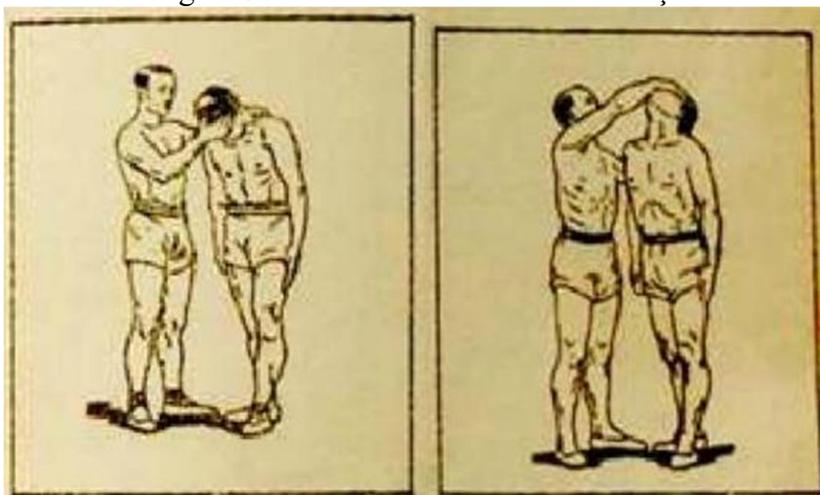
Figura 36: Resistência á abdução do punho e do antebraço



Fonte: RGEF-R7, p. 267.

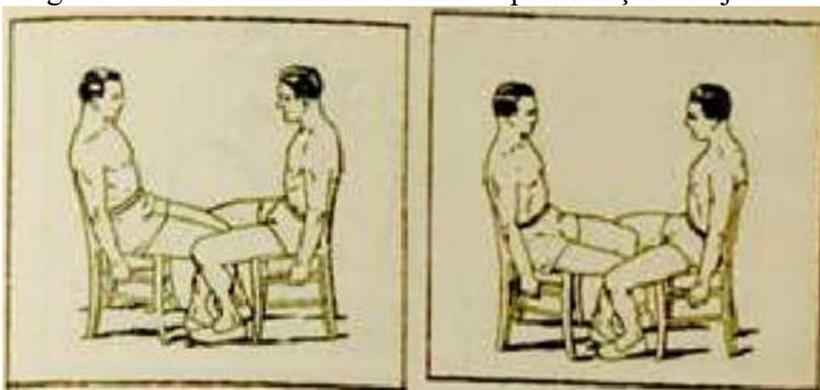
É caracterizado por uma disputa de forças entre dois adversários que, utilizando o mesmo braço (esquerdo ou direito), objetivam vencer a resistência do outro. Vejamos outros “exercícios de oposição”:

Figura 37: Resistência à flexão da cabeça



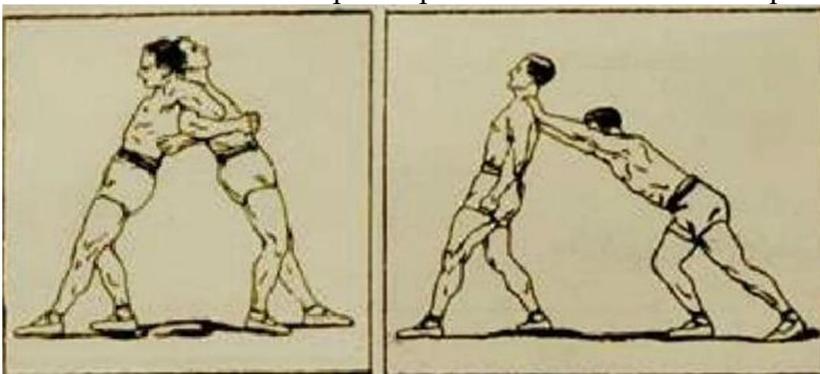
Fonte: mosaico com base no RGEF-R7, p. 265.

Figura 38: Resistência à abertura e à aproximação dos joelhos



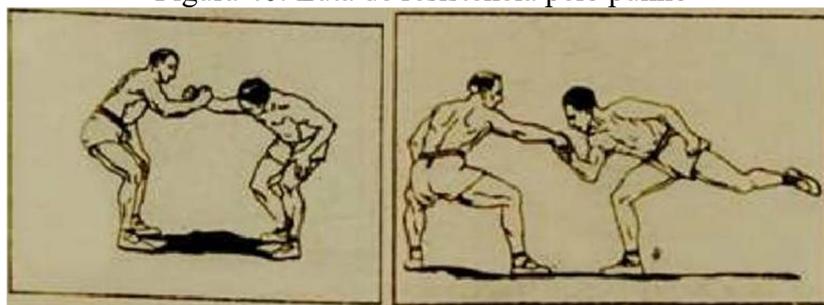
Fonte: mosaico com base no RGEF-R7, p. 277.

Figura 39: Luta de costas e empurrar pelas costas um camarada que resiste



Fonte: mosaico com base no RGEF-R7, p. 282.

Figura 40: Luta de resistência pelo punho



Fonte: mosaico com base no RGEF-R7, p. 283.

Estes quatro exemplos que selecionamos de “exercícios de oposição” sintetizam as características gerais desta família de aplicações. Exercícios resistidos cuja resistência é o outro adversário. Dos 58 exercícios, 37 são propostos para se executar em duplas, o que também reforça a ideia de preparação para o treinamento de lutas.

Na tabela abaixo dispomos os exercícios em relação às partes do corpo que visam desenvolver. Na segunda coluna dispomos os exercícios que visam partes específicas do corpo e na terceira coluna distribuímos de forma segmentada os 21 exercícios que são apresentados de forma combinada. Devido estes serem mais complexos e globais, com diversos exercícios combinados, consideramos cada parte separadamente:

Tabela 14: Partes do corpo que visam os exercícios de atacar e defender-se

Exercícios	Exercícios Específicos	Total por partes do corpo
Conectados	21	-
Pernas	7	29 (21,2 %)
Braços	7	22 (16,1 %)
Punhos Antebraços	8	20 (14,6%)
Tronco	4	18 (13,1 %)
Quadris	4	18 (13,1 %)
Pescoço	5	15 (10,9 %)
Espáduas	1	14 (10,2 %)
Cambalhota	1	1 (0,7 %)
Total	58	

Fonte: Elaborado pelo autor

Os exercícios são bastante distribuídos, com propostas específicas para diversas partes do corpo. Há uma prevalência dos exercícios de pernas, com 21,2% do total, seguido de 16,1% de braços, mas o que destoa das outras sete famílias de exercícios, é que esta apresenta especificidades para punhos (14,6%), tronco (13,1%), quadris (13,1%), pescoço, chamado no

manual de “cabeça” (10,9%), espáduas<sup>84</sup> (10,2%), e ainda um específico para ensinar quedas nas lutas, chamado “cambalhota”. Estas partes menos desenvolvidas nas demais famílias, como pescoço, punho, antebraços, quadris e espáduas, sinalizam a intenção de desenvolver fundamentos motores para que, no período de Educação Física Superior, o indivíduo possa praticar modalidades de lutas propriamente ditas, como o próprio texto alertou. A Revista de Educação Física (jul. 1932) publicou artigo intitulado “O papel das espáduas nos lançamentos”, trazendo pesquisas da Universidade de Nancy a respeito deste objeto.

A grande maioria são exercícios de tração e repulsão sem que haja golpes traumáticos. Os últimos exercícios são os denominados de tração e repulsão com vara e corda, nos quais está inserido o Cabo de guerra. Ao final há sugestões de trabalhos como deslocar saco de areia e tronco de árvore ou empurrar um carrinho de mão bastante carregado. Esta família de aplicações tem por finalidade desenvolver capacidades físicas para um posterior treinamento de lutas, treinamento este que só seria posto em prática no período correspondente a chamada Educação Física Superior. Como o próprio manual assinala, esta família “têm por fim pôr um adversário fora de combate”. (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1934, p. 264).

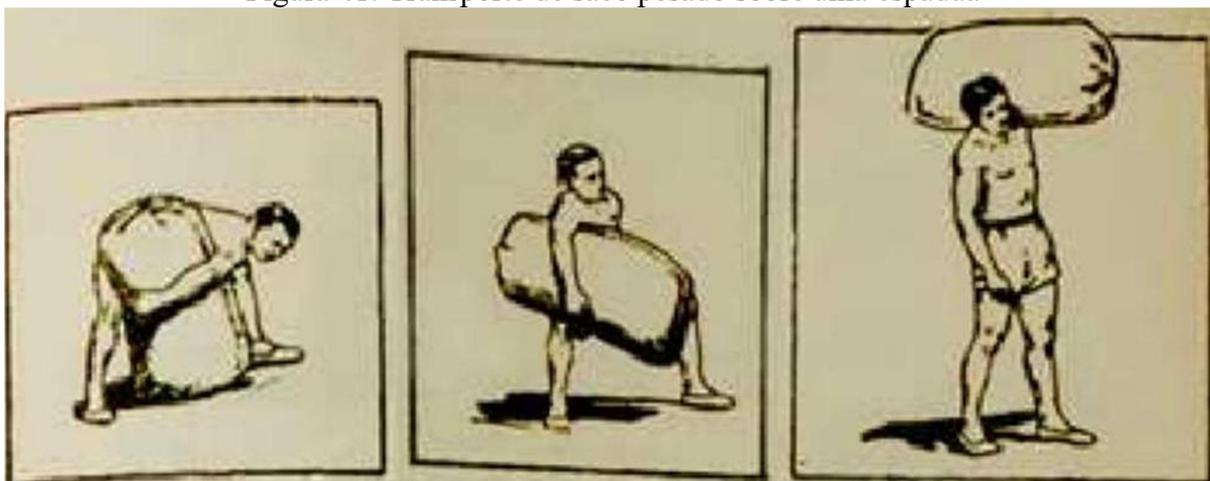
### **3.5 Levantar e Transportar**

Com 46 (10%) exercícios, representados por 236 imagens, sendo 69 de meninos e o restante de homens. Os nove exercícios para jovens apresentam-se todos no formato mímico e têm nomes simbólicos. Em O carregador d'água os alunos “marcham” equilibrando algum objeto na cabeça sem auxílio das mãos com o objetivo de corrigir postura cervical; Os escavadores consiste em movimentos de cavar a terra e jogá-la para fora do buraco imaginário, o que pode ser uma referência às trincheiras que eram cavadas pelos soldados durante a Primeira Guerra Mundial. Os demais são de forma geral atividades de transporte de cargas, inicialmente de maneira individual e depois coletiva.

---

<sup>84</sup> Este osso é chamado também de omoplata e escápula. O manual utiliza o termo espáduas para referir-se à articulação escapulo-umeral.

Figura 41: Transporte de saco pesado sobre uma espádua



Fonte: mosaico com base no RGEF-R7, p. 237.

Transportam-se objetos de peso e forma variados, como vigas de aço, troncos de árvore, sacos de areia leves e depois pesados (Figura 41), o que pode ser um indicativo de transporte de sacos de areia e outros materiais, amplamente utilizados na Primeira Guerra Mundial para servir de revestimento e parapeito das trincheiras.

Há também grande quantidade de exercícios de transporte de pessoas, assemelhando-se a exercícios de transporte de feridos em combate, chamados de “transporte de um camarada” (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1934, p. 231). Cada modalidade de transporte é chamada de processo. Há uma ressalva de que nestes processos não é necessário “marchar ao passo”, o que significa que é dispensada a sincronia ao andar.

Em 1894, o Ministério da Guerra da França publicou dois manuais de enfermagem militar, o *École de L’Infirmier Militaire* (MINISTÈRE DE LA GUERRA, 1894b), com instruções profissionais e técnicas sobre o serviço de enfermagem militar, e o manual *École de L’Infirmier et du brancardier* (MINISTÈRE DE LA GUERRA, 1894), contendo técnicas aplicadas às funções do enfermeiro e do padioleiro (maqueiro) em combate. Silva (2010) aponta que no final do século XIX foram criadas duas escolas de enfermagem em França, a *l’Union des Femmes de France*, em 1881, e a *Société de Secours aux Blessés Militaires*, em 1899, e que ambas tinham por objetivos de formar enfermeiros profissionais para suprir as demandas dos hospitais franceses, mas também de preparar mulheres para o atendimento domiciliar e socorrer vítimas de catástrofes civis, como foi o caso da Primeira Guerra Mundial, segundo a historiadora. Esse movimento de auxílio em calamidades públicas concedeu à Enfermagem um caráter profissional, pois antes era vista como vocação religiosa.

O manual *École de L’Infirmier et du brancardier* dispõe as técnicas de transporte de feridos no capítulo IV, chamado de *Manoeuvres de transport des blessés a bras* (Manobras de

transporte de feridos a braço). Este capítulo divide-se em transporte por dois e por quatro padioleiros, que por sua vez subdividem-se em métodos e processos, da seguinte forma:

*Transport à bras, par un seul brancardier* (Transporte a braço por um só padioleiro)

- 1º processo: *Transport à dos* (transporte da mochila)
- 2º processo: *Transport dans les bras* (transporte nos braços)

*Transport à bras, par deux brancardiers* (transporte a braço por dois padioleiros)

1º método: *Position assise* (posição sentada)

- 1º processo: *Transport à deux mains* (transporte a duas mãos)
- 2º processo: *Transport à quatre mains* (transporte a quatro mãos)

2º método *Position couchée* (posição deitada)

- 1º processo: *Les brancardiers sont placés un de chaque côté du blessé.* (os padioleiros se colocam um de cada lado do ferido) - (não há correlato no RGEF).
- 2º processo: *Les brancardiers sont placés tous les deux du même côté* (os padioleiros se colocam ambos do mesmo lado)
- 3º processo: *Le blessé est saisi par les extrémités* (o ferido é agarrado pelas extremidades)

Cada processo destes há um correspondente no RGEF-R7, com exceção do primeiro processo do segundo método, e da mesma forma possuem correspondência ao manual “Transporte de doentes e feridos”, publicado no Brasil em 1968 pelo Ministério do Exército, criado em 1967. Acrescentamos este último manual pela semelhança das técnicas, mesmo tendo sido publicado 34 anos após o RGEF-R7. É provável que o manual de 1968 tenha influência no manual francês de 1894 ou algum mais atualizado.

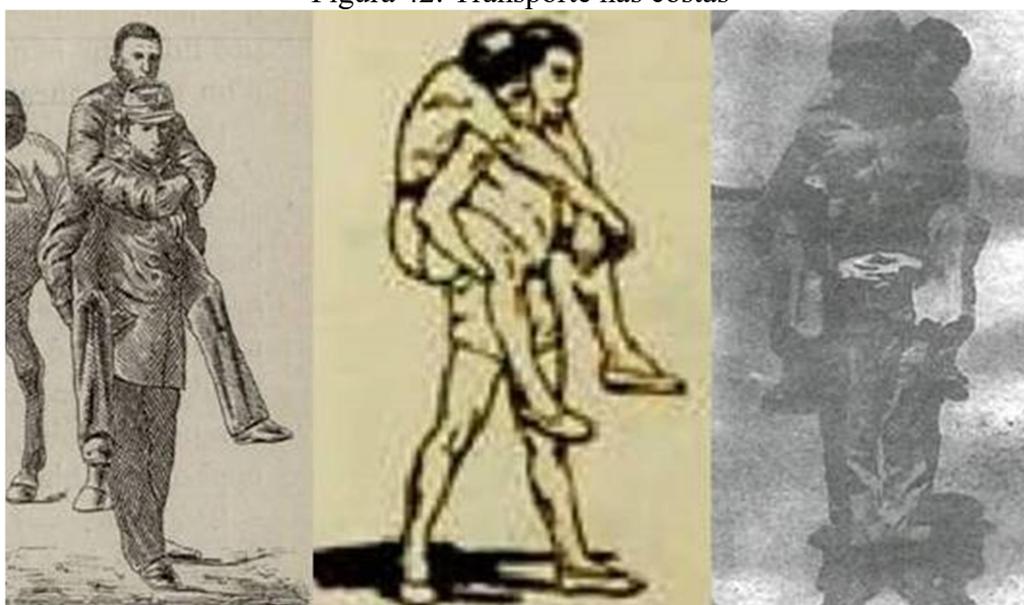
O termo “ferido” não é utilizado no RGEF-R7, mas pela semelhança das técnicas de transporte percebemos se tratar do mesmo protocolo de transporte de pessoas. Faremos um comparativo entre o RGEF-R7-1ª parte (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1934) e o manual *École de L’Infirmier et du brancardier* (MINISTÈRE DE LA GUERRA, 1894), e ainda complementaremos com o manual de transporte de feridos brasileiro (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1968).

Ordenaremos as imagens dos três manuais em ordem cronológica da esquerda para direita quando forem imagens simples (uma só), e de cima para baixo quando forem imagens compostas, ou seja, as imagens do RGEF-R7 estarão sempre ao centro quando houver três. Uma diferença comum entre os três manuais em todas as comparações que faremos é que nas imagens do RGEF-R7 as representações de homens estão de *short*, e nas demais

uniformizados militarmente. Quando a imagem for do RGEF-R7 trataremos por transportado e nos demais por ferido, pois estes utilizam esta nomenclatura.

O manual de enfermagem de 1894, que pensamos tenha influenciado os transportes de homens no RGEF-R7, apresenta quatro processos com o ferido na posição sentada e três processos com ele deitado. Veremos cada um, considerando que o RGEF-R7 tem um correspondente para cada um deles.

Figura 42: Transporte nas costas



Fonte: mosaico com base em Ministère de la Guerre (1894, p. 33), Estado Maior do Exército (1934, p. 233) e Ministério do Exército (1968, p. 17).

Nomes em cada manual:

*Ministère de la Guerre* (1894): *Transport à bras, par un seul brancardier* (Transporte a braço por um só padioleiro). *Transport à dos* (transporte nas costas);

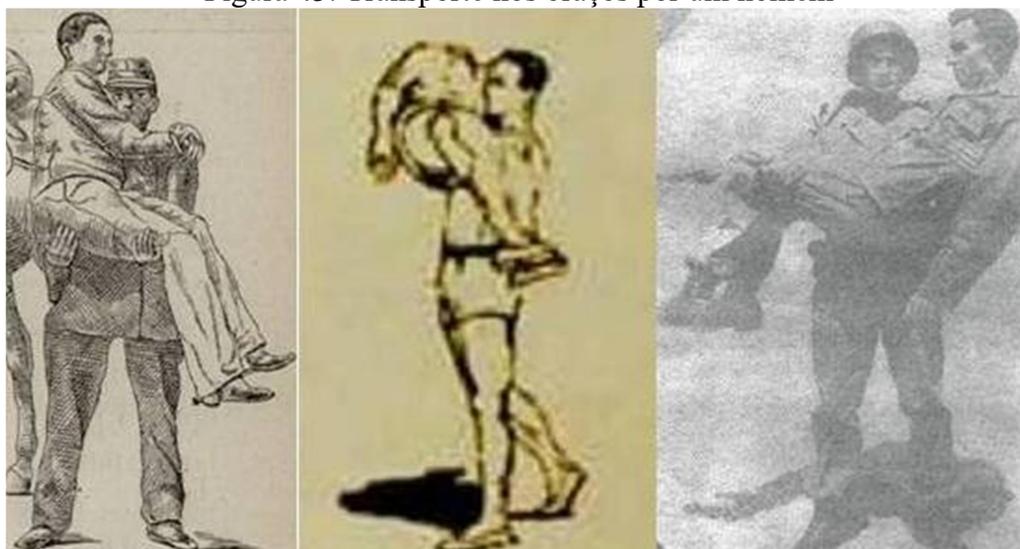
Estado Maior do Exército (1934): Transportar um camarada montado nas costas;

Ministério do Exército (1968): Transporte nas costas.

Na figura acima há semelhanças, pois todas transportam sobre o dorso segurando as pernas do transportado pela parte posterior das coxas. Há três diferenças mais visíveis. Na imagem do meio os braços do transportado estão estendidos, podendo indicar que ele está desacordado, já nas outras duas os braços do ferido/transportado estão flexionados e fazendo leve pressão no peito do transportador, indicando que ele está acordado. A segunda diferença é que nas duas primeiras imagens (francesas) as pernas do ferido/transportado são seguradas pelas mãos e na última imagem pelo antebraço, com os dedos entrelaçados para resistir

melhor ao peso do ferido. A terceira diferença é quanto à cabeça do ferido/transportado. Na primeira imagem o ferido põe sua cabeça atrás, alinhada com a do transportador, e nas outras duas imagens a cabeça fica ao lado do rosto do transportador. Cabe lembrar que o termo “camarada”, presente frequentemente no RGEF-R7, foi traduzido do original “*camarade*”.

Figura 43: Transporte nos braços por um homem



Fonte: mosaico com base em Ministère de la Guerre (1894, p. 37), Estado Maior do Exército (1934, p. 235) e Ministério do Exército (1968, p. 16).

Nomes em cada manual:

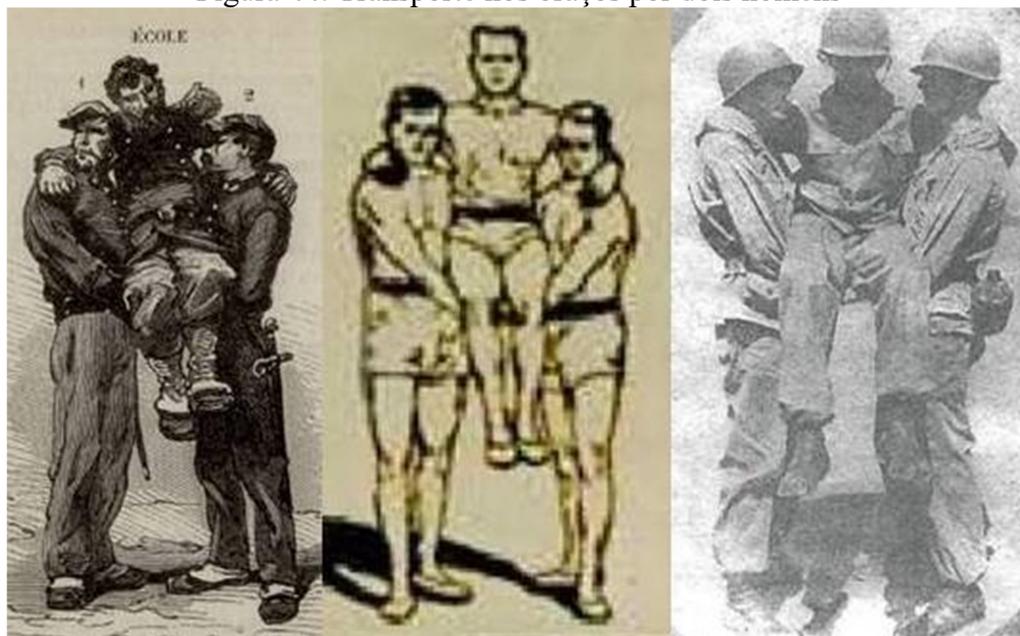
*Ministère de la Guerre* (1894): *Transport à bras, par un seul brancardier* (Transporte a braço por um só padoleiro). *Transport dans les bras* (transporte nos braços);

Estado Maior do Exército (1934): Transportar um camarada sobre os braços;

Ministério do Exército (1968): Transporte a braço.

Em todas as imagens acima, o transporte é realizado erguendo o ferido/transportado utilizando-se dos dois braços do transportador e a condução é assemelhada. Percebemos duas diferenças principais. O RGEF-R7 representa o transportado sem podermos visualizar a cabeça, o que pode indicar que está desacordado, e nas demais representam o ferido acordado. A segunda diferença é que na primeira imagem o ferido está sentado e nas demais deitado, e esse fator faz com que uma das mãos acolha o ferido pelo quadril, e nas demais pelas costas. Em todas as imagens uma das mãos do transportador está atrás dos joelhos.

Figura 44: Transporte nos braços por dois homens



Fonte: mosaico com base em Ministère de la Guerre (1894, p. 110), Estado Maior do Exército (1934, p. 231) e Ministério do Exército (1968, p. 35-36).

Nomes em cada manual:

*Ministère de la Guerre* (1894): *Transport à bras, par deux brancardiers* (transporte a braço por dois padioleiros). *Transport à deux mains* (transporte a duas mãos);

Estado Maior do Exército (1934): Transporte de um camarada por dois outros;

Ministério do Exército (1968): Transporte a braço.

Na figura acima as técnicas são idênticas. Em todas elas a descrição orienta que um braço de cada transportador deve ficar nas costas do ferido/transportado e o outro braço por debaixo da coxa, por este motivo o manual de 1894 chama de transporte a duas mãos, pois somente uma mão de cada transportador sustenta a carga, ficando as outras duas para ajudar o ferido a equilibrar-se. Em ambos o transportado está acordado, pois a cabeça está ereta e seus braços ajudam no transporte ao segurar nos ombros dos carregadores.

Todos os manuais apresentam uma variação desse tipo de transporte, com a diferença de que utilizam todas as mãos para o transporte, chamada de transporte a quatro mãos. Uma técnica de entrelaçamento das mãos dos dois carregadores, formando um quadrado, é proposta para executar esta variação. Na figura abaixo apresentamos a técnica das mãos entrelaçadas:

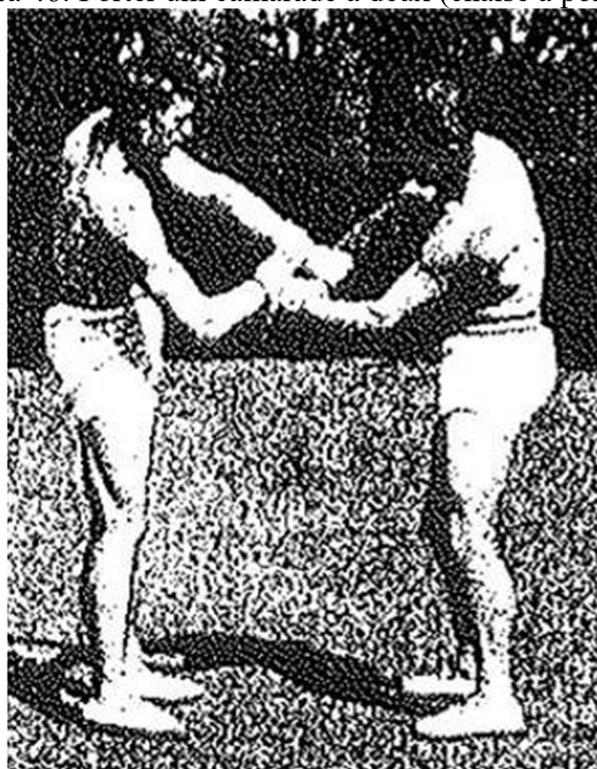
Figura 45: Técnica das mãos entrelaçadas



Fonte: mosaico com base em Ministère de la Guerre (1894, p. 111), Estado Maior do Exército (1934, p. 231) e Ministério do Exército (1968, p. 35-36).

O *Règlement Général*, que deu origem ao RGEF-R7, apresenta esta técnica com o nome de *Porter um camarade a deux (chaise à porteurs)*, ou seja, transportar um camarada a dois ou cadeira de transporte, conforme imagem abaixo, e o manual brasileiro de 1968 denomina de cadeirinha.

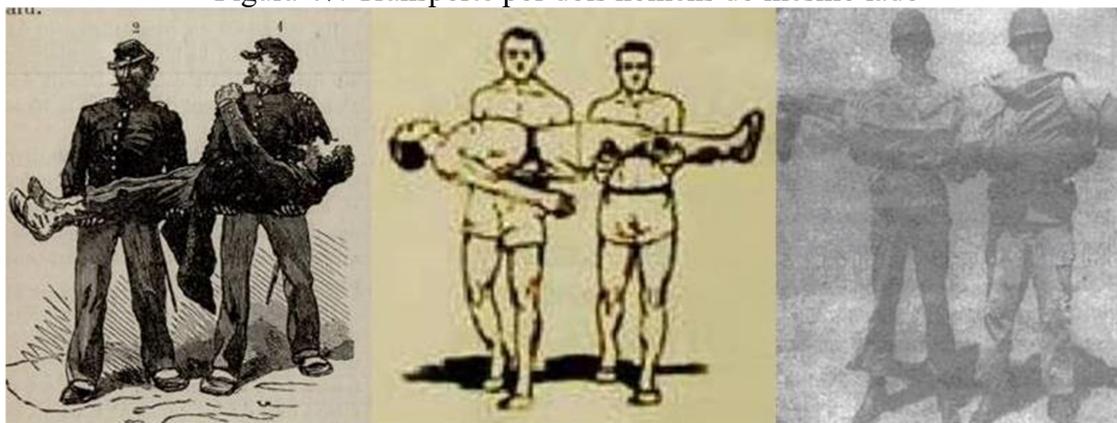
Figura 46: Porter um camarade a deux (chaise à porteurs)



Fonte: Ministère de la Guerre (1925, p. 240)

Acima apresentamos os quatro processos na posição sentada, e agora veremos os três processos na posição deitado:

Figura 47: Transporte por dois homens do mesmo lado



Fonte: mosaico com base em Ministère de la Guerre (1894, p. 21), Estado Maior do Exército (1934, p. 234) e Ministério do Exército (1968, p. 32).

Nomes em cada manual:

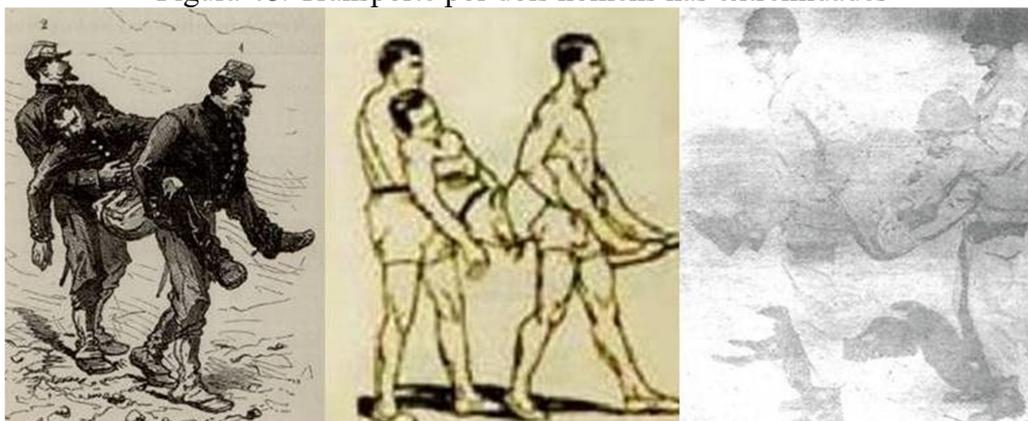
*Ministère de la Guerre* (1894): *Transport à bras, par deux brancardiers* (transporte a braço por dois padioleiros. *Les brancardiers sont placés tous les deux du même côté* (os padioleiros se colocam ambos do mesmo lado);

Estado Maior do Exército (1934): Transporte de um camarada por dois outros;

Ministério do Exército (1968): Transporte a braço por dois homens.

Na figura acima, todos os transportes são realizados segurando o ferido/transportado da mesma forma. Um transportador segura com uma das mãos na região lombar e com a outra mão na região torácica e o outro transportador leva uma mão na parte posterior da coxa e a outra na perna, fazendo com que a perna fique estendida. O RGEF-R7 descreve que um deverá carregar “ao nível dos rins” e o outro “sob as coxas e pernas, na altura dos joelhos” (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1934, p. 234). Nas duas primeiras imagens o pescoço do ferido/transportado está ereto, indicando que está acordado, já na terceira imagem a cabeça pende para baixo, indicando que o ferido está desacordado. O RGEF-R7 prescreve que este transporte deve ser feito “marchando a passo”, ou seja, ambos os carregadores em passo sincronizado, já o manual de 1894 orienta que o primeiro passo seja dado com o pé direito, para manter a sincronia.

Figura 48: Transporte por dois homens nas extremidades



Fonte: mosaico com base em Ministère de la Guerre (1894, p. 232), Estado Maior do Exército (1934, p. 234) e Ministério do Exército (1968, p. 34).

Nomes em cada manual:

*Ministère de la Guerre* (1894): *Transport à bras, par deux brancardiers* (transporte a braço por dois padioleiros). *Le blessé est saisi par les extrémités* (o ferido é agarrado pelas extremidades);

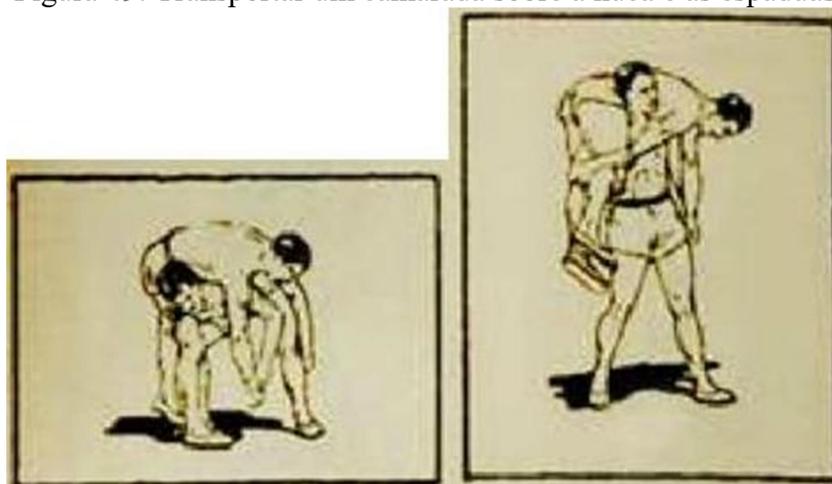
Estado Maior do Exército (1934): Transporte de um camarada por dois outros;

Ministério do Exército (1968): Transporte em sela por dois homens.

Na figura acima, todos os transportadores são semelhantes. Um transportador segura com os braços por baixo da axila do ferido/transportado e o outro se coloca por entre as pernas, segurando por trás dos joelhos. Em todas as imagens a representação do transportado é de um homem desacordado, pois os braços estão soltos sem nenhuma contração, assim como o pescoço, aparentando não estar contraído. Nas duas primeiras imagens esta questão está mais nítida, pois o transportado está com a cabeça pendida para o lado, como se estivesse desacordado. Como no transporte anterior, nas duas primeiras imagens os dois “carregadores” devem marchar ao passo.

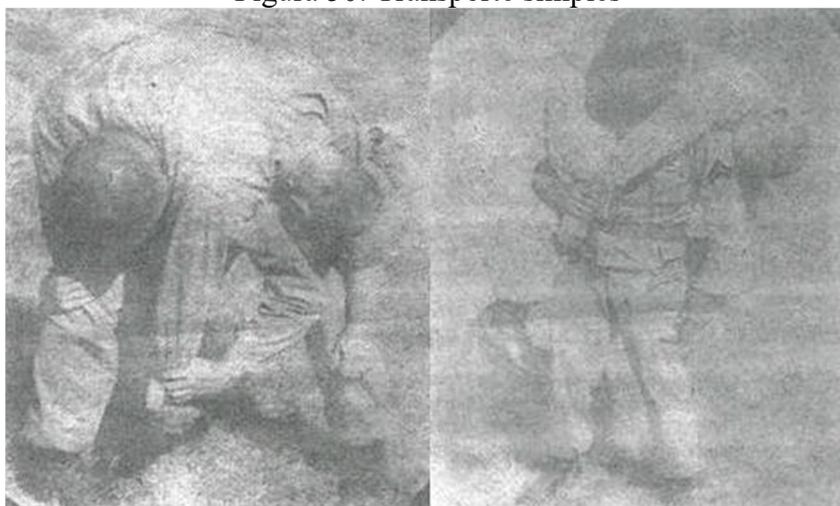
Além destes seis transportes comuns aos três manuais, há mais um que é comum apenas ao RGEF-R7 e ao manual de transporte de feridos de 1968. Faremos a comparação na figura abaixo, mais pela semelhança do que pela possível influência, pois são de épocas muito distintas e não há correspondente no manual de 1894.

Figura 49: Transportar um camarada sobre a nuca e as espáduas



Fonte: mosaico com base no RGEF-R7, p. 234.

Figura 50: Transporte simples



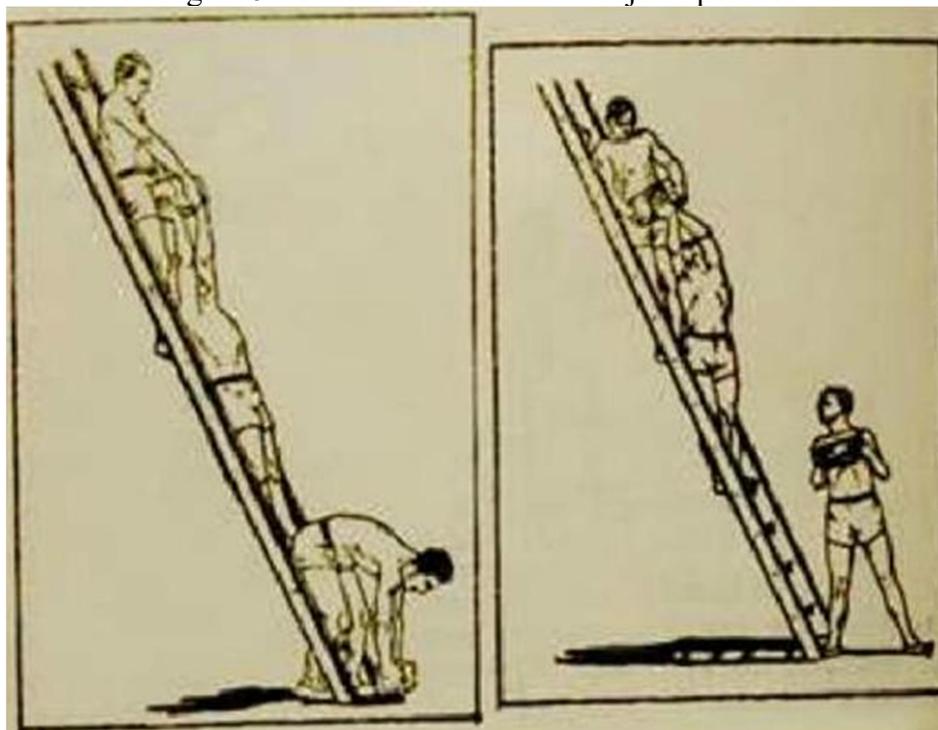
Fonte: mosaico com base em Ministério do Exército (1968, p. 11-13).

As duas figuras acima demonstram uma estreita semelhança entre o transporte simples de feridos e o processo proposto no RGEF-R7-1ª parte. Em ambos aborda-se o transportado de maneira que o braço direito envolva as pernas e a mão esquerda segure o punho do ferido. Ao colocá-lo sobre as costas, a mão direita passa a segurar o braço direito do ferido, deixando o braço esquerdo do transportador livre. Como o manual de 1968 sucede o RGEF em 34 anos, é possível que ambos tenham sido influenciados por um manual em comum, mas não foi possível identificar esta origem em comum entre os dois.

Além do transporte de pessoas, o RGEF-R7 apresenta também um exercício bastante peculiar, o transporte de sacos de areia usando escada, usado para subir e descer cargas. Como um dos nossos objetivos é verificar elementos da formação do soldado presentes nos conteúdos do RGEF, é possível que, dentre as diversas finalidades, este exercício tenha por

objetivo de treinar jovens para carregar cargas para dentro de uma trincheira, como caixas de munições, armamentos, alimentos, sacos de areia e materiais diversos.

Figura 51: Passar em uma escada objetos pesados



Fonte: mosaico com base no RGEF-R7, p. 236.

O manual não menciona qual deve ser a altura da escada, mas considerando a altura média de três pessoas ( $1,70 \text{ m} \times 3 = 5,10 \text{ m}$ ), diminuindo meio metro de cada indivíduo da escada (relativo à altura dos joelhos) tento em vista que um fica com a cabeça na altura dos joelhos do próximo, e diminuindo ainda a inclinação da escada, a altura vertical da escada é de aproximadamente 3,50 a 3,80 metros. Ocorre que a altura média das trincheiras na Primeira Guerra Mundial era de 1,50 metros, pois deviam proteger até a altura axilar dos entrincheirados, para que estes pudessem executar tiros, mas havia, em casos particulares, algumas que chegavam a 3 metros de altura, no caso de abrigos e fortificações permanentes.

Figura 52: Trincheira da Primeira Guerra Mundial

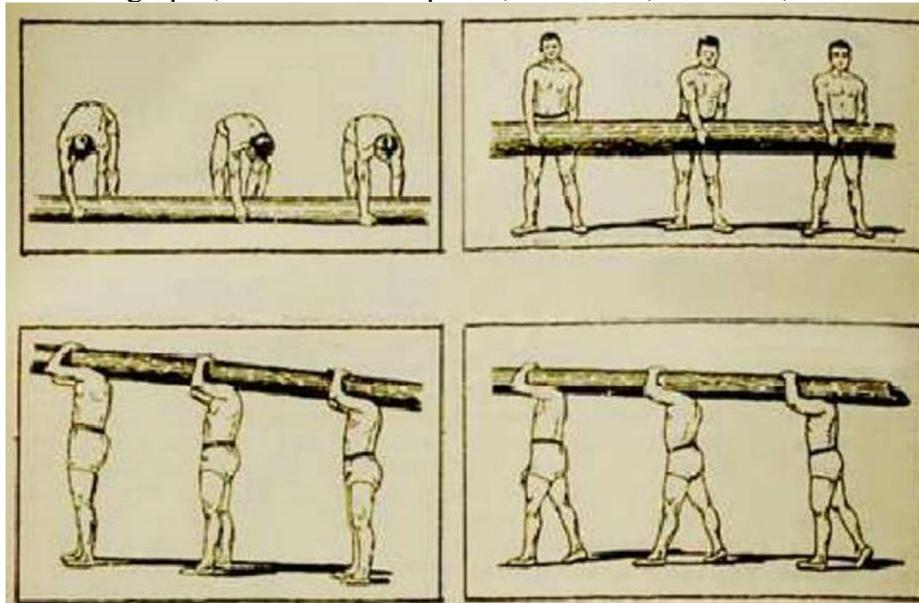


Fonte: Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b6908694g/fl.highres>>. Acesso em: 10 jun. 19.

A trincheira representada na figura acima mede aproximadamente quatro metros em sua porção mais alta. Há que se considerar que o RGEF-R7 prevê apenas dois exercícios de elevar cargas por escada, um educativo previsto para a idade de quatro a nove anos, e outro para o ciclo secundário, de 13 aos 18 anos, já dentro das aplicações, ou seja, com uma finalidade real para ser aplicada. O fim do ciclo secundário coincidia com início do serviço militar na França, já no Brasil, em 1934, o sorteio militar contemplava a idade 21 anos, baixando para 18 anos em caso de guerra. Não há como afirmar que este exercício tinha por finalidade o treinamento pré-militar, pois o RGEF, em seu perfil manualístico, de modo geral, não explica os objetivos dos exercícios, apenas descreve como executá-los e os aloca dentro de uma das sete famílias de aplicações, o que nos põe sempre no campo das hipóteses e inferências.

Além do transporte de sacos de areia pesados, há ainda um exercício chamado “Por grupos, levantar e transportar, uma trave, um trilho, uma árvore, etc.”:

Figura 53: Por grupos, levantar e transportar, uma trave, um trilho, uma árvore, etc.



Fonte: RGEF-R7, p. 238.

Transportar troncos de árvore fora de um contexto nos indica apenas transporte de cargas pesadas, mas contextualizando com a guerra, podem ser usados para construção de obstáculos em estradas e impedir a passagem de comboios. Esta prática foi comum na Primeira Guerra Mundial e nas revoluções locais no Brasil no início do século XX. Na campanha do Contestado, em 1914, em Santa Catarina, a comunidade de Rio das Antas, em maioria habitada por alemães e poloneses, construiu trincheiras e abatisses<sup>85</sup>, que imobilizaram o atacante, impedindo que tropas a cavalo se aproximassem (DONATO, 1987). Em dois manuais franceses, ambos de instruções para a infantaria, publicados em 1914 e 1917, respectivamente, há uma técnica de colocar obstáculos acessórios antes da linha de trincheiras. Os principais obstáculos citados em ambos os manuais são abatisses, redes de arame, palanques, paliçadas e barricadas (MINISTÈRE DE LA GUERRA, 1914; CHAPUIS, 1917).

Para se construir abatisses é necessário derrubar árvores e transportar troncos até o local onde se deseja construir um obstáculo, e em um contexto no qual não havia ainda

<sup>85</sup> Do francês *abatis*, “Obstáculo feito de troncos e galhos de árvores abatidas, entrançados com arame, etc.: ‘À noite acampávamos em campo entrincheirado abrindo pequenos fossos e reforçando os parapeitos com sacos de terra. Se a demora era maior, reforçávamos as defesas com... abatisses.’ (João Sarmento Pimentel, Memórias do Capitão, p. 231).” (FERREIRA, 2009).

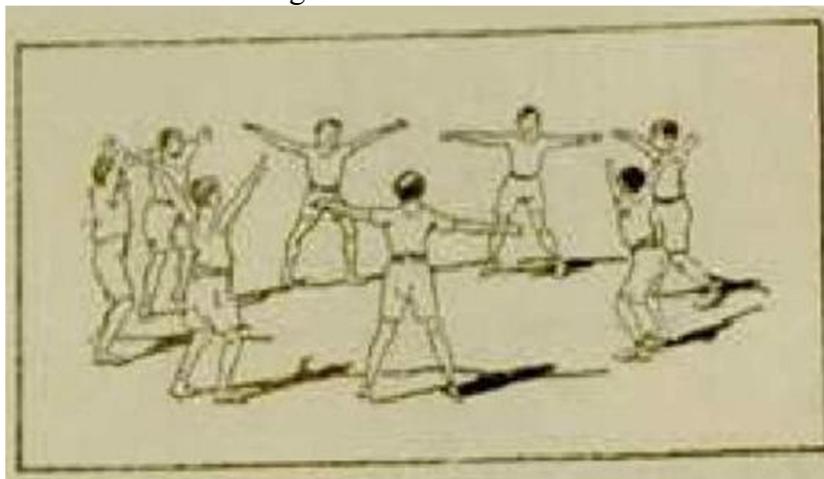
máquinas disponíveis para elevar grandes cargas, a tração humana ainda era a melhor forma de realizar estas tarefas. Na explicação do exercício, há a menção que a carga deve ser calculada para que distribua cerca de 30 quilogramas por pessoa, em média, e que “em todos os transportes feitos por grupos, devem os carregadores marchar com o passo certo” (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1934, p. 239).

Esta família de aplicações chamada Levantar e transportar possui diversos elementos que podem ser associados ao treinamento do soldado, como transporte de doentes e feridos e transporte de cargas, como sacos de areia, vigas, troncos de árvore, etc.

### 3.6 Saltar

Saltar compreende 36 exercícios sendo dois mímicos. O primeiro deles é o Polichinelo (Figura 54), utilizado em diversos sistemas posteriores, como a calistenia<sup>86</sup> e a Ginástica Aeróbica Esportiva. O nome do exercício foi traduzido literalmente do original francês, onde consta “Le polichinelle”.

Figura 54: O Polichinelo



Fonte: RGEF-R7, 1934, p. 198

Esta família de aplicações é representada por 67 imagens de corpo, sendo 15 de meninos e o restante de homens. Destina 25 (69,4%) exercícios para crianças entre quatro e nove anos (Tabela 15).

<sup>86</sup> Etimologicamente do grego *Kallistenés* (kallos = belo, sthenos = força). Na Grécia antiga a força harmoniosa compreendia o equilíbrio físico, mental e espiritual, o que se verifica na máxima do poeta Juvenal na Décima Sátira: *Mens sana in corpore sano*. O método calistênico enquanto sistematização de exercício físico é entendido por Inezil Penna Marinho como “um sistema ginástico que encontra suas origens na ginástica sueca e que apresenta como características, a predominância de formas analíticas, a associação de música ao ritmo do movimento e a predominância de movimentos sobre as posições e exercícios à mão livre e com pequenos aparelhos” (MARINHO, 1952).

Tabela 15: Distribuição de Saltar por faixa etária

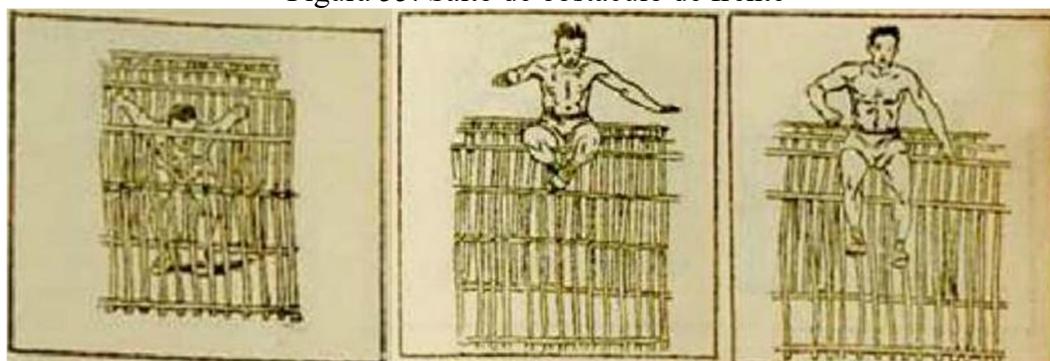
Idade	4-13 anos Educação Física Elementar Pré-pubertária			13-18 anos Educação Física Secundária Pubertária e Pós-pubertária		18-30/35 Superior	Total de Exercícios 4-35 anos
	4-9	9-11	11-13	13-16	16-18	18-30/35	
Saltar	25 69,4%						36
	5 13,9%			5 13,9%		1 2,8%	

Fonte: Elaborado pelo autor.

Após os exercícios mímicos, o manual apresenta uma série de “exercícios educativos” e de “aplicações”. Os educativos subdividem-se em saltitamentos, que são saltos no mesmo lugar e saltos com corda. Os saltitamentos diferem dos saltos no mesmo lugar em intensidade e tempo de descanso, pois estes últimos são mais intensos e requerem um maior intervalo entre as repetições. São seis variações de saltitamentos, nove saltos no mesmo lugar, um salto com corda (quatro variações) e 18 aplicações, e a predominância destes últimos demonstra que o objetivo final é a aplicação dos saltos, apresentando saltos de cerca, de obstáculos, de fosso, de talude e de muro, ou seja, exercícios que desenvolvem a capacidade de transposição de acidentes naturais e artificiais. Os saltos com corda possuem ainda outro objetivo, pois “o manejo da corda, entretanto, obriga a uma coordenação precisa dos movimentos de braços e pernas” (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1934, p. 199).

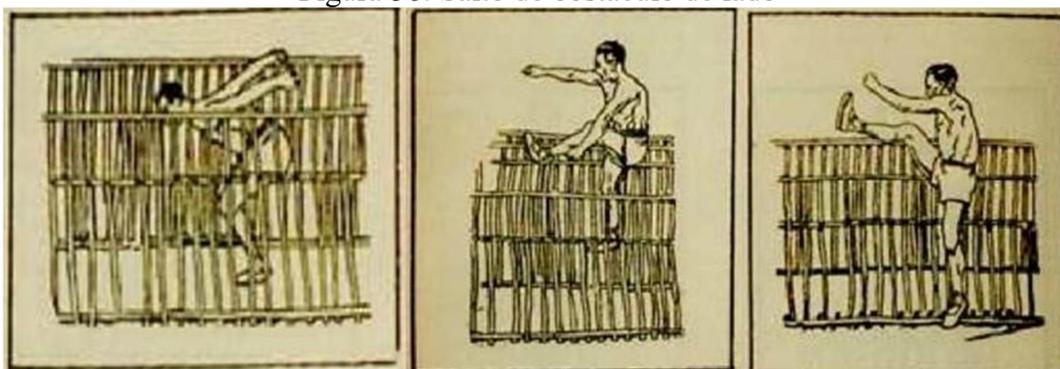
Esta família de aplicações é bastante utilitária, e prevê exercícios de transposição de obstáculos artificiais e naturais mais comuns, como cercas, muros, fossos e barrancos. Nas figuras 55 a 58 dispomos algumas aplicações apresentadas no RGEF-R7-1ª parte.

Figura 55: Salto de obstáculo de frente



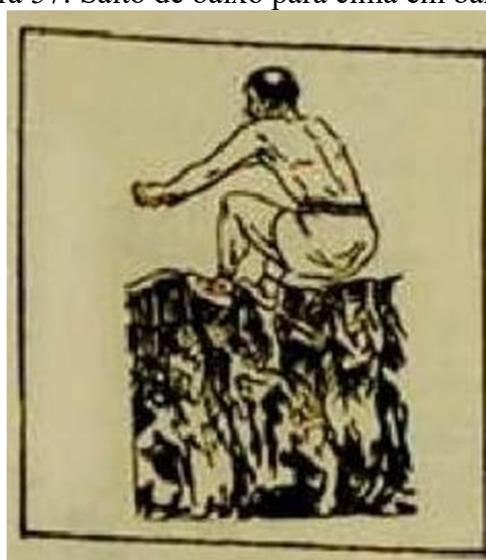
Fonte: mosaico com base no RGEF-R7, p. 207.

Figura 56: Salto de obstáculo de lado



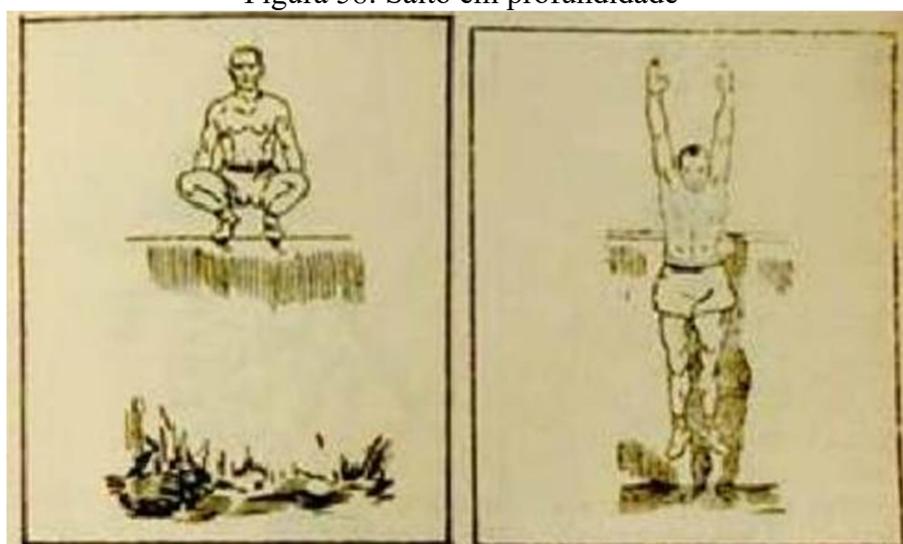
Fonte: mosaico com base no RGEF-R7, p. 208.

Figura 57: Salto de baixo para cima em barranco



Fonte: RGEF-R7, p. 209

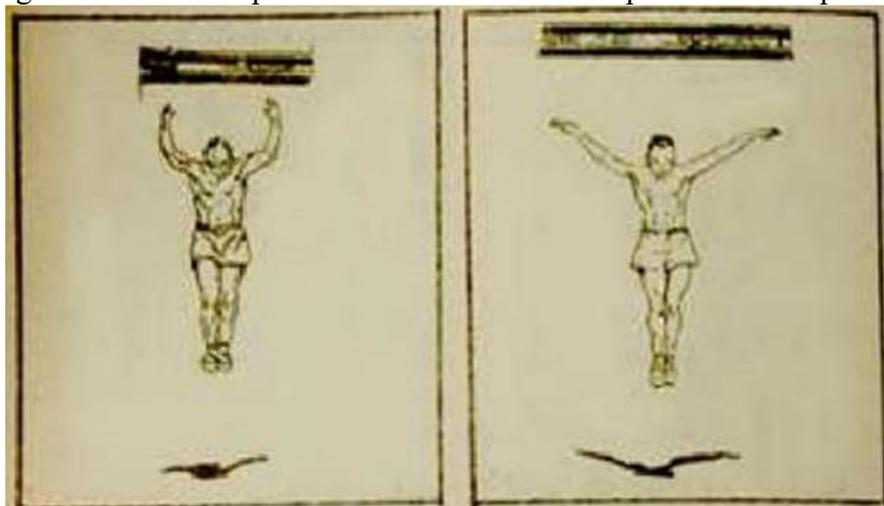
Figura 58: Salto em profundidade



Fonte: mosaico com base no RGEF-R7, p. 213.

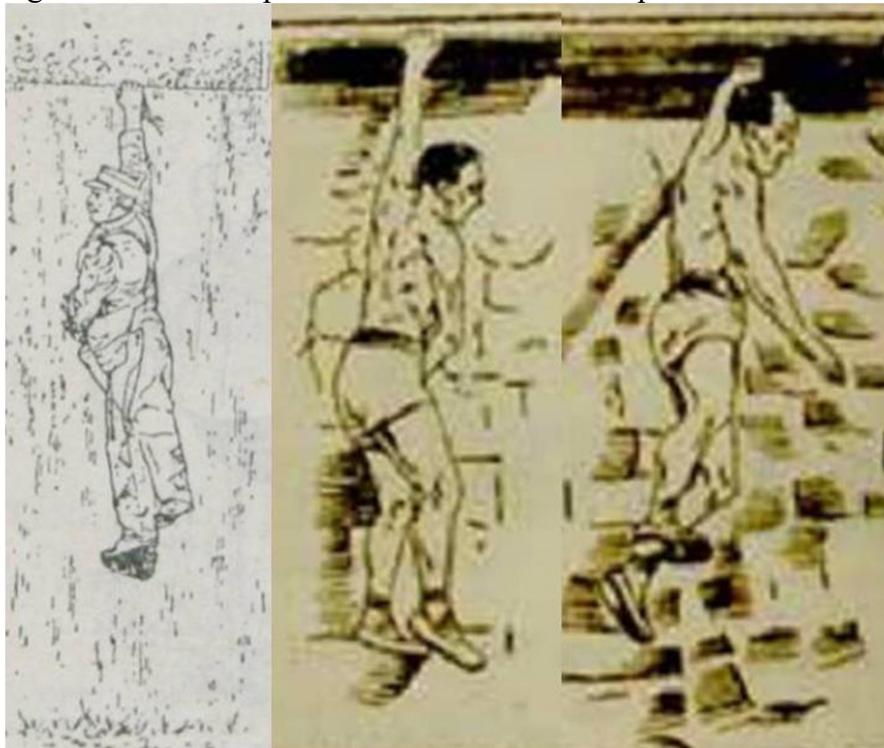
Vemos que há duas maneiras de transpor cercas, saltando de frente ou lateralmente. Já em relação aos obstáculos naturais apresenta uma técnica para subir barrancos e outra para descer fossos ou barrancos muito altos. O RGEF considera também as possibilidades de ter que saltar por ocasião de estar pendurado em suspenso, seja traves ou muros (figuras 59 e 60).

Figura 59: Salto em profundidade estando em suspensão em um pórtico



Fonte: mosaico com base no RGEF-R7, p. 214.

Figura 60: Salto em profundidade estando em suspensão em um muro



Fonte: mosaico com base em Le livre... (1916, p. 52) e no RGEF-R7, p. 214.

Este último apresentado no RGEF é idêntico a técnica de apresentada em *Le livre du grade d'infanterie*, publicado em 1916, tanto nas imagens, quanto nas descrições. Ambos explicam que se deve suspender com uma das mãos lateralmente, e após soltar o muro deve-se impulsioná-lo com a perna mais próxima a ele, a fim de se afastar do muro.

Os saltos de cerca, de obstáculos, de fosso, pórtico, de talude e de muro, que constituem as aplicações deste conteúdo do RGEF-R7, ou seja, transpor obstáculos naturais e artificiais de maneira individual, sem auxílio de outras pessoas. A lógica do Método Francês quanto à utilidade dos conteúdos é de que estes sejam aplicáveis à vida comum do indivíduo e, quanto à transposição de diversos obstáculos naturais e artificiais, poderíamos inferir que estes exercícios são caros ao treinamento do soldado, devido sua natureza de transpor obstáculos, mas não possuem nenhuma característica particular e exclusiva da formação do soldado, como rastejar e transportar corpos, presentes em outras famílias.

### 3.7 Lançar

Esta categoria contém 25 exercícios e apresenta quatro “exercícios mímicos”, 16 educativos e cinco aplicações. Os três primeiros movimentos mímicos, nº 299, 300 e 301, o malabarista, o moinho de vento e o ceifador, respectivamente, estão todos em ordem invertida se comparado ao original francês. Nos 16 exercícios educativos há uso de “*medicine-ball*” e de “peso”, e somente um não utiliza nenhum objeto para ser arremessado, mas simula o movimento com rotação de tronco. O uso de objetos a serem lançados é predominante nos exercícios educativos. A Tabela 14 demonstra que 92% dos exercícios de lançamento são destinados a alunos de quatro a 13 anos.

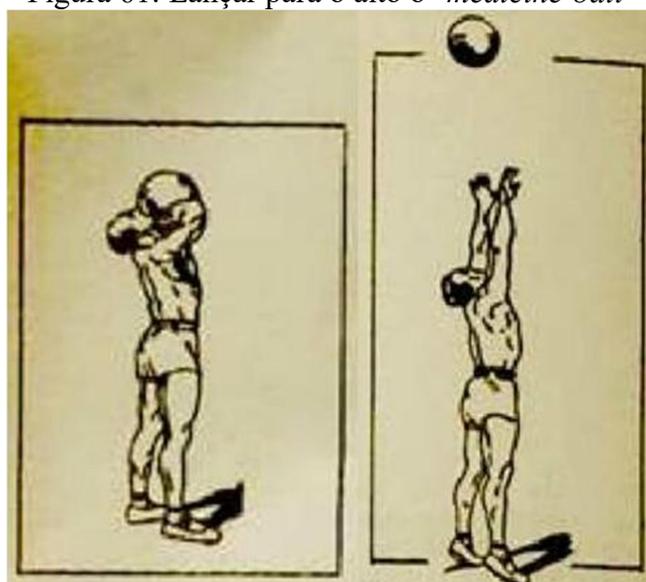
Tabela 16: Distribuição de Lançar por faixa etária

	4-13 anos Educação Física Elementar Pré-pubertária			13-18 anos Educação Física Secundária Pubertária e Pós-pubertária		18-30/35 Superior	Total de Exercícios 4-35 anos
	Idade	4-9	9-11	11-13	13-16	16-18	
Lançar		23 92%			1 4%	1 4%	25

Fonte: Elaborado pelo autor.

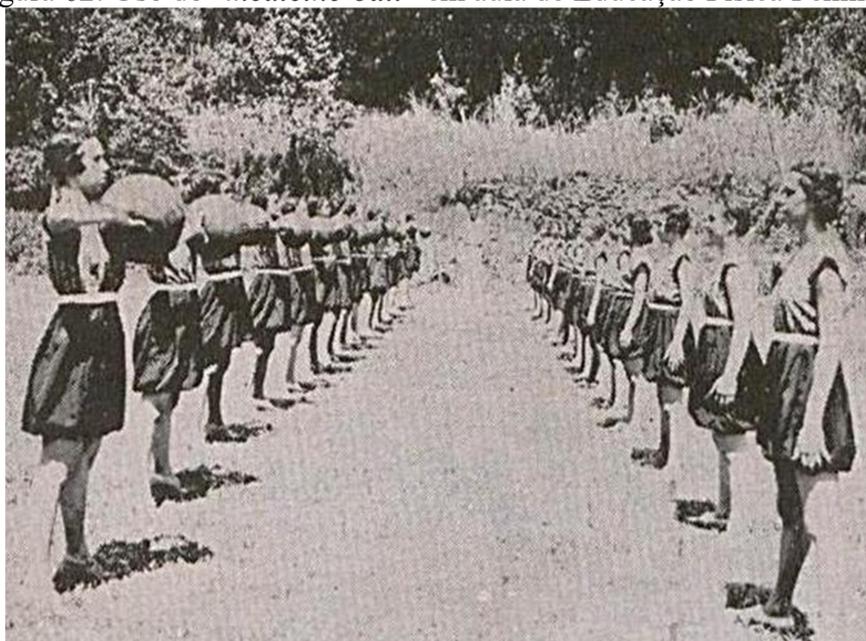
Sobre a *medicine ball*<sup>87</sup> não foi possível identificar a sua origem, mas Wegener (1906) já utilizava o objeto como aparato para programas de ginástica. Os 11 exercícios que a utilizam são variações de como lançar para frente e para o alto com os dois braços e depois adicionando a flexão do tronco, lançar pra frente com um braço e depois com rotação do tronco, lançar lateralmente e para trás, constituindo exercícios educativos, sem caracterizar aplicações.

Figura 61: Lançar para o alto o "*medicine-ball*"



Fonte: mosaico com base no RGEF-R7, 1934, p. 252.

Figura 62: Uso do "*medicine-ball*" em aula de Educação Física Feminina



Fonte: Revista de Educação Física, maio 1936, p. 27.

<sup>87</sup> Bola com areia em seu interior para elevar o peso.

Esta aula apresentada na Revista de Educação Física de 1936 faz uma adaptação curiosa, a implantação da música. Ilídio Alcântara Abade discute o problema da eugenia e menciona que não seria possível obter “uma raça melhor” sem professores especializados na “moderna educação física” e aponta o fator “facultativo” como responsável pela ausência da Educação Física na educação formal. Salienta que o Estado de São Paulo tentou resolver parte da questão voltando “suas vistas para a educação física feminina” que, segundo ele, estava em quase abandono. Observa-se um cuidado do autor em deixar claro que mesmo propondo adaptações, era o Método Francês que estava sendo utilizado: “Acentuei, já, que era preciso seguir o método francês que, como de conhecimento geral, é adotado pela União e pelo Estado de São Paulo” (ABADE, maio 1936, p. 27).

Enfatiza que para resolver a questão da Educação Física Feminina, tornando-a mais atrativa, aquele Estado inseriu a música nas lições, respeitando as características da lição, que deveria ser "contínua, alternada, graduada, atraente e disciplinada":

Não foi nossa intenção transformar os exercícios do método francês em ginástica rítmica, mas apenas estilizar estes exercícios, adaptando a eles a música, como fator psicológico de grande importância.

[...]

a ginástica assim processada apresenta todas as vantagens de utilidade e atração, assegurando, ao mesmo tempo, o desenvolvimento harmônico das formas, o que interessa de perto à mulher.

Os saltos, o equilíbrio e a estabilidade do corpo sobre as pontas dos pés, a amplitude, a elegância e a graça dos movimentos, a ampliação da caixa torácica e a elasticidade das paredes do abdômen, são elementos de grande importância, que entram na execução destas aulas. (ABADE, maio 1936, p. 27-28).

Percebemos que havia todo um cuidado para não gerar interpretações de que o Método Francês pudesse estar sendo pervertido, pois era prescrito legalmente. Mesmo adicionando a música aos exercícios para torná-los mais atraentes, o autor frisa que não deixaram de considerar o “desenvolvimento harmônico das formas” femininas, a elegância e a graça nos movimentos, como orientava o RGEF-R7 no tocante a Educação Física Feminina.

Além do uso do “*medicine-ball*”, o RGEF-R7 menciona o uso do “peso”, uma esfera de ferro que cabe na palma da mão e constitui quatro exercícios. As cinco aplicações são bem claras em suas finalidades, que são o lançamento de “bolas, pedras, granadas, etc.” (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1934, p. 261) sobre objetivos fixos ou móveis, bem como lançamento de cordas e salva-vidas.

Dispomos na tabela abaixo o número de exercícios que mobilizam determinadas partes do corpo. Dos 25 exercícios, oito são específicos de braços, sendo cinco para treinamento de braços de maneira alternada e três para braços simultaneamente, ou seja, há ênfase nos arremessos com um braço de cada vez nos exercícios específicos. Os demais 17 exercícios são combinados, seja de arremessos com rotação, flexão e/ou extensão do tronco, e apenas um de flexão/extensão de pernas combinado com rotação de tronco. Para quantificação das partes mobilizadas, decompomos os exercícios combinados, contabilizando cada parte mobilizada separadamente, motivo pelo qual o total de partes superou o número de exercícios, que somam 25.

Tabela 17: Partes do corpo mobilizadas pelos exercícios da família Lançar

	Braços alternadamente	Braços simultaneamente	Tronco	Pernas
Quantidade	12 (28,6%)	12 (28,6%)	17 (40,5%)	1 (2,3%)

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao decompormos as principais partes do corpo mobilizadas pelos exercícios da família Lançar, percebemos que há um equilíbrio entre lançamentos com um braço e com os dois braços, diferente dos exercícios específicos, que predominavam atividades com um braço de cada vez. Exercícios de tronco, seja rotação, flexão ou extensão, são maioria, mas não há exercícios específicos de tronco, pois estão sempre acompanhados de movimentos de braços ou de pernas (em um caso apenas).

Face estes dados percebe-se um equilíbrio entre lançamentos com um braço e com os dois braços. Diversos exercícios que mobilizam os dois braços citam que estes movimentos são comuns em esportes como o basquetebol, e as aplicações com um braço apenas descrevem que podem ser realizadas com “bolas, pedras, granadas, etc. [...] sobre objetos fixos e móveis” (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1934, p. 261), o que pode indicar a intenção de arremessar granadas em alvos fixos ou móveis. O RGEF-R7-1ª parte é muito sutil ao falar no emprego de granadas visando acertar objetos fixos e móveis, mas como nossa análise de seu conteúdo visa identificar elementos da formação do soldado nos conteúdos do manual, inferimos que esta menção sutil pode ser uma ocorrência, mas isso não exclui a intenção de preparar o aluno para a prática desportiva no período da Educação Física Superior.

Cabe lembrar que pelo sistema francês de Educação Física, os adultos com mais de 18 anos teriam de maneira geral duas possibilidades, uns ingressariam no treinamento desportivo

(segunda parte do RGEF) e outros no serviço militar, sendo submetidos à Educação Física Militar, terceira parte do Método Francês. Esta família de aplicações que analisamos demonstra bem estas duas intenções.

### 3.8 Marchar

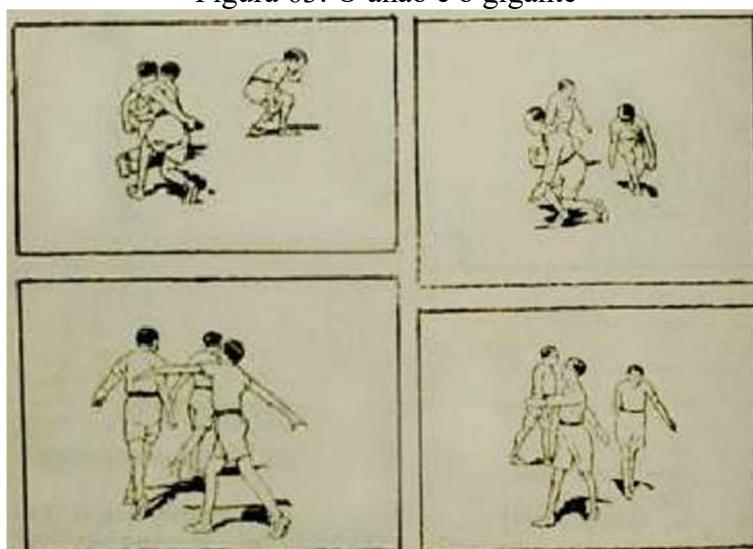
Com 20 exercícios, o capítulo Marchar inicia com exercícios mímicos para crianças. Marcha do pega ladrão, O papão e o pequeno polegar, O anão e o gigante, O pato, O quadrúpede e a centopeia, todos eles constituídos de passos longos e de movimentos de braços mais acentuados que o caminhar normal. Em O anão e o gigante (Figura 63) as crianças andam com os joelhos flexionados imitando um anão e depois nas pontas dos pés imitando um gigante. Deste total, 14 (70%) atividades são destinadas a alunos dos quatro aos nove anos, o que caracteriza uma lógica de que a família de aplicações Marchar constitui atividades prioritariamente para crianças (Tabela 18).

Tabela 18: Distribuição de Marchar por faixa etária

Idade	4-13 anos Educação Física Elementar Pré-pubertária				13-18 anos Educação Física Secundária Pubertária e Pós-pubertária		Total de Exercícios
	4-9	9-13	9-11	11-13	13-16	16-18	
Marchar	14 70%				6 30%		20

Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 63: O anão e o gigante

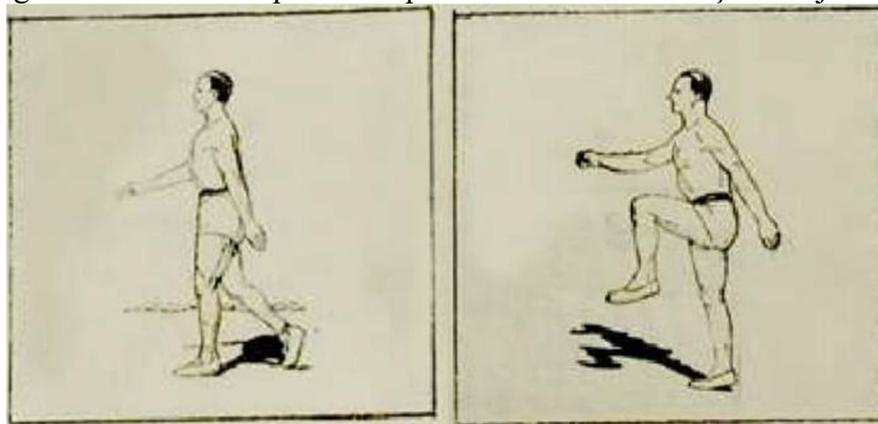


Fonte: mosaico com base no RGEF-R7, 1934, p. 144.

Ao traduzir os nomes dos movimentos mímicos, dois foram adaptados. *La marche des gendarmes*, foi traduzido como Marcha do pega ladrão. *Gendarme* é a polícia francesa, e a tradução literal seria a Marcha dos policiais. *L'ogre et le petit poucet* foi traduzido como O papão e o pequeno polegar. Como o personagem ogro não participava tanto do folclore brasileiro, os tradutores optaram por papão, personagem mais popular.

Há seis exercícios educativos (Figura 64) que se baseiam em desenvolver separadamente os movimentos que serão utilizados nas aplicações, como marchar na ponta dos pés, marcha elevando os joelhos, marcha por calcanhares, marcha com “balanceamento” dos braços e a marcha em extensão, que muito se assemelha a marcha atlética, modalidade olímpica.

Figura 64: Marcha na ponta dos pés e marcha com elevação dos joelhos



Fonte: mosaico com base no RGEF-R7, 1934, p. 146.

Quanto ao conceito de “marchar” contido no RGEF-R7-1ª parte é necessário perceber que ele não é sinônimo de marchas militares, aquelas caracterizadas por movimentos marciais, pré-estabelecidos, sincrônicos e destacados. O conceito de “marchar” do manual está relacionado ao vocábulo “*marcher*”, que significa caminhar em francês. Esta expressão em alguns momentos se aproxima do significado de deslocar, locomover, e por vezes refere-se às marchas militares.

Em relação às aplicações, esta categoria de exercícios tem por finalidade a locomoção em terrenos diversos, acidentados, pantanosos, terras cultivadas, com obstáculos diversos, aclives e declives, tanto em marcha rápida, considerada as acima de 160 passos por minuto, como em marcha viva, de 150 a 160 passos por minuto.

A altura do tronco em relação ao solo também é abordada em diversas fases da marcha, primeiro com o tronco flexionado, depois marcha de quatro pés, e marchas

rastejantes. Todas estas são similares ao descrito no manual francês de treinamento físico do combatente (*Entraînement physique du combattant*), publicado em 1918. Este manual foi publicado especificamente para o treinamento físico do soldado francês em período de guerra. O “*L’entraînement physique du combattant vise avant tout la préparation physique du combat et, en particulier, sa forme la plus dure: l’attaque*” (MINISTÈRE DE LA GUERRE, 1918, p. 4).<sup>88</sup> Este manual prevê oito famílias de aplicações, sete correspondem as mesmas do RGEF-R7, mas há mais uma, chamada *se dissimuler* (se esconder), com objetivo de aproximar-se do inimigo durante um ataque sem ver visto.

Este manual apresenta quatro técnicas de *se dissimuler*, três tipos de corrida e caminhada e *progression en rampant* (progressão rastejando), esta última dividida em mais quatro tipos. Quatro técnicas deste manual possuem correspondente no RGEF-R7. Como o manual de 1918 não apresenta imagens, apresentaremos as descrições logo após a imagem do RGEF-R7, com os títulos das figuras idênticos ao nome do exercício:

Figura 65: Marcha com o tronco flexionado



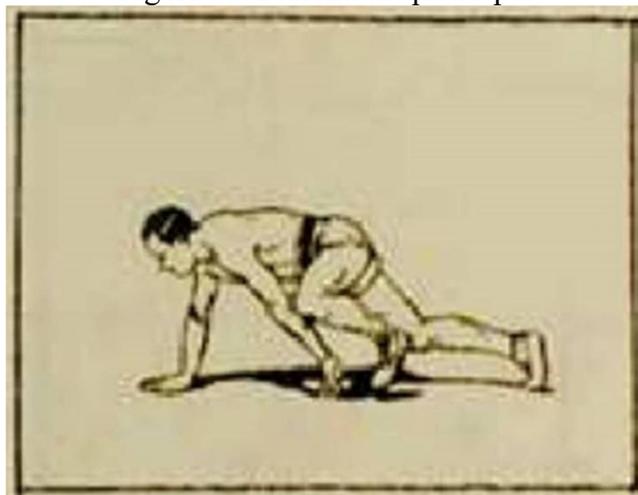
Fonte: RGEF-R7, p. 150

Nome em *Ministère de la Guerre* (1918): *Marche ou course à l'indienne - le tronc fléchi horizontalement* (Caminhando ou correndo à indiana - o tronco flexionado horizontalmente).

---

<sup>88</sup> Tradução livre: Características do treinamento - O treinamento físico do combatente visa principalmente à preparação física do combate e, em particular, sua forma mais difícil: o ataque.

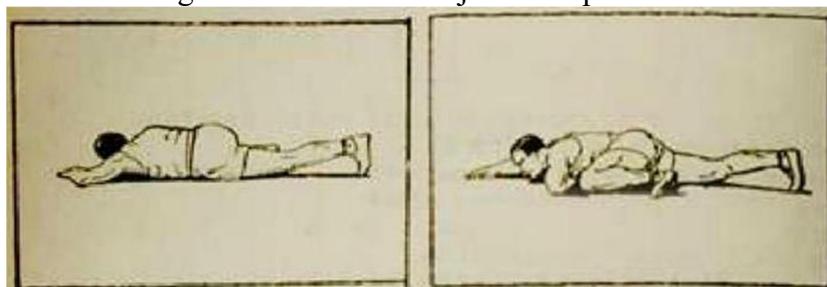
Figura 66: Marcha de quatro pés



Fonte: RGEF-R7, p. 151

Nome em *Ministère de la Guerre* (1918): *Progression sur les pieds et les mains - marche ou course avec appui sur les 4 membres* (Progressão nos pés e nas mãos - andar ou correr com apoio nos 4 membros).

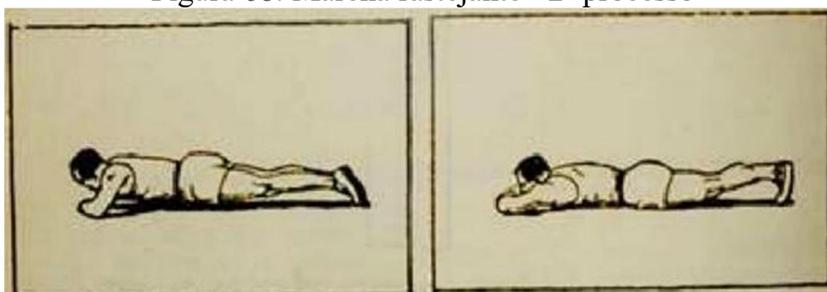
Figura 67: Marcha rastejante - 1º processo



Fonte: mosaico com base no RGEF-R7, p. 152.

Nome em *Ministère de la Guerre* (1918): *Ramper avec l'aide d'un bras et de lajambe opposée - bras gauche et jambe droite ou inversement* (rastejando com a ajuda de um braço e a perna oposta - braço esquerdo e perna direita ou vice-versa).

Figura 68: Marcha rastejante - 2º processo



Fonte: mosaico com base no RGEF-R7, 1934, p. 152.

Nome em *Ministère de la Guerre* (1918): *Ramper avec les bras et les pointes des pieds* (com os braços e as pontas dos pés).

Além da semelhança de todos os processos, a ordem com que ambos os manuais as apresentam são iguais. O RGEF-R7 não possui a família *se dissimuler*, mas incorporou desta alguns exercícios e incluiu na família marchar. De maneira geral, a família de aplicações marchar tem por objetivo desenvolver a capacidade de locomoção em diversos tipos de terrenos utilizando diversas formas de se deslocar.

### 3.9 Correr

A família Correr assemelha-se em alguns pontos à marcha rápida, mas vai além. Dos 18 exercícios, sete seguem o padrão inicial de exercícios mímicos para crianças, sendo um deles A pêndula (Figura 69), na qual as crianças simulam o movimento dos braços e pernas da corrida, mas de forma parada. Há ainda quatro educativos para aperfeiçoar a passada, incluindo levantar os joelhos, ampliar a passada e coordenar o movimento.

Figura 69: A pêndula



Fonte: RGEF-R7, 1934, p. 242.

Do total de exercícios, 17 (94,5%) são destinados para idade entre quatro e 13 anos (Tabela 16), confirmando o caráter de ensino para crianças desta aplicação.

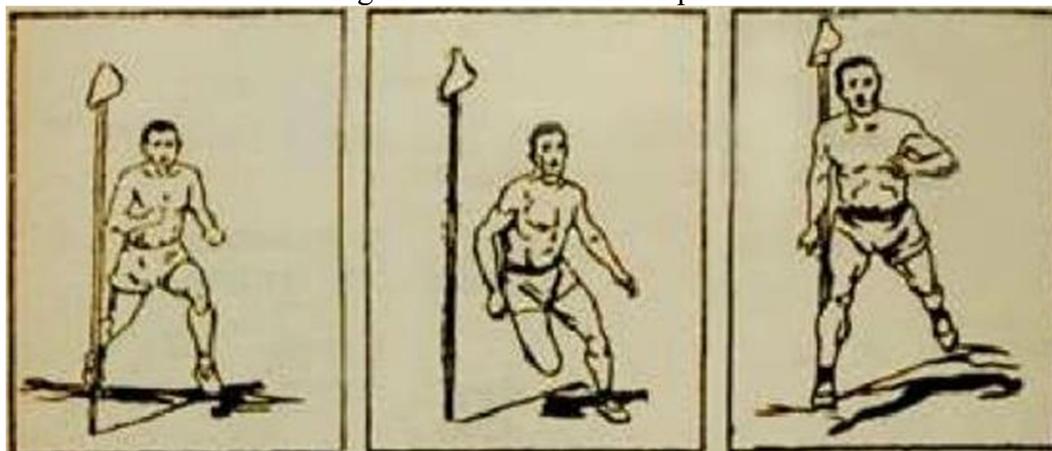
Tabela 19: Distribuição de Correr por faixa etária

	4-13 anos Educação Física Elementar Pré-pubertária			13-18 anos Educação Física Secundária Pubertária e Pós-pubertária		Total de Exercícios	
	Idade	4-9	9-11	11-13	13-16		16-18
Correr		17 94,5%			1 5,5%		18

Fonte: Elaborado pelo autor.

São sete as aplicações, sendo a primeira uma corrida com mudança brusca de direção, chamada corrida com esquiva (Figura 70). Esta técnica muito se assemelha com a técnica utilizada no treinamento do soldado. Para dificultar a precisão dos tiros inimigos, o soldado desloca-se mudando de direção repentinamente, pois se torna um alvo difícil de ser acertado, pois muda de direção a todo instante.

Figura 70: Corrida com esquiva



Fonte: mosaico com base no RGEF-R7, p. 246.

É impreciso afirmar que a corrida com esquiva tem por finalidade o deslocamento do soldado em campo de batalha, mas por aproximação das técnicas, dentro do nosso escopo ao analisar a manual, está pode ser uma possível relação. O armamento empregado na Primeira Guerra Mundial, de mecanismo automático, provocou demandas e adaptações nos processos de progressão em combate. O general francês Charles de Gaulle demonstra e faz referência ao impacto de novas tecnologias de armas na Primeira Guerra Mundial:

os melhores generais eram aqueles cujas disposições asseguravam às armas de fogo o máximo rendimento possível [...] A última guerra elevou a seu ápice o predomínio dos elementos materiais. Não havia coragem que pudesse prevalecer contra as barragens da artilharia ou conter as rajadas das metralhadoras. (DE GAULLE, 1996, p. 127-128).

O manual *Entraînement physique du combattant*, explorado na família marchar, previa em seu treinamento corrida com mudança “*brusques*” de direção, para se tornar um alvo mais móvel e mais difícil de ser alvejado com tiros. (MINISTÈRE DE LA GUERRE, 1918, p. 16).

O mesmo ocorre com outra aplicação, a corrida por lances, que "deitando no fim de cada lance. Fazer lances de 10 a 40 metros em corrida rápida, deitando no fim de cada lance o

mais vivamente possível” (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1934, p. 247), ou seja, uma corrida por trechos, com pequenos deslocamentos intervalados com paradas onde o aluno deita e descansa para se preparar para o próximo lance. Esta aplicação trazida pelo RGEF-R7-1ª parte muito se assemelha a uma técnica de progressão em combate do soldado:

Utilização do terreno para progredir  
 Progressão em combate  
 [...]
   
Deslocar-se por lanços curtos entre os abrigos e cobertas<sup>89</sup> sucessivas;  
 [...]
   
Os lanços devem ser curtos e rápidos, não devendo ultrapassar 15 metros, pois o homem não deve ficar exposto às vistas e fogos do inimigo por mais do que 5 a 6 segundos, tempo necessário para o inimigo ver, apontar e disparar sua arma.  
 [...]
   
Caso não existam abrigos e o tiro seja intenso, deve-se progredir por lanços curtos e rápidos, que são regulados pelas detonações do canhão, para deitar, e pelas explosões das granadas para levantar logo após e dar um novo lanço. (MINISTÉRIO DE EXÉRCITO, 1968, p. 4-19, 4-20, 4-22).

Podemos perceber uma similaridade entre corrida por lances do RGEF-R7 e a progressão por lanços da formação militar. Ambas se caracterizam por corridas de pequenos deslocamentos, com intervalados nos quais o aluno/soldado deve deitar-se para esperar o outro “lance” ou “lanço”.

O RGEF-R7-1ª parte aponta que não se deve hesitar ao deitar-se e levantar-se. A técnica visa não ficar por muito tempo exposto à zona de tiro e por isso os “lances” são curtos. Na Primeira Guerra Mundial vulgarizou-se o uso de metralhadoras, o que obrigou os exércitos a reverem suas técnicas de deslocamento em campo de batalha. Os alemães utilizaram metralhadoras MG-15 e MG-08, esta última baseada na engenharia do modelo britânico *Maxim*. As duas armas alemãs realizavam de 500 a 550 tiros por minuto, o que revolucionou as tecnologias de guerra, e fez com que houvesse uma preocupação dos exércitos em relação as suas marchas. Um soldado ao deslocar-se sofrendo exposição de tiros, deveria fazê-lo executando lanços curtos, e durante estes lanços, deveria correr em ziguezague para dificultar a pontaria inimiga, como na corrida com esquiva. O RGEF-R7 ressalta que no intervalo entre os lances deve-se “aproveitar as paradas para executar exercícios respiratórios” (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1934, p. 247), e o manual militar assevera que “os deslocamentos

---

<sup>89</sup> São acidentes naturais ou artificiais que ocultam dos tiros e das vistas no inimigo, respectivamente (MINISTÉRIO DE EXÉRCITO, 1968, p. 2-19, 2-20).

por lanços são lentos e, em geral, mais cansativos” (MINISTÉRIO DE EXÉRCITO, 1968, p. 4-19).

As duas técnicas apresentadas no RGEF-R7 possuem similares nas técnicas de treinamento do soldado, tanto a corrida com esquivas quanto na corrida por lanços. Mais uma vez ressaltamos que o manual francês é sutil e não cita abertamente as intenções de cada exercício, se fazendo comunicar predominantemente por imagens, e por isso optamos por identificar similaridades entre seus conteúdos e a formação do soldado, similaridades estas que podem ser coincidências ou não.

### 3.10 Evoluções e Rodas e Formação e Exercícios de Ordem

Evoluções e Rodas e Formações e Exercícios de Ordem são duas categorias apresentadas no mesmo capítulo II por motivo de aproximarem-se entre si. Os primeiros são apresentados em 18 exercícios e os segundos em 15, todos para faixa etária entre quatro e 13 anos (Tabela 20), caracterizando exercícios predominantemente para crianças até 13 anos. Não há representação de corpo nestas categorias, apenas esboços de movimento.

Tabela 20: Evoluções e Rodas e Formação e Exercícios de Ordem por faixa etária

Idade	4-13 anos Educação Física Elementar Pré-pubertária			Total de Exercícios
	4-9	9-13	11-13	
Evoluções e Rodas	11		7	18
Formações e Exercícios de Ordem	3	12	-	15

Fonte: Elaborado pelo autor.

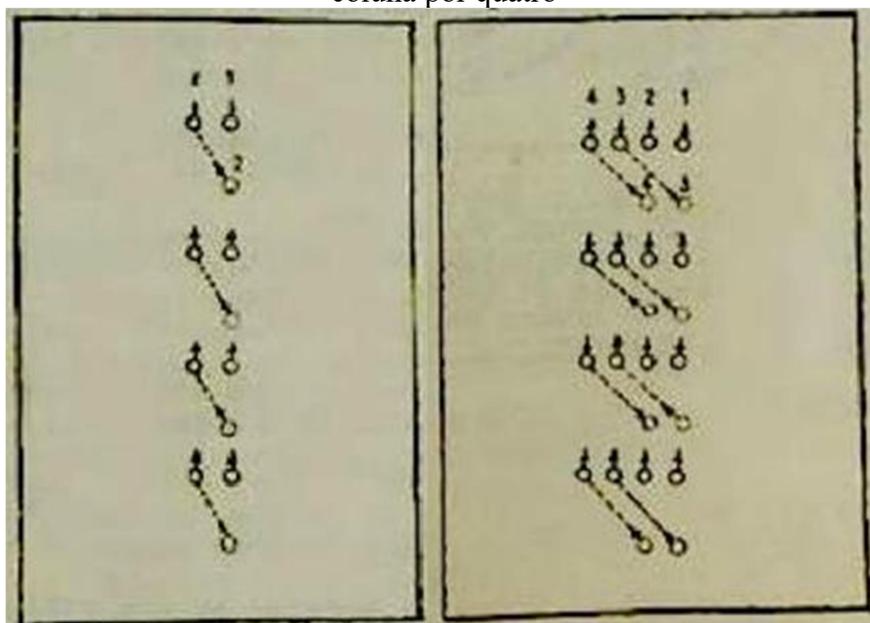
São as que mais se aproximam do que se costuma chamar no senso comum de marchas e exercícios militares de ordem. São resquícios dos combates lineares, característicos da Idade Média, onde os exércitos enfrentavam-se como num grande jogo de xadrez a comando visual de seus generais. Grupamentos alinhados e ordenados obedeciam a comandos de avançar, preparar, atirar, recuar, etc., tornando os combates extremamente controlados e lineares. Quanto às Formações e exercícios de ordem, o manual dispõe de formações em linha, em coluna, em círculo e passagem de umas para as outras, sempre executados por comando de voz do instrutor. Os mais comuns presentes no manual são: “Por dois, marche!”, “Por quatro, marche!”, “Fora de forma, marche!”, “Em tal formação reunir!”, “Pequeno intervalo... Reunir!... Firme!”, “Grande intervalo... Reunir!... Firme!”, “Para a esquerda,

marche!", "Firme", "Direita volver!", "Esquerda volver!", "Oitavo à direita (esquerda)... Volver!", "Marche", "Meia volta volver", "Tomar distância", "Um passo à frente", "Um passo à retaguarda", "Um passo à esquerda", "Um passo a direita" (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1934, p. 87-95).

Cada comando possui uma ação pré-determinada para os alunos. Via de regra, todos devem ser executados de forma rápida, enérgica e simultânea, mais de forma reflexa que racional, pois tem como objetivo desenvolver a disciplina de cumprimento de ordens e comandos. Exemplo disto é que "ao comando de "Em tal formação, reunir! os alunos vão rapidamente reunir-se na formação indicada, com a frente voltada para o instrutor, tomando a posição fundamental." (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1934, p. 88, grifo do autor). Esta posição é a constante na Figura 15, discutida anteriormente.

Na Figura 71, no esboço da esquerda "ao comando 'Por dois, marche!' os números pares vão se colocar à esquerda e à altura dos números ímpares que se achava na sua frente" (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1934, p. 87), e no esboço da direita "ao comando de 'por quatro, marche!' as fileiras pares vão se colocar à esquerda e à altura das fileiras ímpares que se achavam na sua frente (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1934, p. 87).

Figura 71: Passagem de "coluna por um" para "coluna por dois" e de "coluna por dois" para "coluna por quatro"



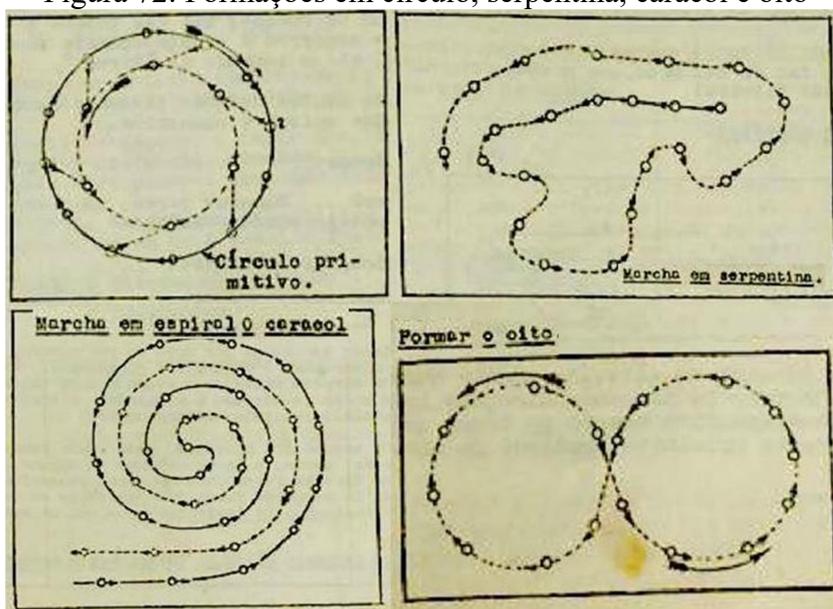
Fonte: mosaico com base no RGEF-R7, p. 87.

O RGEF-R7 descreve como se executar movimentos, como por exemplo, ao comando de direita ou esquerda volver!, "girar o calcanhar direito (esquerdo) de um quarto de círculo à

direita (esquerda), girando ao mesmo tempo sobre a ponte do pé esquerdo (direito); em seguida unir o calcanhar do pé esquerdo (direito) ao do direito (esquerdo). (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1934, p. 89).

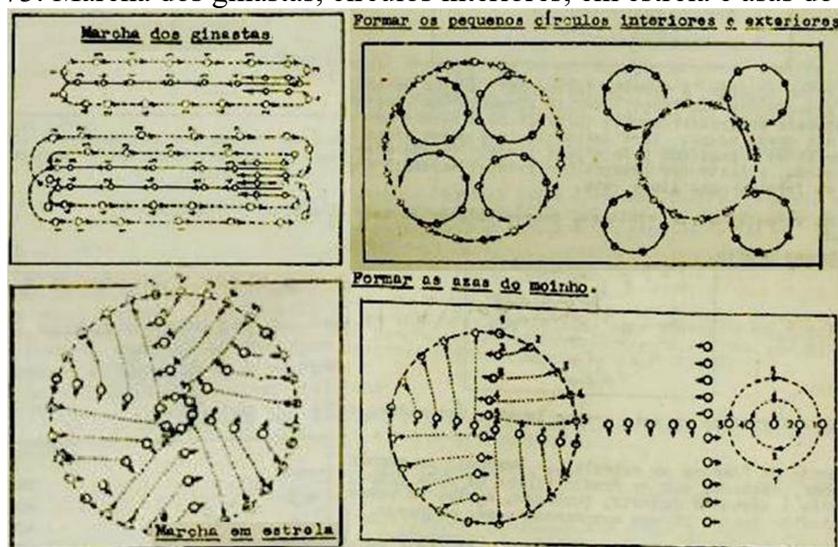
Dentro das Evoluções e Rodas há diversos percursos definidos de marcha com cadência de passo: em círculo, serpentina, espiral, moinho, estrela, oito e marcha dos ginastas (Figuras 72 e 73). Após os alunos aprenderem os movimentos básicos de ordem, passam às formações, que são mais complexas.

Figura 72: Formações em círculo, serpentina, caracol e oito



Fonte: mosaico com base no RGEF-R7, p. 90-91.

Figura 73: Marcha dos ginastas, círculos interiores, em estrela e asas do moinho



Fonte: mosaico com base no RGEF-R7, p. 92-94.

Estes exercícios de ordem, tipicamente militarizados, não era exclusividade do Método Francês. Mesmo antes de sua adoção no Brasil, já eram prescritos nos programas escolares. Puchta (2015) analisa 15 programas de ensino para os grupos escolares de São Paulo, Paraná e Minas Gerais, e para as escolas primárias do Rio de Janeiro, entre os anos de 1883 a 1925. Havia posições fundamentais, com finalidade de ordenar os alunos para a prática da ginástica. Em oito documentos, exercícios preliminares eram orientados para evitar colisões entre os alunos. Os professores deveriam saber posicionar os alunos, numerando-os, alinhando-os por altura e fazendo-os tomar distância. Os tipos de formaturas foram prescritos como conhecimentos preliminares aos exercícios ginásticos:

em filas e em fileiras, abrir e fechar fileiras, em duplas, trios, etc., mudando de direção, ora para a direita ora para a esquerda, dando um quarto de volta, ou para trás, dando meia volta. Assim, antes de iniciar as aulas era preciso posicionar os “alunos em linha, separados suficientemente, para que não se toquem nos movimentos. Ficarão à vontade, espriguiçando-se, até a voz Posição!, quando se postarem em atitude militar correta. (PUCHTA, 2015, p. 76-77)<sup>90</sup>.

A postura nas aulas de ginástica era muito enfatizada e os detalhes era recomendados. Ao comando de FIRME!, o aluno

deverá perfilar-se, com os calcanhares unidos e as pontas dos pés para fora cerca de 25 cm, o corpo ereto, aprumando-se sobre os quadris, peito saliente, braços caídos ao longo das coxas, palmas das mãos unidas à roupa e olhar dirigido para a frente (PUCHTA, 2015, p. 77)<sup>91</sup>.

Além do cuidado com a postura corporal, havia outro elemento bastante caracterizado e enfatizado: as marchas.

Desde a marcha simples, realizada no mesmo lugar, até as mais complexas, permitindo o deslocamento dos alunos no espaço, em diferentes tempos, marcando o ritmo dos exercícios e possibilitando as mais variadas formações. Talvez por isso as marchas, juntamente com os exercícios dos membros e articulações, estiveram presentes em praticamente todos os programas de ensino, também sendo incluídas na base comum. Apesar de parecer, num primeiro momento, de fácil execução, as marchas podem ser vistas como mais um elemento complicador, mais um obstáculo a ser vencido pelos alunos. Afinal, elas também apresentavam muitas variações, podendo ser cadenciadas, sinuosas, em círculo e em espiral, combinadas, à

---

<sup>90</sup> Decreto nº 3405, de 15 de janeiro de 1912 - Aprova o Programa de Ensino dos grupos escolares e demais escolas públicas primárias do estado de Minas Gerais.

<sup>91</sup> Decreto nº 420, de 19 de junho de 1917 - Programa do Grupo Escolar Modelo e Similares do estado do Paraná.

direita, à esquerda, em frente, com variação da direção por fileira, em passo ordinário e acelerado, na ponta dos pés, sobre os calcanhares, com movimento dos braços, elevação dos joelhos, tudo isso sem contar as contramarchas. (PUCHTA, 2015, p. 77)<sup>92</sup>.

Percebe-se que mesmo antes da ginástica francesa aportar ao Brasil, os programas de ensino apresentavam um modelo de ginástica militarizado, influenciado pelos exercícios de ordem e marchas. Resquícios dos métodos Alemão e Sueco, estes exercícios integravam o escopo da escolarização da ginástica. O Método Francês não era diferente nisso, pois bebeu na fonte da Escola de Estocolmo para sistematizar seus exercícios.

Tanto Schneider (1975) como De Gaulle (1996) enfatizam as mudanças ocorridas entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial em relação às mudanças de técnicas de combate necessárias aos enfrentamentos das novas tecnologias bélicas, mas como em todo processo de transição, há os adeptos do novo e os adeptos do velho. Alguns generais ainda afincados a antigos conceitos de linearidade e posições estáticas e outros percebendo a dinâmica de guerra possibilitada pelos bombardeios, aviação, metralhadoras e taques de guerra. Em relação essas diferenças o general francês observa:

“Todavia, se a perfeição das máquinas acentua o caráter técnico da guerra, também faz reaparecer, por um singular retrocesso, no exercício de Comando certas condições de improvisação e de audácia que dão novamente todo o seu relevo a personalidade. Os chefes de qualquer graduação terão que jogar e decidir com rapidez extrema, que excluirá os conselhos e as demoras. Deverão, em alguns instantes, apreciar as circunstâncias, tomar decisões e dar ordens. Os trabalhos de previsão e de preparação, que reduzem a parte do acaso, sem dúvida, continuarão sendo possíveis e até mesmo essenciais. Porém, a ação, uma vez iniciada, se revestirá, em geral, de um cunho tão precipitado que as intervenções do Comando terão que se produzir muito prontamente. Não mais haverá manobras preparadas de antemão ataques regulados com a precisão de um balé, que prevaleceram durante a Primeira Guerra Mundial. (DE GAULLE, 1996, p. 129).

O RGEF-R7 foi influenciado pelos saberes da Escola de *Joinville-le-Pont*, e assim incorporou exercícios de ordem. Mesmo com as necessidades de avanços no treinamento físico dos soldados exigidos pela experiência da Primeira Guerra Mundial, mantém os

---

<sup>92</sup> Decreto nº 1281, de 24 de abril de 1905 - Aprova e manda observar o programa de ensino para a escola modelo e para os grupos escolares do estado de São Paulo; Decreto nº 2944, de 08 de agosto de 1918 - Aprova o Regulamento para a execução da Lei n. 1579, de 19 de dezembro de 1917, que estabelece diversas disposições sobre a instrução pública do Estado de São Paulo; Decreto n. 1947, de 30 de setembro de 1906 - Aprova o Programa de ensino primário para o estado de Minas Gerais; Decreto nº 6758, de 01 de janeiro de 1925 - Aprova o programa de ensino primário para o estado de Minas Gerais; Portaria nº 86, de 19 de agosto de 1921 - Programa para os grupos escolares do Paraná; Câmara Municipal do Rio de Janeiro, de 23 de fevereiro de 1926 - Programas para o ensino primário.

exercícios de ordem, evoluções e marchas, provavelmente por entender que estas atividades desenvolvem características como disciplina, obediência e atenção, além de servirem também para que os instrutores se adestrem na emissão de ordens e conduta de tropas. Obviamente que, quando estes saberes adentram à escola, estas perspectivas de adestramento para guerra são diluídas, e ao invés da disciplina e ordem para o combate, estes substantivos são transpostos para a organização social almejada por parte do Estado. Alunos obedientes, disciplinados, fortes e produtores.

Ao sistematizar um modelo de educação do corpo, materializado em um modelo de Educação Física, aqueles militares de *Joinville-le-Pont* basearam alguns de seus saberes nas práticas já consolidadas na instituição militar, e utilizaram seu *know-how* de como fazer, ou seja, aproveitaram saberes adquiridos. Os exercícios de ordem, evoluções e marchas estavam neste contexto de transposição, apesar de terem sido redirecionados para outra finalidade, a de adestrar indivíduos.

### 3.11 Nadar

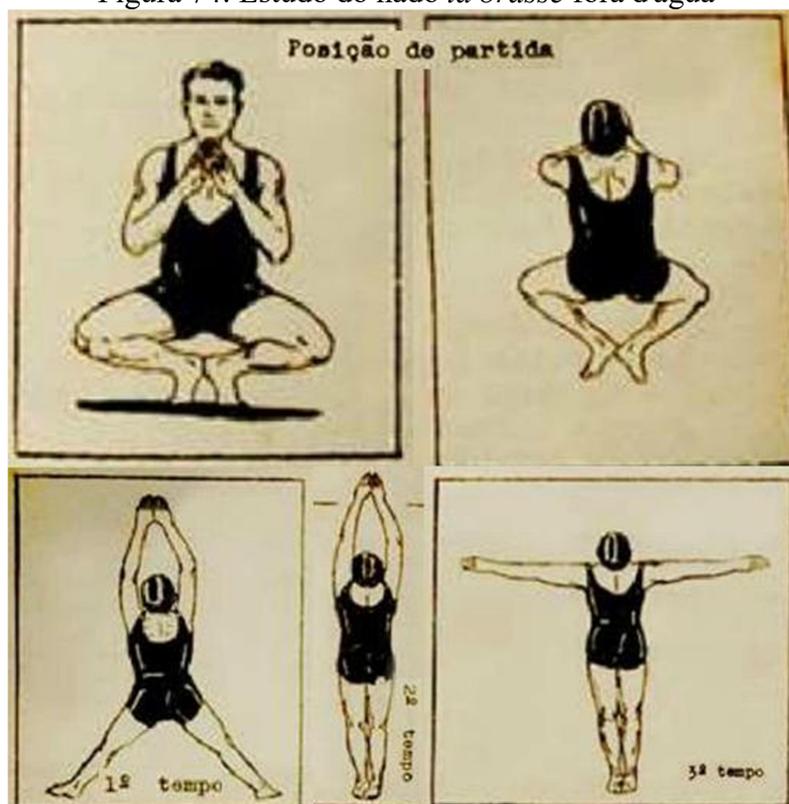
Para a natação o RGEF-R7-1ª parte apresenta nove exercícios, sendo sete (77,8%) para alunos de quatro a 13 anos (Tabela 21). O nado apresentado pelo manual para ser ensinado é o *la brasse*, conhecido como nado peito, pois é o de maior facilidade para aprender, segundo o manual. Este nado não é o mais rápido, e há menção disto sobre o nado *crawl*, que deve ser utilizado em competições.

Tabela 21: Distribuição de Nadar por faixa etária

	4-13 anos Educação Física Elementar Pré-pubertária	18-30/35 Educação Física Superior	Total de Exercícios
Idade	4-13	18-30/35	
Nadar	7 77,8%	2 22,2%	9

Fonte: Elaborado pelo autor.

O Manual indica que o nado deveria ser ensinado primeiramente fora do meio líquido com exercícios educativos (Figura 74), para depois ser aplicado na água. Estas cinco imagens na figura abaixo foram repetidas na tradução, aparecendo duas vezes cada. Os tradutores fizeram um esquema composto de cinco imagens, uma espécie de apanhado das imagens anteriores reunidas numa sequência resumida.

Figura 74: Estudo do nado *la brasse* fora d'água

Fonte: mosaico com base no RGEF-R7, p. 295-296.

Além de ressaltar os benefícios físicos e respiratórios, o manual observa aspectos morais, pois “desenvolve poderosamente a confiança em si próprios, o sangue frio e a audácia, a energia indispensável para atravessar um rio profundo de corrente rápida ou para o socorro a uma pessoa que se afoga” (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1934, p. 293).

A natação é apresentada como conveniente para adulto, criança e mulher, sendo a única categoria de exercícios em que a mulher é citada. Ao fim do capítulo, o manual apresenta técnicas de salvamento de vítimas de asfixia e salienta que o protocolo de salvamento é o mesmo para casos "por asfixia por submersão, enforcamento, por gás deletério ou por eletrocussão" (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1934, p. 303), o que talvez seja uma menção aos gases químicos usados na Primeira Guerra Mundial.

O RGEF-R7-1ª parte adota o “método de SHOEFER<sup>93</sup>” como protocolo de atendimento por respiração artificial, chamada hoje de Ventilação Mecânica Não Invasiva (VMNI). Pozuelo-Reina e Redondo-Calvo (2017), ao discutir a história da VMNI, discordam de Edmund Husserl quando este indicou uma crise das ciências e da humanidade no período entreguerras. Afirmando que na primeira metade do século XX houve sim uma crise da

<sup>93</sup> Edward Albert Sharpey-Schafer (1850-1935) - fisiologista inglês que criou o termo “insulina” e propôs o Método Schafer de respiração artificial. Um dos fundadores da Endocrinologia. (POZUELO-REINA; REDONDO-CALVO, 2017).

humanidade na Europa, mas quanto à ciência médica, esta crise não ocorreu, pois esta se desenvolveu motivada pelas demandas das duas guerras mundiais. Descrevem uma escola alemã que se destacou na concepção de diversos dispositivos, como a *Draegerogen* (garrafa de metais leves) para salvar vidas de mineradores e o uso do gás acetileno como anestésico geral em cirurgias, ambos em 1924 e receptores MU ativados pela morfina, em 1935.

Uma Escola Francesa se pronunciou em inventos de aparatos para VMNI e baseou suas pesquisas em áreas da Saúde e em segmentos que lidam com ressuscitação, como os Bombeiros. Depois da Primeira Guerra Mundial, o comandante Cot, chefe médico do Corpo de Bombeiros de Paris, revisou os conhecimentos no campo da ressuscitação, o que ocasionou uma série de propostas de intervenção, como o Respirador do Dr. Panis, de 1923, o *Pulmoventilateur* de Charles Hederer, baseado nos estudos de Schaefer e Nielsen. Os acordos da Convenção de Haya em 1899 sobre armas químicas foram totalmente ignorados na Primeira Guerra Mundial. O gás cloro na frente ocidental em Ypres, em abril e maio de 1915, e o bombardeio de brometo xílico, conhecido com gás lacrimogêneo, em Bolinow, também em 1915, deram início à guerra química durante a Primeira Guerra Mundial (POZUELO-REINA E REDONDO-CALVO, 2017, p. 256).

Estes tristes episódios da Grande Guerra estavam vivos na memória recente dos instrutores de *Joinville-le-Pont* nos trabalhos de reabilitação de feridos em guerra, o que influenciou o acréscimo de técnicas de respiração artificial e ressuscitação no RGEF-R7-1ª parte. Para termos uma dimensão mais precisa da guerra química nas frentes francesas, lembremo-nos de alguns eventos. Citaremos um trecho de Sondhaus (2013), que apesar de longo, citaremos de forma direta tendo em vista a ênfase da narrativa do historiador:

A essa altura, o horror da guerra de trincheiras tinha sido elevado a um nível diferente, com o uso de gás venenoso pelos alemães durante a segunda Batalha de Ypres (22 de abril a 25 de maio), a única ação na frente ocidental iniciada por Falkenhayn durante todo o ano de 1915. [...] ele também pretendia usar a segunda Batalha de Ypres como laboratório para testar os efeitos do gás cloro, desenvolvido para o exército alemão pelo químico Fritz Haber, ganhador do prêmio Nobel. [...] Três meses antes, em Bolimów, oeste de Varsóvia, um bombardeio de posições russas com cápsulas contendo brometo xílico (gás lacrimogêneo) tinha falhado em função das baixas temperaturas e dos ventos fortes. Mas a segunda Batalha de Ypres demonstrou a mortífera utilidade dos gases mais pesados que o ar, tais como o cloro, singularmente letal para os soldados nas trincheiras. No outono de 1915, esses gases seriam usados com regularidade por ambos os lados – na frenética corrida para desenvolver gases mais mortíferos, os franceses recrutaram seu próprio químico agraciado com o prêmio Nobel, Victor Grignardi. [...] As forças Aliadas no setor incluíam também duas divisões de infantaria predominantemente norte-africanas do 8º Exército francês e uma

divisão belga da extrema esquerda de Smith-Dorrien. Iniciando seu ataque no fim da tarde de 22 de abril, os alemães lançaram 168 toneladas de gás cloro ao longo de 6 km da frente de batalha. A nuvem de gás mais pesada que o ar fez estragos principalmente nas trincheiras ocupadas por soldados marroquinos e argelinos das duas divisões francesas. Os que optaram por abandonar as trincheiras para não morrer asfixiados foram fuzilados por descargas de metralhadora; em dez minutos, seis mil homens estavam mortos, e quase todos os demais ficaram cegos ou incapacitados de alguma maneira. (SONDHAUS, 2013, p. 170).

Esta preocupação com “gás deletério” apresentada no RGEF-R7-1ª parte pode ser resultado destes eventos mortíferos da Primeira Guerra Mundial. Morais e Moreno (2016) ao discutirem a formação de especialistas em Educação Física na Escola de Aperfeiçoamento, entre 1927 e 1945, em Belo Horizonte, mencionam que a natação também era prescrita no currículo, incluindo exercícios aquáticos e técnicas de salvamento, mas não há nenhuma menção ao Método Francês ou qualquer influência do CMEF.

### 3.12 Grandes Jogos e Jogos Desportivos

Estes conteúdos estão inseridos no capítulo XIII, último do RGEF-R7-1ª parte. Apresenta seis propostas de jogos e não possui nenhuma representação gráfica de corpo. Todas as atividades são destinadas a alunos de quatro a 16 anos, adentrando um pouco na Educação Física Secundária (Tabela 22).

Tabela 22: Distribuição de Grandes Jogos e Jogos Desportivos por faixa etária

Idade	4-13 anos Educação Física Elementar Pré-pubertária	13-18 anos Educação Física Secundária Pubertária e Pós-pubertária		Total de Exercícios
	4-13	13-16	16-18	
Grandes Jogos e Jogos Desportivos	6		-	6

Fonte: Elaborado pelo autor.

Inicia apresentando o jogo chamado As barras, que consiste em dividir os alunos em duas equipes em um campo para capturar prisioneiros. Um jogador dirige-se à linha limite e pede “barra” a um adversário, dando três pancadas leves em sua mão, momento este que se inicia a perseguição. Este jogo faz a segunda menção a exercícios femininos, mas de maneira sumária, pois apenas prevê medidas do campo menores para meninas (50 a 80 metros para “rapazes” e 40 a 60 para as “moças”).

A bandeira coletiva<sup>94</sup> é o segundo jogo e caracteriza-se em duas equipes em campos opostos e o objetivo é capturar uma “bandeira” no lado adversário. Cada “partido” elege um “cavalheiro”, que será o líder da equipe e comandará seus liderados para capturar a bandeira adversária e trazê-la para seu campo. O jogo expõe o que chama de “tática”, e orienta que “o chefe do partido tem interesse em não empregar todos os jogadores na ação, conservará reservas para substituir seus próprios prisioneiros” (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1934, p. 330). Há uma variação chamada de Bandeira individual, na qual as regras são as mesmas, com a diferença que a ação de capturar as bandeiras ocorre entre duplas, um de cada equipe enfrentando-se sem a interferência dos demais. Assim como o jogo anterior, possui a lógica de invadir o terreno do adversário para capturar algo, seja uma pessoa ou um objeto.

O próximo jogo é A grande téca, que é muito semelhante ao beisebol, e os alunos utilizam uma "bola de couro e um bastão de 0,70, mais fino no punho e mais grosso na cabeça" (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1934, p. 331). O bastão é chamado de Téca. O campo é em forma de pentágono e cada vértice corresponde a uma base (1, 2, 3, 4 e 5), e as equipes são divididas em batedores e apanhadores.

“Bate-bola” consiste em um campo com um corredor central (2 metros de largura) onde se confrontam os “lançadores” e os “caçadores”. É disputado com bola de futebol ou basquete “não cheia completamente”. Um lançador joga a bola no campo de jogo (fora do corredor) e corre para o lado oposto por dentro do corredor, com o objetivo de voltar à posição original sem ser acertado pela bola que agora está de posse dos caçadores.

O jogo chamado de A bola militar é muito semelhante ao *Rugby*, podendo ser jogado por até 50 alunos em um campo de 100 x 70 metros. Traça-se uma linha central e duas linhas finais, uma atrás de cada equipe. O juiz para o jogo “quando há brutalidades”. Pode ser convencionalizado usando somente as mãos, somente os pés, as mãos e os pés, e a proibição de ser carregada. O objetivo é levar a bola para além da linha final do adversário. Como citamos anteriormente, o *rugby* segue a lógica de um campo de batalha onde duas equipes disputam território e pontua quem conseguir chegar até a linha que fica atrás da equipe adversária, e como observou Linhales (2006), os jovens soldados no campo de batalha sentiam-se mais adaptados por motivo da prática deste esporte.

---

<sup>94</sup> Em 2016, por ocasião de meu estágio supervisionado de graduação em escolas de Dourados - MS, a professora regente propôs este jogo às crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental e disse que eles sempre pedem este jogo, chamado por eles de Bandeirinha, e percebemos que havia certo êxtase nas disputas de captura da bandeira adversária.

O RGEF-R7-1<sup>a</sup> parte orienta que estes jogos sejam utilizados apenas uma ou duas vezes por semana, sempre em menor grau que as aplicações, pois estas que integram os objetivos principais do Plano de Educação Física. Devido ao uso de jogos e esportes que se assemelham aos de origem inglesa, A Grande Téca com Beisebol e Bola Militar com *Rugby*, percebemos a influência britânica no Método Francês. A segunda parte do Regulamento Geral propõe também o Boxe inglês como conteúdo de luta. O RGEF-R7-1<sup>a</sup> parte encerra seus conteúdos propondo o voleibol, o que já demonstra uma influência norte-americana.

Após a Segunda Guerra Mundial, mais uma vez a Escola de *Joinville-le-Pont* seria irradiadora de novas propostas. Esta proposta de Educação Física ficou conhecida no Brasil como “Método da Educação Física Desportiva Generalizada” (Bracht, 1989; Coletivo de Autores, 1992), divulgada pelo professor Listello<sup>95</sup> após a Segunda Guerra Mundial, e no Brasil na década de 1950. Levet-Labry (2007) aponta que o *Institut National des Sports* (INS) originou-se das bases da escola de *Joinville-le-Pont*, ou seja, o Método Francês já antecipava o que se tornaria posteriormente Desportivo Generalizado, e Ramos (1983) comenta que o INS foi organizado no mesmo local da Escola de *Joinville-le-Pont*. Martins (2005) menciona que em 1920, em *Joinville-le-Pont*, ocorreu uma prova chamada *Les Trois Sports*, uma combinação de ciclismo, corrida e canoagem, uma aproximação do que hoje chamamos de triatlo, com a diferença da natação no lugar da canoagem. A segunda parte do Método Francês, a que não foi traduzida para o português, inclui o ciclismo no treinamento esportivo. Cabe lembrar que bicicletas foram amplamente usadas na Primeira Guerra Mundial como transporte de tropas, como mostram as figuras 75, 76 e 77.

---

<sup>95</sup> Auguste Listello (1918-2010). Natural da Argélia e naturalizado francês por ter servido na Marinha Francesa (1931-1945). Professor e diretor técnico-pedagógico do *Institut National des Sports* (1945-1958). Foi um dos criadores do Método Educação Física Desportiva Generalizada, no pós Segunda Guerra Mundial.

Figura 75: Soldados rebocando uma metralhadora *Maxim* - agosto de 1914



Fonte: *Bibliothèque Nationale de France*. Disponível em:  
<<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b69312384.r=bicyclette%20la%20guerre?rk=300430;4>>.  
Acesso em: 25 jan. 2019.

Figura 76: Soldados ingleses deslocando-se em bicicletas - agosto de 1914



Fonte: *Bibliothèque Nationale de France*. Disponível em:  
<<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b6931241m.r=bicyclette%20la%20guerre?rk=407727;2>>.  
Acesso em: 25 jan. 2019.

Figura 77: Soldados italianos na Primeira Guerra Mundial - novembro de 1915



Fonte: *Bibliothèque Nationale de France*. Disponível em:  
<<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b69090865.r=bicyclette%20la%20guerre?rk=64378;0>>.  
Acesso em: 25 jan. 2019.

Podemos perceber que o RGEF-R7-1ª parte está repleto de exercícios com finalidades utilitárias para a guerra, o que se justifica pela experiência francesa na Primeira Guerra Mundial, na qual a tecnologia imprimiu novas demandas nos esforços de guerra. Apesar de sair vitoriosa da Primeira Guerra Mundial, no sentido formal do termo, o Exército da França sentiu a necessidade de reformular seu sistema de treinamento físico militar, e estas novas demandas estão presentes nos conteúdos do manual. Não é possível elencar os exercícios que foram ou não reproduzidos na escolarização brasileira, mas analisando somente os conteúdos do RGEF-R7-1ª parte, há indícios e elementos comuns à formação do soldado. Não identificamos pesquisas que tenham analisado o Método Francês no Brasil analisando fontes e documentos internos de escolas primárias e secundárias, mas há pesquisas que analisaram a documentação de cursos de formação de especialistas em Educação Física, a exemplo dos estados do Espírito Santo e São Paulo, nos quais há indícios da presença do RGEF-R7 nos cursos de formação, mas não há traços de militarização.

### 3.13 Ginástica e Ciência: As bases fisiológicas

Após o preâmbulo, o manual apresenta a primeira parte subdivida em três títulos: Bases Fisiológicas da Educação Física, Bases Pedagógicas e Pedagogia Aplicada. O primeiro inicia com uma afirmação curta em extensão métrica, mas profunda conceitualmente, de que “a educação física deve ser orientada pelos princípios anatomo-fisiológicos”, ou seja, a composição do corpo e o funcionamento dos sistemas e órgãos eram os dois vetores de entendimento do que é a Educação Física, o que para aquele momento histórico era concebível, tendo em vista a ciência fisiológica hegemonicamente positivista. A economia de energia para realizar determinadas tarefas é o objetivo da fisiologia aplicada.

A saúde na infância é entendida no manual como “o desenvolvimento harmônico do corpo”, ou seja, sem enfatizar nenhuma função ou capacidade específica, para na idade adulta “manter e melhorar o funcionamento dos órgãos, aumentar o poder do coração e dos vasos sanguíneos, o valor funcional do aparelho respiratório, a precisão e eficiência dos movimentos e, pelo conjunto desses meios, assegurar a saúde” (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1934, p. 7). Percebemos que na idade adulta há a proposta de desenvolver certas capacidades específicas, como atividades cardiopulmonares para aumentar a resistência física e atividades que desenvolvam a destreza dos movimentos, como marchar, trepar, saltar, levantar, transportar, correr, lançar, atacar, defender e nadar.

O manual propõe que “a educação física necessita pois de uma noção, sucinta e precisa do que representa para o organismo o exercício físico” (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1934, p. 7). Essa noção sucinta percorre todo o manual, o que indica que o professor não necessita conhecer com profundidade os processos fisiológicos do corpo, bastando que possua os saberes básicos e domine a transmissão do Método. É como se o método atingisse os objetivos por si só, necessitando apenas que alguém o transmita, no caso o professor. Seguindo a mesa lógica de o professor necessitar apenas de conhecimentos superficiais e dominar a técnica de transmissão do Método Francês, deduzimos que ao aluno (soldado) bastava executar, sem que tivesse nenhuma consciência do processo de ensino. Isso ratifica que o manual tenha sido utilizado apenas por professores. Esta concepção manualística nos remete a Amos Comenius na busca de “um método universal de ensinar tudo a todos” (COMENIUS, 2001, p. 13), dentro das discussões que envolviam a aprendizagem ou “discentia”.

Para Comenius (2001) devido às limitações humanas do mestre, se faz necessário um método único que dê conta de todas as questões educacionais.

Mas, porque não é dado a todos poder exercer o ofício de professor com tudo o que ele exige de destreza, é necessário submeter todas as ciências que se ensinam nas escolas a estas regras do método, a fim de que o ensino não descarrilhe e não falhe no seu objetivo. (COMENIUS, 2001, p. 347).

Dentro da proposta comeniana, há onze cânones do método, dos quais o primeiro diz que “Aprenda-se a fazer fazendo”, e assim que o RGEF-R7 constrói seu método de ensino, pois sabendo o professor o que deve fazer, demonstra aos alunos, e estes aprendem fazendo. O professor demonstra e por repetição os alunos reproduzem os movimentos. Para Comenius “A princípio, a imitação faça-se segundo a forma prescrita; depois poderá ser mais livre” (COMENIUS, 2001, p. 355). O RGEF-R7 propõe que os esportes devem ser realizados de forma integral somente pelos adultos, pois estes sim já adquiriram os saberes motores necessários à Educação Física Superior, ou seja, o treinamento desportivo. Recomendaria ainda Comenius que o livro de texto deve conter “todo o programa prescrito para determinada classe”, para que os jovens “não tenham necessidade de outro livro”. (COMENIUS, 2001, p. 485), e assim o RGEF-R7 se apresenta como o “guia orientador” para o ensino do Método Francês.

Ao abordar sobre a natureza do exercício físico, o manual o define como a realização, “pelo trabalho dos músculos, certas ações mecânicas” (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1934, p. 8), e prossegue trazendo conceitos fisiológicos como contração muscular e coordenação dos movimentos, indicando que certos movimentos são “automáticos e inconscientes” e outros são conscientes e voluntários, representados por “atos psíquicos completos: - percepção, juízos, reações motoras voluntárias”. A ideia de harmonia motora está ligada ao equilíbrio destes dois tipos de movimento, o que não coloca o praticante da ginástica como um mero repetidor de sequências de exercícios.

Descreve sucintamente o caminho percorrido pelo sangue durante o exercício físico, a quantidade de sangue necessária no músculo em atividade e a temperatura muscular gerada pelo exercício, chamados estes de “efeitos locais do exercício físico”. A tentativa de explicar as adaptações orgânicas específicas em cada músculo e sistema separadamente, para somente depois abordar os “efeitos gerais do exercício”, segue uma lógica positivista, de se estudar e desenvolver o conhecimento do específico para depois sim o geral. Ritmo cardíaco, pressão arterial, absorção de oxigênio, funcionamento dos rins e glândulas, oxidação dos alimentos, regulação térmica, trocas de calor com meio externo, estafa, são elementos discutidos para demonstrar estes efeitos gerais no organismo. O entendimento de que o exercício deve partir do mais simples para o mais complexo conduzirá a sequência de exercícios proposta pelo

manual. Primeiro as atividades tidas como elementares para depois desenvolver outras mais complexas.

A questão da economia de energia animal é tratada nas perspectivas da fisiologia moderna, conceituando o treinamento como “a adaptação tão perfeita quanto possível do organismo a um serviço determinado; corresponde, para este exercício, ao mínimo possível de gastos fisiológicos; em outros termos, ao melhor rendimento do motor animado (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1934, p. 10), ou seja, a disputa de qual método seria melhor, gravita em torno de uma questão elementar: qual método promove maior trabalho motor com menos gasto de energia? Na perspectiva da guerra significa permanecer mais tempo em combate, com maior rendimento, alimentação restrita, sem adoecer, mantendo a higidez. Na ótica da produção fabril a lógica é a mesma, maior produção, maior aproveitamento do tempo, menos alimentação com menor afastamento temporário da produção por motivos de saúde, ou seja, o tipo do soldado seria o melhor operário.

Com a consciência das adaptações orgânicas provocadas pelos exercícios e a de que os indivíduos são diversos, os exercícios devem ser os mais variados possíveis para atender à diversidade humana. Considerar mais a capacidade fisiológica e menos a “idade real” é a forma mais adequada de “serrar” os organismos. “É o que tende realizar o Método Francês de Educação Física”. O manual prevê um “Plano de Educação Física” que consiste em uma divisão de exercícios pertinentes a cada “classe de indivíduos de valor fisiológico determinado”, ou seja, uma categorização fundamentada em capacidades físicas e orgânicas:

1º *A educação física elementar* (pre-pubertária) destinada às crianças de 4 a 13 anos, mais ou menos.

2º *A educação física secundária* (pubertária e post-pubertária) destinando-se aos indivíduos de 13 a 18 anos.

3º *A educação física superior* (esportiva e atlética) destinada aos jovens admitidos a este grau e que podem seguir suas práticas até o declínio de sua força muscular (30 a 35 anos)

4º *A educação física feminina*.

5º *As adaptações profissionais*.

6º *Ginástica de conservação* para a idade madura (após os 35 anos).  
(ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1934, p 13, grifo do autor).

A divisão considera a idade biológica e as transformações orgânicas, como a puberdade, por exemplo, mas deixa claro que não se deve esquecer o “valor fisiológico”. O plano de educação física propõe o desenvolvimento do indivíduo por toda sua vida, dos quatro anos em diante, ou seja, um plano de trabalho motor para além da escola, salientando sempre

que esta divisão etária é apenas um referencial, e não há a necessidade de segui-lo hermeticamente.

Ao tratar do primeiro período, dos 4 aos 13 anos, a expressão “mais ou menos” pode ser substituída pela expressão aproximadamente. Neste momento inicial do plano de Educação Física, esta deverá desenvolver as “grandes funções”, como a respiratória, circulatória, articular, entre outras não citadas e, para tanto, será essencialmente “higiênica”. “Educar a coordenação nervosa” sem o objetivo de desenvolver os músculos é a finalidade desta fase, tendo em vista que a criança (menino e menina) acha-se em pleno crescimento. A criança desta faixa de idade não deverá ser submetida a nenhum protocolo de avaliação motora pelo “instrutor”, cabendo ao médico classificá-la quanto ao “valor fisiológico”. Há neste momento do plano de Educação Física um alerta para que haja vigilância constante do médico, e no entendimento do manual este é o “colaborador inseparável do instrutor, mesmo no decorrer das instruções” (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1934, p. 13).

O segundo período corresponde à idade “pubertária e post-pubertária”, dos 13 aos 18 anos. O RGEF-R7 considera que a puberdade ocorre em homens entre 11 a 13 anos, e em mulheres entre 12 a 14 anos. Aponta que do início da puberdade é necessário somar mais cinco anos, que seria o tempo que ela leva para completar-se. Ao fim deste lustro, ambos os sexos atingiriam a “nubilidade” e seus organismos estariam prontos para “reproduzir”. Esta questão da gestação foi uma constante nos diversos métodos ginásticos, tanto o alemão, quanto o sueco, e em todos se dava atenção ao tipo de exercício destinado a mulher para não prejudicar o sistema reprodutivo. Acreditava-se que os exercícios físicos na região do ventre, quadril e abdome aumentariam o potencial feminino de gerar descendentes mais fortes e saudáveis. Isto apenas reproduzia a lógica da função social da mulher naquele momento histórico, a lógica biológica, e não foi uma inovação dos sistemas ginásticos.

O que nos chama a atenção é que, naquele período pós Primeira Guerra Mundial, após os países beligerantes terem perdido parte considerável de sua população masculina em idade reprodutiva, os métodos ginásticos enfatizaram a preocupação com a qualidade e quantidade das gestações para recuperar suas populações, tanto masculinas, para guerra propriamente dita, quanto à feminina, para compensar a ausência dos homens no sistema de produção econômico. Em relação aos planos de educação física, às mulheres as atenções eram com a reprodução, e aos homens eram voltados para desenvolvimento cardíaco e pulmonar, pois estes seriam os responsáveis pela defesa da pátria e o desenvolvimento da economia. Isto fica evidenciado pelo uso do espirômetro para a aferição da ventilação pulmonar pelo médico, e

este seria o responsável por avaliar o aluno e autorizar o ingresso dele no próximo período, o superior.

O terceiro período era chamado de educação física superior (esportiva e atlética) e era destinado aos indivíduos de 18 aos 30/35 anos. O manual chama este estágio de “coroamento e a conclusão lógica dos períodos precedentes” (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1934, p. 15), o que deixa transparecer que este é o objetivo fim de todo o processo do plano de educação física. É nessa faixa etária que o indivíduo atinge o apogeu das capacidades físicas e, portanto, atinge o auge da capacidade militar e produtiva. Os períodos anteriores não têm uma finalidade absoluta, mas sempre relativa com fins ao ingresso nesta terceira etapa. Em 1934, a lei do serviço militar previa o sorteio para homens com 21 anos em tempo de paz, mas em caso de guerra com 18 anos, podendo também as mulheres ser convocadas para atividades logísticas. Somente em 1945, após a Segunda Guerra Mundial, que o alistamento se tornou obrigatório para todo cidadão homem.

Estas prescrições eram tão inovadoras para a época, que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996 faculta aos alunos a prática de Educação Física para os que tenham mais de 30 anos de idade, os que estiverem prestando serviço militar inicial ou que em situação similar, estiverem obrigados à prática de Educação Física, aos que tenham prole, e aos que, amparados pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969, dos ministros da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, sejam diagnosticados com alguma incapacidade física relativa pela autoridade médica oficial do sistema de ensino. A atualização da LDB em 2017 mantém estas peculiaridades em relação à obrigatoriedade da Educação Física.

Outro estágio do plano é a questão da Educação Física feminina. Ela não é um quarto ciclo, pois não tem interdependência com as demais, apesar de ser enumerada como quarta. O manual aponta que até os sete anos não há diferença entre os sexos no que tange aos exercícios físicos, e estes devem ser higiênicos. Dos oito anos até a “idade adulta” as capacidades físicas vão se diferenciando gradualmente. Aconselha que não se deva procurar desenvolver os músculos em mulheres, e cita dados do dinamômetro lombar no qual afere que as mulheres possuem  $\frac{2}{3}$  da força dos homens em média. Os exercícios para a mulher deveriam contribuir para o “desenvolvimento normal da bacia”, pois esta “não é constituída para lutar, mas para procriar”. Várias sugestões são dadas como possibilidades de exercícios, como jogos de raquete, a exemplo da Péla e do Tênis, saltos de corda e transporte de pesos leves em equilíbrio na cabeça, entre outros, desde que fossem de baixo impacto, pois “qualquer exercício que seja acompanhado de pancadas, de choques e de golpes, é perigoso para o órgão uterino” (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1934, p. 16).

Naquele momento pós Primeira Guerra Mundial, apesar da mulher já haver se inserido parcialmente no trabalho externo ao lar, devido à Revolução Industrial, o papel social da mulher ainda era hegemonicamente vislumbrado como reprodução, educação dos filhos e trabalho doméstico. A França já havia perdido grande parte de sua população masculina de forma massiva na Guerra Franco-Prussiana e na Primeira Guerra Mundial, o que nos remete à preocupação e interesses em aumentar sua população rapidamente. Como a fisiologia da época sugeria que exercícios higiênicos focados na região dos quadris favoreciam a gestação, e havia *déficit* de população de homens, nada mais lógico que operacionalizar esses conteúdos para os exercícios femininos com vistas a solucionar o problema matemático de indivíduos homens em idade militar, já que a guerra era iminente, e realmente foi, fato constatado com a Segunda Guerra Mundial. Esse intervalo de aproximadamente duas décadas entre as duas grandes guerras permitiu que as mortes da primeira fossem parcialmente recompostas.

O RGEF-R7 categoriza a Educação Física Feminina, mas o manual pouco propõe atividades para meninas. Apesar da prioridade para alunos do sexo masculino, a divulgação do Método Francês pela Escola de Educação Física do Exército considerava o grupo feminino. Seu principal veículo de divulgação, a Revista de Educação Física, em 1937, apresentava turmas de ensino primário, tanto mistas quanto divididas por sexo, em aulas no Colégio Cristo Redentor, sob orientação do capitão Jair J. Ramos, da EsEFEx. A revista mostra quatro turmas do ciclo elementar: uma do 1º grau do ciclo elementar e uma do 2º grau, ambas mistas; uma feminina do 3º grau; e uma masculina do 3º grau.

Figura 78: turma feminina do ciclo elementar (3º grau)



Fonte: Revista de Educação Física, ago. 1937, p. 26.

Mesmo tendo o RGEF-R7 por “guia prático”, considerando que este não previa aulas mistas de meninos e meninas, a vulgarização e a práxis do Método Francês implementada pela EsEFEx incluía turmas femininas e mistas, o que indica um “jeito” brasileiro de ensinar Educação Física, e uma intenção para além da preparação dos soldados, com objetivos de intervenção pedagógica em toda a população, com nuances políticas e econômicas.

A quinta categoria é chamada de “adaptações profissionais”, que por sua vez tem a finalidade de “aumentar o rendimento” de uma “função profissional, militar, industrial, etc.” (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1934, p. 16). Comenta que “pensou-se, algumas vezes, que estas adaptações poderiam constituir por si sós, toda a educação física”. Os autores combatem essa ideia afirmando ser necessária uma Educação Física elementar, geral, ainda não especializada, comum a todos, como a alfabetização o é para o letramento. A sexta e última categoria é chamada de ginástica de conservação para a idade madura, iniciada aos 30 ou 35 anos, com a finalidade de "recuar a época da decadência orgânica", não se tratando de "curar [...] as doenças da plena senilidade" (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1934, p. 16). Na perspectiva da guerra todo indivíduo pode ser empregado, independente da sua idade, sendo primeiro os mais jovens, que em tese possuem capacidades físicas mais desenvolvidas, depois os mais velhos, que já não estão com a capacidade reprodutiva dos mais jovens, mas caso tenham recebido o treinamento militar anteriormente, ainda saberão atirar e combater, e por último as crianças, que em última hipótese, podem ser empregadas na guerra, ou até mesmo ajudar na defesa doméstica e prepararem-se para a conscrição militar.

O manual francês indica o propósito de um grande projeto de educação física para toda a vida do indivíduo:

Afastando a mocidade do cabaret, exercitando-a ao ar livre, a educação física iniciada desde o lar, prosseguida na escola e se expandindo na prática racional dos esportes, surge como um dos meios mais eficazes de luta contra os flagelos sociais, tais sejam, o alcoolismo, tuberculose e doenças venéreas (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1934, p. 17, grifos do original).

*Le livre du gradé*, manual militar francês destinado para ser usado pelos responsáveis diretos pela instrução do soldado, uma coletânea dos principais regulamentos e normas, orienta sobre os deveres dos graduados:

La vie privée du chef, quel qu'il soit, est connue de tous ses subordonnés, auxquels morale à ses soldats, si sa conduite privée donnait prise à leur critique. Éviter les *cabarets* mal famés, les lieux de débauche, le jeu, les dettes, se garder soigneusement de l'intempérance; éviter de se donner en

spectacle dans toutes les circonstances où l'uniforme, l'autorité, la dignité, la bonne renommée du corps des sous-officiers, peuvent recevoir une atteinte. (LE LIVRE..., 1916, p. 14, grifo nosso).<sup>96</sup>

Estes locais a se evitar eram mal recomendados para os militares graduados, para que não maculassem sua autoridade perante os soldados. A recomendação para não frequentarem cabarés ocorre em ambos os manuais, no RGEF-R7 como recomendação contra os “flagelos sociais”, no manual militar para não prejudicar a autoridade em relação aos subordinados.

O Método Francês amplia sua concepção biológica de educação do corpo para além das bases fisiológicas e almeja a construção de um sujeito moral. Seria extremamente reducionista abordarmos o sistema francês apenas em sua face de desenvolvimento motor e das capacidades físicas. O Método Francês elenca dois tipos de qualidades:

qualidades físicas: a impulsão e a velocidade, a força muscular e a resistência orgânica, a destreza, a harmonia nas formas e proporções, etc.; são, também, qualidades morais as quais são acompanhadas frequentemente de manifestações de potência física: a audácia, o sangue frio, a resistência, a tenacidade, o espírito de disciplina e de solidariedade, etc. (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1934, p. 20, grifos do autor<sup>97</sup>).

Em relação às “qualidades físicas” percebe-se uma perspectiva utilitarista, com influências da ginástica de Amoros e do Método Natural de Georges Hébert, na busca de construir indivíduos capazes de desempenhar tarefas. Relembrando o que prescrevia o precursor do RGEF-R7 em relação às necessidades absolutas para que o soldado satisfaça com eficiência as adversidades da guerra para “suportar peso superior à carga normal, mover-se em terrenos difíceis, mostrar-se apto a uma sucessão rápida de esforços, demonstrar resistência, etc.” (BRASIL, 1921, não paginado).

Em relação às “qualidades morais”, a audácia, o sangue frio, a resistência, a tenacidade, o espírito de disciplina e de solidariedade, consideramos a caracterização do modelo de cidadão desejado. Neste espectro de valores e interesses, o Método Francês tonifica a questão moral em seu ensino. A resistência e a tenacidade como elementos físicos, a audácia e o sangue frio como características possíveis para se enfrentar a morte de maneira arrojada, o espírito de disciplina para não titubear às ordens recebidas e condutas de guerra.

<sup>96</sup> Tradução livre: A vida privada do chefe, seja ele quem for, é do conhecimento de todos os seus subordinados, os quais são moralmente inclinados, se sua conduta privada suscitar críticas. Evitar os cabarés de má fama, os lugares de deboche, os jogos de azar, as dívidas, protejam-se cuidadosamente contra a intemperança; evitar atuar em todas as circunstâncias em que o uniforme, a autoridade, a dignidade, a boa reputação do corpo de oficiais não comissionados possam ser violados.

<sup>97</sup> No texto original o destaque é realizado pelo sublinhado, devido à redação na máquina de escrever.

Esta representação de valores e qualidades permeia a vulgarização do Método Francês de ginástica no Brasil, ou seja, no dizer do Dr. Hélión Póvoas<sup>98</sup> no artigo intitulado *A Tese: A marcha para as alturas*, publicado na Revista Educação Física em 1938:

Entreguemos ao exército todos os poderes para que, no setor de Educação Física, ponha em prática em todo território nacional, a sua técnica disciplinadora que é, no momento, um evangelho salutaríssimo à nação. Para nos pôr a salvo das tormentas, organizando a nossa defesa, o exército glorioso precisa de um “HOMEM BRASILEIRO”, com todas as letras maiúsculas, bem maiúsculas. Confiantes, entreguemo-nos a ele, porque só ele dispõe dos elementos necessários a um renascimento de vigor físico indispensável à organização bélica de uma Pátria, ainda que a mais pacífica, como a nossa. *Seja o Brasil*, todo ele, no tocante à Educação Física, *uma Escola de Educação Física do Exército* (PÓVOAS, 1938, p. 1, grifo nosso).

O termo “Geral” empregado no Método Francês, no documento original e também na tradução, refere-se a um sistema de ensino ginástico que pretendia alcançar toda a população, sem exceções, ou seja, a aplicação dele faria do “Brasil, todo ele, [...] uma Escola de Educação Física do Exército”. (PÓVOAS, 1938, p. 1). A ênfase na força permeia todo o RGEF-R7, e considerando o contexto histórico em que foi elaborado, contexto este em que nações levantaram-se contra outras na tentativa de impor pela força seus sistemas e verdades, o texto enfático e ufanista de Hélión Póvoas foi escrito nas vésperas do início da Segunda Guerra Mundial, onde mais uma vez regimes totalitários tentariam impor-se pela força:

**Só o direito da força restabelecerá a força do direito**

[...]

O rendimento humano, se não está em relação direta, com a contextura física, dela não pode prescindir. O corpo quer movimento, como precisa de ar para respirar. Mas a ação mecânica não é simples estímulo de desenvolvimento corpóreo. É muito mais - é hormônio de vida.

Só por isto a educação física, codifica em elevados princípios técnicos, robustece o corpo, dando-lhe vigor, resistência, saúde, como aprimora a alma, ensinando-lhe a ver a vida com mais clareza, mais tolerância, mais elevação. Impondo a disciplina como artigo básico, fundamental, é a educação física uma cátedra viva dos que aprendendo a obedecer doutoram-se em mandar. (PÓVOAS, 1938, p. 1, grifo do autor).<sup>99</sup>

Se a ênfase na força física é notória, na disciplina também. Não bastava fortalecer o corpo, fazia-se necessário disciplinar “a alma”, pois a força desejada devia ser controlada,

<sup>98</sup> Médico e professor catedrático da Faculdade Nacional de Medicina no Rio de Janeiro. Foi presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia, na década de 1930 e, em 1941, nomeado Diretor do Serviço de Alimentação da Previdência Social.

<sup>99</sup> Grifado originalmente em negrito.

orientada, ou seja, disciplinada, adestrada. Metaforicamente era como se uma população forte e viril pudesse voltar-se contra seu próprio criador, ou em menor grau, ficar descontrolada, como ocorreu nas revoltas e revoluções que fugiram do controle do governo central. A força era importante, mas desde que estivesse domesticada, vigiada, e nesse interim o Certificado de Educação Física, proposto no Anteprojeto de Educação Física Nacional, atuaria como ferramenta de controle.

Nascimento (2009) menciona a obra de Raul Girardet, *A sociedade militar, de 1815 aos nossos dias*, na qual o autor apresenta a história do exército francês desde 1815, e demonstra que a formação da mentalidade de nação francesa foi sendo construída paralelamente aos combates contra inimigo exteriores. Menciona um requerimento de Jules Simon, um dos chefes do Partido Republicano, que em 1867 solicita ao Parlamento francês um anseio daquele partido nestes termos: “queremos ter um exército de cidadãos, que seja invencível internamente e capaz de levar a guerra eternamente. Nós vos pedimos, sem rodeios, que suprimais o exército permanente e tratei de armar a nação” (GIRARDET, 2000 apud NASCIMENTO, 2009, p. 96). O autor ressalta que após a Guerra Franco-Prussiana e a comuna de Paris o exército francês adotou o sistema de serviço militar obrigatório como forma de aumentar suas dimensões humanas.

Nascimento (2009) retoma ainda o trabalho de Eugen Weber (1988), que discute a vulgarização do militarismo na França no fim do século XIX, e defende que a ginástica, naquele momento histórico, ao invadir a escolarização, tinha o viés de treinamento pré-militar, o que não era novidade, pois desde a Revolução de 1789 foram criados batalhões escolares, os *jeunes bataillons* ou *bataillons de l'espérance*.

Os paladinos do renascimento nacional logo compreenderam que a campanha pela regeneração física tinha de começar em outra parte, principalmente nas escolas, onde se podia ensinar à grande parte da juventude do país a ginástica apropriada às instituições dedicadas à disciplina e ao controle (WEBER, 1988 apud NASCIMENTO, 2009, p. 97).

No Brasil a criação de batalhões escolas também foi pesquisada. Mauro Vago discute esta tendência educacional em Minas Gerais:

Além da ginástica, havia prescrição também de submeter os meninos aos exercícios militares. Militarizar corpos masculinos; disciplina? Virilidade? Coragem? Exemplo foi a criação dos Batalhões Escolares em Grupos Escolares de Minas Gerais. Prática frequente no período, sendo organizados e dirigidos por soldados indicados por comandantes de quartéis militares. A escola produzida como lugar de preparação de soldados para defender a

Pátria, uma maneira já de disciplinarização de corpos infantis - não sem a resistência de tantos pais, que reclamavam e recusavam a presença de seus filhos nessa prática. (VAGO, 2009, apud NASCIMENTO, 2009, p. 54-55).

Em 1881, uma década após a derrota para a Prússia, com a criação da Comissão de Educação Militar, a França retoma os batalhões escolares em todo o país para treinamento militar e ginástico de toda a população. Estes duram pouco tempo devido aos altos custos com uniformes e carabinas e a discordância de parte dos pais que não queriam seus filhos precocemente inseridos em uma educação militar. As atividades de marchas e evoluções militares, o manejo de armas e a ginástica causavam elevado nível de sudorese e as escolas não tinham banheiros e chuveiros suficientes para a higienização dos alunos. Podemos perceber que tanto na França como em Minas Gerais houve resistências por parte de alguns pais de alunos, o que contribuiu para a vida curta dos batalhões escolares, mas mesmo com o término destes, a ginástica manteve-se como conteúdo escolar.

Rui Barbosa em 1883 elabora longo parecer sobre a reforma no ensino primário e dedica parte dele à Educação Física. “Todas as nações que caminham à vanguarda da civilização moderna, têm reconhecido, estatuinto que a escola seja a primeira iniciadora do cidadão nas agruras da arte que o deve preparar para a defesa da pátria” (BARBOSA, 1946, p. 91). Depois de citar os vários países que convergiam na inserção do ensino militar e da ginástica na escolarização, como Suécia, Itália, França, Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos, assevera:

Seria, portanto, uma lacuna imperdoável a omissão dos exercícios militares num plano de reorganização do ensino popular. Quer como meio de lançar nos hábitos da mocidade a base da defesa nacional, quer como escola das virtudes varonis do patriotismo, quer como princípio influídor de elevadas qualidades morais, este ramo de instrução encerra um valor considerável e representa um papel essencial. "Além do benefício que deles provem à saúde", diz o inspetor das escolas normais belgas, "ao desenvolvimento do vigor e da destreza, são um precioso elemento de ordem, regularidade e disciplina.

Referindo-se ao uso de armas nos exercícios militares da escola, pondera um higienista: "Este exercício encerra, entre todos, a enorme vantagem de permitir a quem o executa a ação simultânea e perfeitamente coordenada de todas as artes do corpo. A arma tem certo peso; passa de um ao outro braço; durante esses movimentos as pernas são alternativamente levadas já para a frente, já para a retaguarda, a fim de estabelecer o equilíbrio" (BARBOSA, 1946, p. 94-95).

Rui Barbosa menciona o exemplo da França, que segundo ele, o Ministro Duruy “teve a honra” de inserir o manejo de armas e exercícios com fuzil em 80 liceus, 80 escolas normais

e 260 colégios oficiais existentes. É provável que estes dados, por serem oficiais, sejam um pouco exagerados, mas indicam uma realidade parcial nas escolas francesas naquele contexto histórico. “A tese do uso das práticas corporais como uma constante cultural no preparo para a guerra nas diversas sociedades persiste, uma vez que a ciência da guerra, independente do estágio de desenvolvimento social, necessita do trabalho corporal em maior ou menor grau. (FERREIRA NETO, 1999, p. 6).

Corroborando com Ferreira Neto, Horta (1994) aponta que a disciplina Educação Física foi a meio pelo qual os militares inseriram-se na escolarização brasileira, liderando a vulgarização desta disciplina em todos os graus do ensino. Baía Horta considera que “a preparação militar pode ser apontada como das principais razões pelas quais uma determinada sociedade integra, em maior ou menor grau, a educação física em seu sistema educativo” (HORTA, 1994, p. 64). O autor afirma ainda que a presença militar na escola por meio da educação pré-militar foi pouco duradoura e seu raio de alcance foi modesto, mas quanto à Educação Física, no que tange ao método, conteúdos e prática, foi sólida e ampla. Ambos consideram que o fato da formação em Educação Física de professores civis ocorrer em ambiente militar, ou por intermédio de militares, deve ser considerado como elemento de influência da caserna na escola.

Por nossa vez, analisando o RGEF-R7 e o período em que ele balizou os conteúdos escolares de educação do corpo, considerando ainda o anteprojeto militar de 1929, que aspirava por uma Educação Física para todos os brasileiros, incluindo a escola, consideramos que a Educação Física foi o meio pelo qual o projeto nação em armas tentou operacionalizar-se. Este projeto de que o Brasil seria uma grande escola de educação física influenciou decisivamente a obrigatoriedade da Educação Física no processo de escolarização. O contexto pós Primeira Guerra Mundial foi o cenário ideal para que este projeto tenha sido implantado, devido ao ambiente belicoso das décadas de 1920, 1930 e 1940.

O imaginário de que a ginástica prepararia a nação para dois tipos de combates, contra a guerra e contra as doenças, dois inimigos da modernidade, deram a chancela para uma institucionalização da Educação Física como disciplina escolar. Somemos todos estes elementos aos interesses do capital que aspira por cidadãos operários mais saudáveis, fortes, resistentes disciplinados e obedientes e teremos a grande fórmula pela qual a Educação Física no Brasil foi equacionada e apresentada como a solução do problema matemático do desenvolvimento no cenário mundial.

O RGEF-R7 conceitua saúde como “perfeito equilíbrio das grandes funções vitais” (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1934, p. 20) e visualiza todo desequilíbrio como saúde

deficiente e pauta seus exercícios propostos como ferramentas do equilíbrio orgânico, exercícios estes que moldariam o perfil estético da “harmonia das formas e das proporções”, apresentando “integridade perfeita dos órgãos, desenvolvimento muscular normal, sólida estrutura óssea, simétrica e sem desvio, flexibilidade no andar, firmeza no porte” (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1934, p. 20). Esta noção de proporção das formas é de origem grega e adquiriu *status* científico com o matemático italiano Leonardo Fibonacci e posteriormente com René Descartes com o conceito de “homem-máquina”. Mais tarde o positivismo dá a tônica utilitária do conhecimento e do corpo, expressas no RGEF-R7: “o Método Francês, cujas tendências utilitárias foram assinaladas, repudia o emprego maciço e brutal da força, que corresponde a um verdadeiro desperdício de energia” (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1934, p. 21). É o homem-maquina produzindo maior trabalho com menor esforço, e como um relógio mecânico deve ter suas peças funcionando ritmadas e simetricamente.

Nascimento (2009) promove uma discussão comparativa. Ele menciona que pesquisas como a de Goellner (1992) e Castro (1997), indicaram um protagonismo militar na operacionalização do Método Francês na escola, mas não adentraram nas fontes internas da escola e permaneceram na análise de documentos oficiais, não observando o que Dominique Julia (2001, p. 12) apontou em relação predominância de análises de textos normativos que “despreza as resistências, as tensões e os apoios que os projetos têm encontrado no curso e sua execução”. Em relação a esta Cultura Escolar discutida por Julia (2001), o autor indica que não se pode afirmar que o Método Francês foi o responsável pela sistematização da Educação Física nas escolas, e se apoia em Mauro Vago (2009), afirmando que o pesquisador discorda desse protagonismo militar na implantação da Educação Física na escola ao analisar relatórios da Secretária de Estado dos Negócios do Interior de Minas Gerais e dos relatórios de inspetores escolares e diretoras de grupos escolares.

Essa discordância trazida por Adalson Nascimento em relação aos trabalhos de Goellner (1992) e Castro (1997) em confronto com Vago (1999), pois os primeiros debruçaram-se na implantação do Método Francês na escolarização, que ocorreu na década de 1930, e Mauro Vago tratou sobre a cultura escolar entre 1906 e 1920, quando a ginástica sueca era predominante nos conteúdos escolares de Educação Física. Há que se considerar que no contexto pesquisado por Vago não observa o pós Primeira Guerra Mundial, e o contexto do Método Francês no Brasil se dá justamente neste período, no qual há uma aproximação entre Exército e Vargas.

Retornando ao RGEF-R7, são estas as “formas” de exercícios propostos nele: os jogos, os flexionamentos, os exercícios educativos, as aplicações, os esportes individuais e os esportes coletivos. Os jogos eram indicados mais às crianças no ambiente escolar, pois eram “ao mesmo tempo higiênicos e recreativos [...] e acompanhados do prazer [...] para fazê-la perseverar” (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1934, p. 22). Os flexionamentos, as aplicações e os exercícios educativos constituem a chamada lição de educação física, que são os exercícios principais no Plano de Educação Física. Os flexionamentos são movimentos localizados que utilizam geralmente o peso do próprio corpo como resistência, são o que o senso comum geralmente associa como sendo a ginástica. Necessitam de pequenos espaços se realizados individualmente, e se coletivamente, proporcionam o máximo de controle sobre os alunos, pois estes os realizam simultaneamente por repetição e observação do mestre de ginástica. Podem ser realizados “a pé firme” ou “em marcha” e servem principalmente para preparar o corpo para uma atividade principal, ou seja, o que se chama geralmente como exercícios de aquecimento.

As aplicações compunham sete “famílias” de exercícios: marchar, trepar, saltar, levantar e transportar, correr, lançar, atacar e defender-se, todas prescritas para serem realizadas ao ar livre sempre que possível. A natação também era considerada, mas não constituía uma aplicação por motivos que desconhecemos. Esta divisão de exercícios é justificada pela influência da Ginástica Natural, proposta por Georges Hébert<sup>100</sup>, que influenciou na construção do Método Francês.

Sobre a obra de Hébert, Soares (2015) discorre sobre as influências de Rousseau e Bacon na construção do Método Natural de Educação Física, com sua dicotomia entre campo e cidade, domínio e/ou sujeição à natureza, num sentido e lógica de culto e retorno à natureza como educadora do indivíduo, com tons de obediência e domínio às leis da natureza. Tal Método propunha exercícios ao ar livre, sob a luz do sol e ao vento, com certa negação ao conforto e descarte do artificial. Seu pensamento sugere exercícios realizados nu, com uso de roupas ocasionalmente, apenas no nível do necessário. Essa “escola naturista de educação física” adveio com respaldos de uma medicina preocupada com o restabelecimento da saúde em contraposição à insalubridade da vida moderna. Elementos como água, vento, sol, terra e altitude são tomados por bálsamo vivificador. A obra *L'Éducation physique raisonnée: Projet*

---

<sup>100</sup> Georges Hébert (1875-1957) - Oficial da Marinha francesa com atuação Escola de Fuzileiros Navais de Lorient. Autor de *L'Éducation physique raisonnée: Projet de manuel de gymnastique spéciale à la Marine* (1905), *Guide pratique de l'éducation physique* (1909), *Le code de la force* (1911), *L'Éducation physique féminine: muscle et beauté palstique* (1919), *La culture virile et les devoirs physiques de l'officier Combattant* (1918), *Guide abrégé du moniteur chargé de l'entraînement* (1918), *Le sport contre l'éducation physique* (1925).

*de manuel de gymnastique spéciale à la Marine* (1905) já apresentava exercícios ao ar livre, uso moderado de roupas, adaptação ao frio e calor e exercícios utilitários, em contraposição aos exercícios em aparelhos e ginásios. *Le code de la force* (1911) emprega pela primeira vez a expressão “método natural”, no qual o homem deve prover de sua sobrevivência apenas utilizando seus próprios meios de locomoção, de alimentação, de trabalho e de defesa, todos naturais. Para ele a pele é o revestimento natural que protege o corpo.

O RGEF-R7 absorve muitos elementos do Método Natural de Hébert, pois suas concepções de exercícios são em grande parte utilitárias, ou seja, que tenham uma utilização aplicada para as funções básicas, imersas no cotidiano. Em *La culture virile et les devoirs physiques de l'officier Combattant* (1918) os conteúdos incluíam

exercícios de marcha, de corrida, de trepar, de saltar, de levantar, de lançar, de defesa e, quando é possível, de natação. Essa lição comporta, ainda, um banho de ar, com, ao menos, o dorso nu, com uma duração que deve variar segundo as circunstâncias atmosféricas. Essa lição deve ser sempre executada ao ar livre ou, na sua falta, em um lugar o mais arejado possível (HÉBERT, 1918 apud SOARES, 2015, p. 155).

Estes conteúdos estão presentes no RGEF-R7, ou seja, de um total de 13, oito são os mesmos do Método Natural de Hébert. Em síntese, dos 13 conteúdos do RGEF-R7, somente não corresponde objetivamente ao Método Natural os Flexionamentos, Pequenos Jogos e Grandes Jogos e Jogos Desportivos, ou seja, apenas três. Vejamos o abaixo:

Quadro 5: Comparação entre os conteúdos do RGEF-R7 e o Método Natural

RGEF-R7	Método Natural
I Formações e Exercícios de Ordem	-
II Evoluções e Rodas	-
III Flexionamentos	-
IV Marchar	exercícios de marcha
V Trepar	trepar
VI Saltar	saltar
VII Levantar e transportar	levantar
VIII Correr	corrida
IX Lançar	lançar
X Atacar e defender-se	defesa
XI Nadar	nadar
XII Pequenos Jogos	-
XIII Grandes Jogos e Jogos Desportivos	-

Fonte: elaborado pelos autores

Percebe-se que o RGEF-R7 possui 61,5% de seus conteúdos similares ao Método Natural. Destes oito, dois sofrem adaptação às aplicações militares que não correspondem às

aplicações naturais. Ao conteúdo Levantar acrescenta-se Transportar devido à necessidade de transportar cargas pesadas no esforço de guerra, o que ao “homem natural” não se faz tão importante, e a Defesa acrescenta o Ataque, pelos motivos de necessidade de guerra. Poderíamos nos perguntar se ataque não interessaria ao “homem natural”? O Método Natural propunha alimentação frugal, não sendo necessária a caça. Além destas duas adaptações, o RGEF-R7 acrescenta Formações e Exercícios de Ordem e Evoluções e Rodas, típicos da vida nos quartéis, o que não era de interesse às proposições de vida em liberdade. Os Flexionamentos são herança da ginástica sueca, os Pequenos Jogos da sua aproximação com a pedagogia e os Grandes Jogos e Jogos Desportivos da aproximação Método Inglês.

Outro elemento importante a se considerar é a semelhança entre os conceitos de bem-estar entre os dois métodos. Para o Método Natural a vida em contato à natureza provocaria uma espécie de “rusticidade” adquirida pelas transformações orgânicas no trado do corpo com as condições climáticas:

Não temer o sol, o frio, o calor, o vento ou a chuva e exercitar-se com pouca ou nenhuma roupa são recomendações básicas a serem seguidas por seus praticantes, que, dessa forma, se aproximariam de um estado de rusticidade e, assim, desenvolveriam hábitos frugais e qualidades de ação viris: energia de caráter, vontade, coragem, sangue-frio, incorporados à vida cotidiana (HÉBERT, 1909 apud SOARES, 2015, p. 154).

O RGEF-R7 não traz conceitos explícitos como aquele, mas percebe-se por alguns exercícios bastante desconfortáveis, como rastejar e carregar sacos de areia pesados e troncos de árvores, que o conceito de saúde do manual perpassa essa virilidade almejada pelo Método Natural.

Outro elemento muito comum entre o Método Natural e o Francês foi a concepção de que um método deve atender um determinado grupo, considerando-se seu local geográfico. Hébert navegando por cerca de uma década pela Marinha conhece antigas colônias francesas, Brasil, Uruguai, Colômbia e Venezuela. Observando as populações destes locais, chamadas por ele de “povos primitivos”, o que era comum no final do século XIX, inferiu que o modo simples de vida, atrelado aos trabalhos comuns mais rústicos, conferia à morfologia daqueles indivíduos uma vida “saudáveis e dotados de infinita força, resistência, agilidade, beleza”. Observando esses grupos em seu *habitat* natural, Hébert traça os moldes de seu Método no qual defende que a “vida simples dessas populações e seus costumes desempenha um papel fundamental nas qualidades viris e habilidades físicas que expressam de modo tão visível”. Carmen Lúcia Soares ao debruçar-se nas obras originais em francês de Georges Hébert,

conclui que “esse conjunto de observações e estudos constitui, com efeito, a base das sínteses que elabora acerca do lugar da natureza na formação dos soldados franceses em um primeiro momento e, depois, no âmbito escolar” (VILLARET, 2005; DELAPLACE, 2000, 2005 apud SOARES, 2015, p. 105-106).

Mas se o Método Natural de Hébert influenciou sobremaneira o Método Francês de ginástica, no tocante aos exercícios utilitários, afastando-o dos prédios e aparelhos, este não lhe deu ouvidos em relação aos esportes. Segundo Santos (2012), Hébert tinha certa aversão em relação aos rumos que algumas escolas ginásticas estavam tomando, como a inglesa, por exemplo, ao adotar os *sports*, e a Sueca e a Alemã pelo uso excessivo de aparelhos e ginásios. Influenciado por Rousseau e Rabelais, acreditava que os exercícios físicos deveriam aproximar o homem da natureza, e propõe um sistema natural, no qual os praticantes vestiam-se com “nudez controlada”, geralmente sungas e algumas vezes tapa-sexo apenas, e conteúdos com movimentos que segundo ele fossem úteis aos praticantes, como transportar feridos, troncos, pedras, saltar e escalar barrancos, subir em árvores, muros, etc, pois julgava que o simples crescimento dos músculos não tinha finalidade em si mesmo, descrevendo estes indivíduos como atletas artificiais. Considerava que os esportes causavam sentimentos de competição e egoístas, anulando os objetivos altruístas da ginástica.

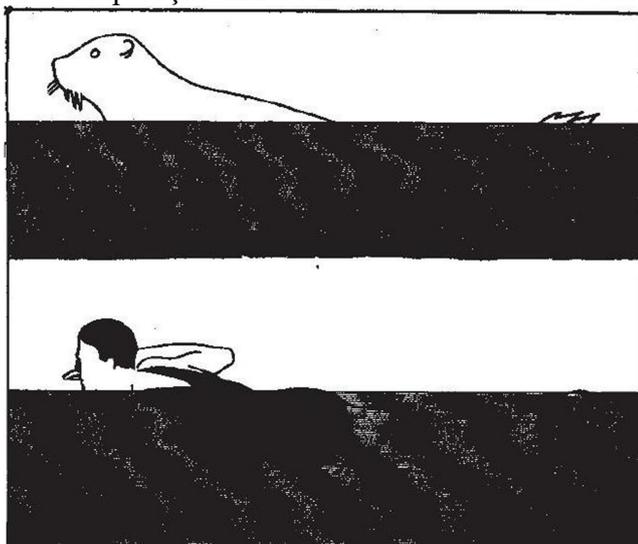
Finalizando a lição de educação física, ou “lição propriamente dita”, os exercícios educativos, que nada mais são que exercícios corretivos que educam os movimentos numa perspectiva de que há uma maneira correta de realizá-los. Estes exercícios foram adotados considerando-se observações por “cinema lento” e as “leis da mecânica animal” (Figura 79). Entendamos por cinema lento a cronofotografia e a câmera lenta de Marey<sup>101</sup> e a fotografia sequencial de Muybridge<sup>102</sup>, que foram fundamentais no desenvolvimento da fisiologia moderna e conseqüentemente da ginástica ao possibilitarem uma melhor análise dos movimentos (Figura 80).

---

<sup>101</sup> Étienne - Jules Marey (1830 - 1904). Fotógrafo francês. Inventou o fuzil cronofotográfico (Imagem 32), aparelho adaptado constituído de uma espingarda com dispositivo fotográfico, capaz de registrar até 12 frames por segundo e imagens fotografias em apenas uma lâmina. Publicou em 1873 *La Machine Animale*, sobre os movimentos dos animais e, em 1894, *Le Mouvement*, sobre a locomoção humana. Realizou também filmes em câmera lenta a 60 frames por segundo.

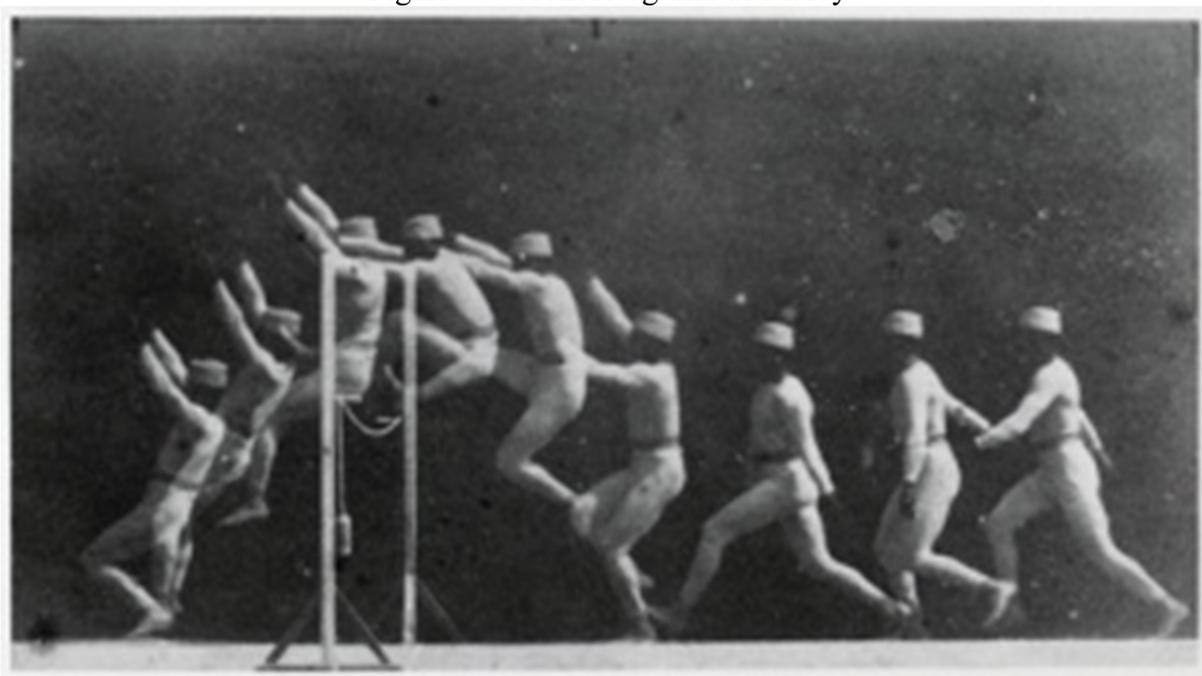
<sup>102</sup> Eadweard Muybridge (1830-1904). Fotógrafo britânico residente na Califórnia. Dedicou-se a fotografias da locomoção animal. Numa perspectiva mais artística que científica, demonstrou que o cavalo fica por instantes com as quatro patas sem contato com o chão durante o galope. Utilizava diversas câmeras fotográficas em série para registrar o movimento animal.

Figura 79: Comparação entre o nado de um animal e um humano



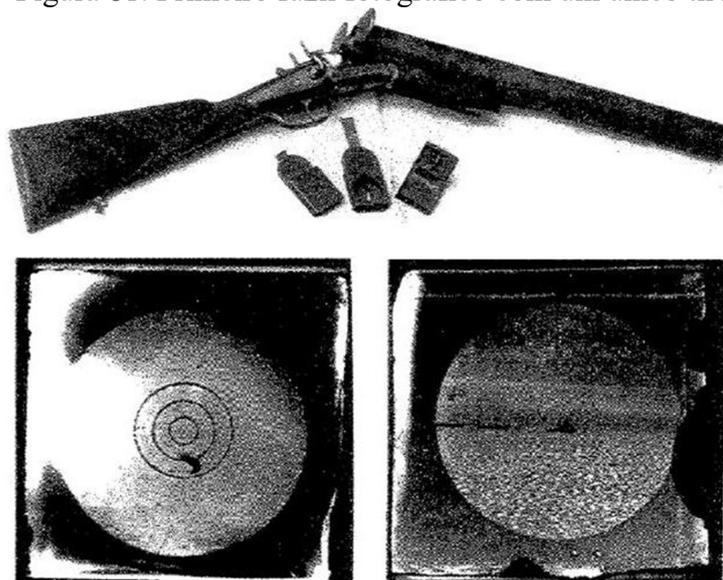
Fonte: Revista de Educação Física, 1932b, p. 52

Figura 80: Cronofotografia de Marey



Fonte: Disponível em: <<https://www.ssplprints.com/image/94739/marey-etienne-jules-mareys-chronophotographs-of-a-man-doing-a-high-jump-1892>>. Acesso em: 01 out. 2018.

Figura 81: Primeiro fuzil fotográfico com um único tiro



Fonte: elaborado pelos autores com base em Terra (2002, p. 9)

O Método Francês compreende ainda esportes individuais e coletivos, o que não havia nos métodos sueco e alemão, somente no sistema inglês, que se resumia aos *sports*. Segundo Hobsbawm (1987), o futebol na Inglaterra no final do século XIX era prática de camponeses antes mesmo de ser incorporado pelas elites, que preferiam até então outros esportes, como arco e flecha e equitação, o que era bem compreensível tendo em vista que na Idade Média a nobreza era a responsável por proteger militarmente a população. Percebemos que a vulgarização do futebol nas massas de camponeses, e posteriormente pelos operários industriais, não teve como causa a produção, e sim a busca do lazer e de atividades mais prazerosas, ocasionando por vezes a proibição, pois os praticantes preferiam jogar futebol a ir à igreja aos domingos, dia das missas e também da folga dos operários. Os métodos ginásticos tornaram-se enfadonhos e os esportes revitalizaram os exercícios físicos por serem mais lúdicos, promovendo maior prazer.

Mesmo que os conteúdos do Método Francês contemplem os esportes, eles nunca constituem a lição propriamente dita, ou a lição principal. São como uma espécie de prêmio para os alunos que realizaram com esmero e dedicação as aplicações e os exercícios educativos. São ainda atividades de “repouso”, nas quais o objetivo não é o desenvolvimento dos músculos. Na perspectiva do Método, o esporte não constitui o objetivo em si mesmo, sendo um componente higiênico e recreativo, além de ser um conteúdo de maior permeabilidade na escola. “A procura da felicidade sob a forma simples e particularmente são do prazer físico é perfeitamente legítima” (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1934, p. 23).

Mesmo com o objetivo lúdico, consta que os esportes individuais se praticados constantemente podem desequilibrar o desenvolvimento do jovem, pois este, devido suas aptidões e perfil físico, será encaminhado para um determinado tipo de esporte, e a prática excessiva deste recairá em detrimento dos demais. Já em relação aos cuidados com os esportes coletivos, salienta que são muito mais de cunho moral que físico, pois a vontade de querer ganhar é o que impera. Devido ao entusiasmo do jovem na prática dos esportes, é necessário precaver para que ele não esgote suas forças sem perceber. Considera os esportes coletivos como o coroamento do Plano de Educação Física e salienta a necessidade de professores experientes neste momento.

O Método Francês trazia em suas características a preocupação com a inclusão e, mesmo se usar este termo, orientava que os jogos escolhidos “deverão fazer trabalhar [...] todos os alunos sem exceção”, e que “o instrutor só introduzirá no quadro de lições aqueles que ponham constantemente em ação pelo menos a metade da escola” (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1934, p. 45). O termo escola aqui não significa a instituição escolar e sim qualquer grupo de alunos durante a lição, e por vezes utiliza como sinônimo de escola o termo grupamento. Em relação à condução das aulas, chamadas também de lição ou sessão, são realizadas por instrutor acompanhado de monitores. O primeiro é o responsável pela lição e os segundos são auxiliares, corrigem movimentos e fiscalizam a execução correta do exercício. As sessões de ginástica francesa são ministradas com alto nível de controle, como uma espécie de linha de montagem, na qual nenhuma peça pode sair com defeito. Lembrando o primeiro curso provisório no CMEF em 1929, dos 90 formados, 60 eram sargentos, dez tenentes e 20 professores civis, pois tenentes exercem a função de instrutores e sargentos a de monitores. Quanto aos professores não militares não sabemos como eram sistematizadas as duas funções. Nascimento (2009) aponta que as pesquisas sobre o ensino militar no interior da escola utilizam geralmente documentos oficiais, impressos e livros, e muito pouco se inserem no ambiente escolar para perceber a ação real nas aulas.

A lição de Educação Física é dividida em três etapas: a sessão preparatória (2/10), a lição propriamente dita (7/10) e a volta à calma (1/10). O manual prevê a proporção de tempo para a lição para cada etapa, indicadas pelas frações expostas ao lado de cada uma. Para uma aula de 30 minutos, destinava-se 6, 21 e 3 minutos, respectivamente. A primeira constitui-se em flexionamentos e aquecimento, a segunda nas aplicações e educativos, podendo também ser jogos e esportes, ocasionalmente, uma a duas vezes por semana, e a última com objetivo de retomar a temperatura corporal e os ritmos cardíaco e respiratório. Esta poderia ser

realizada com cantos e assovios para certificar-se que nenhum aluno apresentava sinal de “sufocamento”.

O manual salienta que as lições de Educação Física, os jogos e os esportes, estão todos subordinados “sob o ponto de vista higiênico” (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1934, p 49) e devem ser praticadas ao ar livre e, em caso de mau tempo, em salas arejadas e asseadas, iniciadas pelo menos duas horas antes das “grandes refeições” e terminadas uma hora antes para não prejudicar a digestão. Quanto ao uniforme orienta roupas leves que não comprimam o tórax, os ombros, o pescoço e os membros, e na medida do possível “tronco nu” para aproveitar a “ação benéfica” do ar do sol. Há preocupação com os climas frios e com os agasalhos apropriados, tendo em vista que o método seria praticado em todo território nacional, bem como uma consciência de que banhos e “duchas” geralmente não seriam possíveis, apesar de ser o ideal, e como forma de higiene, os alunos deveriam usar uma toalha seca com uma das extremidades úmida para retirar a poeira.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os conteúdos do Método Francês expressos na primeira parte do Regulamento Geral de Educação Física - Regulamento nº 7 (RGEF-R7-1ª parte) são caracterizados por exercícios físicos utilitários, ou seja, que tenham aplicação direta na vida do indivíduo. Seguem o “Plano de Educação Física”, composto por três níveis: Educação Física Elementar, Secundária e Superior. As lições ou aulas se dividem em sessão preparatória, lição propriamente dita e volta à calma, atendendo aos princípios da termodinâmica no que tange o aquecimento e esfriamento do corpo durante as aulas. A sessão preparatória é composta pelos flexionamentos, evoluções e rodas e formações e exercícios de ordem, que são exercícios sincronizados e marchas tipicamente militares, com finalidade de preparar o corpo para a atividade principal. A lição propriamente dita é composta por sete famílias de aplicações: marchar, trepar, saltar, levantar e transportar, correr, lançar e atacar e defender. Por vezes, com menor frequência, jogos desportivos e pequenos jogos podem compor a lição.

O RGEF-R7-1ª parte é destinado prioritariamente a alunos de quatro a 18 anos, com poucos exercícios para idade de 18 a 30/35 anos. Considerando que alguns exercícios se retem em diversas faixas etárias, os 456 exercícios propostos no manual somam 527 incidências. Deste total, 393 são destinados a alunos de 4 a 13 anos, totalizando 74,6%. Para a idade de 13 a 18 anos são destinados 124 exercícios, ou seja, 23,5%, restando 10 exercícios

para a idade compreendida entre 18 a 30/35 anos, o que define o perfil do Método Francês caracterizado pela quase totalidade de exercícios para alunos entre 4 e 18 anos (98,1%).

Em relação às representações de corpo, o manual apresenta 1.149 imagens. Destas, 893 são de corpo masculino adulto (77,7%) e 256 de corpo masculino infantil (22,3%). Não há nenhuma representação gráfica de corpo feminino. Em relação à posição anatômica, destas 1.149 imagens, 748 (65,1%) são representações de homens ou meninos em pé, somando 401 imagens nas posições de cócoras, deitado, costas e sentado, somando 34,9%. Considerando estes números, percebe-se que as representações contidas no manual são predominantemente de homens, tanto adultos quanto crianças, em faixa etária entre 4 e 18 anos, postura ereta e em pé, corpo mesomorfo, de cabelo aparado e barba raspada, ou seja, uma imagem de estereótipo militar.

Em relação às vestimentas é nítida a influência do Método Natural de George Hébert, que preconizava o uso restrito de roupas. Das 1.149 representações de corpo, 670 imagens são apresentadas apenas com *short* e calçado com meias, 200 de sunga de banho preta e 17 de maiô para natação. Há nítido pudor em relação às representações infantis, pois as 256 são apresentadas vestindo camisa, bermuda e sapato com meias.

As poucas menções às mulheres indicam que para elas são indicados exercícios respiratórios e que fortaleçam a região abdominal. As aplicações caracterizam o caráter utilitário do Método, inseridas em uma concepção de que o desenvolvimento motor deve ter uma utilidade prática para o cotidiano. O RGEF-R7-1ª parte visa desenvolver força muscular, resistência, agilidade e virilidade, objetivos em comum com seu antecessor, o Regulamento de Instrução Física Militar (BRASIL, 1921). Prioriza exercícios ao ar livre, com uso restrito de roupas e sem o uso de aparelhos. Influenciado também pelo sistema desportivo inglês, propõe a prática de esportes como variação de conteúdos. Apresenta jogos e brincadeiras adaptados ao ensino de jovens e crianças a partir de quatro anos.

O RGEF-R7-1ª parte foi traduzido a partir de 1928 por instrutores do Centro Militar de Educação Física sob a supervisão do major francês Pierre Segur, instrutor de *Joinville-le-Pont* e membro da Missão Militar Francesa, e foi aprovado em 1932 pelo Estado Maior do Exército e publicado em 1934 pela editora A Defesa Nacional, sendo utilizado na formação de professores de Educação Física, que por sua vez deveriam disseminar o novo método nas escolas. A tradução adquire o subtítulo Regulamento nº 7 por herança do seu antecessor, o Regulamento de Instrução Física Militar, publicado em 1921 para uso nos quartéis, que foi assim enumerado por integrar diversos manuais militares de origem francesa, traduzidos no Brasil para adestrar o Exército brasileiro.

Em relação à tradução, constatamos que o termo “tradução integral”, tão reproduzido no campo, não é adequado para qualificar o RGEF-R7-1ª parte, já que este possui diversas diferenças em comparação com o original, como supressão e substituição do prefácio, adoção de modelo de ginásio poliesportivo diferente da proposta francesa, supressão e adição de imagens, alteração na ordem e do nome dos exercícios e da sequência de alguns movimentos, inclusão de um exercício e acréscimo de um anexo de esgrima.

Em atenção ao nosso problema de pesquisa inicial, que foi responder se o RGEF-R7-1ª parte possui exercícios utilizados para treinamento militar, respondemos que há alguns que se assemelham muito a exercícios de outros manuais militares franceses do fim do século XIX e início do século XX. Alguns dos seus conteúdos foram adaptados do treinamento militar para o ensino nas escolas e, comparado a outros manuais militares, percebe-se que propõe técnicas de combate, como transporte de doentes e feridos, marchas, confecção de trincheiras, processos de progressão em combate, como rastejo, por exemplo, dentre outras. Prevê ainda treinamento para se lidar com “gases deletérios”, fazendo alusão aos ataques químicos da Primeira Guerra Mundial.

Além destes conteúdos utilitários, algumas brincadeiras e jogos infantis perpassam algumas representações de guerra, como “Os fuzilados”, no qual simula um fuzilamento em um muro, e A bola ao pote, que é semelhante a um treinamento de arremesso de granada de mão, no qual os perdedores são também, “fuzilados”. Outros exercícios possuem perfil militarizado, como subir cordas, transpor muros, cercas, palanques e transportar sacos de areia, vigas de ferro e troncos de árvore.

A influência da doutrina militar francesa está presente nos conteúdos do RGEF-R7-1ª parte. Analisando diversos manuais de guerra franceses do final do século XIX e início do século XX, percebemos a similaridade entre exercícios de treinamento do soldado francês e exercícios do Método Francês de ginástica. O soldado francês pós Primeira Guerra Mundial é predominantemente um soldado de infantaria, ou seja, aquele que atua diretamente no *front*, a pé, carregando equipamentos e armamentos pesados, que transpõe obstáculos e é exposto a esforços contínuos e intensos. O soldado brasileiro do início do século XX também é em maioria da especialidade infantaria. Parte dos exercícios presentes no RGEF-R7-1ª parte são similares a exercícios de infantaria de manuais de guerra franceses.

Apesar de identificar estes elementos em seus conteúdos, o contexto brasileiro não proporcionou uma educação pré-militar, como ocorreu na França. No Brasil, adotou-se um perfil de intervenção política e social, por meio de tentativas de tornar obrigatório o ensino do Método Francês nas escolas, com objetivo de construir um modelo de sujeitos fortes,

saudáveis e obedientes, alinhados ao projeto varguista de desenvolvimento e defesa nacional. Face estas questões, a afirmação tão comum no campo, de que o Método Francês foi utilizado para a formação do soldado, não é precisa. O RGEF-R7-1ª parte foi traduzida com o objetivo de se constituir o repositório de conteúdos a serem adotados nas escolas brasileiras, e foi inserido em um projeto militar que objetivava tornar obrigatória a prática da educação física para todos os residentes do país com idade superior a quatro anos, mas não se tem indícios de militarização em seu uso. Este projeto enfrentou resistências, principalmente pela Associação Brasileira de Educação, que teceu publicamente críticas ao projeto. Um dos membros da comissão incumbida de traduzir o original francês foi excluído da equipe por filiar-se à Associação.

Apesar do medo causado pela Primeira Guerra Mundial, o conceito de nação em armas foi defendido mais a pretexto de formar um tipo moral desejado do que um soldado combatente propriamente dito. O Método Francês ao desembarcar no Brasil em 1920, por aproximadamente dez anos foi implantado nos quartéis para o treinamento físico do soldado, tendo como suporte o Regulamento de Instrução Física Militar. No início da década de 1930 foi prescrito como modelo oficial de educação física para todo o indivíduo com mais de quatro anos de idade, tendo como suporte o RGEF-R7-1ª parte. Ao ser transportado dos quartéis para a sociedade civil, alinou-se ao projeto varguista e perdeu seu perfil pré-militar. Como o Exército empenhava-se em tornar o serviço militar obrigatório a toda população masculina, vulgarizar o Método Francês foi uma forma de intensificar a influência da instituição na sociedade.

Isto se confirmou na análise do RGEF-1ª parte, pois o manual não apresenta nenhuma imagem que represente a mulher, o que corrobora para com o entendimento de que foi elaborado para o treinamento físico de homens, principalmente em idade pré-militar, diferentemente de outros manuais franceses que apresentavam inúmeras imagens e orientações para a educação corporal feminina, como demonstraram Gleyse e Soares (2008). Há apenas duas citações de exercícios para mulheres, sempre salientando que devem fortalecer a região dos quadris e ter caráter higiênico, para favorecer a gestação.

A mentalidade de parcela da oficialidade brasileira entendia que as sociedades necessitavam da formação militar em seus primeiros períodos de desenvolvimento social, e acreditavam que o Exército seria o escultor da raça brasileira, ideia esta alinhada às concepções eugenistas, sustentadas pela ciência médica e pela fisiologia moderna, aproximação esta que lhe conferiu alguns simpatizantes ilustres, como Fernando de Azevedo,

que adotou o modelo do CMEF como referência para o ensino de Educação Física na instrução pública do Distrito Federal.

Como suporte de divulgação do Método Francês, além do próprio RGEF-R7-1ª parte, o Centro Militar de Educação Física irradiou o “novo método” por meio de cursos de especialização, revista com perfil científico e convênios com instituições formadoras recém-criadas, a exemplo da formação de professores no Estado do Espírito Santo, mesmo que de maneira adaptada e com algumas adequações, evidenciando diferenças entre os conteúdos prescritos e o ensino real. Em relação à circulação do manual, identificamos anúncios de venda em diversas edições de duas revistas, a Revista de Educação Physica e A Defesa Nacional. Havia também distribuição do manual para os primeiros cursos de formação de professores de Educação Física no Espírito Santo.

O RGEF-R7-1ª parte foi o principal suporte de disseminação do Método Francês de ginástica no Brasil nas décadas de 1930 e 1940, sendo proposto e utilizado na formação do especialista em Educação Física, tanto nos cursos ofertados por iniciativas regionais quanto na Escola Nacional de Educação Física e Desportos, na Universidade do Brasil. O original francês foi inserido nas escolas daquele país com fins de treinamento pré-militar, o que não ocorreu no Brasil devido à diferença de contexto político e cultural.

Apesar de não constatararmos um viés de militarização no ensino do Método Francês no Brasil, constatamos que ele integrou um projeto maior, conhecido no campo como Anteprojeto de Educação Física Nacional, proposto na Câmara Federal pelo Ministério da Guerra. Este Anteprojeto previa a prática obrigatória de exercícios físicos para toda a população do país, tendo como principal conteúdo o Método Francês, enquanto não fosse criado um método nacional. A gerência da Educação Física ficaria a cargo do ministro da guerra e todo cidadão seria portador da Caderneta individual de Educação Física, na qual ficaria registrado o histórico físico de cada indivíduo. No caso dos homens, esta seria anexada à Caderneta Militar. Não há indícios de aprovação deste anteprojeto, mas sua existência demonstra as intenções do projeto militar de Educação Física para o país.

Como fator de influência para a contratação da Missão Militar Francesa por parte do Exército, se faz necessário considerar um ambiente de disputa que havia entre Exército e Força Pública do Estado de São Paulo. Esta havia contratado uma Missão Militar Francesa para atuar na instrução da Força Paulista em 1906, chegando a inaugurar uma escola para o treinamento físico e de esgrima dos soldados paulistas. Como havia tensões entre força nacional e estadual por motivos de atritos e disputas políticas entre Vargas e as oligarquias do café com leite, o Exército pode ter sido motivado a contratar Missão Militar Francesa a

exemplo de São Paulo para fazer frente a este. A Revolução de 1932 demonstrou que os paulistas eram superiores tecnicamente ao Exército nacional.

Foi possível perceber que a adoção do Método Francês de ginástica no Brasil foi consequência direta da atuação da Missão Militar Francesa no processo de modernização do Exército brasileiro. Com a chegada dos franceses desencadeou-se uma série de medidas no campo da cultura física, como a adoção do sistema francês de ginástica, criação do Centro Militar de Educação Física e da Revista de Educação Physica, periódico com escopo científico. Esta relação direta entre Missão Francesa e Método Francês deixa uma lacuna para futuras pesquisas, pois não se sabe a relação existente entre exército contratado e método de ginástica adotado, tendo em vista que diversos países da América Latina fizeram uso dessa prática para instruir seus exércitos no início do século XX, contratando missões militares europeias.

## FONTES

A DEFESA NACIONAL. Rio de Janeiro: Editora A Defesa Nacional, jan. 1930.

A DEFESA NACIONAL. Rio de Janeiro: Editora A Defesa Nacional, fev. 1930.

A DEFESA NACIONAL. Rio de Janeiro: Editora A Defesa Nacional. a. 1, n. 1. out. 1913.

ACTAS da Secção de Educação Physica e Hygiene. Associação Brasileira de Educação - Departamento Carioca. (Org.). SILVA, Arlete Pinto de Oliveira e; LINHALES, Meily Assbú. 2005.

BRASIL. Constituição (1937). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-35093-10-novembro-1937-532849-publicacaooriginal-15246-pl.html>>. Acesso em: 13 ago. 2018.

BRASIL. Decreto nº 1.246, de 11 de dezembro de 1936. Aprova o Regulamento para Fiscalização, Comércio e Transporte de armas, munições e explosivos, produtos agressivos e matérias primas correlatas. Rio de Janeiro, 1936.

BRASIL. Decreto nº 14.784, de 27 de abril de 1921. Aprova o Regulamento de Instrução Physica Militar, destinado a todas as armas, 1ª parte. *Diário Oficial da União* - Seção 1, de 06 de agosto de 1921. Rio de Janeiro, 1921.

BRASIL. Decreto nº 15.934, de 22 de janeiro de 1923. Aprova o Regulamento para o Serviço Militar. *Diário Oficial da União* - Seção 1, de 6 de fevereiro de 1923. Rio de Janeiro, 1923.

BRASIL. *Decreto nº 205*, de 31 de dezembro de 1934. Aprova o regulamento do Gabinete Photocartographico do Estado-Maior do Exercito. Rio de Janeiro, 1934d.

BRASIL. Decreto nº 21.324, de 27 de abril de 1932. Aprova o Regulamento de Educação Física (1ª e 3ª partes). *Diário Oficial da União* - Seção 1, de 04 de maio de 1932. Rio de Janeiro, 1932.

BRASIL. Decreto nº 23.674, de 02 de janeiro de 1934. Dispõe sobre a reversão às fileiras dos capitães e subalternos e dá outras providências. *Diário Oficial da União* - Seção 1, de 5 de janeiro de 1934. Rio de Janeiro, 1934.

BRASIL. Decreto nº 23.976, de 8 de março de 1934. Lei de organização geral do Ministério da Guerra. *Diário Oficial da União* - Seção 1, de 17 de março de 1934. Rio de Janeiro, 1934c.

BRASIL. Decreto nº 24.297, de 28 de maio de 1934. Concede anistia aos participantes do movimento revolucionário de 1932 e dá outras providências. *Diário Oficial da União* - Seção 1, de 30 de maio de 1934. Rio de Janeiro, 1934b.

BRASIL. Decreto nº 24.602, de 6 de julho de 1934. Dispõe sobre instalação e fiscalização de fábricas e comércio de armas, munições, explosivos, produtos químicos agressivos e matérias correlatas. Rio de Janeiro, 1934e.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.072, de 08 de março de 1940. Dispõe sobre a obrigatoriedade da educação cívica, moral e física da infância e da juventude, fixa as suas bases, e para ministrá-la organiza uma instituição nacional denominada Juventude Brasileira. Rio de Janeiro, 1940.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. Rio de Janeiro, 1941.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Portaria Ministerial nº 70, de 30 de junho de 1931. BICUDO, Joaquim de Campos. O ensino secundário no Brasil e sua atual legislação. São Paulo: Oficina José Magalhães, 1942.

CORREIO DA MANHÃ. *Associação Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro: 30 maio. 1928.

CORREIO DA MANHÃ. *Curso de Aperfeiçoamento Royal: A entrega de diplomas e prêmios aos alunos da turma do segundo semestre de 1932*. Rio de Janeiro, 1º fev. 1933.

DIÁRIO DA NOITE. *Officiaes beneficiados pelo decreto n. 23.674, que se apresentaram às autoridades militares*. Rio de Janeiro, 16 jan. 1934.

ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO. *Regulamento Geral de Educação Física: Regulamento nº 7 (1ª parte)*. Rio de Janeiro: A Defesa Nacional, 1934.

FRANCE. MINISTÈRE DE LA GUERRE. *Règlement général d'éducation Physique (Méthode Française)*. Paris, 1932.

JORNAL DO BRASIL. *Liga da Defesa Nacional*. Rio de Janeiro: 20 abr. 1917.

JORNAL DO BRASIL. *Notícias dos Estados: Notícias de Pernambuco*. Rio de Janeiro: 08 abr. 1936.

JORNAL DO COMMERCIO. *Associação Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro: 23 maio 1929.

LE LIVRE DU GRADÉ D'INFANTERIE. A l'usage des élèves caporaux, caporaux et sous-officiers de l'infanterie et du génie. Paris: Berger-Levrault Éditeurs, 1916.

MINISTÈRE DE LA GUERRA. *École de fortification de campagne*. Boudeaux: Imprièrie G. Delmas, 1914.

MINISTÈRE DE LA GUERRA. *École de l'infirmier et du brancardier militaires: troisième partie - théorie des manoeuvres*. Paris: V. Rozier Éditeur, 1894.

MINISTÈRE DE LA GUERRA. *École de l'infirmier militaire: première partie - instruction professionnelle. Deuxième partie - instruction technique*. Paris: V. Rozier Éditeur, 1894b.

MINISTÈRE DE LA GUERRA. *Règlement Général D'Éducation Physique: Méthode Française. Première partie*. Paris: Imprimerie Nationale, 1925.

MINISTÈRE DE LA GUERRA. *Règlement i'nstruction de la gynastique*. Paris: Librairie Militaire R. Chapelot, 1903.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Agradecimentos. *Boletim do Exército*, nº 564, 30 nov. 1929.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Arquivamento de processos de deserção. *Boletim do Exército*, nº 66, 30 nov. 1933.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Baixando as instruções para o Centro Militar de Educação Physica. *Boletim do Exército*, nº 431. 20 jan. 1922.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Centros Militar e Regionaes de Educação Physica. *Boletim do Exército*, nº 22, 10 fev. 1931.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Commissão traductora de regulamento. *Boletim do Exército*, nº 556, 20 out. 1929.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Condecorações pelo govêrno francês á oficiais do Exército brasileiro. *Boletim do Exército*, nº 78, 20 nov. 1931.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Deserção de oficiais. *Boletim do Exército*, nº 133, 25 ago. 1932.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Desligamento de oficiais adidos. *Boletim do Exército*, nº 7, 25 nov. 1930.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Desligamento de oficiais adidos. *Boletim do Exército*, nº 25, 25 fev. 1931.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Disseminação da educação Physica. *Boletim do Exército*, nº 503, 25 jan. 1929.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Emprego de Sargento. *Boletim do Exército*, nº 118, 10 jun. 1932.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Instruções para o Centro Militar de Educação Physica. *Boletim do Exército*, nº 576, 31 jan. 1930.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Regulamento de Educação Physica Francez. *Boletim do Exército*, nº 565, 5 dez. 1929.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Regulamento Francez de Educação Physica. *Boletim do Exército*, nº 596, 10 maio 1930.

MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório do ano de 1921 apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil*. out. 1922.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. *Higiene militar e saneamento em campanha*. Manual de campanha - Saúde - C 21-10. Rio de Janeiro: EGGCF, 1975.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. *Instrução Individual para o Combate*. Manual de campanha - C 21-74. Rio de Janeiro: EGGCF, 1968.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. *Transporte de doentes e feridos*. Manual de campanha - Saúde - C 8-35. Rio de Janeiro: EGGCF, 1968.

O JORNAL. *A defesa sanitária marítima: as medidas contra o "Fidelense" e "Aurigny"*. A missão militar francesa retida a bordo. Rio de Janeiro: 27 jan. 1920.

O JORNAL. *A missão militar francesa no Cattete*. Rio de Janeiro: 11 jan. 1920.

O PAIZ. *Anistiados que já se apresentaram*. Rio de Janeiro: 17 jan. 1934.

O PAIZ. *Associação Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro: 6 jun. 1928.

O PAIZ. *Missão Militar*. Rio de Janeiro: 8 fev. 1920.

O PAIZ. *Pela formação Physica da raça*. Rio de Janeiro: 27 dez. 1929.

O PAIZ. *Revisão de reformas administrativas no Exército*. Rio de Janeiro: 7 nov. 1933.

O PAIZ. *Vida Social: Viajantes*. Rio de Janeiro: 18 jan. 1920.

O PAIZ. *Vida Social: Viajantes*. Rio de Janeiro: 7 jan. 1920.

O PAIZ. *Vida Social: Viajantes*. Rio de Janeiro: 8 jan. 1920.

REGULAMENTO Nº 8. Contém os estatutos para o Colégio Pedro II. *Coleção de Leis do Império do Brasil*, v. 1, 2ª parte, 1838.

REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ano 1, n. 1. Rio de Janeiro: maio 1932.

REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ano 1, n. 2. Rio de Janeiro: jun. 1932.

REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ano 1, n. 3. Rio de Janeiro: jul. 1932.

REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ano 2, n. 4. Rio de Janeiro: jan. 1933.

REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ano V, n. 31. Rio de Janeiro: maio. 1936.

REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ano V, n. 33. Rio de Janeiro: out. 1936.

REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA. ano 2, n. 6. Rio de Janeiro: mar. 1933.

REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA. ano 3, n. 15. Rio de Janeiro: abr. 1934.

## REFERÊNCIAS

ABADE, Ilídio Alcântara. Estilização do método francês: Como fazê-la, em relação à educação física feminina, nos estabelecimentos de ensino secundário. In: *Revista de Educação Física*, n. 31, a. 5. Rio de Janeiro: Centro Militar de Educação Física, maio 1936.

ALBUQUERQUE, Luís Rogério. A constituição histórica da educação física no Brasil e os processos da formação profissional. In: Congresso Nacional de Educação, 9., 2009, Curitiba. *Anais...Curitiba*: PUC, 2009, p. 2245-2258.

ALMEIDA, Adilson José de. História da educação física no Exército Brasileiro: história do corpo e formação do estado. *Recorde: Revista de História do Esporte* v. 3, n. 2, 2010.

ANDERÁOS, Margareth. *A Reorganização da formação profissional em Educação Física no Brasil*: Aspectos históricos significativos. 185 f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

ARANTES, Ana Cristina. A História da Educação Física escolar no Brasil. *Revista Digital*, Buenos Aires, n. 124, p. 1-18, set. 2008. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd124/a-historia-da-educacao-fisica-escolar-no-brasil.htm>>. Acesso em: 26 dez. 2018.

ARARIPE, Tristão Alencar. As Forças Estaduaes. In: *A Defesa Nacional*: Revista de assumptos militares. Rio de Janeiro: maio/jun. 1936.

ARAUJO, Rodrigo Nabuco de. Entre doutrina e política: a Missão Militar Francesa e a oficialidade brasileira (1920-1937). *Militares e Política* (UFRJ), n. 5, jul. - dez. 2009, p. 65-81.

AZEVEDO, Fernando de et al. *O manifesto dos pioneiros da educação nova*. Campinas: Revista HISTEDBR On-line, 1932. Disponível em: <[www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1\\_22e.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf)>. Acesso em: 7 jul. 18.

AZEVEDO, Fernando de. *Da educação physica*: o que ela é, o que tem sido, o que deveria ser. São Paulo: Weiszflog Irmãos, 1920.

BARBOSA, Rui. Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública. *Obras completas de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro; Ministério da Educação e Saúde, 1946. v. X, t. II.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BASTOS FILHO, Jayme de Araujo. *A Missão Militar Francesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1994.

BAUER, Martin. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: Bauer, Martin; Gaskell, George (orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Tradução: Pedrinho Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002.

BEGOSSI, Tuany Defaveri. *A construção dos saberes disciplinares do curso normal da Escola Superior de Educação Física do Estado do Rio Grande do Sul (1940-1956)*. 187 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

BELLINTANI, Adriana Iop. *A formação do pensamento militar no Cone Sul Brasil, Argentina e Uruguai*. Lisboa: Janus, 2014.

BETTI, Mauro. *Educação física e sociedade*. São Paulo: Movimento, 1991.

BICA, Alessandro Carvalho; CORSETTI, Berenice. A importância pedagógica do Diretor de Educação Física na Primeira República na Praça de Desportos: primeiras aproximações, o caso de Bagé/RS. Montevideu: *Estudios Historicos*, a. VI, n. 13, dez. 2014.

BONORINO, Laurentino Lopes; MOLINA, Antonio de Mendonça; MEDEIROS, Carlos M. de. *Histórico da Educação Física*. Vitória: Imprensa Oficial, 1931.

BOREL, Tatiana. *Processos de formação e práticas docentes na constituição histórica da Educação Física escolar no Espírito Santo, nas décadas de 1930 e 1940*. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

BRACHT, Valter. Educação Física: a busca da autonomia pedagógica. *Revista da fundação de Esporte e Turismo*, n. 1, p. 12-19, 1989.

BRUM, Cristiano Enrique de. A missão médica brasileira na primeira guerra mundial através de relatos e memórias de seus participantes. *Oficina do Historiador*, Porto Alegre, EDIPUCRS, v.8, n.1 jan./jun. 2015, p. 42-60.

BRUSCHI, Marcela et al. A formação docente na Escola de Educação Física do Espírito Santo: circulação de saberes e práticas na década de 1930. *Journal of Physical Education*, v. 28, p. 1-11, 2017.

BRUSCHI, Marcela. *As Mulheres na Escolarização da Educação Física no Espírito Santo: Professoras e Autoras (1931-1936)*. 201 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 2015.

BUYS, Frederico Cristiano. A cultura physica. In: *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro: ano 8, n. 87/88, p. 72-73, out. 1920.

CAMARGO, Tarciso Alex. *A Revista Educação Physica e a Eugenia no Brasil: (1932-1945)* 2010. 149 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2010.

CANTARINO FILHO, Mário Ribeiro. *A educação física no Estado Novo: história e doutrina*. 217 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 1982.

CAPONI, Gustavo. Claude Bernard y los limites de la fisiologia experimental. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, v. VIII, jul.-ago. 2001.

CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente*. Tradução: Álvaro Cabral. 28 ed. São Paulo: Cultrix, 2007.

CARDOSO, Rachel Motta. Missões militares, política externa e relações diplomáticas: o Cone Sul e a busca pela modernização de seus exércitos. In: Jornada de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, 2011, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos...*, 2011. p. 1-10. Disponível em: <[http://www.jornadappghcs.coc.fiocruz.br/images/Anais\\_Eletronico/rachel\\_cardoso.pdf](http://www.jornadappghcs.coc.fiocruz.br/images/Anais_Eletronico/rachel_cardoso.pdf)> Acesso em: 28 jun. 2018.

- CARDOSO, Rachel Motta. O Serviço de Saúde do Exército no período entreguerras. In: Encontro Regional de História da Anpuh-Rio, XIV, 2010, Rio de Janeiro. *Anais ...*, 2010. p. 1-16.
- CARVALHO, José Murilo de. *Forças armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A escola e a República*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.
- CARVALHO, Sérgio. *Hora da ginástica: resgate da obra do professor Oswaldo Diniz Magalhães*. Santa Maria: UFSM, 1994. Disponível em: <<http://cev.org.br/biblioteca/hora-ginastica-um-resgate-obra-professor-osvaldo-diniz-magalhaes/>>. Acesso em 22 jul. 18.
- CASTRO, Celso. *Exército e nação: estudos sobre a história do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, E-Book. ISBN:978.85-225-1250-8.
- CASTRO, Celso. *In corpore sano: os militares e a introdução da educação física no Brasil*. *Antropolítica*, Rio de Janeiro, n.2, p. 61-78, 1997.
- CASTRO, Celso. *O Espírito Militar: um antropólogo na caserna*. São Paulo: Jorge Zahar, 1990.
- CAVACO, Cármen. Fora da escola também se aprende: percursos de formação experiencial. *Educação, Sociedade & Culturas*, n. 20, p. 125-147, 2003.
- CAVALCANTI, Newton. Unidade de Doutrina. In: *Revista de Educação Física*, n. 2. Rio de Janeiro: Centro Militar de Educação Física, 1932.
- CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. São Paulo: Papyrus, 1995.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHAPUIS, F. *Infanterie*. Instruction théorique et générale du soldat par lui-même pour la période de guerre. Paris: Librairie Militaire Berger-Levrault, 1917.
- CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: UNESP, 1998.
- CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. Trad. de Reginaldo Carmello Correa de Moraes. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros – leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998b.

CHARTIER, Roger. *Práticas da Leitura*. Tradução: Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, 1990.

CHICON, José Francisco. Inclusão e exclusão no contexto da educação física escolar. *Movimento*: Porto Alegre, v. 14, n. 1, jan./abr. 2008.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. In. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, set./dez., p. 549-566, 2004.

CHOPPIN, Alain. *L'histoire des manuels scolaires: une approche globale*. *Historie del'Education*, Paris, n. 9, p. 1-25, 1980.

CHOPPIN, Alain. *Les Manuels scolaires: histoire et actualité*. Paris: Hachette Éducation, 1992.

COLETIVO DE AUTORES. *Metodologia do ensino da Educação Física*. São Paulo: Editora Cortez, 1992.

COMENIUS, Iohannis Amos. *Didactica Magna*. Tradução de Joaquim Ferreira Gomes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

CUNHA JUNIOR, Carlos Fernando Ferreira da. A escolarização da Educação Física no Imperial Collégio de Pedro Segundo. In: V EnFEFE - Encontro Fluminense de Educação Física Escolar, 2001, Rio de Janeiro, Centro Esportivo Virtual. *Anais...* Rio de Janeiro: CEV, 2001.

CUNHA JUNIOR, Carlos Fernando Ferreira da. O processo de escolarização da Educação Física no Brasil: reflexões a partir do Imperial Collegio de Pedro Segundo (1841-1881). *Revista HISTEDBR On-line*, n.30, p. 59-83, 2008.

CUNHA JUNIOR, Carlos Fernando Ferreira da. Organização e cotidiano escolar da “Gymnastica” uma história no Imperial Collegio de Pedro Segundo. *Perspectiva*, v. 22, n. Especial, p. 163-195, 2004.

CUNHA JUNIOR, Carlos Fernando Ferreira da. Os exercícios gymnasticos no Imperial Collegio de Pedro Segundo (1841 a 1870). *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. Campinas, v. 25, n. 1, p. 69-81, 2003.

CUNHA, Maria Luiza Oliveira da; MAZO, Janice Zarpellon; STIGGER, Marco Paulo. A Organização das Praças de Desporto/Educação Física na cidade de Porto Alegre (1920-1940). Belo Horizonte: *Revista Licere*. v. 13, p. 1-33, 2010.

DE GAULLE, Charles. *Por um exército profissional*. Tradução: Urbano C. Berquó. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1996.

DESCARTES, Réne. *Discurso do Método*. Tradução: Maria Ermantina Galvão. Revisão da tradução: Monica Stahel. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DIGLIOTTI, Paola. Acerca de la “Cultura Física” em la Revista “Uruguay-Sport: Archivos de la CNEF”, Uruguay (1918-1926). In: *Pensando a Educação Física Escolar e não-escolar: Estratégias na constituição de saberes*. Atas do VI Congresso Sul Brasileiro de Ciências do Esporte. Rio Grande: FURG, 2012.

DONATO, Ernani. *Dicionário de Batalhas Brasileiras: Dos conflitos com indígenas, as guerrilhas políticas urbanas e rurais*. São Paulo: IBRASA, 1987.

DORIA, Escragolle. *Memória-Histórica do Colégio Pedro II: 1837-1937*. 2. ed. INEP: Brasília, 1997.

DUARTE, Bruna Aparecida Rodrigues; GATTI JÚNIOR, Décio. Manuais escolares, formação de professores e concepção clássica de modernidade: as “noções de história da educação” de Afrânio Peixoto no Brasil na década de 1930. *Educação e Fronteiras On-Line*, Dourados/MS, v.7, n.20, p.145-166, maio/ago. 2017.

ELKONIN, Dani Borisovich. *Psicologia do jogo*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ESTEVES, Diniz. *Documentos históricos do Estado-Maior do Exército*. Brasília: Estado-Maior do Exército, 1996.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens á Reforma Universitária de 1968. *Educar*, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.

FEBVRE, Lucien. *Honra e Pátria*. Tradução: Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FERREIRA NETO, Amarílio. *A pedagogia no exército e na escola: a educação física brasileira (1880-1950)*. Aracruz: Faculdade de Ciências Humanas de Aracruz, 1999.

FERREIRA NETO, Amarílio. *A pedagogia no exército e na escola: a Educação Física (1920-1945)*. Motrivivência, ano XI, n. 13, nov. 1999b.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa. Marina Baird Ferreira; Margarida dos Anjos (Coord.). 4ª ed. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

FERREIRA, Maria Clotilde Rossetti (Org.). *Os fazeres na educação infantil*. São Paulo: Cortez, 2000.

FIGUEREDO, Priscilla Kelly. *A história da Educação Física e os primeiros cursos de formação superior no Brasil: o estabelecimento de uma disciplina (1929-1958)*. Tese (Programa da Pós-Graduação em Educação) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

FIGUEREDO, Priscilla Kelly. Laurentino Lopes Bonorino e o histórico da Educação Física (1920-1939). In: XIX CONBRACE e VI CONICE, Espírito Santo. *Anais...* 2015. ISSN: 2175-5930.

GATTI JÚNIOR, Décio. *Livros didáticos, saberes disciplinares e cultura escolar: primeiras aproximações*. *História da Educação*. v. 1, n. 2, p. 29-50, 1997.

GEBARA, Ademir. Educação Física e esportes no Brasil: perspectivas (na história) para o século XXI. In: MOREIRA, Wagner Wey. (Org.). *Educação Física e esporte: perspectivas para o século XXI*. Campinas: Papirus, 1992.

GÉRARD, François Marie; ROEGIERS, Xavier. (1993) - *Concevoir et évaluer des manuels scolaires*. Bruxelas. De Boeck-Wesmail. Tradução: Júlia Ferreira e de Helena Peralta. Porto: 1998.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: Morfologia e história*. Tradução: Federico Carotti. São Paulo: Companhia da Letras, 1989.

GLEYSE, Jacques; SOARES, Carmen Lúcia. Os manuais escolares franceses de educação física, de higiene e de moral seriam sexistas? (1880-2004). *Educação & Sociedade* [online]. 2008, vol. 29, n. 102, p. 137-156.

GOELLNER, Silvana Vilodre. *O Método Francês e a educação física no Brasil: da caserna à escola*. 1992. 223 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.

GÓIS JUNIOR, Edivaldo. *Georges Demeny e Fernando de Azevedo: uma ginástica científica e sem excessos (Brasil, França, 1900-1930)*. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 37 (2), p. 144-150, 2015.

GÓIS JUNIOR, Edivaldo. *Recorde*: Revista de História do Esporte. v. 6, n. 1, jan./jun. 2013, p. 1-13.

GOODSON, Ivor. *A construção social do currículo*. Lisboa: Educa, 1997.

GOODSON, Ivor. *Currículo, narrativa e futuro social*. Tradução: PESSANHA, Eurize Caldas; RAHE, Marta Banducci. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Educação, v. 12, n. 35, maio/ago. 2007.

GRUNENVALDT, José Tarcísio. O Estado, os sujeitos políticos e a criação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos: a história de uma hegemonia. In: FERREIRA NETO, Amarílio (Org.). *Pesquisa histórica na educação física*. Aracruz: Facha. v. 3, 1998.

HASTINGS, Max. *Catástrofe - 1914: a Europa vai à guerra*. Tradução: Berilo Vargas. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

HELLER, Agnes. *O homem do Renascimento*. Lisboa: Editorial Presença, 1982.

HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX. 1941-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HOBBSAWM, Eric. *Mundos do Trabalho: Novos estudos sobre a história do operariado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HOLT, Richard; VIGARELLO, Georges. O corpo trabalhado: ginastas e esportistas no século XIX. In: Corbin, Alain; Courtine, Jean-Jacques.; Vigarello, Georges (Org.). *História do corpo*. Rio de Janeiro: Vozes. v. 2. 2008.

HORTA, José Silvério Baía, *O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas: Sociedade Brasileira de História da Educação, Autores Associados, n. 1, jan./jun. 2001.

KEITH, Herry Hunt. Soldados salvadores. Tradução: Antonio Patriota. Rio de Janeiro: Bibliex, 1989.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. *Jogos infantis: o jogo, a criança e a educação*. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

KUHN, Thomas S. *A estruturas das revoluções científicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

LAJOLO, Mariza. Livro didático: um (quase) manual de usuário. *Em Aberto*, Brasília, v. 16, n. 69, jan./mar., 1996.

LAVENÈRE-WANDERLEY, Nelson F. *História da Força Aérea Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Gráfica Brasileira, 1975.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. (Orgs.) *História: Novos problemas, novas abordagens, novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

LEMOS, Juvêncio Saldanha. *Os Mercenários do Imperador*. A primeira corrente imigratória alemã no Brasil. Porto Alegre: Palmarinca, 1993.

LEVET-LABRY, Eric. *The Ecoles Normales Supérieures of Sports and Physical Education and the National Institute for Sport: comparative study of both institutions, from Vichy Regime to the creation of I.N.S.E.P. (1977)*. History. Université de Marne la Vallée, 2007.

LINHALES, Meily Assbú. *A escola, o esporte e a “energização do caráter”*: projetos culturais em circulação na Associação Brasileira de Educação (1925-1935). 267 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

LINHALES, Meily Assbú. Militares e educadores na Associação Brasileira de Educação: circulação de interesses em torno de um projeto para a educação física nacional (1933-1935). *Educar*, Curitiba, n. 33, p. 75-91, 2009.

LOUREIRO, Marcus Wagner Antunes. *Os livros didáticos de Educação Física: um balanço da produção acadêmica*. 126 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados - MS, 2017.

LOURENÇO FILHO. Educação e cultura física. In: *Revista de Educação Física*. Rio de Janeiro: Centro Militar de Educação Física, a. 2, n. 7, abr. 1933.

LUCENA, Ricardo de Figueiredo. *Quando a lei é a regra*. Vitória: CEFD/UFES, 1994.

LUDENDORFF, Erich. *Guerra Total: documentos e ideias para a história*. Trad: Oliveira Abrantes. Rio de Janeiro: Editorial Inquérito, 1937.

MALAN, Alfredo Souto. *Missão Militar Francesa de Instrução junto ao Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988.

MAQUIAVEL, Nicolau. *A arte da guerra*. Tradução: Eugênio Vinci de Moraes. Porto Alegre: L&PM, 2008.

MARINHO, Inezil Penna. *Contribuições para a História da Educação Física no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

MARINHO, Inezil Penna. *História da Educação Física e desportos no Brasil: Brasil Colônia, Brasil Império, Brasil República*. v. II. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1952.

MARQUES, Gabriel Rodrigues Daumas. *A educação do corpo e o protagonismo discente no Colégio Pedro II: mediações entre o ideário republicano e a memória histórica da instituição (1889-1937)*. 176 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - UFRJ, Rio de Janeiro, 2011.

MARTINS, Faber Sérgio Bastos. *Caracterização fisiológica dos atletas portugueses de triatlo de alto rendimento*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física, Universidade do Porto, 2005.

MARTINS, Ivanhoé Gonçalves. Em Defesa de Georges Demeny: Sincero ou não?. In: *REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA*, n. 2. Rio de Janeiro: Centro Militar de Educação Física, jun. 1932, p. 49-50.

MATOS, Sérgio Ricardo Reis; ZARY, Julio Cezar Fidalgo; MAXIMIANO, César Campiani. O debate militar sobre a doutrina militar no contexto da Primeira Guerra Mundial e suas repercussões. Orgs: PIRES, Ana Paula et al. In: *Uma Pequena Potência é uma Potência? O Papel e a Resiliência das Pequenas e Médias Potências na Grande Guerra de 1914-1918. IDN Cadernos*. Lisboa: Instituto Nacional de Defesa, 2015.

MCCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro (1889-1937)*. Tradução: Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MELO, Victor Andrade de. *Escola nacional de educação física e esportes: uma possível história*. Dissertação (Mestrado em Educação Física), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

MONARCHA, Carlos. *A reinvenção da cidade e da multidão. Dimensões da modernidade brasileira: a Escola Nova*. São Paulo: Cortez, 1989.

MORAES, Fernando. *Chatô: O rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MORAIS, Ramona; MORENO, Andrea. A presença da Educação Física na escola de aperfeiçoamento: estratégia para formar o especialista (Belo Horizonte, 1927-1945). *Movimento*, Porto Alegre, v. 22, n. 3, 943-956, jul./set. 2016.

MOREIRA, Kênia Hilda. *O ensino de História do Brasil no contexto republicano de 1889 a 1950 pelos livros didáticos: análise historiográfica e didático-pedagógica*. 236 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2011.

MORENO, Andrea. A propósito de Ling, da ginástica sueca e da circulação de impressos em língua portuguesa. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 2015.

MORENO, Andrea; VAGO, Tarcísio Mauro. *Do ensino normal depende a eficiência do ensino primário: fontes para a história de Educação Física em Minas Gerais. (1890 - 1940)*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015.

MUNAKATA, Kazume. O livro didático como indicio da cultura escolar. *História da Educação*. Porto Alegre, v. 20, n. 50, p. 119-138, set./dez., 2016.

NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1974.

NASCIMENTO, Adalson de Oliveira. *Exercícios físico-militares em escolas civis brasileiras e portuguesas na passagem do século XIX para o XX*. 243f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

NÓVOA, Antonio. Carta a um jovem historiador da educação. *Historia y Memoria de la Educación*, 2015, p. 23-58.

OLINTO, Plínio. Educação Física. Educação Psíquica. (especial para esta revista). In: *Revista de Educação Física*. Rio de Janeiro: Centro Militar de Educação Física, fev. 1933.

OLIVEIRA, Josivaldo Pires; LEAL, Luiz Augusto. *Capoeira, Identidade e Gênero: Ensaio sobre a história social da Capoeira no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2009.

PAGNI, Pedro Ângelo. *Fernando de Azevedo: educador do corpo*. 1994. 197 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 1994.

PAIVA, Fernanda Simone Lopes. *Sobre o pensamento médico-higienista oitocentista e a escolarização: condições de possibilidade para o engendramento do campo da educação física*. Tese. (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado, MACHADO, Maria Cristina Gomes. A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. *Revista HISTEDBR On-line*, n.33, p.78-95, mar. 2009.

PASSOS, Júlio César. Os experimentos de Joule e a primeira lei da termodinâmica. *Revista Brasileira de Ensino de Física*, v. 31, n. 3, 2009.

- PEDROTTI, Edinéia Cristiani. Um catarinense no comando do Itamaraty: a nomeação de Lauro Müller como Ministro das Relações Exteriores do governo Hermes da Fonseca vista pelo jornal Folha do Commercio. *Revista Santa Catarina em História*, UFSC, v.6, n.1, 2012.
- PENNA, Fernando de Araujo. Sob o nome e a capa do imperador: a criação do Colégio de Pedro Segundo e a construção do seu currículo. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- PIMENTEL, Écliton dos Santos. *O conceito de esporte no interior da legislação esportiva brasileira: de 1941 até 1998*. 214 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.
- PINHEIRO, João Ribeiro. A Pedagogia e a Educação Física. In: *Revista de Educação Física*. Rio de Janeiro: Centro Militar de Educação Física, mar. 1933.
- PINHEIRO, João Ribeiro. Militarismo e educação física. In: *Revista de Educação Física*. Rio de Janeiro: Centro Militar de Educação Física, maio, 1932.
- PINTO, Joélcio Fernandes. *Memórias de professores/as de Educação Física sobre formação e práticas pedagógicas (1950-1970)*. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.
- POIDEVIN, Raymond. La puissance française face à l'Allemagne autour de 1900. In: POIDEVIN, Raymond (Org.). *La puissance française a la belle époque: mythe ou réalité?*. Paris: Complexe, 1989.
- PÓVOAS, Hélio. A tese: A marcha para as alturas. In: *Revista de Educação Física*. Rio de Janeiro: Escola de Educação Física do Exército, nov., 1938.
- POZUELO-REINA, Ángel A.; REDONDO-CALVO, Francisco J. Avances en la historia de la VMNI. Período de Entreguerras (1919-1939). Córdoba: *Revista Americana de Medicina Respiratoria*, v. 17, n. 3, set. 2017.
- PSICHARI, Henriette. *Des jours et des hommes (1890-1961)*. Paris: Grasset, 1962.
- PUCHTA, Diogo Rodrigues. *A escolarização dos exercícios físicos e os manuais de ginástica no processo de constituição da Educação Física como disciplina escolar (1882-1926)*. 285 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.
- RAMOS, Jayr Jordão. *Os Exercícios Físicos na História e na Arte: do homem primitivo aos nossos dias*. 1. ed.. 348 p. São Paulo: Ibrasa, 1983.
- RANGEL SOBRINHO, Orlando. *Curso de educação física: resumo de aulas realizadas na Escola Militar Provisória*. Rio de Janeiro, Tip. do Patronato, 1931.
- RIBEIRO, Darcy. *Sobre o óbvio*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

RIBEIRO, Denise Franco Capello. *Um estudo da contribuição de livros didáticos de matemática no processo de disciplinarização da Matemática escolar do Colégio (1943 a 1961)*. 386 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2011.

ROCHA, Fernando Carlos Wanderley. *Desmilitarização das polícias militares e unificação de polícias - desconstruindo mitos*. Estudo, nov. 2014. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/fiquePorDentro/temas/unificacao-de-policias/Texto%20Consultoria.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2018.

ROMÃO, Anna Luiza Ferreira. *Entre Escolas, Clubs e Sociedades: as Gymnasticas tecidas por professores no Rio de Janeiro (1850-1900)*. 199 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

SANTOS, Edilson Laurentino dos. *A educação do corpo nas décadas de 30 e 40: fragmentos do método natural de Georges Hébert na educação física brasileira*. 187 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

SCHNEIDER, Fernand. *A história das doutrinas militares*. Tradução Maria João Seixas. São Paulo: Difusão Editorial, 1975. Original: *Histoire des doctrines militaires*, 1964.

SEPULVEDA, José Antonio Miranda. A Educação na revista A Defesa Nacional: 1913-1945. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n° 55, p. 149-167, 2014.

SEPULVEDA, José Antonio Miranda. *O papel da Escola Superior de Guerra na projeção do campo militar sobre o campo educacional*. 238 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2010.

SEVCENKO, Nicolau. A metrópole irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3.

SEYFERTH, Giralda. A imigração alemã no Rio de Janeiro. In: GOMES, Angela Maria de Castro (Org.). *Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro*. ed. 7. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

SILVA JUNIOR, Adhemar Lourenço da. O povo vs. der Pöbel. In: *Os Alemães no Sul do Brasil*. MAUCH, Cláudia; VASCONCELOS, Naira. (Orgs.). Canoas: Ed. ULBRA, 1994.

SILVA, Helena Sofia Rodrigues Ferreira da. *Do curandeiro ao diplomado: história da profissão de enfermagem em Portugal (1886-1955)*. 601 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Minho, Braga, 2010.

SOARES JÚNIOR, Azemar dos Santos. Escritos sobre higiene: os manuais médico-pedagógicos em circulação na Paraíba. *Revista Temas em Educação*, João Pessoa, v. 24, n. Especial, p. 99-116, 2015.

- SOARES, Carmen Lúcia. *A influência do pensamento médico higienista na Educação Física no Brasil: 1850-1930*. 247 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Filosofia e História da Educação) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1990.
- SOARES, Carmen Lúcia. *Imagens da educação no corpo: estudo a partir da ginástica francesa no século XIX*. 198 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1996.
- SOARES, Carmen Lúcia. Uma educação pela natureza: o método de educação física de Georges Hébert. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, p. 151-157, 2015.
- SOARES, Carmen Lúcia; FRAGA, Alex Branco. Pedagogia dos corpos retos: das morfologias disformes às carnes humanas alinhadas. *Pro-Posições*, v. 14, n. 2 (41), maio/ago. 2003.
- SOEIRO, Renato Souza Pinto; TUBINO, Manoel José Gomes. A contribuição da Escola de Educação Física do Exército para o esporte nacional: 1933 a 2000. *Fitness & Performance Journal*, v. 2, n. 6, p. 336-340, 2003.
- SONDHAUS, Lawrence. *A Primeira Guerra Mundial*. História completa. Tradução: Roberto Cataldo Costa. São Paulo: Contexto, 2013.
- SOUTO, Cíntia Vieira. *As relações bilaterais e a cooperação militar entre Brasil e Paraguai de 1939 a 1948*. 273 f. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- SOUZA JÚNIOR, Marcílio Barbosa Mendonça de et al. Educação Física e livro didático: entre o hiato e o despertar. *Movimento*, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 479-493, abr./jun., 2015.
- SOUZA, Fabiana Fatima Dias de. *O professor da moda: Arthur Higgins e a Educação Física no Brasil (1885-1934)*. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.
- STEPHANOU, Maria. Discursos médicos e a educação sanitária na escola brasileira. In: STEPHANOU, M. & BASTOS, Maria Helena Câmara. (Orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*, v. III: século XX. Petrópolis: Vozes: 2005, p. 142-164.
- STOFFEL, Floriano. Educação: de como póde a medicina moderna influir para a melhoria da sociedade. *Revista de Educação Física*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 6, mar. 1933.
- SVARTMAN, Eduardo Munhoz. O Exército Brasileiro e a emulação dos modelos francês e estadunidense no século XX. *Revista da Escola de Guerra Naval*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 361 - 380, mai./ago. 2016.
- TERRA, Vinícius Damarchi Silva. *Pedaços do tempo, gestos partidos: memórias do corpo em movimento na fotografia de Etienne-Jules Marey*. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2002.
- TESCHE, Leomar. *A Prática do Turnen entre Imigrantes Alemães e seus Descendentes no Rio Grande do Sul: 1867 - 1942*. Ijuí: Unijui, 1996.

TOMBS, Robert. *France 1814-1914*. Londres: Longman, 1996.

VAGO, Tarcísio Mauro. A Reforma do corpo na escola. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Reformas educacionais no Brasil: democratização e qualidade da escola pública*. Belo Horizonte; Mazza Edições, 2009.

VAGO, Tarcísio Mauro. *Cultura escolar, cultivo dos corpos: educação física e gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906-1920)*. 315 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação: História da Educação e Historiografia, Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, São Paulo, 1999.

VAGO, Tarcísio Mauro. Educação física na Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1935): organizar o ensino, formar o professorado. *Revista Brasileira de História da Educação*, nº 11 jan./jun. 2006.

VAGO, Tarcísio Mauro; SOUSA, Eustáquia Salvadora de. A nova LDB: repercussões no ensino da Educação Física. *Revista Presença Pedagógica*, Belo Horizonte, v. 3, n.16, p. 18-29, 1997.

VECHIA, Ariclê; LORENZ, Karl Michael (Orgs.). *Programas de Ensino da Escola Secundária Brasileira (1850-1951)*. Curitiba: Editor do Autor, 1998.

VIDAL, Diana Gonçalves. Escola Nova e processo educativo. In: LOPES, Eliane Marta; FUIGUEIREDO, Luciano; GREIVAS, Cynthia (Orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes. Reescrevendo a história do ensino primário: o centenário da lei de 1827 e as reformas Francisco Campos e Fernando de Azevedo. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 31-50, jan./jun. 2002.

VIGARELLO, Georges. A história e os modelos do corpo. Revisão Técnica: Carmen Lúcia Soares. *Pro-Posições*, v. 14, n. 2, maio/ago. 2003a.

VIGARELLO, Georges. A invenção da ginástica no século XIX: movimentos novos, corpos novos. Tradução: Marie-Sophie T. R. Camarão. Revisão Técnica: Carmen Lúcia Soares. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 25, n. 1, p. 9-20, set. 2003b.

WEBER, Eugen Joseph. *França fin-de-siècle*. São Paulo: Companhia das Letras 1988.

WEGENER, Albert Benjamin. Ladder Calisthenics in Gymnasiums. In: *American Gymnasia*. v. 2, n. 5. Boston: Athletic Record, jan. 1906.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria Jose C. de. *Formação do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

WOLFF, Francis. Por trás do espetáculo: o poder das imagens. In: NOVAES, Adauto. *Muito além do espetáculo*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005.

**APÊNDICE A: PRIMEIRAS ESCOLAS SUPERIORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO  
BRASIL**

<b>Criação</b>	<b>Instituição</b>	<b>Estado</b>	<b>Início do funcionamento</b>	<b>Reconhecimento Federal</b>
27 de janeiro de 1931	Departamento de Educação Physica	São Paulo	1934	Decreto n. 5.723, de 28 de maio de 1940, concede reconhecimento ao curso superior de educação física da Escola Superior de Educação Física do Estado de São Paulo
26 de junho de 1931	Departamento de Educação Física	Espírito Santo	1931	Decreto n. 6.412, de 30 de outubro de 1940, concede reconhecimento ao curso normal de educação física da Escola Superior de Educação Física
1936	Subdiretoria de Educação Física	Santa Catarina	1938	Decreto n. 7.366, de 10 de junho de 1941, concede reconhecimento ao Curso Provisório de Educação Física
03 de abril de 1939	Inspetoria de Educação Física do Estado do Piauí	Piauí	1939	Decreto n. 7.365, de 10 de junho de 1941, concede reconhecimento ao Curso Especial de Educação Física do Estado do Piauí
17 de abril de 1939	Escola Nacional de Educação Física e Desportos	Rio de Janeiro	1939	Decreto n. 1.212, de 17 de Abril de 1939. Cria a ENEFD na Universidade do Brasil
25 de abril de 1940	Escola de Educação Física de Pernambuco	Pernambuco	1940	Decreto nº 20.654, de 22 de fevereiro de 1946, concede reconhecimento ao Curso Normal de Educação Física do Estado de Pernambuco
29 de abril de 1940	Escola de Educação Física e Desportos do Paraná	Paraná	1943	Decreto n. 9.890, de 7 de julho de 1942, concede autorização para funcionamento da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná
06 de maio de 1940	Escola Superior de Educação Física de Porto Alegre	Rio Grande do Sul	1940	Decreto n. 15.582, de 16 de maio de 1944, concede reconhecimento a diversos cursos da Escola Superior de Educação Física de Porto Alegre

Fonte: elaborado pelo autor com base em Anderáos (2005), Fávero (2006) e Figueredo (2016).